

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS) apresenta o Relatório Anual de Gestão de 2022 relativo às ações dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esse relatório é o instrumento de gestão anualmente elaborado que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com base no conjunto de ações, metas e indicadores, bem como orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano Municipal de Assistência Social.

Os instrumentos para planejamento e gestão da Assistência Social no âmbito do SUAS são o Plano Municipal de Assistência Social, a Conferência Municipal de Assistência Social e os Relatórios de Gestão.

O planejamento do SUAS requer uma construção participativa, para ser utilizado como instrumento estratégico para gestão, possibilitando o seu monitoramento e a avaliação das ações e serviços públicos de assistência social.

Este relatório demonstrará a partir das Proteções seus desafios durante a execução das atividades, resultados alcançados e metas para o próximo ano.

Esse departamento atuou em 2022 na perspectiva da proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

O Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS) é responsável pela gestão e operacionalização dos serviços socioassistenciais do município. Sua estrutura organizacional é feita por níveis de complexidade do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, definidos pelos seguintes tipos de proteções:

I - Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiências e idosas.

II - Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos;

Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: Abrigo Institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva;
- Serviço de Acolhimento em República;
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

- Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Públicas e de Emergências;
- **Serviços Complementares executados pelas OSCs parceiras, sendo esses:**
- SESF – Serviço Especializado de Proteção Social à Família;
- Serviço Complementar para Atendimento a Pessoas com Deficiência;
- Casa da Cidadania;

O SUAS nesse município organizou-se com 199 unidades públicas e privadas, sendo 108 unidades de Proteção Básica, 15 unidades de Média Complexidade, 45 unidades de Alta Complexidade, além dos 31 serviços complementares.

UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

UNIDADES DE PROTEÇÃO BÁSICA 18

- 13 CRAS – Centros de Referência de Assistência Social
- 05 DAS – Distritos de Assistência Social

UNIDADES DE PROTEÇÃO DA MÉDIA COMPLEXIDADE 08

- 05 CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- 02 Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua
- 01 Bagageiro

UNIDADES DE PROTEÇÃO DA ALTA COMPLEXIDADE 06

- 01 Abrigo Provisório para Crianças e Adolescentes – CMPCA – Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente
- 01 Serviço de Acolhimento Provisório e Proteção Especial à Criança e ao Adolescente – SAPECA
- 01 Abrigo Provisório para Mulheres e filhos vítimas de violência doméstica – Casa Abrigo da Mulher – SARA M
- 01 Residência Inclusiva
- 01 Albergue Municipal para pessoas em situação de rua - SAMIM
- 01 Abrigo Emergencial para Situação de Calamidade Pública

SERVIÇOS EXECUTADOS PELAS OSCs:

SERVIÇOS DA PROTEÇÃO BÁSICA 90

- 49 SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 14 anos
- 41 CCII - Centros de Convivência Inclusivo e Intergeracional

SERVIÇOS DA PROTEÇÃO DA MÉDIA COMPLEXIDADE 07

- 02 Serviços de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA)
- 01 Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
- 01 Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
- 01 Serviço Especializado em Abordagem Social para Crianças e Adolescentes
- 01 Centro Dia de Referência para Pessoa com Deficiência
- 01 Serviço Especializado em Abordagem Social para Adultos

SERVIÇOS DA PROTEÇÃO DA ALTA COMPLEXIDADE 39

- 06 Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
- 16 Casas Lares para Crianças e Adolescentes
- 01 Casa Lar para Adolescentes Grávidas e/ou com Filhos
- 01 Serviço de Acolhimento Provisório e Proteção Especial à Criança e ao Adolescente
- 01 Casa de Passagem de 0 a 17 anos e 11 meses
- 01 República Feminina
- 01 República Masculina
- 02 Casas de Passagem para Adultos
- 01 Serviço de Acolhimento Feminino para Pessoas Adultas em Situação de Rua
- 03 Serviços de Acolhimento Masculino para Pessoas Adultas em Situação de Rua
- 06 Serviços de Acolhimento para Idosos

SERVIÇOS COMPLEMENTARES 31

- 15 Serviços de Atendimento à Pessoas com Deficiência
- 13 Serviços Especializado de Proteção à Família
- 01 Casa da Cidadania – Para Pessoas em Situação de Rua
- 01 Serviço de Acolhimento Para Pessoa em Situação de Rua
- 01 Apadrinhamento Afetivo

Esse departamento conta com 32 unidades administrativas diretas, 04 unidades de apoio para ações descentralizadas e 01 Equipe Volante na Região Norte.

Vale ressaltar que a partir do retorno das ofertas presenciais foi possível identificar o impacto no aumento das demandas nos serviços do SUAS. Para tanto, apesar de todos os desafios trazidos pela pandemia destacamos abaixo avanços no trabalho durante o ano de 2022 para a Proteção Social Básica e Especial.

Destaca-se na Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica diversas ações integradas, a partir das atividades coletivas, primazia dessa Proteção no que tange ao trabalho de prevenção com a comunidade do seu território. Essas ações se deram a partir de temas que estão relacionados às desproteções observadas nos territórios, tendo como objetivo o fortalecimento dos vínculos e conseqüentemente a potencialização do Trabalho Social com Famílias.

Cabe salientar o trabalho realizado pela Coordenadoria de Parcerias da Proteção Social Básica, com relação aos desafios colocados no processo de reordenamento do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) através de um trabalho coletivo com a Rede Socioassistencial e gestão pública.

Em março de 2022, o Abrigo Emergencial para pessoa em situação de rua com sintomas de Covid que necessitavam de acolhimento, encerrou sua oferta a partir do monitoramento que demonstrou a diminuição da demanda após a vacinação a esse público. Além disso, foi implementado como Serviço Complementar na Rede Socioassistencial do SUAS o Abrigo para População em Situação de Rua que emergiu na Pandemia com capacidade de atendimento de até 40 vagas.

Em abril o Poder Público assumiu a execução direta da Casa da Cidadania para a População em Situação de Rua e passou a ofertar o almoço aos usuários do Centro Pop I e II e o Pernoite, tendo em vista o número crescente de procura para acolhimento dessa população.

Cabe destacar a instalação do CREAS Leste em prédio público e ampliação de 30 metas, bem como 15 metas no CREAS Noroeste.

O aumento da demanda no que diz respeito a população idosa e pessoa com deficiência, fez com que houvesse a necessidade de um planejamento para abertura de editais resultando em 70 vagas para acolhimento de idosos e mais 03 Residências Inclusivas. Em 2022, foram acolhidos 20 idosos e os outros

50 serão no início do próximo ano. Com relação a pessoa com deficiência foi iniciado nesse ano a implantação de uma Residência Inclusiva e as demais serão implantadas no início do próximo ano.

Com relação a reposição de Recursos Humanos foi possível a recomposição parcial das equipes, assim como a partir do remanejamento dos profissionais dos serviços da Proteção Social Básica, no DAS Noroeste, DAS Leste, DAS Sul, CRAS Laudelina, CRAS Bandeiras, CRAS Flamboyant da Proteção Social Especial, os serviços CREAS Norte, Sudoeste, Leste, Noroeste, Abrigo Sara M, CMPCA e SAMIM.

Foi instituído para as ações de calamidade a liberação da 2ª plantonista no período da madrugada, tendo como objetivo o trabalho em equipe, como fortalecimento da ação e proteção do trabalhador. Outro avanço, foi o pagamento do sobreaviso e horas extras para a alta complexidade a partir das demandas dos abrigos, avaliado positivamente no trabalho para as equipes e para os usuários atendidos pelos serviços.

Quanto a articulação entre as políticas públicas, destaca-se a Formação do Grupo de Trabalho no nível central entre Saúde e Assistência Social, bem como com a Saúde Mental na perspectiva para troca entre os serviços.

Foram realizados encontros com todos os Conselhos Tutelares por região conjuntamente a toda gestão descentralizada e central com o objetivo de escuta e troca de informações.

Importante ressaltar a Conferência CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e a participação de representantes das equipes dos serviços da Proteção Social Básica e Especial na organização e efetivação das Pré-conferências nas cinco regiões (Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste) e na conferência municipal.

Ademais, nesse ano, o Comitê PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi instituído oficialmente a partir da publicação do Decreto Municipal nº 22.071 de 30 de março de 2022, passando a contar com a participação de representantes de diversas secretarias.

Vale ressaltar a publicação da Lei 16.334/2022 dos Benefícios Eventuais, são provisões da política de Assistência Social destinadas à proteção de indivíduos e famílias para o enfrentamento de uma vulnerabilidade social de caráter eventual, bem como a Lei 16.335/2022 do Renda Campinas que tem previsão de atender até 25 mil famílias em 2023.

Além disso, foi ofertado a Capacitação “Fortalecimento do Papel do Gestor e trabalho em equipe”, com a Leila Palma, a todos os gestores do Departamento teve como objetivo fortalecer o papel do gestor a partir de ferramentas que possibilitem sua compreensão dos processos das relações entre si e deles com as suas equipes de trabalho.

Por fim, oportuno destacar o trabalho de supervisão realizada pela Professora Regina Miotto a todos os gestores públicos que se realizou a partir de um plano de ações apresentados por cada região com a finalidade de mapear e fortalecer a relação entre as proteções do SUAS. Desta construção, foi criado o Núcleo Articulador Gestor (NAG) composto por gestores da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de cada região e, tem como objetivos do grupo:

- a) identificar as fragilidades e potencialidades do SUAS no território;
- b) construir a integralidade entre os diferentes níveis de proteção da política de assistência social;
- c) construir a articulação entre o SUAS e as diferentes políticas setoriais presentes no território;
- d) subsidiar a gestão central sobre as demandas locais, indicando a necessidade de ampliação ou implantação de novos serviços no território;
- e) planejar ações no território envolvendo a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

Esta proposta está em processo de construção e se faz necessário o compromisso e diretriz de todos os gestores da Política Pública de Assistência Social para que haja a implementação e consolidação da mesma.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica (PSB) tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

No município de Campinas, a Proteção Social Básica está organizada de forma territorializada, por intermédio de 05 Distritos de Assistência Social (DAS), 13 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 90 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que atuam de forma preventiva, realizando o trabalho social com famílias.

O DAS é uma estrutura descentralizada da Política de Assistência Social do município de Campinas, com função técnica, operacional, administrativa e de gestão. É responsável por gerenciar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da PSB, nas cinco macrorregiões do município. Por sua natureza, os DAS realizam atendimento às famílias, que residem em territórios sem cobertura de CRAS, por demanda espontânea ou referenciada, porém não ofertam o acompanhamento às famílias, ação atualmente ligada ao PAIF/CRAS.

O CRAS é a unidade em torno da qual se organizam os serviços de proteção social básica, do que decorre sua função de gestão local. O CRAS é, assim, uma unidade da rede socioassistencial de PSB que se diferencia das demais, pois além da oferta de serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. Esta última função demanda do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, do encaminhamento e acompanhamento dos usuários no Sistema Único de Assistência Social.

Neste sentido, as Orientações Técnicas do PAIF trazem como seus objetivos:

- *Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;*
- *Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade sociais vivenciadas;*
- *Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;*
- *Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;*
- *Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;*
- *Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.*

As orientações técnicas referem que os serviços de PSB não devem modificar suas ações para assegurar atendimentos que dizem respeito tanto a outros serviços, programas ou projetos da política de assistência social, quanto a serviços que devem ser “ofertados por outras políticas setoriais, tais como saúde ou educação, a exemplo de: cursos de alfabetização, reforço escolar, doação de cadeiras de rodas, entre outros. Os serviços socioassistenciais devem ter como escopo as seguranças afiançadas pela política de assistência social” (*Orientações técnicas PAIF, vol. 1, p.55*).

Deste modo, os objetivos do PAIF evidenciam seu papel de indutor da inserção das famílias na rede proteção social da Assistência Social, o que faz com que, somada à capilaridade dos CRAS, esse seja o serviço mais acessado pela população. Para que os encaminhamentos alcancem sucesso, os CRAS precisam identificar e trabalhar a rede a eles referenciada, estabelecer e aprimorar fluxos e avaliar os encaminhamentos realizados para compreender a demanda dos serviços, alinhadas às ofertas.

Destaca-se, no exercício do ano de 2022, que novas dinâmicas das questões sociais decorrentes do agravamento das desigualdades evidenciaram o contorno de novos perfis de usuários, bem como o aumento de demanda e agravo das necessidades básicas, tendo por cenário: fome, desemprego, isolamento social, busca por espaços de convivência, dificuldade de acesso a serviços que se tornaram digitais e aumento da demanda de idosos.

Administrativamente subordinada ao DOAS, a Coordenadoria de Proteção Social Básica conta com um coordenador, um apoio técnico, um agente administrativo, cinco coordenações de DAS, aos quais

estão subordinadas as 13 chefias de CRAS, e uma coordenação de parcerias da PSB, responsável por fazer a interlocução dos SCFV com os DAS, CRAS, CREAS e CSAC/VIS.

Quanto o número de servidores alocados em suas unidades para atendimento aos cidadãos, a PSB possui: 61 profissionais técnicos de nível superior, sendo 48 assistentes sociais e 13 psicólogos; 34 técnicos de nível médio, sendo 12 agentes administrativos e 22 agentes de ação social e 14 profissionais de apoio (04 cozinheiras, 08 agentes de apoio operacional, 01 motorista e 01 profissional de serviços gerais), totalizando 109 servidores, além das chefias e coordenações já mencionadas anteriormente.

Estão prospectadas para 2023: a construção da sede do CRAS Flamboyant, no bairro Vila 31 de Março, a nova sede do CRAS Campo Belo, a reforma da unidade São Judas. Prospectou-se, ainda, a construção de cinco novas unidades de CRAS, sendo estas:

- *CRAS Noroeste – proposta de construção em elaboração*
- *CRAS Vila Olímpia (Norte)*
- *CRAS Jd. Aeronave Viracopos (Sudoeste)*
- *CRAS Carlos Lourenço (Sul)*
- *CRAS Jd Fernanda (Sul)*

Outras áreas foram indicadas ou reservadas para construção de novos equipamentos a depender de recursos financeiros posteriores para instalação de novos equipamentos.

Demonstra-se, nos registros que seguem, avanços nas ações em curso nos territórios, sobretudo em relação às atividades coletivas, os processos formativos, as articulações com a rede socioassistencial e intersectorial e no reconhecimento do trabalho da PSB. O quadro a seguir retrata, quantitativamente, os atendimentos dos DAS e CRAS no ano de 2021, seguido pela avaliação do planejamento estratégico da PSB para 2022:

REGIÃO	UNIDADE	Famílias atendidas	Atendimentos
Leste	DAS Leste	1231	2753
	CRAS Flamboyant	571	2097
	CRAS Recanto Anhumas	1154	4990
Noroeste	DAS Noroeste	1238	2336
	CRAS Dandara	998	2913
	CRAS Florence	1037	3605
	CRAS Laudelina	1146	4534
	CRAS Satélite Íris	2124	4246
Norte	DAS Norte	1114	1857
	CRAS Espaço Esperança	1795	3532
	CRAS Vila Réggio	1667	4955
Sudoeste	Das Sudoeste	913	995
	CRAS Campos Elíseos	1403	2889

	CRAS Nelson Mandela	1068	3594
	CRAS Novo Tempo	1500	3457
Sul	DAS Sul	1370	2671
	CRAS Bandeiras	2001	3191
	CRAS Campo Belo	2326	5023
Total Resultado		24410	59638

Quando comparados aos dados de atendimento de 2019 (período anterior à pandemia de covid-19), nota-se que os atendimentos aumentaram em 45,4% e o número de famílias em 57,7% - o que demarca a necessidade de investimento em novos serviços e recursos humanos, bem como nos insumos necessários à execução do serviço.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Elaborado e avaliado coletivamente em espaços de troca, o planejamento estratégico da PSB operou como instrumento de organização das ações da proteção social, além de trazer unidade aos processos de trabalho e definir as prioridades de ação, a partir da perspectiva da matricialidade sociofamiliar e da territorialização, tendo por horizonte o trabalho social com famílias definido nas Orientações Técnicas sobre o PAIF, no contexto da PNAS, como sendo:

“Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência.” (BRASIL, 2012).

Nos encontros trimestrais denominados “Monitoramento do Planejamento”, foi possível promover uma troca entre unidades acerca das dificuldades, estratégias, êxitos e reelaborações na execução do Planejamento.

Atualmente, o planejamento está organizado através de três eixos temáticos, a saber:

- **Eixo I** – Trabalho Social com famílias;
- **Eixo II** – Gestão Territorial;
- **Eixo III** – Vigilância Socioassistencial, que se expressam na avaliação realizada pelas equipes, conforme se observa a seguir, por região.

1. REGIÃO LESTE

- **DAS Leste**
- **CRAS Flamboyant**
- **CRAS Recanto Anhumas**

Contextualização da Região

Das cinco regiões, a Leste é a maior em extensão geográfica e a terceira mais populosa do município (Relatório do GT de Estudo Social PMAS, 2022), e está dividida em cerca de 230 bairros. É um

território que concentra grandes áreas rurais e demandas com outras especificidades e vulnerabilidades bastante distintas aos territórios urbanos e centrais. Constitui-se de bairros que ostentam alto padrão socioeconômico, contrastando com outros de grandes vulnerabilidades e riscos sociais e com déficit de serviços públicos.

A região Leste apresenta uma configuração peculiar em relação às demais regiões do município, por abranger a localização central, dispõe de demandas específicas da localidade, como: alta concentração de idosos que vivem sozinhos, com demandas diversas, inclusive vítimas de violência; fluxo migratório; alta concentração de pessoas em situação de rua, em riscos sociais e violações de direitos inerentes à condição de localidade central. Tal característica também confere à região a concentração de diversos serviços que atendem a cidade como um todo, formando uma rede de serviços interproteções e intersetorial diversificada na relação com o território.

Na Política de Assistência Social - Proteção Social Básica, os munícipes deste território são atendidos pelas equipes do DAS Leste e dos CRAS Flamboyant e Recanto Anhumas, também pela rede socioassistencial conveniada, que é constituída por 11 Organizações da Sociedade Civil (OSC), conveniadas e que desenvolvem 17 serviços, sendo 10 SCFV de 06 a 14 anos com uma meta de 1530 vagas e 07 CCII com uma meta de 1140 vagas.

Todas as atividades foram retomadas de forma presencial, porém com flexibilidades para algumas ações/cursos/formações que ocorreram de forma online e alguns atendimentos/acolhimentos a usuários com dificuldades para o deslocamento até os serviços, que foram realizados via WhatsApp Business/telefone, principalmente para idosos, que demandam atendimentos.

• Eixo I – Trabalho Social com Famílias/Leste DAS Leste

No que se refere ao **Eixo Trabalho Social com Famílias**, realizaram-se ações para o fortalecimento da identidade da PSB no pressuposto da prevenção e na construção de metodologias na perspectiva da participação popular, através da aproximação com a Rede Socioassistencial da PSB, pela participação presencial e/ou online dos profissionais nas reuniões com a rede de serviços; nas intersetoriais gerais e de discussão de casos e nos atendimentos presenciais e online aos usuários que demandaram atendimento.

Conforme planejado, este eixo focou na realização de ações visando o fortalecimento da identidade do DAS como serviço e órgão gestor da PSB no território, junto à rede de serviços. Ressalta-se que as ações foram bastante potencializadas com a participação conjunta da Coordenadoria de Parcerias da PSB.

No primeiro semestre buscou-se a potencialização dos vários espaços existentes na região e agregadas, no segundo semestre, às ações junto aos usuários com o objetivo de discutir e refletir as questões das desproteções observadas nos territórios, por meio de ações integradas, o que se constituiu em uma estratégia importantíssima para o desenvolvimento do trabalho e fortalecimento das ações de prevenção. Destacam-se duas ações realizadas: uma no primeiro semestre e outra no segundo, cujos resultados foram bastante positivos:

Ações referentes ao 18 de Maio, desenvolvidas em conjunto –DAS, CRAS Flamboyant e Recanto Anhumas e Rede de Serviços, Intersectoriais, Conselho Tutelar e CMDCA–, com as atividades de:

a) Flash Mob com o tema “Proteja Nossas Crianças, Plante essa Ideia”: entrega de 800 saquinhos com sementes de Girassol e folders com canais de denúncias. Realizado na Av. Francisco Glicério, com a participação da Rede socioassistencial e Conselho Tutelar Leste; **b) Roda de Conversa com Educadores e Técnicos da Rede** abordando a “Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e Fluxos de Atendimento”, envolvendo 40 profissionais. Realizado na OSC Casa Santana, com a participação dos profissionais: Juliana R. S. Fanelli/CSPEMC; Maria José Geremias/CSPEACC; Andréa M. Campedelli/SMS-Departamento de Saúde e Marcos Vinícius L. Nunes/SMS CAPSi Travessia

c) Formação para os profissionais/educadores da rede e Comunidade, com o Instituto Claves: “Brincando nos Fortalecemos para Enfrentar Situações Difíceis”. Realizado em 05 encontros, para avaliação. Realizado na Associação Anhumas Quero-quero Parque São Quirino, envolvendo 40 profissionais.

d) Ações em Comemoração ao Dia Internacional do Idoso, realizada em 06/10/2022, com a participação de 73 pessoas, também desenvolvida em conjunto –DAS, CRAS Flamboyant e Recanto Anhumas; Rede de serviços/Socioassistencial, Intersectorial São Quirino–, com a participação dos idosos atendidos nos serviços, abordando o tema “Qualidade de Vida: Chave para o Envelhecimento Saudável”, com a participação do professor e Dr. Gustavo Andrade dos Santos, da Faculdade São Leopoldo Mandic.

Porém, para além dessas ações, faz-se importante registrar outras atividades coletivas realizadas na região, que também corroboraram para a obtenção de resultados positivos no fortalecimento dos serviços DAS/CRAS no território, bem como dos usuários atendidos:

1) Junho Violeta – Combate à Violência contra a Pessoa Idosa, com a participação do professor Dr. Gustavo Andrade dos Santos, da Faculdade São Leopoldo Mandic; da Coordenadoria Setorial de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa e do CMI;

2) Ações abordando o Trabalho Infantil, com a participação da OSC MVM (Movimento Vida Melhor), desenvolvidas no Evento “Viva Campinas”, realizado em 08 de julho no CRAS Recanto Anhumas, em comemoração ao aniversário do Município;

3) Agosto Lilás – Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, em parceria com o CEAMO (Centro de Referência de Apoio à Mulher) e a Guarda Amiga da Mulher;

4) Consciência Negra, em parceria com a Intersetorial São Quirino.

Ressalta-se também a participação dos profissionais DAS/CRAS na XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Avalia-se que as atividades coletivas envolvendo a rede de serviços DAS/CRAS para discussões/reflexões dos diversos temas que estão relacionados às desproteções observadas nos territórios foram uma estratégia importante para o fortalecimento dos vínculos e também para a potencialização do Trabalho Social com Famílias. A participação dos parceiros – tanto no planejamento quanto na execução das ações propostas – foi essencial. Participaram inclusive com a contribuição dos lanches para os eventos. Assim sendo, o fortalecimento dos vínculos e dos espaços constituídos ocorreu progressivamente e de forma bastante positiva, embora ainda haja necessidade de engajar alguns parceiros da rede de serviços e principalmente da rede socioassistencial que não aderiram às atividades executadas conforme planejamento coletivo.

Outras atividades realizadas – previstas no planejamento – foram as ações de atendimento/acolhimento aos usuários pela equipe técnica do DAS. Assim como em 2021, em 2022 também houve alto índice de demandas, ainda sob impacto da pandemia de covid-19, para acesso aos programas, serviços e benefícios como: Cartão Nutrir; Auxílio Emergencial; atendimento aos usuários prioritários com direito a requerer o BPC, envolvendo situações de acompanhamento das situações dos requerimentos, assim como para os casos suspensos e/ou cancelados e alta demanda para visitas domiciliares em atendimento às solicitações do SGD e também as situações observadas nos atendimentos às demandas espontâneas, envolvendo principalmente idosos.



CRAS Flamboyant

No ano de 2022, com o advento da vacinação contra o covid-19 e a amenização do contágio pelo coronavírus, houve um aumento significativo do atendimento à população usuária dessa política pública, diante das suas sequelas físicas, sociais e econômicas.

Por ainda estar sediado em equipamento compartilhado e fora do território de abrangência, a equipe do CRAS manteve o desafio do atendimento coletivo descentralizado na sede de moradores da comunidade do bairro Novo Flamboyant, conhecido historicamente como “Buraco do Sapo”. Este espaço

também é compartilhado intersetorialmente por outros grupos de orientação da Política de Saúde (Centro de Saúde Conceição) e a OSC Projeto Filhos.

O investimento na convivência familiar tem se tornado nos últimos anos cada vez mais raro, devido ao período pandêmico do covid-19.

Em razão disso, os coletivos desta unidade visaram o fortalecimento de tal questão, através dos seguintes grupos com metodologia de oficinas de convivência: Criativa, de variedades artesanais (02 grupos), e bordado (02 grupos).

O acompanhamento PAIF permaneceu de forma contínua e progressiva, como os dados do RMA/2022 demonstram o aumento da demanda por atendimento social.

As maiores demandas solicitadas pela população usuária neste período foram: inclusão em Programas de Transferência de Renda das três esferas públicas (federal/estadual/municipal) e acesso aos benefícios previdenciários, principalmente nas requisições de BPC.

Com relação às ações construídas e/ou executadas intersetorialmente destacam-se:

- **Março – Mês da Mulher** – Atividade Roda de Conversa e Atividade artesanal com coletivo PAIF.
- **Maior Laranja – Combate à exploração sexual infantojuvenil** – Atividades: Cortejo (com usuários, trabalhadores do SUAS e municípios);
- **Junho Violeta** – Ação intersetorial na sede do CRAS Anhumas. Formação pelo Instituto Claves; Roda de Conversa e Confecção artesanal do botom “Flor Amarela” (símbolo da campanha) no coletivo PAIF.
- **Julho – Viva Campinas** – Ação integrativa em comemoração ao Aniversário de Campinas.
- **Agosto – Formação “Violência contra Mulher”**.
- **Setembro – Ação Cultural:** Passeio à Expoflora/22 – Realizada uma visita à exposição cultural Expoflora para as oficinas do PAIF em parceria com o CRAS Recanto Anhumas.
- **Novembro Azul**– Entrega de chaveiro “Laço Azul” Campanha Nacional aos usuários e municípios.
- **Mês da Consciência Negra**– Participação de 11 famílias do coletivo PAIF na atividade regional Leste, na Sede do CRAS Anhumas. Oficina Inter CRAS (Coletivo PAIF Flamboyant + Anhumas) e Roda de conversa e confecção de artesanato (chaveiro “africaninhas”)



CRAS Recanto Anhumas

O CRAS Recanto Anhumas demonstrou no ano de 2022 seu potencial em ações coletivas no âmbito da Proteção Social Básica e fortaleceu sua identidade e referência junto à população residente no território de abrangência, à rede de serviços e aos parceiros. A busca pelo CRAS deu-se para atendimento e orientação, não só para o PAIF, mas também para Cadastro Único, informações sobre direitos sociais, Juventude Conectada e outras ofertas. O rendimento e o alcance das ações junto à população se

aprimoraram gradativamente, na medida em que aumentou o reconhecimento e a identidade do serviço no território.

Os acompanhamentos e atendimentos particularizados às famílias do PAIF foram realizados de maneira presencial através dos acolhimentos e de visitas domiciliares, mantendo a articulação e a interação com a rede intersetorial nos atendimentos das famílias residentes no território. Pode-se perceber um número crescente de usuários idosos em busca do acesso ao BPC e programas de transferência de renda e de Segurança Alimentar. Também se destacam as mudanças constantes de informações ou a falta delas para atender ao usuário de maneira mais satisfatória no que diz respeito aos programas criados ou modificados, como por exemplo, informações mais precisas sobre o Auxílio Emergencial, Auxílio Gás, Nutrir e Auxílio Brasil.

Conforme seu planejamento estratégico, em 2022, o CRAS Recanto Anhumas, no que se refere ao **Eixo Trabalho Social com Famílias**, pode-se perceber um investimento nos atendimentos e acompanhamentos coletivos, bem como em ações comunitárias e interssetoriais junto à população residente no território. Seguem abaixo as ações em destaque:

Com os coletivos PAIF (Arte e Prosa, Mãos Arteiras, Abraço Solidário, Bem Estar e Culinária), avalia-se que houve vinculação das participantes no serviço e maior adesão às propostas. No segundo semestre foi possível ampliar os coletivos, iniciando dois grupos em parceria com o DSAN (coletivo Viva Leite e coletivo culinária), ambos em acompanhamento pelo PAIF. Percebeu-se o estabelecimento de vínculo entre o serviço, o usuário, a família e a comunidade. Houve maior socialização e cooperação entre as participantes, que trouxeram a importância dos coletivos para a redução do isolamento social em sua vida cotidiana. Os grupos proporcionaram maior valorização da mulher, autocuidado, empoderamento, autoestima, formação de rede de apoio comunitário e desenvolvimento de autonomia individual e coletiva.

Como aspecto positivo, destaca-se também a acessibilidade do CRAS Recanto Anhumas, que propiciou a participação de cadeirantes nas atividades. Alguns grupos despertaram sentimento de pertença entre as participantes e protagonismo.

Ações Interssetoriais:

Com relação à articulação e interface com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, destaca-se a interssetorialidade – conceito contrário à setorização – como prática inovadora e de grande alcance junto à população e rede de serviços do território, permitindo o estabelecimento de espaços compartilhados de decisões entre instituições e diferentes setores da sociedade que atuam na produção, formulação, implementação, execução e acompanhamento de políticas públicas que possam ter impacto positivo sobre a população, fortalecendo o acesso aos direitos, garantindo proteção social aos usuários das políticas públicas.

As ações interssetoriais potencializam o trabalho social com famílias, permitindo maior acesso a direitos e educação popular.

Durante o ano de 2022 foi possível realizar as seguintes ações interssetoriais abaixo relacionadas, que somaram 1.902 participações:

- **Março/2022:** Café com Prosa de Mulheres (02 edições);
- **Abril/2022:** Café Comunitário com lideranças e Autismo;
- **Maió/2022 - Campanha 18 de Maio:** Ações nas Escolas Estaduais com MVM; formação Instituto Claves para Educadores; encontro de famílias; grafiteagem; cortejo;
- **Junho/2022:** Junho Violeta com Bingo da cidadania;
- **Julho/2022:** Viva Campinas;
- **Agosto/2022:** Início das reuniões do Projeto Bem Estar e qualidade de vida do DPSS junto aos servidores do CRAS Recanto Anhumas; reuniões ordinárias da Intersetorial São Quirino; Formação “Violência contra Mulher” - Convidados CEAMO/Guarda Amiga da Mulher – Ação realizada em conjunto com DAS Leste, CRAS Flamboyant e Rede socioassistencial da Região Leste;
- **Setembro/2022:** Expoflora com coletivo PAIF, em conjunto com o CRAS Flamboyant;
- **Outubro/2022:** Dia Internacional do Idoso e 20 Anos da Intersetorial São Quirino; encontro para levantamento de demanda do território com Instituto AlphaVille;
- **Novembro e Dezembro/2022:** XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente, avaliação com os participantes da formação Instituto Claves; Consciência Negra na Intersetorial; Revitalização da Quadra da Moscou (Intersetorial e Instituto AlphaVille).



- **Eixo II – Gestão Territorial/Leste**

A Gestão Territorial visa fomentar e fortalecer a rede de proteção social nos territórios. É de fundamental importância o planejamento e a execução de ações com o intuito de conferir maior efetividade às ações de atendimento às famílias através da integração e complementaridade entre os serviços do território.

Desta forma, as diversas ações coletivas realizadas com as intersetoriais e com a rede socioassistencial contribuíram na visibilidade dos Serviços e no fortalecimento de sua identidade enquanto serviços de Proteção Social Básica. As Formações também desempenharam papel fundamental para a qualificação das equipes do território. A intersetorialidade ocorreu de fato entre os parceiros da rede, tanto no planejamento como na execução de todas as ações propostas, contribuindo para o resultado apresentado, porém com o desafio de aprimorar o envolvimento e contribuição de alguns parceiros da rede, na execução das atividades.

As ações intersetoriais potencializam a Gestão territorial, bem como o trabalho social com famílias, permitindo maior acesso a direitos e educação popular. No trabalho intersetorial os atores, membros da rede, promovem interface, conexões e interações entre si, favorecendo novos encaminhamentos, projetos e ações voltados para a população, promovendo autonomia e protagonismo.

Sendo assim, se faz importante ter a intersetorialidade como diretriz institucional para que as organizações públicas ou privadas tenham maior engajamento e entendimento da necessidade do trabalho intersetorial.

Ainda na perspectiva da gestão territorial, a equipe de gestores da PSB da região Leste compõe o Núcleo Articulador Gestor (NAG), instituído em agosto/22, diante da necessidade observada pela gestão, de um espaço composto pelo conjunto de representantes dos diferentes serviços públicos que compõe o SUAS no município e que se encontra em processo de aprimoramento. Este será um espaço privilegiado para tratar estratégias de aproximação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, articulando ações conjuntas em 2023.

2.REGIÃO NOROESTE

- **DAS Noroeste**
- **CRAS Dandara dos Palmares**
- **CRAS Florence**
- **CRAS Laudelina de Campos**
- **CRAS Satélite Íris**

Contextualização da Região

A proteção social na Região Noroeste (“Rede Norô”) é composta por serviços públicos e cofinanciados, sendo na Proteção Básica pública: 01 DAS e 04 CRAS: CRAS Dandara dos Palmares, CRAS Florence, CRAS Laudelina de Campos Melo e CRAS Satélite Íris. A oferta cofinanciada se dá a partir de 10 Organizações da Sociedade Civil (OSCs) com 16 unidades executoras de SCFV de 06 a 14 anos e intergeracional.

Compõe ainda a rede de serviços da Assistência Social Noroeste 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Noroeste, equipamento público da Proteção Social Especial

de média complexidade, que atua em parceria com 02 OSCs. Esta rede, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Pessoa com Deficiência, desenvolveu suas ações junto à Política de Assistência Social sob dois eixos: a Matricialidade Sociofamiliar e a territorialização.

A territorialização na Noroeste teve início na década dos anos 1950, e hoje é reconhecida (desde 10 de setembro de 2015) como Distrito do Campo Grande. É território complexo, que expressa as suas singularidades em diferentes formas, pois tem o menor número de habitantes do município (123.484 habitantes, segundo IBGE/2010), porém alto e significativo número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. É importante ressaltar que o Censo 2022 do IBGE deve retratar o novo cenário habitacional, considerando-se as implantações habitacionais que ocorreram nos últimos 12 anos.

O planejamento urbano ainda é um desafio, visto que a região conta com extensas terras ociosas, propícias para ocupações. A título de exemplo, destaca-se: a ocupação “Residencial Santa Rita”; ocupações que margeiam a linha férrea nos bairros Sirius, Cosmos e Florence, além de outras espalhadas pelo território regional.

Há insuficiente rede de serviços públicos nas diferentes políticas. Na Saúde há 01 Distrito de Saúde, 16 Centros de Saúde, 03 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 01 Centro de Convivência e 01 Casa das Oficinas; na Educação Municipal são 46 equipamentos que formam a rede escolar (CEI, EMEF, EJA, Ceprocamp/formação profissional); na Educação Estadual são 21 escolas; na Cultura, apenas 02 serviços; e precárias áreas/espacos de lazer.

As vulnerabilidades e riscos sociais que se agravaram na pandemia de covid-19 ainda se refletem em um significativo número de famílias, acentuando a situação de pobreza, que se retrata no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou seja, grande parte das famílias moradoras da região ainda se apresenta com a menor renda, menor escolaridade e menor longevidade, se comparada às outras regiões da cidade, e ainda com alto número de evasão escolar, junto a crianças e adolescentes, além do intenso tráfico e uso de drogas. Embora o comércio local tenha tido avanço, ainda há um alto número de desemprego nas famílias.

Destaca-se, contudo, que esta região – apesar dos desafios – apresenta-se com potencialidades, como a mobilização comunitária e o apoio da rede de serviço regional, pois como cita a Prof. Vera Plácido *“Todo território há rede; todavia o que as diferenciam em territórios desiguais é a densidade das materialidades existentes, que se expressa na maior ou menor concentração de equipamentos pois isto interfere na rapidez dos fluxos”*; o processo da Intersetorialidade, que resiste há mais de 21 anos desenvolvendo ações e debates sobre a cidadania, e a formação política, junto e com os diversos órgãos públicos, privados e comunidades da região; e, a resistência dessa comunidade, que na sua maioria é chefiada por mulheres negras, se mantiveram enquanto potência e resistência na organização familiar e comunitária, aspectos relevantes para o alcance e o desenvolvimento deste território que pulsa no anseio de torná-lo um território Educador.

- **Eixo I – Trabalho Social com Famílias/Noroeste**
DAS Noroeste

No âmbito do trabalho social com famílias, o DAS Noroeste investiu no acolhimento social diário às famílias e indivíduos que buscaram de modo espontâneo o atendimento da unidade, bem como daquelas referenciadas pela rede de serviços. Tais atendimentos buscaram orientar as famílias sobre seus direitos, com foco no acesso aos programas de transferência de renda como: Auxílio Brasil, BPC e programas de segurança alimentar e nutricional, como o Cartão Nutrir.

Realizou-se também intervenção junto à ocupação “Residencial Santa Rita” onde residem cerca de 480 famílias. As ações buscaram explicar direitos sociais das famílias e ocorrem em parceria estreita com a Coordenadoria Setorial de Transferência de Renda e Cadastro Social, que disponibilizou a van do Cadastro Único Móvel para inserção ou atualização das famílias junto ao CadÚnico, atual porta de entrada para os benefícios e programas socioassistenciais.

Tais ações fortalecem a identidade da PSB no âmbito da prevenção, visto que são ofertadas diversas orientações sobre o acesso aos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, além de encaminhamento para a rede de políticas setoriais, visando garantir o efetivo acesso dos cidadãos a seus direitos.

CRAS Dandara dos Palmares

O CRAS Dandara dos Palmares seguiu o ano de 2022 tendo como eixo central de trabalho a luta e o combate ao machismo e ao racismo. Desenvolveu suas ações com as famílias referenciadas e acompanhadas através do PAIF – Acolhimento, com atendimento das demandas espontâneas e/ou referenciadas e do PAIF – Acompanhamento.

Seguindo o planejamento estratégico, o grupo de maior impacto continuou sendo o “*Grupo de Convivência Dandara Somos*”, que continuou se reunindo semanalmente e com aumento de participantes, convidadas por outras integrantes do próprio grupo e algumas encaminhadas após acolhimento no serviço. Seu objetivo é o fortalecimento de vínculos e a convivência das participantes. A partir dos atendimentos, as usuárias são encaminhadas para a educação popular e a participação em outras atividades do CRAS, com destaque para os grupos “Bonequeiras” e “Dandara Somos Poesia”.

Em parceria com a CEI Else Feijó, as bonequeiras puderam, ao confeccionar bonecas étnicas, discutir o racismo, repensar suas vivências cotidianas e, no final, dialogar sobre esse tema com as crianças e seus responsáveis na CEI durante a entrega das bonecas produzidas por elas. No grupo “Dandara Somos Poesia”, em parceria com a Casa de Cultura Parque Itajaí e a poeta Katia Marchesi, puderam refletir sobre suas vidas e as dificuldades e preconceitos enfrentados no cotidiano e assim elaborar poesias contando suas histórias. Após esse processo houve a edição de um livro que será lançado em 2023.

Outras atividades planejadas não foram efetivadas no período, como o grupo com beneficiárias do Programa Viva Leite na perspectiva da educação popular e o coletivo “Dandara Somos - Horta”, pois obras de abertura de viário utilizaram parte do terreno do CRAS, onde a horta estava instalada, levando à sua aluição.

Imagens de algumas das atividades mencionadas:



CRAS Florence

Pautado na prevenção, proteção e na proatividade, o PAIF desenvolvido pelo CRAS tem como principal foco o trabalho com famílias através de ações particularizadas ou coletivas, visando à garantia de algumas das seguranças afiançadas pela política de assistência social, em especial as seguranças de acolhida, convívio e autonomia, de acordo com a situação de risco e/ou vulnerabilidade da família.

Desta forma, o CRAS Florence vem atuando junto às famílias referenciadas de acordo com o Planejamento Estratégico de 2022, tendo entre suas ações o acolhimento social e cinco ações coletivas/grupos continuados, dos quais três são de acompanhamento. Destes atendimentos com as famílias, destacam-se:

Ação coletiva continuada/Acompanhamento PA IF - Coletivo Unidos por um Propósito

O objetivo deste grupo é a convivência familiar e comunitária. O CRAS Florence desenvolveu o trabalho com as famílias do grupo em articulação com a rede do território e houve planejamento conjunto com Centro de Saúde Florence e as beneficiárias atendidas. Desta forma, o grupo foi realizado semanalmente abordando temas propostos como “18 de maio”, acesso a direitos, o SUAS e o CRAS, saúde da família, entre outros. A maioria das participantes é mulher e chefe de família.

Ação coletiva continuada / Acompanhamento PAIF – Grupo Mulheres Criativas

O objetivo deste grupo é a convivência familiar e comunitária, tendo a arte manual como ferramenta para grupalizar demandas pertinentes aos idosos como prevenção ao isolamento, prevenção à depressão, entre outros.

A maioria das participantes é idosa. A atividade é realizada semanalmente e não tem objetivo de geração de renda. Através deste momento de arte no qual uma participante ensina a outra, trocando saberes, a profissional do CRAS atua com os temas que surgem durante a ação ou outros que são solicitados.



CRAS Laudelina de Campos Melo

Este equipamento foi inaugurado em 15 de abril de 2021. Vale ressaltar que, por se tratar de equipamento recente no território, ainda está se instituindo a identidade do serviço para dentro do território com a população e para os demais serviços das políticas públicas.

Dentro do diagnóstico situacional realizado com a equipe por meio de atendimentos no acolhimento e demandas levantadas nos acompanhamentos, avaliou-se que o território apresenta um alto índice de violência contra a mulher, além de evasão escolar e intenso uso de substâncias psicoativas que acarretam quadros de saúde mental, agravando situações de conflitos familiares e isolamento social potencializados pela insegurança alimentar e vulnerabilidade econômica.

Assim, as ações foram planejadas de forma a levar informações que possam favorecer rompimento de ciclos de violência e redução dos indicadores que venham a potencializar os conflitos, conforme se destaca:

Grupos socioeducativos em parceria com o SCFV 06-14 e CCII

Dentro da proposta de coletivização alinhada à prevenção da proteção social básica, realizou-se um diagnóstico situacional no qual, qualitativamente, foi possível avaliar significativos quadros de isolamento social que perpassam por situações de violência doméstica no presente ou no passado e uso de substâncias psicoativas. As ações abordaram os seguintes temas: o que é o CRAS; o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente; discussão sobre machismo estrutural.

Partindo dos elementos que apareceram na ação, deu-se início a um grupo de mulheres organizado pela psicóloga com apoio da agente de ação social. O grupo consiste em trazer temas que possam favorecer a crítica social e o protagonismo das mulheres que muitas vezes tiveram suas histórias de vida permeadas por machismo e violências estruturais, acarretando situações de isolamento social. A metodologia utilizada engloba curtas-metragens que favoreçam a livre associação de temas a serem trabalhados e, posteriormente, roda de conversa com uma produção de um material que traga concretude ao trabalho, favorecendo as expressões internas e reflexões sociais. O grupo se reúne semanalmente.

Grupo de Mulheres de Acompanhamento do PAIF

Neste ano conseguiu-se retomar as atividades coletivas para este coletivo. Dessa maneira, foi possível trabalhar o fortalecimento do território e o enfrentamento dos indicadores de insegurança alimentar e violência de gênero de forma preventiva por meio das ações coletivas e do grupo continuado de mulheres.

No grupo de mulheres de acompanhamento do PAIF foi possível observar situações de rompimento de relações de violência, maior protagonismo das usuárias, além de uma identidade de grupo sendo constituída com o objetivo de uma rede de apoio comunitária. Foram realizadas articulações com o CEAMO, também levando a vinculação de usuárias a esse serviço.

Também foi possível estreitar mais as relações entre os serviços da PSB, os profissionais e o público atendido por meio dos grupos realizados e das ações e reuniões intersetoriais.



CRAS Satélite Íris

O CRAS Satélite Íris desenvolveu as ações com famílias através do acolhimento social com atendimento das demandas espontâneas e/ou referenciadas por diversos serviços da rede socioassistencial e de outras políticas públicas. O cenário do território – que apresenta diversas violações – se expressa nas singularidades das famílias e em muitas se percebe o agravamento das demandas que exigem olhares, articulações, que devido ao grande volume não são plenamente atendidas nas políticas públicas de forma preventiva, necessitando de atendimentos especializados e trabalhos intersetoriais.

Ações Coletivas Continuadas – Acompanhamento PAIF

Em 2022 desenvolveram-se várias ações coletivas no CRAS Satélite Íris, em especial: Grupos Artes e Convivência - “Guerreiras do Satélite”, “Bordadeiras Fazendo Arte” e “Troca de Saberes”. Estes coletivos foram trabalhados semanalmente por técnicos e/ou agente de ação social em atividades socioeducativas, visando contribuir para o fortalecimento das mulheres e de seus vínculos sociais. As ações desenvolvidas propiciaram a ocupação destas mulheres em espaços “fora de casa”, sendo que o processo de diálogo do coletivo é ferramenta importante para resgatar e valorizar os saberes, o cotidiano delas, e o momento do trabalho artesanal retrata expressões, sentimentos e saberes próprios.

O CRAS Satélite Íris tem uma identidade reconhecida pela comunidade – processo construído no território –, cuja abrangência do atendimento às famílias se reflete de forma intergeracional. Esta dimensão possibilita uma relação de confiança e se reflete nos vínculos do trabalho com as famílias, na adesão e na permanência nas atividades coletivas e nos atendimentos das demandas espontâneas.

A composição da equipe de terceirizados – porteiro e agente de higienização – na unidade descentralizada São Judas foi extremamente importante para o desenvolvimento das ações no local, bem como a presença da equipe do Cadastro Único móvel.

Imagens de algumas das atividades mencionadas:



- **Eixo II – Gestão Territorial/Noroeste**

A Gestão Territorial na Noroeste foi realizada pela coordenação e chefias dos cinco serviços da região, enquanto processo de gestão contínua em construções de mediações e de diálogos com a Coordenadoria de Parcerias da PSB (CPAR/PSB), potencializando a Rede Noro (pública e privada) e fortalecendo a Intersetorialidade, de modo satisfatório dentro dos micros e macroterritório, facilitando a leitura crítica da região.

Destacam-se as reuniões de rede da PSB e o GT Interproteções (formações). Foram realizadas reuniões intersetoriais nos microterritórios, com grande empenho das equipes para potencialização desses encontros. Além das costumeiras discussões de temas relevantes à comunidade atendida, houve ainda elaboração de atividades coletivas nessas intersetoriais, a fim de divulgar e debater temas importantes junto à comunidade, tais como 18 de Maio, Combate à Violência contra Mulher, Combate ao Racismo, entre outros.

Os gestores da PSB (DAS e CRAS) reuniram-se com a rede conveniada da proteção básica e com a CPAR afim de dar continuidade ao reordenamento do SCFV; esse espaço conjunto de gestão fortaleceu o diálogo entre a gestão local da PSB e as OSCs conveniadas.

No final do 2º semestre/21, ainda sob a “Pandemia da covid-19”, houve o retorno gradativo das atividades presenciais, sendo que a retomada total ocorreu somente no primeiro semestre de 2022. Foi possível verificar o acirramento das vulnerabilidades e riscos sociais de um significativo número de famílias que até aquele momento não podiam contar com os atendimentos presenciais diários, da pequena rede de serviços, inclusive de outras políticas sociais (a exemplo da Educação).

Evidenciou-se a necessidade da interlocução entre as proteções e as políticas, indo ao encontro do início das supervisões com a professora Regina Mito. Durante esses encontros de formação foram pensadas novas diretrizes para o trabalho interproteções, sendo que o Grupo de Trabalho Gestor do Interproteções Regional Noroeste passou a ser uma das ações do Núcleo Articulador Gestor (NAG). Foram ainda mantidos outros espaços já existentes e mapeados, como as intersetoriais e os espaços de discussão de caso. O NAG tem por objetivo o fortalecimento e a primazia do SUAS e da interface entre serviços e políticas públicas, no território, a partir da leitura e análise das demandas do território no que tange à política de Assistência Social – SUAS, buscando um diagnóstico situacional e a integralidade das ações e a melhoria dos fluxos de trabalho inter e intra secretarias e construção de espaços formativos que favoreçam o diálogo e as novas possibilidades de construção e intervenções conjuntas.

3.REGIÃO NORTE

- **DAS Norte**
- **CRAS Espaço Esperança**
- **CRAS Vila Réggio**

Contextualização da Região

A região Norte de Campinas tem um percentual de 18,2% da população. Está dividida em duas áreas regionais: AR04 (Administração Regional/Secretaria de Serviços Públicos), AR11, Barão Geraldo e Nova Aparecida totalizando aproximadamente 180 bairros. Das famílias moradoras desta região, 65%

apresentam renda abaixo de ½ salário-mínimo e 35% possuem renda acima de ½ salário-mínimo, caracterizando uma região de famílias vulneráveis.

Possui 6.142 unidades de conjuntos habitacionais da COHAB, 25 unidades da rede pública de Saúde, 80 unidades públicas de Educação da rede pública estadual e municipal de ensino. Possui ainda bibliotecas, espaço cultural, bosques, parque e pontos de cultura, contudo a maior parte destes equipamentos da cultura estão concentrados em bairros próximos ao Centro da cidade.

O Distrito de Nova Aparecida, embora sendo uma das regiões mais desenvolvidas economicamente da Região Norte, tem o contraste por ter microterritórios extremamente vulneráveis e apresenta déficit habitacional, que impacta as famílias atendidas pela proteção social básica. A população mais vulnerável desta região se concentra principalmente nas regiões dos Jardins São Marcos, Sta. Mônica, Campineiro e Boa Vista (ao longo dos leitos férreos).

No Distrito de Barão Geraldo tem uma dinâmica parecida, no qual se destacam os bairros Vilagge e Piracambaia, em que há um número significativo dessa população que reside em área rural e tem sofrido impactos em razão de fortes chuvas, uma vez que a maioria das moradias está à margem do Rio Piracambaia, demandando da equipe do DAS Norte muitos atendimentos em situações emergenciais.

Apesar de parte de Barão Geraldo ser um distrito desenvolvido economicamente, contar com uma das Universidades mais importante do País (UNICAMP) e diversos condomínios de luxo, há áreas onde vivem famílias em vulnerabilidade social, o que se agrava diante da insuficiência e geolocalização dos serviços públicos.

Embora a região seja sede de escolas técnicas e tecnológicas, o acesso dos jovens desta região é restrito em função da defasagem e evasão escolar.

O DAS Norte faz a gestão de 32 serviços socioassistenciais desta proteção, sendo: o DAS que também conta com atendimentos descentralizados na CACO (Casa de Ação Comunitária) e Equipe Volante; 02 CRAS – unidades públicas de execução direta – e rede complementar composta por SCFV, assim divididos: 13 SCFV 06 a 14 anos e 15 CCII (Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional). A gestão da rede parceirizada da PSB ocorre conjuntamente com a Coordenadoria de Parcerias da PSB.

O DAS conta também com o atendimento volante. Entretanto, a região atendida (CDHU San Martin, Ocupação Vila Paula, Residencial Olímpia, Residencial Takanos, Ocupação Bairro Vermelho), é extremamente vulnerável, com déficit de serviços públicos de assistência social, contando com um único serviço socioassistencial da rede parceira (SEMEAR – Vila Olímpia).

Diante dessa avaliação, reforça-se a construção de um CRAS nesse território, conforme previsto para 2023.

O DAS Norte é responsável pela gestão da CACO, unidade que fica no bairro Vila Padre Anchieta, e onde ocorrem atendimentos descentralizados da população deste bairro e seu entorno (15 bairros).

• **Eixo I – Trabalho Social com Famílias/Norte**

DAS Norte

Durante todo o ano de 2022 foram mantidos os atendimentos via WhatsApp e telefone institucional, com a possibilidade de agendamentos presenciais a partir da avaliação técnica quando necessário, sendo um dos desafios manter o atendimento remoto concomitante com o atendimento presencial sem o aumento da equipe, visto que a demanda pelo atendimento remoto é significativa e exige um tempo considerável dos profissionais dos serviços.

No segundo semestre foram realizados 416 atendimentos via WhatsApp, evidenciando que essa tecnologia é uma ferramenta útil para aprimorar o atendimento à população do território, que muitas vezes, conta apenas com essa ferramenta de comunicação.

Foram mantidas as estratégias de acolhida de novas famílias, de forma remota, presencial e referenciados pela rede socioassistencial e outros.

Equipe Volante

Em 2022 foi dada continuidade no Projeto de atendimento volante na região do San Martin que compreende bairros, como: Jd. Mirassol, CDHU San Martin, Vila Olímpia, Campo Florido, Pq. Cidade San Martin, ocupações como Vila Paula, Vale do Sol, Bairro Vermelho, dentre outras de alta vulnerabilidade.

Ao longo do último ano, com a oferta do atendimento, a população se aproximou do serviço de Proteção Social Básica oferecido próximo às suas residências, gerando cerca de 400 atendimentos presenciais com diversas demandas, que se referem à PSB ou se estendem a outros serviços públicos. Além dos atendimentos presenciais, existe o diálogo com os demais serviços do território, os quais também apresentam situações ao atendimento volante da PSB por meio de reuniões técnicas de discussão de casos e/ou Protocolos no SEI.

Nos locais de atendimento volante da PSB continua-se com o importante apoio da Equipe do CadMóvel indispensável ao atendimento à população daquela região.

CACO

O atendimento ocorre semanalmente com agendamento e encaixes, uma vez que a população tem conhecimento do serviço no território. Importante destacar que uma parte da demanda resulta de encaminhamentos do CadÚnico, bem como da rede e do próprio território. Reuniões técnicas ocorridas entre as equipes do DAS e da CSTRCS trouxeram significativa qualificação no encaminhamento de demandas entre os dois setores.

A partir do segundo semestre, a CACO passou a compartilhar a maior parte do espaço com a FUMEC, através da carreta de cursos, o que se vê como algo muito benéfico para a população da região.

CRAS Espaço Esperança

Considerando o universo de aproximadamente 1.500 famílias do Programa Auxílio Brasil em território do CRAS Espaço Esperança, os indicativos sociais, suas vulnerabilidades e riscos sociais, em 2022 foi realizado – através de sua equipe técnica –, o mapeamento para identificação do nível de proteção social das famílias beneficiárias do programa de transferência de renda.

Em 2022 foi ampliado e aprimorado o processo de acolhida das famílias que diariamente frequentam o setor de Cadastro Único, entretanto desconhecem outras ofertas de proteção socioassistencial a que têm direito, bem como as atividades do CRAS Espaço Esperança.

O “bate-papo” no CRAS são encontros cujos conteúdos são sobre os diferentes benefícios de proteção do Cadastro Único, as isenções e inserções em programas. Sua metodologia tem direcionamento de informações, inclusive de acesso ao BPC, mas também é um espaço de escuta e de aproximação, com apresentação dos grupos de convivência do serviço PAIF.

A execução é planejada anualmente, avaliada mensalmente para ajustes a partir dos interesses identificados e a cada mês a responsabilidade de execução da acolhida fica a cargo de um profissional de nível superior.

Em 2022 consolidou-se o acolhimento das famílias e indivíduos nas duas unidades do CRAS Espaço Esperança, revezando as servidoras em cada período.

Com resultado exitoso, observou-se a garantia de acesso aos direitos e prestação dos serviços do CRAS aos moradores do Jardim Santa Mônica e Campinho, reconhecimento da unidade II do CRAS como serviço continuado, aumento da procura pelo acolhimento e a participação nos grupos ou atividades de musicalidade.

O grupo de convivência Rota da Cidadania realizou acompanhamento das famílias por meio da participação de seus membros, predominantemente mulheres, com foco naquelas beneficiárias do Programa Auxílio Brasil e BPC com participação de idosos. O planejamento se deu de acordo com a necessidade do grupo com dinâmicas que contribuem com o estímulo à participação e reflexão da situação de vulnerabilidade do território ou das famílias, compreendido pelo coletivo.

Em 2022 observou-se: aumento da participação das atividades internas e externas, resultando em maior vinculação no serviço do CRAS; fortalecimento dos vínculos familiares e resolução de conflitos; ampliação do universo informacional; fortalecimento dos vínculos entre os membros do grupo.

Também ocorreram grupos com a SANASA, quinzenalmente, com atividades externas, integrativas com usuários de outros grupos ou de participação em atividades da rede intersetorial ou da comunidade, favorecendo a alternância dos espaços de acompanhamento e interação social.

Já o grupo de convivência “Troca de Saberes” priorizou as famílias que estão inseridas no Programa Auxílio Brasil, com participação ativa e expressiva de mulheres, foco da intervenção do trabalho social devido ao alto índice de violência doméstica e machismo acentuado no território e ainda formas desprotegidas de trabalho às mulheres que são as provedoras do núcleo familiar. As atividades do grupo ocorreram semanalmente e têm como estratégias o uso de ferramentas culturais e artesanais, sendo mensalmente programada uma roda de conversa do tema de interesse, com a participação de atores externos ou participação de atividade do grupo integrativo do CRAS em passeio. O empoderamento e o protagonismo são eixos centrais das atividades nas trocas dos saberes e com novas aquisições de conteúdo e diferentes artes.

Os membros do grupo de acompanhamento participaram como reeditores das atividades e temáticas e, ainda, como membro representando o coletivo do grupo “Troca de Saberes” e deste CRAS, em atividades na comunidade, dirigindo e ministrando as atividades junto à comunidade, sendo elas: Caminhada da Paz, Rede Abraço Amarais e Dandara – Igualdade Racial.

O grupo de acompanhamento de mulheres em período de gestação responde às necessidades dos indicadores verificados anteriormente sobre as situações de vulnerabilidades vivenciadas pelas

mulheres quanto às relações familiares, cuidados, proteção social da mulher e da criança, superação das violências, negligência, exigindo aumento das informações e acessos. Estas questões foram válidas na composição intersetorial do trabalho entre o CRAS e os dois Centros de Saúde, aumentando a inserção nos serviços e a proteção e cuidado da mãe e da criança.

O trabalho de acompanhamento no CRAS integra a rede de proteção social e socioassistencial, favorece o trabalho de prevenção e amplia as estratégias de busca ativa e vinculação nos serviços de proteção.

A concepção metodológica do trabalho social com as mulheres gestantes se propõe a ressignificar o universo patriarcal, machista, estruturado para dificultar as oportunidades e a oferecer às mulheres com baixa escolaridade, trabalhadoras com vínculo empregatício de subemprego com baixos salários a oportunidade de vir a exercer funções de provedoras econômicas, de proteção e de cuidado.

O serviço PAIF neste processo de acompanhamento apresenta dois momentos: o primeiro, de acolhida, aproximação e vinculação, com a oferta de 05 encontros uma vez na semana, e seu término prevê a oficina de pintura na barriga, além dos 05 encontros por Centro de Saúde, com atividades específicas do processo de gestação, mas com a participação ativa do CRAS no planejamento e execução. No segundo momento, considerando o serviço continuado do PAIF, os grupos permanecem como de mulheres e ressalta-se que durante todos os momentos, a partir da criação do grupo de WhatsApp, todos interagem, apontam temas, e as que se encontram em pós-parto permanecem nas atividades e/ou no grupo virtual.

Em 2022, além do fortalecimento do protagonismo e do empoderamento da mulher se utilizando de diferentes ferramentas e dinâmicas, aumentou o referenciamento para o setor de Cadastro Único, contou com a participação de companheiros e outros membros da família. O acompanhamento neste momento da mulher tem favorecido a construção coletiva de propostas de superação das vulnerabilidades sociais. Tal coletivo foi compartilhado como experiência no Seminário da Primeira Infância de Campinas.

Por sua vez, as oficinas de musicalidade foram desenvolvidas por agente de ação social em caráter de convivência e identificação de vulnerabilidades com ações temáticas, integradas com a equipe de profissional, bem como espaço de identificação de vulnerabilidades e referenciamento para acompanhamento, conforme o caso.



CRAS Vila Régio

Apesar das dificuldades no trabalho social com famílias, ressalta-se que no ano de 2022 a equipe do CRAS Vila Régio deu continuidade às atividades individuais e coletivas devido ao bom vínculo estabelecido com as famílias do território. Esse vínculo é criado tanto devido ao bom atendimento à comunidade nos atendimentos individuais (acolhida, articulações, escuta, encaminhamentos, afeto, respeito, entre outros) como nos grupos (constância, planejamento coletivo, comunicação direta e empática etc.).

Destaca-se que a comunicação é primordial para a execução dos trabalhos sociais com as famílias e, nesse sentido, necessita de uma maior agilidade de informações vindas de outros departamentos e gestão.

No início de 2022 o CRAS Vila Régio retomou a acolhida presencial de forma gradativa após a pandemia e manteve também o atendimento remoto como ferramenta de trabalho. Esta estratégia foi

positiva para garantir às famílias a acolhida de suas demandas, interesses e necessidades. Destaca-se que a vinculação dessas famílias com o serviço foi essencial para a retomada das atividades individuais e coletivas no primeiro semestre, porém a equipe necessitou reorganizar suas estratégias metodológicas para o atendimento coletivo de caráter continuado devido ao aumento considerável do acompanhamento PAIF. A partir de maio de 2022, diante do aumento da demanda de Insegurança Alimentar no território, iniciou-se o grupo Roda Temas.

Roda Temas: Encontros mensais com cunho informativo para as famílias que estão em acompanhamento e são beneficiárias do Programa Nutrir Emergencial, e em cada mês uma temática foi abordada (campanhas de conscientização).

Cultivando Saberes: Espaço de acolhida e escuta, de caráter democrático com objetivo de fortalecimento de mulheres. Este grupo ocorreu quinzenalmente com as mulheres acompanhadas, as quais vivenciavam as situações particulares/individuais com questões histórico-culturais, debatendo especialmente as relações de gênero.

Articula CRAS: São rodas de conversa que ocorreram mensalmente e têm como objetivo aproximar a equipe da população – escutando suas demandas –, apoiando-a (através de encaminhamentos, de articulações), levando informações sobre direitos e serviços. Estas ações contaram também com a colaboração de profissionais de outros serviços dentro do que a comunidade solicitava como assunto. A mobilização e o fortalecimento da comunidade apresentaram mais proximidade à equipe do CRAS.

Facilitando Direitos: Encontros com os serviços de saúde, educação e assistência social para profissionais e usuários. Têm o objetivo de promover o acesso às informações e mecanismos de garantia de direitos. Estes encontros ocorreram ao longo do ano e em alguns meses foram realizados dois encontros.

Releituras BPC: Mapeamento do público BPC do território com vistas a ações protetivas e preventivas. A equipe fez uma apresentação aberta aos beneficiários ativos e para os que se enquadram no benefício. O encontro visou as ações ao acesso ao benefício, prevenção de isolamento social, manutenção de atualização cadastral, fortalecimento do protagonismo e participação social de pessoas idosas e com deficiência.

O grupo Arte e Convivência ocorrem às segundas-feiras no CRAS e as sextas-feiras na Vila Lunardi em espaço cedido pela comunidade para a execução das atividades. Neste grupo é executada a oficina de pintura em tecido como atividade de convivência, a qual é aberta para qualquer usuário e para qualquer faixa etária. O CRAS conta com uma voluntária na oficina de Crochê para compor as atividades coletivas, que neste grupo de mulheres ocorreram semanalmente.

Ao longo do ano, o grupo Arte e Convivência realizaram passeios e confraternizações, que foram muito importantes para potencializar a participação das ações do CRAS e fortalecer vínculos.

A oficina de Pintura em Vidro foi organizada como ação pontual na Comunidade Nova Canaã, visando melhorar o vínculo com a comunidade, dar acesso a informações e a direitos, fortalecer suas potencialidades, bem como mobilizar as famílias na superação das vulnerabilidades. A oficina ocorreu semanalmente no período da tarde em espaço cedido por uma moradora da comunidade.





• Eixo II – Gestão Territorial/Norte

Em relação à gestão territorial, destaca-se a importância dos CRAS dando suporte aos serviços do território, constituindo-se de fato como referência para o fornecimento de dados e informações, orientação sobre operacionalização dos serviços, organização e articulação de demandas.

O DAS atuou enquanto suporte aos serviços socioassistenciais e aos CRAS, garantindo o fluxo de informações e o suporte técnico, quando requisitado.

O DAS Norte tem 05 intersetoriais, sendo duas de área de abrangência dos CRAS e três da área do Distrito, sendo: Intersectorial Nascente, Intersectorial Jardim Eulina/Aurélia e Intersectorial Barão Geraldo. Em território de CRAS são: Intersectorial Estrela, eixo Nova Aparecida e Intersectorial Amarais, no eixo Amarais.

Intersectoriais:

Intersectorial Lua – Microterritório Eulina/Aurélia: Destaca-se que mantém boa articulação com as OSCs e serviços de saúde territorial, atendendo as demandas identificadas das famílias.

Intersectorial Barão Geraldo – Microterritório de Barão Geraldo: Acontece num território diferenciado dos demais, pois identificaram-se realidades distintas: uma área urbanizada e outra rural. Urbana: caracterizada por infraestrutura adequada, no entanto com focos de população mais vulnerável, situadas no Real Parque, bairro onde se localiza uma OSC/AMIC parceira que se verificou ser bem atuante. Rural: de abrangência da região do Village, com focos de concentrações de população com situações socioeconômicas mais vulneráveis. Esta é uma região distante, e a retomada do atendimento do CadÚnico móvel vem se mostrando essencial como forma de acesso daquela população.

Intersectorial Nascente – Microterritório da Região Vila Olímpia/San Martin/CDHU: Ocorreram reuniões mensais, retornando às reuniões presenciais no espaço da Associação dos Moradores do San Martin, definidas para a segunda segunda-feira de cada mês no período da manhã. As reuniões técnicas de discussões de casos também ocorreram mensalmente de forma online, para evitar problemas com deslocamento dos profissionais.

Intersectorial Estrela – Microterritório Nova Aparecida: A Intersectorial Estrela realizou encontros no modo presencial com a participação do DAS Norte no ano de 2022. Nesse coletivo foi articulada e planejada a construção do evento “Mulheres em Movimento” e “18 de Maio” com ação Intersectorial no território, eventos realizados anualmente pela rede. Na sequência dos meses, nos encontros mensais foram discutidas as pautas trazidas, dentre elas: discussões sobre a PL 133/21 – Instituição de uma Intersectorial para criança e adolescentes, e a continuidade das atividades no Jardim Rosália IV. Contou-se com a participação de um profissional do CAPS IJ Carretel para apresentar as demandas do território em relação à Saúde Mental, destacando-se na discussão o público criança e adolescente, de situações trazidas pela educação, e OSCs Parceiras. Houve a colaboração do profissional do CEASA sobre o Projeto Mesa Brasil, no qual destacou o fluxo de atendimento e inserção no projeto de Cesta Hortifruti, no caso cadastro no Shalon como mais um ponto de atendimento no território. A participação do Assistente Social do Distrito de Saúde Norte nas reuniões foi positiva para a retomada de fluxos e as demandas e dificuldades das equipes NASF dos 4 Centros de Saúde para a população, e a participação neste ano de uma técnica do SOS Rua para articulação das demandas da população em situação de rua no território.

Intersetorial Amarais – Microterritório do CRAS Espaço Esperança: Em 2022 foram realizadas reuniões com representações das políticas públicas do território: saúde, educação municipal, rede socioassistencial da proteção social básica e especial de média complexidade e coletivos e lideranças comunitárias. As pautas discutiram sobre as estratégias e esforços de mobilização e sensibilização sobre o distanciamento social, vacinação, retorno às atividades da educação e socioassistencial da proteção social básica, programa de transferência de renda. Como conclusão realizou suas ações comunitárias de enfrentamento, mobilização e sensibilização, a partir dos indicadores de violência do território.

Rede Socioassistencial

Em 2022 as ações da rede socioassistencial foram desenvolvidas através do Reordena Norte, com a participação da Coordenadoria de Parcerias da PSB. Essas reuniões ocorreram no primeiro semestre de forma online e no segundo semestre de forma presencial, contudo com ausência de um número significativo de representantes de Osc's parceiras.

Nesse sentido destacamos a importância da criação e parceria da Coordenadoria de Parcerias da PSB, a qual teve papel fundamental nas discussões acerca do Reordenamento e Público Prioritário. Destacamos também participação da equipe técnica da CSAC e da gestora do CREAS Norte, que contribuiu nas reflexões acerca desse tema. Neste coletivo foi retomada a discussão do Público Prioritário, que estava planejado no ano anterior. Essas discussões não se esgotaram no decorrer do ano, e terá continuidade em 2023. Importante destacar a participação da equipe técnica da CSAC e da gestora do CREAS Norte, as quais contribuíram nas reflexões acerca desse tema.

Núcleo Articulador Gestor:

A partir da supervisão realizada pela Professora Regina Miotto, as unidades de cada região propuseram um plano de ações para fortalecer a relação entre as proteções do SUAS. Desta construção, a análise retornou para a proposição do estabelecimento do Núcleo Articulador Gestor (NAG) composto por gestores da PSB e PSE de cada região, bem como de gestores de serviços centralizados que atendem todo o município.

Esta proposta se deve ao fato da identificação da necessidade do aprimoramento da Política de Assistência Social em Campinas e descentralização da gestão municipal com foco na integralidade no atendimento às famílias/usuários dos serviços socioassistenciais que compõem a rede SUAS Norte.

Durante o processo na Região Norte, identificaram-se as dificuldades das equipes de trabalho em entender fluxos e instrumentais utilizados por outros serviços, bem como o distanciamento e a fragmentação do trabalho social com outras políticas setoriais no âmbito da prevenção e atendimento, sendo necessário também maior investimento em formações continuadas. No que se refere às ações coletivas de prevenção socioterritorial, foi identificada a necessidade de ações integradas e conjuntas na superação das violências, vulnerabilidades e outros fenômenos no território, e nesse sentido avalia-se a importância que as ações sejam planejadas conjuntamente a partir do NAG.

Ações na Região:

Outras ações temáticas que aconteceram no território tiveram planejamento iniciado por outros departamentos da SMASDH e contaram com a participação dos equipamentos da região Norte, a saber:

Junho Violeta – atividade alusiva ao mês do Idoso em parceria com a Coordenadoria do Idoso no CEU Estação Cidadania – Cultura Thaís Fernanda Ribeiro.

Viva Campinas – atividades comemorativas do aniversário da cidade.

Agosto Lilás – ação desenvolvida conjuntamente com a Coordenadoria da Mulher. Essa atividade aconteceu no CEU Estação Cidadania – Cultura Thaís Fernanda Ribeiro, onde participaram integrantes das 05 intersetoriais da região.

Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente – O Distrito, em conjunto com o CMDCA, intersetoriais e rede socioassistencial, realizou a conferência Regional Norte.

4- REGIÃO SUDOESTE

- **DAS Sudoeste**
- **CRAS Campos Elíseos**
- **CRAS Nelson Mandela**
- **CRAS Novo Tempo**

Contextualização da Região

A região Sudoeste vem percebendo um crescimento da sua população decorrente da expansão dos empreendimentos imobiliários, a qual cria novos núcleos habitacionais e demanda o investimento em infraestrutura e serviços públicos para atender a população que circula ou habita o território.

Em pesquisa realizada no Sistema Tabnet, da Saúde, a partir dos centros de saúde que atendem os bairros da região, foi obtido o número de 255.135 pessoas morando na região, em dados de 2020. A partir destas informações, a população por territórios se distribui da seguinte maneira: o Distrito de Assistência Social Sudoeste tem 153.740 pessoas residentes, o CRAS Campos Elíseos possui 78.790 residentes, seguido pelo CRAS Nelson Mandela, com 63.099 e, por fim, o CRAS Novo Tempo, com 49.824 pessoas residentes estimadas em sua abrangência. Tais dados ressaltam a importância do investimento em políticas públicas que atendam à população do território, em consonância com as normativas vigentes.

Eixo I – Trabalho Social com Famílias/Sudoeste

Para a PSB, a gestão regional avaliou a necessidade do investimento em ações coletivas que dialogassem com as demandas do território. A estratégia em 2022 foi fortalecer as ações coletivas tão prejudicadas nos anos anteriores, onde se teve que realizar ações particularizadas ou coletivas de modo virtual ou híbrido. Tais ações foram planejadas nos espaços coletivos e de gestão da rede da PSB. Elencaram-se cinco agendas que dialogam com a realidade dos DAS/CRAS/SCFV, sendo eles: 18 de Maio, Junho Violeta, Setembro Verde/Consciência Negra e, por fim, uma ação de compartilhamento.

DAS Sudoeste

O DAS tem um importante papel no trabalho social com famílias em um território não coberto pelos três Centros de Referência de Assistência Social da região.

No ano de 2022 deu-se continuidade aos atendimentos à população de forma particularizada, com demandas espontâneas ou referenciadas, sendo estas últimas, em sua maioria, advindas dos sistemas de garantia de direitos, por solicitação do 156 e outros serviços da rede. Também foram realizados atendimentos remotos via telefone, e-mail e WhatsApp.

O atendimento presencial se deu majoritariamente para orientações acerca dos programas de transferência de renda ou segurança alimentar das três esferas de governo. Uma parcela significativa dos atendimentos referiu-se a demandas para orientações sobre benefícios previdenciários, haja vista a referência de atendimento para a população que o DAS vem consolidando anualmente, somada à dificuldade de acesso do atendimento presencial nas agências do INSS

CRAS Campos Elíseos

Em 2022 iniciou-se a retomada das atividades coletivas presenciais, que foram suspensas devido à pandemia de covid-19. As ações do CRAS foram reformuladas, com o acolhimento presencial acontecendo de forma agendada, evitando assim aglomerações no espaço. A maior demanda da população durante o ano foi a busca por benefícios socioassistenciais como: Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil, Vale Gás, Cartão Nutrir, BPC e orientações sobre benefícios do INSS.

O acompanhamento às famílias foi realizado por meio de contatos telefônicos, atendimentos presenciais e/ou visitas domiciliares. Ofertou-se um grupo semanal para orientações sobre o BPC e os usuários que fizeram requerimento e não tinham condições de acompanhar sozinhos sua solicitação foram auxiliados com consultas ao sistema “Meu INSS”.

Os protocolos e encaminhamentos da rede de serviços foram atendidos de maneira presencial e/ou por visita domiciliar. As discussões de caso ocorreram de forma remota e presencial, conforme a necessidade. Notou-se aumento na demanda de atendimento à população idosa em busca de serviço de cuidador e ILPI.

Uma dificuldade encontrada ao longo do ano foram os furtos da fiação elétrica ocorridos na unidade, prejudicando o atendimento à população.

Destacam-se duas ações que ocorreram ao longo do ano: o já mencionado grupo semanal de orientações sobre o BPC, composto por famílias que requerem o benefício socioassistencial e recebem orientações sobre os critérios de requisição, concessão e permanência no BPC; auxílio na operacionalização do sistema Meu INSS.

Outra ação em destaque referiu-se à conscientização pelo fim da violência contra a mulher (“Agosto Lilás”), onde através de uma roda de conversa, oficina de *tie dye* e defesa pessoal, foi possível conversar com as pessoas presentes sobre o reconhecimento das violências de gênero, formas de denúncia e canais de atendimento.

CRAS Nelson Mandela

No ano de 2022 foram retomadas totalmente de modo presencial as ações coletivas e as oficinas realizadas no CRAS, bem como as reuniões de discussão em rede dos serviços socioassistenciais e intersetorial.

Compreende-se que a retomada das ações coletivas reafirmou a identidade do serviço no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, apresentando aumento progressivo da participação dos usuários.

A demanda apresentada pela população usuária continuou sendo por programas de transferência de renda e segurança alimentar, com destaque para o BPC. A morosidade de inclusão em PTRs comprometeu a condição socioeconômica das famílias atendidas. Ocorreu ainda um sutil aumento pela procura de ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos.

Duas ações são destacadas pela equipe, dentre aquelas ocorridas em 2022: Cine debate, com o filme “Que horas ela volta”, que foi uma atividade de convivência em grupo pontual, aberta à população do território, que utilizou como ferramenta a arte cinematográfica para fomentar a discussão sobre a realidade social e seus desdobramentos. O filme “Que horas Ela Volta” é uma obra brasileira de 2015, gênero drama, escrito e dirigido por Anna Muylaert. O filme é protagonizado por Regina Casé e trata dos conflitos que acontecem entre Val, uma empregada doméstica do Brasil, e seus patrões de classe média alta, criticando as desigualdades da sociedade.

A segunda ação em destaque foram as Oficinas de boneca Abayomi e Trança Nagô, atividade de convivência em grupo pontual, aberta à população do território, que utiliza como ferramenta a aprendizagem da confecção das Bonecas Abayomis e da Trança Nagô. A abertura das oficinas se deu a partir da fala dos trabalhadores do serviço e de uma dasicineiras convidadas, momento no qual a temática foi apresentada e também houve a divulgação do HQ Territórios Negros de Campinas.

CRAS Novo Tempo

Durante o ano de 2022 buscou-se a retomada das atividades coletivas, conforme expectativas levantadas no planejamento. Frisa-se que a execução do trabalho coletivo detém impacto decisivo na prevenção dos riscos sociais e, portanto, na recomposição das funções precípuas do trabalho social com famílias, atinente à proteção social básica. A gradativa remissão da situação de pandemia de covid-19 possibilitou avançar neste sentido. Na outra mão, a falta de recursos humanos, materiais e alimentação foram dificultadores para a realização das atividades, assim como a obtenção de qualidade nos serviços oferecidos.

Em função dessa retomada, em oposto ao ano anterior, foi possível verter o fluxo do atendimento individualizado para a coletivização de demandas. Os meios remotos não são mais aplicados como principais. O uso do WhatsApp foi restringido à divulgação de ações, atividades e contatos da equipe técnica para a população, não mais cumprindo função como porta de entrada virtual.

Dentre as principais demandas recebidas na unidade, o CadÚnico foi a maior procura devido aos programas e benefícios vinculados. O Nutrir Campinas, o Auxílio Brasil e o Auxílio Emergencial do Governo Federal foram as buscas mais frequentes. O acesso ao BPC foi uma demanda coletivizada sob a oferta de grupos semanais em dois períodos. Eventualmente, há desdobramentos individuais, contudo, a proposta de operacionalização dos grupos tem sido eficaz para atender os usuários que requerem informações e acesso ao benefício.

Dentre as ações de destaque há os Grupos PAIF, que foram essenciais para a organização dos atendimentos. As atividades foram planejadas e executadas pelos técnicos de acordo com demandas percebidas no microterritório, assim como as agendas da região. Como os temas por vezes podem ter relevâncias universais e não exclusiva às questões dos inseridos no acompanhamento, encontros abertos também foram previstos. Dessa forma o trabalho visou atingir famílias já vinculadas e não-vinculadas, ampliando o diálogo com o território. A segunda ação de destaque foi a realização da Horta Comunitária, nomeada posteriormente como 'Espaço Bem Viver'. O grupo tem como objetivos: estimular hábitos alimentares saudáveis, fortalecer o convívio comunitário, exercitar a cooperação e o trabalho em equipe, favorecer a aquisição de novos conhecimentos técnicos de plantio e manejo, incentivar os participantes ao cultivo da horta em suas residências. Mais além, a atividade também é entendida como um laboratório de exercício democrático. A autonomia das famílias participantes é valor máximo e irrevogável, cabendo a elas as deliberações desde o planejamento ao destino da colheita produzida.

Essa forma de executar o acompanhamento PAIF e o trabalho social com famílias no geral viabilizou a identificação e trocas entre os participantes, fortalecimento de vínculos, usuários como multiplicadores, amplificando a reverberação do trabalho do CRAS no território, mesmo sob o desafio da adesão aos atendimentos grupais frente à busca da atenção individualizada. Observamos ainda a superação de dificuldades intrafamiliares e comunitárias, acesso aos serviços e políticas públicas e mitigação da situação de agravamento de vulnerabilidade social extrema.

Outras ações realizadas foram o 'Marçoda Mulher', 'Oficina de Educação Financeira', 'Erradicação do Trabalho Infantil', 'Roda de Conversa sobre o Mundo do Trabalho' e 'Cidadania e os Direitos da Pessoa com Deficiência'.

- **Eixo II – Gestão Territorial/Sudoeste**

O fortalecimento das ações coletivas com a rede de serviços públicos e cofinanciados na região sudoeste foi a estratégia escolhida para o ano de 2022. Através do “Agita Rede”, espaço de gestão dos SCFVs com o DAS e CRAS, foram elencadas cinco ações que se desdobraram nos territórios de CRAS, com apoio da rede intersetorial em algumas delas. As ações são apresentadas a seguir:

* **18 de Maio** - A ação coletiva com a temática “Combate da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” acontece de forma descentralizada há alguns anos e a Região Sudoeste tem buscado realizar a mobilização com unidade e potência; a ação é financiada, em parte, com recursos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nos três microterritórios de CRAS ocorrem cortejos para chamar atenção dos moradores e comerciantes acerca da data e do significado desse dia; o envolvimento da educação, ainda tímido e com baixa participação na construção da ação, impactou positivamente a ação. O diferencial do 18 de Maio na Região Sudoeste se deu pela formação “Proteger, Acolher, Informar: Formação para a Prevenção e Notificação de Violências Sexuais Contra Crianças e Adolescentes”, realizada pelo Instituto Claves.

***Junho Violeta** - “Combate da Violência Contra a Pessoa Idosa”. Avalia-se que a violência contra a pessoa idosa é uma crescente no território, razão pela qual a agenda foi inserida nas ações de conscientização da região, de modo a propiciar diálogo sobre a temática e sua inserção das atividades dos serviços públicos e parceirizados. A ação coletiva ocorreu de forma descentralizada e teve como mote a questão do idadismo.

***Setembro Verde** - Setembro Verde é o mês que dá visibilidade à luta das pessoas com deficiência e também trabalha a inclusão. A pessoa com deficiência compõe o público prioritário no trabalho executado pela Política de Assistência Social. De acordo com o PMAS 2018-2022, a região sudoeste concentra o maior número de beneficiários do BPC-PCD, motivo pelo qual foi planejado e realizado o “Primeiro Seminário Sudoeste Inclusiva”, com o objetivo de conhecer a rede de atendimento, tendo como foco a formação dos trabalhadores e usuários.

***Consciência Negra** - Houve encontros para construção das ações organizadas no espaço do Agita Rede e com capilaridade nas intersetoriais articuladas. Contou-se com a participação de personalidades pretas do município, principalmente residentes nos territórios, como Benê Moraes, Mano Tim, entre outros. As vereadoras Guida Calixto e Paola Miguel também estiveram presentes no planejamento.

Cada microterritório organizou o diálogo e a execução da ação conforme as próprias especificidades e recursos disponíveis, tornando os processos singulares, ao mesmo tempo em que carregavam a potência de uma região.

Conservando a tonalidade de conscientização, a data permite também uma atmosfera celebrativa e, dessa forma, foram realizadas oficinas, rodas de conversa, apresentações musicais, performances e exposições.

***Encontro de Compartilhamento** - Em dezembro organizou-se uma tarde para celebrar a realização das ações da PSB na Região Sudoeste. Cada serviço apresentou uma atividade ou dinâmica que envolvesse todos os participantes. Foram realizadas várias dinâmicas que “Agitou a Rede”, com direito a paródia resgatando todas as ações realizadas. A professora de Psicologia da PUC Campinas, Raquel Guzzo, esteve no encontro e contou sobre a sua experiência com a rede pública municipal de educação.

***NAG - Núcleo Articulador Gestor** - Outra ação que fez parte do planejamento da Região Sudoeste foi a participação da coordenação do DAS e chefias dos CRAS no Núcleo Articulador Gestor no ano de 2022, espaço que contou com a supervisão da professora Regina Miotto, que subsidiou a definição dos objetivos do grupo: a) identificar as fragilidades e potencialidades do SUAS no território; b) construir a integralidade entre os diferentes níveis de proteção da política de assistência social; c) construir a articulação entre o SUAS e as diferentes políticas setoriais presentes no território; d) subsidiar a gestão central sobre as demandas locais, indicando a necessidade de ampliação ou implantação de novos serviços no território; e) planejar ações no território envolvendo a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

É importante salientar que o NAG é uma proposta que segue em processo de construção, de forma que o envolvimento de todas as proteções da Política Pública de Assistência Social faz-se essencial para o desenvolvimento do mesmo.



5- REGIÃO SUL

- **DAS Sul**
- **CRAS Bandeiras**
- **CRAS Campo Belo**

Contextualização da Região

A região Sul é composta por 273 bairros do Município de Campinas, os quais são responsáveis por abrigarem 27,25% da população do Município (aproximadamente 333.332 habitantes), conforme levantamento de dados realizado pelo GT Estudo Socioterritorial para o PMAS (Plano Municipal de Assistência Social) 2022-2025, a partir da estimativa do Censo 2010 disponíveis no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Outros dados relevantes apresentados por este mesmo levantamento: esta região possui o maior número de nascidos vivos nos anos de 2018 a 2021, conforme dados do SINASC/SMS; é responsável pelo maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família (2021), BPC (Benefício de Prestação Continuada) e Programa Nutrir Campinas. A partir destes dados, é possível afirmar que a região Sul concentra o maior número de famílias em situação de vulnerabilidade social em Campinas.

Para atender as demandas socioassistenciais, a região possui apenas 02 CRAS, 01 DAS, 01 CREAS e 20 SCFV executados por Organizações da Sociedade Civil.

O CRAS Campo Belo é referência de atendimento para 12 bairros e o CRAS Bandeiras para 16 bairros. Os demais 245 bairros que não possuem cobertura de CRAS são atendidos pelo DAS Sul.

No entanto, para atender às necessidades das famílias, outras Políticas Públicas integram a Rede de Serviços e compõem a Rede Intersetorial. Nesta perspectiva, a Região Sul conta com 16 Centros de Saúde, 46 unidades municipais de Ensino Infantil, 11 escolas municipais de Ensino Fundamental e Escolas Estaduais.

Os equipamentos públicos da Política de Assistência Social desta região são insuficientes para o atendimento à população. Ao avaliar os números demográficos e do Cadastro Único, seria necessária a instalação de mais CRAS nas seguintes regiões: Jardim Fernanda e entorno, Parapanema, Carlos Lourenço, Itatiaia e entorno e no eixo Parque Oziel/Monte Cristo/Gleba B.

Tanto no território do DAS como nos territórios dos CRAS Campo Belo e Bandeiras há uma escassez de Serviços Públicos como um todo, mas o que compete à Assistência Social enquanto Política

Pública: as vagas de SCFV para a faixa etária de 6 a 14 anos são insuficientes e não há ofertas para jovens e idosos, ambas com demandas significativas.

• Eixo I – Trabalho Social com Famílias/Sul DAS Sul

Considera-se o DAS Sul um importante referencial de atendimento à população dentro das ações da Proteção Social Básica, o qual dá cobertura a um grande contingente de bairros da região Sul em que não há CRAS.

Apesar de não executar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o DAS Sul é referência para um grande número populacional que, para além de informações, busca o serviço por programas de transferência de renda, tais como: BPC, Cartão Nutrir do Departamento de Segurança Alimentar, Cadastro Único na perspectiva do Auxílio Brasil e outros benefícios disponibilizados pelo programa Bolsa do Povo, do Governo Estadual. No ano de 2022, a equipe técnica atendeu 1.759 pessoas nos dias de acolhimento. Destaca-se aqui o número de acessos ao BPC: 308 pessoas.

Além dos atendimentos por busca espontânea, pautados na acolhida e segurança, a equipe do DAS atende os canais de denúncias, como: protocolos, 156 e Disque Direitos Humanos (DDH), Conselho Tutelar, Conselho Municipal do Idoso (CMI), demandas do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), outras políticas do município e encaminhamentos de outros municípios da federação. Dos atendimentos de demanda espontânea e canais de denúncias encaminhados ao DAS, destaca-se um grande número de atendimento às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou violação de direitos.

Ao longo do ano a equipe técnica realizou orientações, requerimentos e articulações constantes com a rede socioassistencial, com outras políticas e com profissionais do INSS para garantir o atendimento à população.

Cabe ressaltar a participação da equipe técnica nos espaços de discussões de casos: GT Interproteções, que ocorre uma vez por mês, entre os serviços da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, Conselho Tutelar e com a política de Saúde e Educação quando necessário; nos 4 eixos do SUS/SUAS, que ocorrem uma vez por mês em cada eixo e compreendem a participação dos serviços da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, Centros de Saúde do território sul e quando necessário a participação do Conselho Tutelar.

No GT Interproteções foram discutidos 44 casos e, nos 4 eixos do SUS/SUAS, 83 casos, totalizando assim 127 discutidos durante o ano.

CRAS Bandeiras

O planejamento de 2022 do CRAS Bandeiras contemplou o acolhimento como uma ação estratégica que precisaria ser constantemente repensada e avaliada. Os atendimentos para orientação do BPC passaram a ser agendados, considerando ser uma demanda significativa, tanto do ponto de vista dos procedimentos necessários para que o requerimento do benefício seja realizado, quanto da complexidade das orientações.

Assim, os requerimentos de BPC passaram a ser realizados em dia e horário previamente agendados, o que permitiu melhor organização desta demanda na unidade. No ano de 2022 foram realizados 161 requerimentos de BPC pela equipe técnica do CRAS Bandeiras, o que não reflete a total demanda relativa a este benefício que, para além do requerimento, envolve: orientação sobre os critérios de acesso e manutenção do benefício; orientação e apoio para acesso à documentação civil necessária; orientação sobre a necessidade de inclusão ou atualização do Cadastro Único e encaminhamento para sua realização; apoio para que o usuário consiga acompanhar o andamento do requerimento pelo portal do Meu INSS; apoio para envio de documentações exigidas pelo INSS durante o requerimento; apoio para agendamento de avaliação social e perícia médica.

A mudança na forma de atendimento dos usuários do BPC foi avaliada como positiva pela equipe, por ser um atendimento que demanda mais tempo, envolve o uso de sistemas como o site do Meu INSS, a conferência de documentos, dentre outras orientações que se fazem necessária. Ainda assim, entende-se que há o desafio de coletivizar as orientações relativas ao BPC, de modo a construir um espaço em que além da socialização das informações, também seja possível viabilizar a troca de experiências. Concretizar esta ação torna-se um desafio diante das possibilidades concretas que a equipe do CRAS Bandeiras possui para realizar o planejamento e execução da ação, sobretudo por se tratar de uma unidade com equipe reduzida e com a necessidade de reposição do quadro de profissionais.

O quadro reduzido de profissionais impactou não apenas a possibilidade de avançar na construção de novas ações coletivas, como a mencionada sobre o BPC, como também impossibilitou a

retomada de ações que já existiram anteriormente, como a Oficina com Dança e a Semana da Consciência Negra, ambas previstas no planejamento estratégico de 2022, mas que não puderam ser concretizadas.

CRAS Campo Belo

O CRAS Campo Belo conseguiu avançar em várias propostas que se encontravam adormecidas em decorrência da pandemia do covid-19, tais como ações coletivas junto à comunidade e o desenvolvimento de novas oficinas.

No primeiro semestre de 2022, destacam-se as Ações Coletivas do 18 de Maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) em parceria com a Intersetorial, sendo a primeira ação coletiva **presencial** desde o início da pandemia e surpreendeu pela quantidade de pessoas que participaram, usuários e profissionais da Rede. O 18 de Maio foi composto por 02 (duas) formações para os profissionais da Rede Intersetorial, as quais contaram com participação inclusive de servidores da Saúde e da Educação, assim como uma Palestra Aberta à Comunidade que, apesar de ter ocorrido na manhã mais fria do ano, contou com bastante participação de adolescentes e pais.

No segundo semestre a equipe do CRAS Campo Belo avançou no desenvolvimento de novas Oficinas a serem ofertadas aos usuários deste equipamento da Política de Assistência Social. No mês de agosto foi dado início ao Grupo de Convivência Comunitária – oficina continuada, nos moldes do PAIF –, conduzido por uma Assistente Social e uma Agente de Ação Social, que utilizam o crochê como uma das ferramentas de trabalho com o grupo. Atualmente, essa Oficina tem 02 grupos em andamento. O Grupo de Convivência Comunitário permite o acompanhamento familiar e potencializa o fortalecimento de vínculos e a construção de uma rede de apoio entre as participantes, assim como a participação das usuárias na construção do planejamento da Oficina. Participam desta atividade coletiva continuada 24 mulheres, representando suas famílias. O Grupo de Convivência Comunitária atingiu as metas propostas em seu planejamento inicial:

1. Possibilitar instrumentos para garantia do convívio familiar e comunitário, através do compartilhamento de experiências, assim como fortalecer as famílias em suas necessidades de forma a desenvolver estratégias para superação das dificuldades cotidianas;
2. Atender entre 5 a 12 famílias do território, priorizando situações identificadas nos atendimentos do CRAS, da rede Intersetorial ou encaminhadas pelos serviços da região;
3. Conhecer o contexto dos usuários e seu território, o que facilitará as ações na garantia dos seus direitos;
4. Construir uma rede de debates, fóruns e seminários sobre diversas temáticas no espaço do CRAS.

De acordo com a avaliação das usuárias – realizada através de entrevista qualitativa, durante a roda de conversa da ação de encerramento das atividades do grupo no ano de 2022 –, foi pontuado que o grupo possibilitou a criação de laços de cooperação entre as participantes, em especial para aquelas que vivenciavam experiências relacionadas às perdas e isolamento social. Nas falas das usuárias foi destacado que as atividades desenvolvidas potencializaram a construção de estratégias para enfrentamento de vulnerabilidades e situações de risco social. O número inicial previsto na meta de implementação da oficina foi alcançado e superado, sendo que neste momento, a atividade conta com lista de espera com inscritas para uma possível abertura de novos grupos.

As atividades de planejamento participativo desenvolvidas com as famílias foram essenciais para aprofundar o conhecimento sobre a realidade e a dinâmica de vida das participantes, permitindo assim que os temas abordados fossem dinamizados conforme demandas e interesses apresentados. Além disso, a diversidade de propostas que foram realizadas no espaço do CRAS e, fora deste, a exemplo do passeio realizado com as integrantes e a participação da rede de serviços do território em atividade intersetorial que foi realizada com o grupo, permitiu a consolidação de um espaço para debates que se desdobram para além das demandas pertinentes à assistência social, construindo assim, um ambiente propício para a efetiva participação popular dessas mulheres e seus familiares. Esses tipos de ações foram avaliados por elas como importante contribuição para a participação na vida pública do território e para o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

Compreendeu-se que foi possível ainda oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo das usuárias. Nas atividades propostas, buscou-se o sensibilizar acerca do sentimento de pertencimento e de identidade das mulheres participantes, que revelaram elementos significativos deste processo de construção.

No mês de setembro foi iniciada a Oficina de Acompanhamento do BPC, também de caráter continuado, sob a responsabilidade de 03 assistentes sociais e com apoio de 01 agente de ação social, voltada para aqueles usuários que deram entrada no requerimento do referido benefício. A proposta é trabalhar os direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência, fazendo interlocução com outras Políticas da Rede Intersetorial, além de prestar auxílio ao usuário na consulta ao processo de requerimento do benefício. Esta Oficina acontece quinzenalmente e, dado que se encontra no início, conta com poucos usuários assíduos e ainda não está sendo executada conforme previamente planejado.

Também no mês de setembro iniciaram outras 03 oficinas pontuais, abertas à comunidade: (1) Oficina de Orientações de Benefícios, para prestar informações e tirar dúvidas acerca dos direitos básicos dos usuários, Cadastro Único e benefícios socioassistenciais vigentes; (2) Oficina de Orientações do BPC, para informações sobre os critérios, formas de acesso e processo deste benefício; e (3) Oficina de Documentação Civil, para informar e garantir o acesso a este direito básico. Estas Oficinas possuem um caráter preventivo, através do acesso a informações sobre os direitos e benefícios socioassistenciais vigentes e, na avaliação da rotina e processo de trabalho, possibilitou uma melhor organização no acolhimento para outras demandas. No entanto, são Oficinas recentes que precisam de ajustes no planejamento e execução.

No mês de outubro foi organizado o “Combinamos de não morrer: Idadismo e o Direito da Pessoa Idosa”, executado em parceria com a OSC CEI “Padre Santi Capriotti” e a Coordenadoria Setorial de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa, aberto à Comunidade. E no mês de novembro ocorreu o “Combinamos de não morrer: Consciência Negra”, executado em parceria com o SCFV Vovô Nestor na oferta de Oficina de Capoeira e com o DSAN (Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional) na oferta da Oficina “Consciência Negra e a influência na culinária brasileira”.

Levando-se em consideração as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento das ações, a equipe do CRAS Campo Belo avançou consideravelmente no Trabalho Social com Famílias, que até então estava reduzido aos atendimentos e acompanhamentos individuais.

Imagens de algumas atividades mencionadas:





• Eixo II – Gestão Territorial/Sul

A região sul se caracteriza em um território superdimensionado e é a região com o maior número populacional do município de Campinas. O DAS Sul e os CRAS Bandeiras e Campo Belo conduzem a Gestão Territorial da região. Tal gestão tem se consolidando ao longo dos anos na perspectiva do fortalecimento da rede através das Intersetoriais, do GT SCFV, do GT Interproteções e GT SUS/SUAS.

A região conta com três intersetoriais, organizadas a partir dos microterritórios do DAS e dos dois CRAS. A proposta destes espaços é possibilitar que profissionais das diferentes políticas públicas (assistência social, saúde, educação, habitação e outras) que atuam nos mesmos territórios possam se encontrar para formular ações e intervenções diante das demandas da população atendida. A articulação entre os serviços socioassistenciais e a intersetorialidade da Política de Assistência Social com as demais Políticas Públicas do território permitem o melhor atendimento à população. Tendo isso como norte, as Intersetoriais desta região pautam assuntos pertinentes à comunidade local, fluxos e demais assuntos importantes para o momento.

O GT SCFV é um espaço de gestão do serviço público, coordenado pelo DAS Sul e, desde 2022, em parceria com a Coordenadoria Setorial de Gestão de Parcerias da Proteção Social Básica e, exclusivo da Política de Assistência Social com as OSCs que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a partir dos Editais de Chamamento e Termos de Fomento.

As reuniões são mensais, presenciais (ocorrem na sala de reuniões do DAS Sul) e as pautas variam conforme as demandas de gestão do momento. São convidados a participar: servidores dos equipamentos da Política da região Sul e pelo menos um representante de cada OSC que executa o SCFV, preferencialmente coordenador (a) ou profissional da equipe técnica.

Destacamos 02 ações realizadas durante o ano, organizadas pelas Intersetoriais em conjuntos com os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):

1. Maio Laranja (Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes), no qual foram realizadas atividades nos microterritórios das Intersetoriais: DAS Sul, CRAS Bandeiras e CRAS Campo Belo. Participaram os SCFV, Educação, Serviços para o Programa de Aprendizagem ao Mundo do Trabalho e outros da rede socioassistencial. Os serviços se organizaram para realizar atividades com as crianças, adolescentes e familiares com atividades educativas, lúdicas, rodas de conversa e ação de mobilização à população realizada em praça pública do território. As atividades ofertadas visaram à mobilização, sensibilização, informação sobre a defesa dos direitos das crianças e adolescente e ao fortalecimento da rede de proteção social do território.

2. No segundo semestre, focou-se na XII Conferência Municipal da Criança e do Adolescente com o tema “A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral

com respeito à diversidade". Sendo que no dia 27 de outubro de 2022 realizou-se a Pré-Conferência na região Sul, que promoveu o encontro de crianças, adolescentes, profissionais da rede socioassistencial, educação e pessoas da comunidade, proporcionando a participação de aproximadamente 250 pessoas, o que possibilitou as discussões acerca dos 5 Eixos da XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os grupos dialogaram sobre os temas de cada eixo e elaboraram propostas que foram apresentadas na Conferência Municipal que ocorreu entre os 24, 25 e 26 de novembro/2022.

Os outros dois espaços de gestão da região Sul são exclusivos para discussão de casos: o GT Interproteções e o GT SUS-SUAS.

O GT Interproteções é um espaço institucional na Política de Assistência Social, dedicado à discussão de situações familiares complexas, em que o estabelecimento de fluxos e a interlocução entre as proteções se fazem necessárias para a superação de impasses no acompanhamento, assim como para a ampliação da proteção e do acesso a direitos pelas famílias e sujeitos atendidos.

Em fevereiro de 2022 foi realizada reunião para revisão e avaliação deste espaço, em conjunto com representantes da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Neste encontro, avaliou-se que o GT Interproteções na região Sul deveria manter o formato de discussão de casos. O grupo identifica que o GT também se configura como um espaço formativo. Ao longo deste ano foram discutidos 44 casos nesse espaço.

O GT SUS-SUAS iniciou-se a partir da necessidade de estabelecer uma comunicação mais efetiva e um fluxo entre os equipamentos da Assistência Social e os serviços de Saúde (Centros de Saúde e CAPS, principalmente) e foram organizadas por microterritórios/eixos. Existem 04 GTs SUS-SUAS na região Sul, nos quais aconteceram reuniões mensais com a média de 04 a 05 casos discutidos em cada uma.

Ao longo do ano de 2022 foi constituído o Núcleo Articulador Gestor (NAG), composto por representantes da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. O NAG visa agregar e fortalecer a Gestão Territorial por meio de uma maior aproximação dos gestores das diferentes Proteções para que seja possível planejar as intervenções no território de forma estratégica e integrada.

• Eixo III – Vigilância Socioassistencial/ Sul, Norte, Noroeste, Sudoeste e Leste

Quanto a este eixo, realizou-se uma análise conjunta considerando que os territórios avaliaram pontos comuns a serem destacados. O principal objetivo de tal eixo é o aprimoramento do processo de mapeamento e leitura do território e partindo do pressuposto que a vigilância socioassistencial deve ser efetivada por meio de produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, que elucidem as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos, bem como sobre situações de violação de direitos nos territórios, configurada na Política como área de Gestão do SUAS, entende-se que deve também monitorar, avaliar e orientar o volume, a capacidade de atendimento e os padrões de qualidade dos serviços socioassistenciais do SUAS.

Isto posto, avalia-se que ainda é necessário avanços significativos e nesse processo, criando mecanismos e metodologias para maior interface entre PSB e área de Vigilância Socioassistencial. É importante ressaltar que a CSTRCS possui uma interface através das reuniões mensais com gestores de DAS e CRAS e com situações pontuais de atendimento junto ao Cadastro Único.

Avalia-se também a importância da participação da equipe da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC) nas reuniões de rede dos territórios.

Considera-se necessário estreitar relação com a AVIS na perspectiva de fortalecimento da Rede Socioassistencial no atendimento às famílias residentes no território, bem como, planejar ações e projetos que atendam diretamente a real necessidade da população e ampliar o diálogo e integrar os entrevistadores do Cadastro Único com a equipe do DAS/CRAS com a efetiva participação dos mesmos nas reuniões de equipe.

COORDENADORIA DE PARCERIAS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Contextualização

Desde a Resolução CNAS Nº 01, de 21 de fevereiro de 2013, o Governo Federal define como principais objetivos do Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):

unificar a lógica do financiamento federal, independente da faixa etária; equalizar a oferta do SCFV; garantir serviços continuados; facilitar a execução do Serviço, otimizando recursos humanos, materiais e financeiros; planejar de acordo com a realidade local; potencializar a inclusão do público prioritário.

Isto posto, o município de Campinas vem realizando diversas ações para o cumprimento dos parâmetros da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) e das orientações acerca da Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos desde 2013, através de um trabalho coletivo, que congrega gestão pública e rede socioassistencial, visando ultrapassar a característica histórica do serviço de “ocupar o tempo” e qualificar a concepção metodológica do Serviço, na lógica da convivência e fortalecimento de vínculos.

Em 2022, a Coordenadoria de Parcerias da Proteção Social Básica (CPAR) prosseguiu com as ações e o processo de reordenamento do SCFV, por meio de um trabalho coletivo, reunindo gestão pública e rede socioassistencial, através dos GT's SCFV Regionais (reuniões socioassistenciais com a rede de SCFV), em interface com os DAS e CRAS. Houve estreita articulação com a Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC) na construção do planejamento do processo de reordenamento do SCFV e desenvolvimento das ações. Além destes, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) foram parceiros no processo. A seguir, são descritas as ações desencadeadas ao longo do ano para garantir o reordenamento dessa rede.

Com evolução do cenário epidemiológico da covid-19, em janeiro, a CPAR junto a representantes da CSAC, Saúde e Educação, participou de uma reunião do CMAS com a rede de serviços para orientações e esclarecimentos quanto ao retorno das atividades presenciais e continuidade ao enfrentamento da pandemia. Em fevereiro, a CPAR e a CSAC dialogaram com a rede executora do SCFV sobre a retomada em 100% das atividades presenciais, com o objetivo de subsidiar a elaboração da Nota Técnica nº 01/2022. Após a publicação da Nota Técnica, foi realizado outro encontro para esclarecimentos e um diálogo específico com as instituições que não retomaram o presencial na totalidade, a fim de compreender os motivos e dificuldades. Além disso, com vistas a favorecer o retorno, foi estabelecida parceria com a Vigilância em Saúde para vacinação infantil contra a covid-19 *in loco* nos SCFV em que a taxa de vacinação infantil estava baixa.

Diante dos impactos da pandemia de covid-19 nos processos de trabalho entre os serviços, especificamente no âmbito do fluxo de referenciamento e contrarreferenciamento e inclusão do público prioritário no SCFV, foi instituído um Grupo de Trabalho interno com os gestores dos DAS, CRAS e CREAS para:

- Retomar o processo de reordenamento e os avanços estabelecidos antes da pandemia, com enfoque no público prioritário e fluxo de referenciamento e contrarreferenciamento;
- Reconhecer e dialogar sobre a complementariedade do trabalho social desenvolvido no SCFV, PAIF, PAEFI e SESF, no contexto de pós-pandemia;
- Traçar diretrizes e estratégias para aprimorar o fluxo.

Para 2023, propõe-se dialogar com a rede sobre o fluxo e rever o Glossário das **Situações Prioritárias** nos GTs SCFV Regionais, com participação dos serviços da proteção social especial, com vistas a potencializar a inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias. Além disso, o GT interno continuará se encontrando com o objetivo de trocar experiências acerca dos processos desencadeados nos territórios, monitorar e alinhar as diretrizes.

Com o objetivo de consolidar e aprimorar o uso do SIGM pelas equipes dos SCFV, a Coordenadoria de Parcerias da PSB, em conjunto com a equipe técnica da CSAC, realizou sete encontros regionais com a rede de SCFV – 06 a 14 anos e CCII para um diálogo sobre o SIGM na perspectiva de:

- Revisão/Atualização da lista de Tipos de Atendimento do SIGM para os SCFV;
- Alinhamento conceitual acerca de cada tipo de atendimento;
- Orientação quanto à forma de registro;
- Levantamento de sugestões e esclarecimento de dúvidas.

Os encontros foram produtivos, com significativa presença da rede: 143 pessoas, sendo 27 trabalhadores da rede pública (CSAC, DAS e CRAS) e 116 trabalhadores da rede de SCFV (Coordenadores, Educadores, Assistentes Sociais, Pedagogos, Estagiários), representantes de 42 das 47 OSC executoras do SCFV.

Avalia-se que este processo de reflexão coletiva foi importante para a construção de uma linguagem comum a todos os serviços, com vistas ao mesmo entendimento no registro das atividades nos sistemas e na análise dos dados. A materialização deste processo, combinado à discussão dos demais serviços da proteção especial, apresenta-se no “Guia de Orientação para Preenchimento do SIGM e CIPS”. Outrossim, observam-se avanços na utilização do SIGM pelas equipes.

Para 2023, planeja-se dar continuidade ao diálogo, aprofundando temáticas como: indicadores para inclusão no SCFV; processo de desvinculação do usuário do serviço; extração e leitura de relatórios, dentre outros.

Dentre os aspectos a serem reordenados, é indispensável a composição da carga horária da equipe de referência para o SCFV de forma a assegurar quantidade de profissionais necessários para a garantia da qualidade da oferta e da efetividade do serviço, buscando responder às demandas e necessidades das famílias e indivíduos atendidos. Atualmente a rede relata sobrecarga dos profissionais – especialmente pós-pandemia – e redução do quadro de recursos humanos em algumas unidades, bem como reivindica tempo para planejamento e participação em capacitações. É importante destacar que, atualmente, a rede é composta por 90 unidades executoras do SCFV, apresentando configurações diferentes, conforme número de usuários, território e capacidade institucional.

Isto posto, em 2022 a CPAR iniciou um estudo acerca da composição da equipe de referência para o SCFV, levando em consideração a composição atual das equipes e verificando a equipe exigida (profissional, carga horária, formação e atribuição) para a quantidade de usuários ou grupos em editais de chamamento de outros municípios. Para o início de 2023, prevê-se a interface com o CMAS e o CMDCA, com vistas à publicação de um novo Edital de Chamamento Público, avançando na composição da equipe de referência.

Nesta perspectiva, vale salientar a aproximação da CPAR com o CMAS, em um primeiro diálogo realizado em julho com alguns conselheiros para apresentação da trajetória do processo de reordenamento e do planejamento da CPAR e a pactuação de periodicamente serem apresentados os avanços estabelecidos no transcorrer do processo à rede de SCFV através da Comissão de Reordenamento do CMAS. Assim, conforme acordado, em novembro foi realizada uma reunião com a rede, sendo apresentado o histórico do reordenamento, as ações desencadeadas pela CPAR em 2021 e 2022 e a proposição da SMASDH para 2023, com enfoque na prorrogação do Termo de Colaboração por 6 (seis) meses e publicação de novo Edital de Chamamento Público, com ampliação do valor do repasse, avançando no processo de reordenamento.

Outrossim, no segundo semestre de 2022 foi constituído um grupo de trabalho interno para análise sobre a concepção e a viabilidade de implantação do SCFV na modalidade de 0 a 6 anos, consoante com a Tipificação (2009) e proposta do Plano Municipal para a Primeira Infância (PIC – Primeira Infância Campineira). Foram realizados três encontros com representantes do Departamento de Operações de Assistência Social (Diretora do Departamento, Coordenador Geral de Proteção Social Básica, Coordenadora de Parcerias da PSB, Coordenador do Distrito de Assistência Social Sul e Chefia de Setor do CRAS Campo Belo) e Área de Vigilância Socioassistencial (Diretora e Coordenadora Setorial de Avaliação e Controle). Para o próximo ano, o grupo de trabalho prosseguirá com a discussão, com perspectiva de ampliação para participação de outros atores.

Diante da tendência de expansão do Programa de Ensino Integral (PEI) nas escolas estaduais no município e a repercussão nos SCFV para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos, tendo em vista que os mesmos usuários são atendidos pelas duas políticas, a CPAR em interface com o CMDCA, na Comissão de Prevenção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, promoveu uma reflexão sobre o tema com a rede SCFV e representante da Diretoria de Ensino Leste, na perspectiva de aproximação e complementariedade entre a política pública de Educação e Assistência Social.

O diálogo possibilitou esclarecer o objetivo e a oferta do SCFV, as etapas do processo para uma escola estadual se tornar integral e como é realizada a consulta à comunidade. Neste sentido, foi pontuada a importância da participação ativa dos diretores ou representantes nas reuniões intersetoriais dos territórios para um efetivo trabalho em rede, com vistas à criação de formas organizacionais de cooperação e coordenação mútuas, aumentando a capilaridade das ações, qualificando o acesso e a oferta à população, uma vez que estes espaços discutem as questões que atingem as famílias daquele território.

Visando mitigar o impacto nos SCFV, também foi apontada a necessidade de se criar uma forma de comunicação entre Diretoria de Ensino Estadual e SMASDH para acompanhamento do processo de adesão das escolas ao ensino integral, com vistas a mapear os territórios, dirimir o impacto e a reorganização da oferta do SCFV. Esse procedimento é de fundamental importância para o estreitamento das relações entre escola e a rede socioassistencial na perspectiva da construção das ações intersetoriais.

Ainda, foi proposta a realização de um encontro com os diretores das escolas estaduais para aproximação e apresentação da Política de Assistência Social, com enfoque no SCFV, e dos espaços de articulação existentes nos territórios. Apesar dos esforços, este encontro não se efetivou em 2022 e será retomada a articulação com a Diretoria de Ensino Leste e Oeste para organização e realização do encontro em 2023.

Cabe destacar o envolvimento e a participação desta Coordenadoria e da rede de SCFV no processo de organização e realização da **XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, conduzida pelo CMDCA.

Ao longo do ano, foram ofertadas capacitações e formações para os profissionais que compõem a rede socioassistencial, tais como:

- **Curso crescer sem violência:** Capacitação on-line, ofertada em parceria com o canal FUTURA, para educadores e profissionais da rede de proteção à criança e ao adolescente, com o objetivo de disseminar informações de qualidade e metodologias para enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes, com ênfase nas violências sexuais, de modo informativo, atraente e sem expor crianças e adolescentes. Foram destinadas 25 vagas aos SCFV 6 a 14 anos.

- **“Cuidando de quem cuida”:** realizado em parceria com o Instituto Criança é Vida, foram ofertados 4 Módulos pontuais, de forma on-line, na perspectiva de ACOLHER, APOIAR E INFORMAR os profissionais no processo de retomada das atividades presenciais e atendimento das crianças e adolescentes. Foram abordados os seguintes temas: Entendendo Ansiedade e Estresse; uma reflexão sobre resolução de conflitos; Fortalecimento emocional para tempos difíceis; Visão positiva de mundo para educadores.

Especificamente para a rede de SCFV, foi realizada em parceria com PAULUS Social, a Formação **Programa Direito e Cidadania – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Vivências dialogadas entre formas e resultados**. O percurso formativo abordou os aspectos normativos, estruturais, relacionais e orgânicos que conferem existência ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e foram trabalhados temas como: Estruturação e implementação dos percursos no território; Relações familiares, comunitárias e o papel dos profissionais do SUAS; O protagonismo das crianças e adolescentes; Contextualização do Programa Direito e Cidadania no SCFV na perspectiva do SUAS hoje.

Ao todo, foram 31 participantes de 25 unidades executoras e a PAULUS entregou 5.000 kits (material didático) aos participantes para a replicação e multiplicação nos serviços. A formação possibilitou o aprendizado e a interação dos participantes sobre temas importantes do cotidiano social, que visam sempre o desenvolvimento pessoal e coletivo em prol da defesa da vida e promoção humana. E foi avaliada positivamente pelos participantes, com destaque para a linguagem e metodologia utilizadas.

A promoção da capacitação sistemática dos profissionais responsáveis pela oferta do SCFV é essencial para qualificação da oferta do serviço. Assim, faz-se necessário adensar o debate acerca do trabalho social a ser desenvolvido para garantir a Segurança Social de Convivência, prevista como resposta da Assistência Social, qualificando o trabalho desenvolvido e a oferta do serviço, bem como avançar nas estratégias metodológicas, considerando eixos norteadores e organização em percursos. Para tanto, prevê-se a elaboração de um projeto de capacitação, com vistas à contratação de uma empresa ou profissional(is) qualificado(s) para contribuir com este aspecto do processo de reordenamento dos SCFV, em interface com o CMDCA ou outro parceiro.

DESAFIOS ENCONTRADOS DURANTE A EXECUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

O Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Básica, bem como a Gestão territorial, é viabilizador de direitos de cidadania para indivíduos e famílias, através de ações pautadas na prevenção de violação de direitos, na proteção e proatividade. A execução desse trabalho é complexa e perpassa pela formação de cada profissional, mas há condições e insumos que se fazem essenciais para que o trabalho aconteça. Abaixo, listam-se as condições comuns para as unidades, com a ressalva de que alguns desafios se repetem de exercícios anteriores:

- Reposição RH - mesmo havendo reposições de servidores no exercício de 2022, as equipes da Proteção Social Básica permaneceram aquém do preconizado pela NOB SUAS, fator que teve impacto ampliado considerando-se os afastamentos decorrentes da pandemia de covid-19 e o aumento da busca pelos serviços da Assistência Social.

- Insumos – garantir a oferta de lanches e materiais adequados para o desenvolvimento das oficinas – torna-se fundamental para o preparo de uma experiência acolhedora. Ressalta-se que a qualidade desta acolhida é significativa para o desenvolvimento de vínculo entre os participantes e profissionais que desenvolvem as atividades coletivas. A garantia destes elementos afiança segurança, dignidade e respeito no desenvolvimento das Oficinas e Grupos. Conforme MOREIRA (2021, p. 160): “Oportunizar um espaço inicial e menos formal para ouvir sobre o cotidiano dos integrantes é uma técnica que permite tanto o fomento do diálogo, como fornece matéria-prima a futuras intervenções crítico-reflexivas de assistentes sociais ao longo do grupo.” E, é valendo deste recurso metodológico, que o momento do lanche é estratégico para o desenvolvimento de potencialidades acerca da atividade que está em curso.

- Limitações de transporte para atender as demandas provenientes dos canais de denúncias e visitas das equipes técnicas às famílias atendidas nos serviços, dentre outras situações que surgem no cotidiano, principalmente em situações de calamidade pública.
- Déficit de estrutura física e manutenção predial: Diminuição da oferta do serviço de manutenção predial, que agravou a deterioração das unidades após as chuvas; Ausência de sede para a unidade CRAS Flamboyant, que permaneceu em espaço cedido no DAS Leste, fora de sua área de abrangência de atendimento; Ausência de reforma predial na unidade CRAS Campo Belo e CRAS Satélite Íris; Necessidade de melhores condições de suporte e estrutura para a equipe volante.
- Formação continuada e supervisão aos profissionais da rede socioassistencial que executam serviço público.
- Aumento da demanda de pessoas idosas com situações complexas, em contraste com a limitação dos serviços das diversas políticas públicas, bem como déficit de serviços no município para atendimento da população idosa.
- Insuficiência de vagas ou de ofertas de SCFV em territórios de alta vulnerabilidade.
- Limitação financeira municipal e federal que comprometeram os processos de aquisição de insumos e recursos tecnológicos e contratação de serviços para qualificação do atendimento e execução das ações nos territórios.
- Demandas advindas da ausência ou retraimento de outros serviços e políticas: aumento da busca dos equipamentos da PSB para intermediação de acesso de usuários a serviços que burocratizaram o acesso e também solicitações de serviços e órgãos externos para levantamento de informações de famílias; busca de pessoas e outras ações de finalidades diversas que diferem dos objetivos das ações previstas para a Proteção Social Básica.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

Avaliando os trabalhos executados, podem-se citar os seguintes avanços:

- Consolidação das unidades da Proteção Social Básica enquanto referência para as famílias, território e rede socioassistencial;
- Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Fortalecimento da Rede das diferentes políticas públicas existentes no território;
- Reflexão, por parte das(os) usuárias(os), dos retrocessos da Política de Assistência Social e demais políticas públicas, em especial no período de pandemia de covid-19;
- Viabilização de espaços e debates que estimularam o exercício, bem como a ampliação do senso crítico das(os) usuárias(os);
- Fortalecimento da intersetorialidade e construção de ações socioeducativas;
- Repactuação dos fluxos Interproteções e espaços de discussão de casos através da participação nos NAGs;
- Interface com o CMAS e o CMDCA no processo de reordenamento dos SCFV;
- Participação da construção e efetivação da Conferência da Criança e do Adolescente; e
- Realização de atividades e ações coletivas em diversas frentes e temáticas, proporcionando um maior alcance das ações preventivas da PSB.

METAS PARA 2023

Para a elaboração das metas de 2023, realiza-se uma análise das metas para o ano de 2022, que retorna para os seguintes resultados:

- Recompôr as equipes de CRAS e DAS, com contratação via concurso público: em 2022 foram recebidos 01 assistente social (cargo vacante) e 03 agentes administrativos (reposição de servidores que permutaram via remanejamento interno).
- Nomear a Chefia do CRAS Bandeiras: foi nomeada a chefia em janeiro/2022.
- Ampliar, qualificar e criar espaços de discussões de caso (a exemplo do GT Interproteções): as equipes da PSB têm utilizado os espaços de discussão de caso e a criação do NAG – Núcleo Articulador Gestor (diretriz da diretoria do DOAS) tem sido um catalisador dos esforços para a qualificação das discussões de casos nos âmbitos interproteções e das demais políticas públicas.
- Dar continuidade e fortalecimento às ações coletivas intersetoriais: houve melhoria neste aspecto e aumento das ações intersetoriais, conforme se observou ao longo deste relatório.
- Realocar o CRAS Flamboyant em sede no território de abrangência: ao longo do ano foram identificadas áreas para abrigar a nova sede do CRAS, sendo reservada uma área no bairro Vila 31 de Março; está prospectado o início da construção da sede para o ano de 2023.

- Reformar o CRAS Campo Belo: está prospectada para o ano de 2023 a construção da nova sede do CRAS Campo Belo no mesmo endereço onde está a atual sede. Para tanto, a equipe de gestores está buscando soluções que garantam a continuidade do atendimento da população no território do CRAS.
- Promover a melhoria da estrutura física dos CRAS Satélite Íris (Unidade São Judas) e Nelson Mandela: está prospectada a reforma da Unidade São Judas do CRAS Satélite Íris para o ano de 2023. Quanto ao CRAS Nelson Mandela, esta meta permanece para o ano de 2023.
- Ampliar as ações coletivas presenciais em todos os CRAS: a partir das análises dos territórios que foram apresentadas, é possível verificar que tal objetivo foi alcançado.
- Adquirir e modernizar as ferramentas e equipamentos digitais para o atendimento da população e realização da gestão territorial (celular institucional, computadores com câmera e microfone, notebook, impressora multifuncional).
- Ofertar alimentação (lanches) para as atividades coletivas continuadas: o processo licitatório de lanches deve ser concluído no primeiro trimestre de 2023. Para o ano de 2022 foram fornecidos lanches para ações pontuais.
- Ofertar materiais para as atividades coletivas continuadas: as unidades de PSB receberam parcialmente materiais de oficinas das categorias “tecidos” e “materiais de pintura”, como tintas, pincéis, telas, colas, verniz etc.
- Ampliar a oferta de transporte para as unidades descentralizadas: no quarto trimestre foi negociada com os CREAS a cessão de um período por semana do veículo das unidades da PSEMC. Estão em discussão nas reuniões de diretoria da SMASDH outras possibilidades para ampliação dessa oferta.
- Melhorias nas condições de atendimento da equipe volante e ampliação da equipe: foram realizadas articulações com a Educação que possibilitaram que a van da equipe volante fique estacionada em local com acesso à estrutura sanitária que garanta conforto à equipe. Quanto à ampliação da equipe, é uma meta que permanece para 2023.
- Aprimorar a interface com o DSAN no que se refere à leitura e atendimento das demandas de (in)segurança alimentar nos territórios: em 2022 foi iniciado o processo de diálogo com o DSAN, através de técnicos indicados pelo Departamento. O objetivo foi (re)pactuar os fluxos de atendimento das famílias através dos programas de segurança alimentar, dirimir dúvidas advindas dos territórios e traçar estratégias para atendimento. Importante observar que, após diretrizes advindas de uma das reuniões, esse processo foi suspenso, pois em 2023 será instituído via DOAS/DSAN um GT (Grupo de Trabalho) para tratar destas demandas.
- Aprimorar as ações preventivas e socioeducativas na perspectiva do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no contexto da pandemia: alcançado conforme descrito nas análises do planejamento de cada região.
- Fortalecer a gestão territorial na perspectiva das relações intersetoriais, interproteções e da rede socioassistencial: alcançado conforme descrito nas análises do planejamento de cada região.
- Aprimorar a interface com a área de Vigilância Socioassistencial no que se refere à leitura dos dados territoriais, à construção de indicadores e ao processo de monitoramento da rede de SCFV: Parcialmente alcançado através dos espaços: GT Estudo Socioterritorial/Reuniões da CPAR no que se refere à construção de indicadores.
- Contratar educação permanente (capacitação, supervisão, formação) para as equipes de DAS e CRAS, na perspectiva do trabalho social com famílias e gestão territorial: permanece como um desafio para 2023. Apesar dos esforços desta Coordenadoria, não foi possível efetivar a contratação de formação continuada e de supervisão, porém as unidades participaram de diversos espaços formativos, conforme lista a seguir:
 - *Capacitação "Escutar, imaginar, criar: Caminhos da experiência musical nas relações de ensinar e aprender";*
 - *Capacitação Bem estar e qualidade de vida;*
 - *Capacitação Claves – Brincando nos fortalecemos para enfrentar situações difíceis;*
 - *Capacitação para Prevenção de Drogas;*
 - *Capacitação Sistema Eletrônica de Informações SEI! USAR;*
 - *Capacitação Criança é vida – Módulos: reflexão sobre resolução de conflitos; ansiedade e estresse; fortalecimento emocional em tempos difíceis, visão positiva de mundos para educadores;*
 - *Curso Crescer sem violência – prevenção de violências contra crianças e adolescentes;*
 - *Curso Crescer sem violência – redução de desigualdades, proteção básica e garantia de direitos para crianças e adolescentes;*
 - *Curso de Justiça Restaurativa;*

- *Curso Internacional de Prevenção nas Escolas (Projeto Piloto Campinas);*
- *Curso Enfrentamento à Violência Sexual e Doméstica de Crianças e Adolescentes;*
- *Curso Na perspectiva do Cuidar de Quem Cuida;*
- *Curso Trabalho infantil: Conhecer para Mudar;*
- *Curso Direitos Humanos e Populações que vivenciam situações de vulnerabilidade;*
- *DPSS – Oficina Introdutória Bem Estar – Promoção e qualidade de vida do servidor;*
- *Formação 18 de Maio – Conhecer para Proteger;*
- *Formação CEAMO – Guarda amiga da Mulher – Atendimento, Fluxos, SERAVI e SARA-M;*
- *Formação DRADS para os Municípios sobre o Serviço no Domicílio para pessoas idosas e com deficiência;*
- *Gestão Ambiental (Particular);*
- *I Seminário Sudoeste Inclusiva ;*
- *Formação: Memória Viva ;*
- *Formação: O fortalecimento e potencialização das equipes de coordenações e de chefias dos serviços;*
- *Oficina de Recepção Institucional;*
- *Oficina Horta Comunitária;*
- *Palestra - Violência contra a mulher;*
- *Projeto Florescer;*
- *Roda de Conversa – Atendimento às Pessoas com Deficiência Vítimas de Violência;*
- *Roda de Conversa – Qualidade de vida: Chave para o Envelhecimento Saudável;*
- *Roda de Conversa – Rede de Mulher;*
- *Roda de Conversa – Violência contra a pessoa idosa: Enfrentando a Doença de Alzheimer e Vencendo a Batalha;*
- *Seminário Idadismo – O papel das Políticas Públicas na Prevenção da Violência contra a pessoa Idosa;*
- *Seminário Todos contra o Femicídio;*
- *Supervisão Técnica sobre Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescente;*
- *Transforma - Consultoria e Formação de Equipe; e*
- *Treinamento de Gestão de Contratos.*
- *Contratar supervisão/formação para os gestores da PSB: os gestores da PSB participaram da supervisão da professora Regina Miotto – que tratou sobre os processos interproteções – e de uma formação com a professora Leila Palma acerca dos processos de gestão de equipes.*
- *Confecionar material de divulgação dos DAS e CRAS: as unidades criaram e/ou aprimoraram materiais de divulgação de suas atividades, bem como do funcionamento e especificidades do equipamento. Nas ações propostas pelo Gabinete da SMASDH (“Assiste Campinas”) foi utilizado material produzido pela Assessoria de Comunicação para este fim.*
- *Apoiar espaços como os diversos Conselhos e Fórum Regional: a temática da participação social é transversal das ações da PSB, em suas mais diversas temáticas, pois o acesso a direitos pressupõe participação em organismos de controle, como os Conselhos e fóruns regionais. No exercício de 2022, destaca-se que a PSB fomentou a participação de usuários em tais espaços, sobretudo na Conferência da Criança e do Adolescente, promovida pelo CMDCA, e também na roda de conversas de estudo socioterritorial promovida pelo CMAS.*
- *Avançar no processo de reordenamento do SCFV no que se refere à definição de parâmetros de atendimento e oferta: alcançado conforme descrito na avaliação da CPAR.*
- *Fortalecer os processos de gestão territorial: alcançado conforme descrito nas análises do planejamento de cada região.*

Assim sendo, retornamos para as seguintes **metas para 2023:**

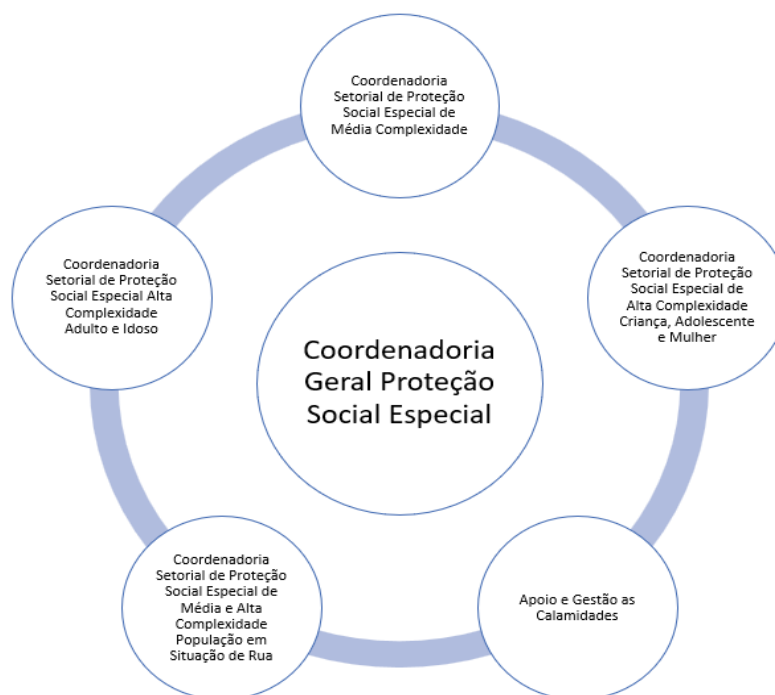
- *Recompor as equipes de referência dos DAS e CRAS, conforme NOB-RH/SUAS;*
- *Ampliar a oferta de atendimento e de cobertura da PSB através da implantação de novas unidades;*
- *Superar ou dirimir os desafios elencados, sobretudo no que diz respeito à estrutura física e material para a oferta de trabalho da PSB;*
- *Criar estratégias para ampliar e fortalecer a participação dos usuários;*
- *Apoiar a participação popular em espaços de controle social, como Conselhos e Fóruns;*

- Fortalecer o Núcleo Articulador Gestor (NAG) enquanto espaço integrativo;
- Buscar viabilizar a formação continuada e supervisão às equipes da PSB;
- Dar continuidade e fortalecimento às ações coletivas intersetoriais, bem como fortalecer a gestão territorial.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A Coordenadoria Geral Proteção Social Especial realiza a gestão dos serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Especial, que compõem os serviços das Coordenadorias Setoriais de Proteção Social Especial de Média Complexidade – CSPSEMC; de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade População em Situação de Rua – CSPSEMAC Pop Rua; de Proteção Social Especial Alta Complexidade – CSPSAC Adulto e Idoso; de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – CSPEAC Criança, Adolescente e Mulher; Apoio e Gestão as Calamidades.

A Proteção Social Especial executa e oferta serviços de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, com a efetivação de fluxos de referenciamento e contrarreferenciamento entre as proteções sociais, fortalecimento e articulação com a intersetorialidade entre as políticas públicas setoriais e Sistema de Garantia de Direitos; capacitação permanente dos trabalhadores em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, entre outros.



No ano de 2022, mantiveram evidenciadas as manifestações da questão social, que foram intensificadas com a crise sanitária, econômica e social e que se expressaram de diferentes formas como pela desigualdade de renda e pobreza, criando um grande desafio assegurar direitos fundamentais frente a uma situação de emergência, em que ocorreu maior desemprego, diminuição dos espaços de convívio e agravamentos de tensões relacionais e conflitos.

Neste cenário, os serviços das políticas sociais permaneceram com necessidades de adequações e respostas, em especial por parte da oferta dos serviços da Proteção Social Especial, que tem o objetivo de contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades, aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos.

A oferta dos serviços foi realizada conforme os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento, seguindo na Proteção Social Especial conforme os níveis de complexidade, pela Proteção Social Especial de Média Complexidade e pela Proteção Social Especial de Alta Complexidade

A Proteção Social Especial de Média Complexidade é destinada às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, requerendo dos serviços maiores estruturação técnico-operacional e atenção especializada e individualizada através do acompanhamento. A proteção social especial de média complexidade conta com os serviços públicos que envolvem o Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário.

Os CREAS são unidades públicas de abrangência regional (Regiões Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste), com gestão municipal, destinados à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da Proteção Social Especial, ofertando o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O Centro Pop é um espaço público específico para as pessoas que usam a rua como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou de forma permanente e oferta o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. O município possui dois Centros Pop, e além disso conta para atendimento deste público com o Bagageiro Municipal.

Cabe ainda apontar o conjunto de serviços que compõem a Proteção Social Especial de Média Complexidade:

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA).

Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias.

Serviço Especializado em Abordagem Social para Crianças e Adolescentes.

Serviço Especializado em Abordagem Social para Adultos.

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, em Centro Dia.

Ressaltamos que o município de Campinas, possui parcerias estabelecidas e regidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC, Lei Federal nº 13.019/2014), atendendo ao público estabelecido pelas normativas legais para os respectivos serviços socioassistenciais, e além destes serviços socioassistenciais tipificados, possui os serviços complementares desenvolvidos pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), em regime de mútua cooperação, por meio de parcerias formalizadas por Termo de Colaboração, com gestão realizada pelo Departamento de Operações de Assistência Social, e com monitoramento e avaliação realizados pela área de Vigilância Socioassistencial, sendo estes:

Serviço Especializado de Proteção Social a Família – SESF.

Serviço Complementar de Atendimento à Pessoa com Deficiência.

Serviço Complementar para Pessoas Adultas em Situação de Rua – Casa da Cidadania.

Serviço Complementar – Oficinas de Trabalho para Pessoas em Situação de Rua.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade é oferecida pelos serviços que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser afastados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário, através das modalidades:

Abrigos -Atendimento Integral Institucional.

Casa Lar.

República.

Casa de Passagem.

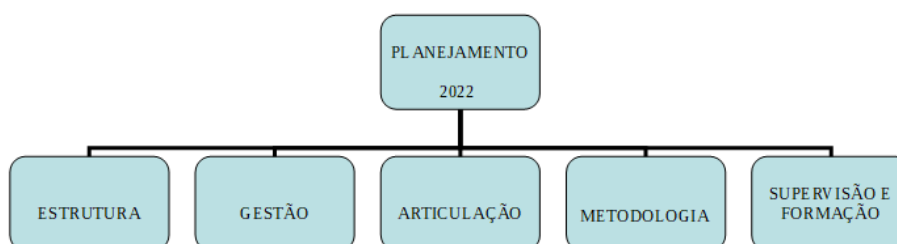
Acolhimento Familiar

A oferta dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade é realizada pelo poder público através do Centro Municipal Proteção à Criança e ao Adolescente – CMPCA, Casa Abrigo da Mulher – SARA-M, Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante - SAMIM, Residência Inclusiva RENASCER, e Serviço de Acolhimento e Proteção Especial à Criança e ao Adolescente – SAPECA. Para as situações de emergências e calamidades conta com o Abrigo Zilda Arns.

Ademais, o município de Campinas, possui parcerias estabelecidas e regidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC, Lei Federal nº 13.019/2014), atendendo ao público estabelecido pelas normativas legais para os respectivos serviços socioassistenciais, nas modalidades de Atendimento Abrigo Institucional, Casa Lar, República, Casa de Passagem e Acolhimento Familiar.

A Coordenadoria Geral Proteção Social Especial institui o planejamento como a ferramenta para direcionar e contribuir para a qualificação dos serviços prestados, orientando a ação da gestão na Proteção Social Especial pelo Departamento de Operações de Assistência Social, coordenadores setoriais, chefias e técnicos. Desta maneira, vem buscando a integração e estruturação dos Serviços da Proteção Social Especial, visando o fortalecimento e valorização dos recursos humanos, ampliação da oferta e qualidade dos serviços, bem como a participação dos sujeitos sociais envolvidos, de maneira a subsidiar o planejamento e execução da política pública.

O Planejamento realizado com as coordenações e chefias incluiu aspectos definidos em metas e estratégias por Eixos: Estrutura; Gestão; Articulação; Metodologia; Supervisão e Formação, sendo estes eixos norteadores para a gestão da Coordenadoria Geral da Proteção Social Especial, conseguindo no ano de 2022 priorizar a recomposição das equipes públicas, dos diferentes serviços da Proteção Social Especial, mesmo que ainda parcialmente, bem como o esforço na articulação de ações para favorecer as melhorias na infraestrutura dos espaços dos serviços públicos, nas ações de articulação junto aos serviços do SUAS e políticas públicas setoriais, e no investimento em espaços formativos coletivos de forma a garantir a discussão e apropriação de conteúdos teórico-metodológico e ético que sustenta o trabalho na Proteção Social Especial, contribuindo para um melhor direcionamento das ofertas de proteção social especial às famílias/usuários atendidos.



Neste processo observamos alguns avanços, e que serão mais descritos a seguir por cada coordenadoria, do mesmo modo com apontamentos de desafios e metas para o fortalecimento da Proteção Social Especial.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

I - Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Média Complexidade – PSEMC

Os Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade – PSEMC oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e são ofertados por meio dos CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Atualmente o município possui 5 (cinco) CREAS, sendo 1 (um) em cada região do município.

a) CREAS Norte, CREAS Sul, CREAS Noroeste, CREAS Leste e CREAS Sudoeste

Os CREAS ofertam o Serviço PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) e realizam a gestão territorial dos demais Serviços da PSEMC relacionados abaixo que são executados através da parceria com as 13 (treze) Organizações da Sociedade Civil (OSC):

- b) Serviço Especializado de Proteção Social as Famílias e Indivíduos (SESF);**
- c) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – no domicílio;**
- d) Centro Dia de Referência para a Pessoa com Deficiência;**
- e) Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa – MSE de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviço à Comunidade – PSC;**
- f) Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes;**
- g) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – Comitê PETI**

O Trabalho Social com Famílias na PSEMC é sustentado pela metodologia que foi construída com toda a Rede de Serviços e uma profissional externa contratada. O produto deste trabalho de construção metodológica foi publicado através do livro “Parâmetros para o Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Especial de Média Complexidade”, também disponível no site da SMASDH.

Em 2022, toda a rede de Serviços de PSEMC atendeu cerca de 2.500 famílias e indivíduos/mês em situação de violação de direitos. Neste período foi possível a retomada dos atendimentos presenciais às famílias a partir das recomendações da Vigilância Sanitária, no entanto, mesmo com o controle da pandemia do COVID 19, os Serviços da PSEMC continuaram observando a necessidade das famílias de cartões nutrir entre outras demandas devido ao aumento do desemprego e pobreza. Algumas atividades foram mantidas no formato remoto, como algumas reuniões de discussões de caso, por facilitar a participação dos profissionais devido à dispensa do deslocamento.

Foi possível concluir a tarefa de reorganização do Sistema Integrado de Governança Municipal - SIGM para os Serviços da Média Complexidade. Tais alterações possibilitaram que as informações das famílias registradas no sistema fossem adequadas à realidade dos atendimentos prestados. Também foi elaborado um glossário para orientar toda a rede quanto ao preenchimento correto das informações, visando uma melhoria na qualidade dos registros, bem como dos relatórios que poderão ser emitidos a partir do SIGM.

Neste ano ainda, foram iniciadas a discussão sobre a identidade e papel do SESF, conforme solicitado por esta rede. Os encontros aconteceram de forma presencial, com representantes de todas as Organizações da Sociedade Civil - OSC's, mensalmente. O Grupo de Trabalho - GT SESF foi pensado e organizado pela gestão pública em conjunto com 2 (dois) representantes da gestão do SESF. As discussões terão continuidade em 2023 e a indicação de adequação da carga horária e metas do Educador Social para cada equipe de SESF permanece como pauta neste GT.

O GT Alta e Média Complexidade também foi organizado com representantes dos serviços da Proteção Social Especial e realizou alguns encontros em 2022 visando realizar adequações sugeridas pela rede no instrumental de indicadores de acolhimento institucional ou familiar. Após a conclusão desta tarefa o GT não se reuniu mais, porém foi estabelecido formalmente espaços de discussão de casos entre Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE nos 5 (cinco) territórios. Este GT será retomado em 2023 visando dar continuidade e ampliar as discussões já iniciadas, bem como para alinhar o entendimento e fluxos entre as equipes dos diferentes serviços.

Na perspectiva de atender aos objetivos propostos no planejamento da PSEMC, foi dada continuidade nos espaços coletivos de reflexão e diálogo com os profissionais, chefias e coordenações de OSC para identificação dos avanços e desafios e alinhamento metodológico do trabalho social com famílias. Os espaços de gestão compartilhada foram os seguintes: Reunião semanal com as chefias dos CREAS; Reunião mensal geral com Coordenadores da Proteção Social Especial de Média Complexidade; Reunião bimestral com Centro-Dia da Pessoa com Deficiência; Reunião bimestral com Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias no domicílio; Reunião bimestral com Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa; Reunião bimestral com Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes e Encontros bimestrais com as equipes dos CREAS.

Em 2022, todas as chefias, apoio técnico e coordenação da PSEMC passaram a compor os espaços do NAG – Núcleo Articulador Gestor nos 5 (cinco) territórios. A organização do NAG tem como objetivo aproximar os profissionais da PSB e PSE, facilitar a identificação das demandas comuns, organizar o GT Interproteções e fortalecer o SUAS nas regiões.

Com objetivo de conhecer novas realidades de funcionamento do CREAS, foram realizadas reuniões com os CREAS de Ribeirão Preto, Guarulhos e São Paulo. Tais encontros tiveram o propósito de conhecer as experiências desses municípios na gestão e na execução dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Foi possível observar que estes municípios do mesmo modo enfrentam desafios na organização dos serviços do SUAS diante da grande demanda que se apresenta e, não dispõem de equipe pública para execução direta do PAEFI e demais serviços e, assim como Campinas, contam com a parceria das OSC para o acompanhamento das famílias.

Foram realizadas reuniões com os Conselho Tutelares das 5 regiões tendo representantes do Departamento de Operações da Assistência Social – DOAS, Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE. Tais encontros objetivaram a melhoria da comunicação, busca de consensos e revisão de fluxos, atribuições, metodologias de trabalho, bem como alinhar as expectativas bilateralmente.

Este ano foi dada sequência no treinamento SISNOV – Sistema de Notificação de Violência ofertado por esta coordenadoria para toda a PSB (CRAS, DAS e SCFV) através de 2 (dois) encontros online. Da mesma forma, foi organizado 1 (um) encontro com os Conselhos Tutelares para o treinamento do SISNOV e SIGM.

As notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes geram o Alerta SISNOV que é encaminhado às Secretarias da Educação, Saúde e Assistência Social, assim sendo esta coordenadoria faz a gestão destes Alertas. Após o recebimento das notificações a CSPEMC insere no sistema SEI e envia aos CREAS, Saúde e Conselho Tutelar para facilitar o encaminhamento destes casos e a comunicação entre estes órgãos. Tal procedimento visa maior agilidade na identificação dos casos, bem como na intervenção dos mesmos. Em 2022, recebemos 227 (duzentos e vinte e sete) alertas SISNOV, sendo que apenas 58 (cinquenta e oito) eram de violência sexual doméstica e foram devidamente encaminhados aos CREAS. Os demais Alertas não foram enviados aos CREAS por serem casos já acompanhados ou por se tratarem de violência sexual urbana atendidos pela Saúde

Segue abaixo o quadro com a faixa etária e região de moradia das vítimas.

Alertas SISNOV – notificação de violência sexual contra criança e adolescente – Faixa etária – 2022

Faixa etária	Quantidade
0 a 4 anos	08
5 a 7 anos	15
8 a 11 anos	12
12 a 15 anos	20
16 a 17 anos	01

Tabela 23: Faixa etária – 2022 – Fonte: Sistema SISNOV

Alerta SISNOV por região em porcentagem – 2022	
Região	Quantidade
Sul	40%
Norte	14%
Noroeste	29%
Leste	3%
Sudoeste	19%

Tabela 24: Região de moradia em 2022 – Fonte: Sistema SISNOV

As tabelas acima apresentam as regiões de moradia e faixa etária das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual por meio do Alerta SISNOV, em 2022. A faixa etária com maior número de notificações recebidas é a de 12 a 15 anos e a região de moradia que predomina é a sul, com 30% das notificações, seguida pela região noroeste, com 24%.

Foi possível participação dos profissionais da PSEMC em algumas formações, eventos e seminários como:

- Seminários: “Violência contra a Pessoa Idosa: Qual o papel das Políticas Públicas no Enfrentamento desta realidade?”;
- “O papel do Conselho Tutelar e a rede de proteção” – CMDCA;
- “Todos Contra o Femicídio” – SMASDH; “Campinas no enfrentamento ao Trabalho Infantil” - Comitê PETI;
- Cursos: Desmistificando a Diversidade Sexual - EGDS/ Centro de Referência LGBTQI+;
- “Formação sobre o atendimento à população em situação de rua (crianças, adolescentes e adultos) e/ou trabalho infantil pelos Serviços Especializados em Abordagem Social” – PSEMC/EGDS;
- Capacitação ofertada pelo projeto “Movimento Campinas sem Trabalho Infantil: Present.I.Ausen.T.I.” (MVM/CMDCA);
- “Crescer sem Violência – Prevenção de Violências Contra Crianças e Adolescentes”- UNICEF-CHILDHOOD e FUTURA.
- Capacitação para os gestores públicos com o Instituto Transforma.

Participações em Conselhos e Comissões

Conselhos e Comissões	Participações
Comitê SIMASE	CSPSEMC e Executoras MSE
Comitê PETI	CSPEMC, Serviço de Abordagem
Comissão de VDCCA	CREAS, SESF, Serviço de Abordagem

CMDCA	MSE
CMI	SESF
Conselho Municipal da Juventude	CSPEMC e MSE
Comitê Especializada Escuta	CSPEMC
Comitê SISNOV	CSPEMC
Rede de Proteção à Mulher	CSPEMC

Destaques da PSEMC 2022	Metas da PSEMC 2023
<p>Início do GT SESF</p> <p>Mudança do CREAS LESTE para uma sede própria;</p> <p>Chamamento de profissionais do concurso – 3 (três) psicólogas e 2 (dois) assistentes administrativos;</p> <p>Supervisão/capacitação para as equipes do PAEFI;</p> <p>Formação para o Serviço de Abordagem Social;</p> <p>Organização do Posto do CREAS na VIJ Atos Infracionais, com a presença de 1 profissional 3 vezes na semana – acesso das executoras ao Portal E-SAJ e SEI e fluxo de documentos para a Saúde via SEI;</p> <p>Retomada dos encontros bimestrais do Protocolo Intersetorial de Medidas Socioeducativas;</p> <p>Realização de encontros com a Fundação Casa e Educação (NAED e Diretoria de Ensino) para apresentação do fluxo e protocolo para referenciamento ao CREAS;</p> <p>Aproximação dos CREAS com a PSB através de reuniões bimestrais para discussão sobre o Público Prioritário;</p> <p>Participação efetiva dos profissionais dos CREAS na Conferência Municipal da Criança e do Adolescente;</p> <p>Conclusão do processo de alteração do SIGM para os Serviços da PSEMC;</p>	<p>Conclusão das discussões do GT SESF e encaminhamento das propostas construídas ao DOAS e Vigilância Socioassistencial com vistas ao próximo edital;</p> <p>Realização de formação sobre violência sexual para toda a rede da PSEMC, entre outros temas pertinentes;</p> <p>Continuidade do treinamento SISNOV para os profissionais da rede;</p> <p>Aumento de metas de SESF e implantação de mais 1 (um) CREAS na região sul;</p> <p>Utilização do SEI como forma de comunicação e envio de documentos entre os CREAS, Serviços e OSC's;</p> <p>Implantação do Centro Dia da Pessoa Idosa;</p> <p>Chamamento de 4 (quatro) psicólogos e 2 (dois) administrativos para composição das equipes dos CREAS norte, noroeste e sul;</p> <p>Continuidade de supervisão/capacitação para as equipes do PAEFI;</p> <p>Retomada do GT Alta e Média visando a melhoria da comunicação e processos de trabalho conjuntos;</p> <p>Aproximação com o departamento de Programas de Transferência de Renda visando a inclusão dos CREAS no preenchimento do formulário SICON;</p> <p>Continuidade das discussões sobre o Público Prioritário entre PSB e CREAS;</p> <p>Participação efetiva dos profissionais da PSEMC na Conferência Municipal de Assistência Social;</p> <p>Adequação do Serviço de Medidas Socioeducativas às metas atendidas;</p>

Incentivo e início da utilização do SEI pelas equipes dos CREAS e OSC's da PSEMC.	<p>Realização de reforma nos CREAS norte, noroeste, leste e sudoeste devido os estragos ocorridos pelas chuvas;</p> <p>Apontar para o município a necessidade de orientação acerca da Lei de Proteção de Dados para toda a rede da PSEMC;</p> <p>Continuidade de encontros sistemáticos com Conselho Tutelar, Ministério Público e Saúde visando o alinhamento sobre as ações com as famílias.</p>
---	--

Um grande desafio para a PSEMC é o trabalho intersetorial. Partindo do princípio da incompletude institucional, segundo o qual nenhum programa ou serviço, por si só, consegue atender a todas as necessidades existentes no meio social, e considerando a natureza multifacetada do fenômeno da violência e da violação de direitos, a implementação da Intersetorialidade coloca-se como grande desafio à Média Complexidade.

A Intersetorialidade, ademais, exerce função fundamental na efetivação da atenção integral aos usuários das políticas públicas, outro princípio a estabelecer as bases para a execução dos serviços do Suas. Sendo assim, o aprimoramento da Integralidade apresenta-se também como objeto de investimento cotidiano, a fim de que o atendimento aos usuários sobrepuje ações fragmentadas e descontextualizadas.

A redução na oferta de serviços e os déficits enfrentados pelos diferentes setores impactam de forma contundente as vidas das famílias atendidas, sujeitas a uma superposição de violações e privações de direitos. Tal repercussão é sentida também no desenvolvimento do trabalho pelos serviços do CREAS, favorecendo a persistência dos fatores que predispõem ao risco de violência intrafamiliar, o prolongamento do atendimento pela Média Complexidade e, por conseguinte, a elevação do número de casos referenciados.

a) CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS Sul, Norte, Noroeste, Sudoeste e Leste)

A realidade dos CREAS em 2022:

“O real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia”.

(João Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas)

As atividades realizadas em 2022, seguiram as orientações da Nota técnica nº003/2020 da SMASDH até 20/05/2022, nesta data o Decreto Municipal nº22.147 revoga a situação de calamidade devido a Pandemia do COVID-19 em Campinas, a partir desta data os CREAS retomaram seu funcionamento das 8h às 17h e com todos os profissionais cumprindo sua carga horária total. Em 2022, foi possível o retorno do trabalho presencial em sua totalidade. No entanto, algumas atividades permaneceram no formato híbrido, como algumas reuniões de discussões de caso por exemplo. Os CREAS também permanecem utilizando o whatsapp institucional, que vem facilitando de forma significativa a comunicação com os usuários. Quanto às ações de articulação territorial, bem como as atividades realizadas de modo geral, algumas permaneceram online, enquanto outras retornaram gradativamente ao formato presencial.

Atividades realizadas pelos CREAS:

“Tudo que já foi, é o começo do que vai vir, toda a hora a gente está num cômputo”

(João Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas)

- atendimentos individuais e familiares, acolhimento da demanda espontânea, atendimentos descentralizados, visitas domiciliares, busca ativa, registro das atividades realizadas com as famílias no SIGM, notificação de violências no SISNOV, entre outras;
- Reuniões de equipe com periodicidade semanal e abrangendo os aspectos relacionados à organização e funcionamento da unidade, os processos de trabalho (a atividade propriamente dita, o objeto de trabalho e os instrumentos ou meios para sua execução), os casos em acompanhamento, assim como os temas pautados pelo Departamento de Operações de Assistência Social;
- Discussões de casos com a rede, tanto de casos novos como de casos já em acompanhamento na PSEMC;
- Participação das equipes nos encontros dos CREAS;
- Participação nas reuniões intersetoriais;
- Participação da gestão dos CREAS nos espaços do NAG – Núcleo Articulador Gestor de cada território. Este Núcleo tem como objetivo fortalecer o SUAS a partir da aproximação e integração dos gestores da PSB e PSE. A partir do NAG foi possível estabelecer uma data fixa mensal em cada território para discussão de casos mais complexos, com indicadores para a alta complexidade (crianças/adolescentes, mulheres, pessoas idosas/PCD);
- Supervisão/Capacitação: As equipes técnicas do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), a contar de fevereiro, dispôs da presença mensal de supervisor externo na unidade. A supervisão, como ambiente colaborativo de aprendizado, visou aprimorar o atendimento ofertado aos usuários, mediante a integração de conhecimentos, compartilhamento de dúvidas, revisão de conceitos e do fortalecimento da metodologia de trabalho social com famílias na Proteção Social Especial de Média Complexidade;
- Participação em atividades territoriais, como por exemplo, 18 de Maio “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes”, Junho Violeta, Assiste Campinas – Aniversário Campinas;
- XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: As equipes dos CREAS participaram da realização da XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nas etapas que compreenderam a preparação, da Conferência Regional e Conferência Municipal propriamente dita, que nesta edição teve como tema “A situação dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em Tempos de Pandemia de Covid-19: Violações e Vulnerabilidades, Ações Necessárias para Reparação e Garantia de Políticas de Proteção Integral, com Respeito à Diversidade”.

Desafios:

“O mais importante e bonito, do mundo, é
isto: que as pessoas não estão
sempre iguais, ainda não
foram terminadas – mas que elas vão
sempre mudando”

○ (João Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas)

- A identidade do CREAS e de seus serviços se constitui um desafio, tanto para a gestão como também para as equipes de atendimento, sendo necessário cotidianamente reafirmá-la, perante o Sistema de Garantia de Direitos, por meio do processo, por vezes laborioso, de clarificação e delimitação das competências. É muito comum que as expectativas levantadas em relação ao acompanhamento das famílias sejam frustradas. Tal situação muitas vezes gera dificuldades no trabalho em rede no território;
- Aumento da complexidade das situações de violação de direitos e violência devido ao fato de uma mesma família apresentar vários tipos de violência de forma moderada ou grave, como: violência física, psicológica e negligência ou exploração financeira e abandono; assim como um aumento da complexidade devido ao fato da mesma família apresentar diversos membros em situação de violação de direitos, uso de SPA, transtornos mentais, envolvimento com a criminalidade, entre outros fatores;

- Necessidade de ampliação das ofertas de atendimento do CREAS para ofertas coletivas / grupais, considerando o aumento das famílias referenciadas, considerando a complexidade das situações de violação de direitos.

Metas para 2023

“Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só fazer outras maiores perguntas”

○ (João Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas)

- Rever o papel da gestão dos CREAS junto aos serviços vinculados (SESF, Serviço de Proteção Social no Domicílio, Centro Dia da Pessoa com Deficiência, Serviço de MSE em meio aberto, Serviço Especializado de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes);
- Continuidade da capacitação/supervisão técnica para a equipe do PAEFI, visando a qualificação dos atendimentos às famílias;
- Avançar na intersetorialidade tendo como objetivo o atendimento integrado para o enfrentamento a situações de violação de direitos;
- Envidar esforços para a sistematização de discussões de casos com agravamentos entre profissionais do SUAS e SUS;
- Ampliar as discussões sobre o trabalho social com famílias no SUAS através do GT Interproteções;
- Potencializar as discussões de casos com agravamentos nos encontros GT Interproteções;
- Dar visibilidade à identidade do CREAS diante da rede de serviços do território;
- Avançar na utilização de ferramentas eletrônicas para o trabalho e fluxos internos do serviço, utilização do SIGM e SEI;
- Aquisição de celular institucional para facilitar a utilização do whatsapp entre outras atividades remotas;
- Implementar atividades grupais com as famílias atendidas;
- Reduzir a utilização de papel (Lei 16.350, 28/12/22 – Institui, no município de Campinas, a Política de Redução do uso de papel na administração pública – Campinas Mais Verde);
- Incorporar na rotina de trabalho o registro do acompanhamento das famílias do PAEFI no SICON.

CREAS NORTE	CREAS LESTE	CREAS NOROESTE
Atividades específicas	Atividades específicas	Atividades específicas
<p>Ocorreu a saída e chegada de profissionais no CREAS, inclusive a saída da chefia.</p> <p>Participação da equipe nos Projetos da Unicamp, Núcleo de Assistência Psicanalítica para Pessoas Expostas à Violência - NAPEV e Rede de Apoio e Acompanhamento a Pessoas que Trabalham com Usuários Expostos à Violência – RASEV.</p>	<p>Inauguração da nova sede em junho de 2022.</p> <p>Mudança de Chefia em outubro de 2022 e chegada de novas profissionais para compor a equipe.</p> <p>Avanço na utilização de ferramentas digitais (SIGM, SEI e planilhas) favorecendo a diminuição de materiais impressos.</p>	<p>Março – Café com Mulheres.</p> <p>Outubro – Café com Crianças, Adolescentes e Famílias</p> <p>Confraternização em dezembro com as famílias atendidas.</p>
DESAFIOS/METAS	DESAFIOS/METAS	DESAFIOS/METAS

<p>Nova reforma do imóvel;</p> <p>Compreender as especificidades do território e micros territórios da Região, assim como os fatores (coletivos e individuais) que contribuem para as situações violadoras e /ou fortalecedoras de direitos;</p> <p>Chegada de mais 1 psicólogo, 1 administrativo e a chefia do serviço.</p>	<p>Realizar reforma e adequações necessárias para garantia de condições de trabalho adequadas e ampliação das ofertas do CREAS às famílias;</p> <p>Garantir Agente de Ação Social para composição de equipe.</p> <p>Construção e manutenção da identidade do CREAS na região Leste.</p> <p>Criar espaços de estudos e discussão acerca da população idosa.</p>	<p>Chamamento de RH para reposição da equipe: 02 psicólogos e 01 assistente social.</p> <p>Aproximação do CREAS com as unidades de saúde e saúde mental da região.</p> <p>Retomar com equipe do CREAS a elaboração do PIFA como instrumental de avaliação / acompanhamento das situações familiares.</p>
--	--	--

CREAS SUDOESTE	CREAS SUL
Atividades específicas	Atividades específicas
<p>Participação da equipe no Seminário “Sudoeste Inclusiva,</p> <p>Participação dos novos servidores na formação do SIGM e SISNOV;</p> <p>Participação da equipe PAEFI em apresentações sobre o CREAS e o fluxo de atendimento nos serviços do território;</p> <p>Colaboração nas entregas de Cartão Nutrir na CEPROCAMP;</p> <p>Reorganização do espaço físico do CREAS que propiciou melhorias na sala da equipe e de atendimento às famílias.</p>	<p>Reuniões sistemáticas mensais SUS/SUAS para discussão de casos. Eixo Sul-Leste I; Eixo Sul-Leste II; Eixo Sul-Sul I; e Eixo Sul-Sul II, abrangendo todos os centros de saúde da região Sul. Tal ação pode estar relacionada ao aumento de encaminhamentos ao CREAS em 2022, 18,2% do total;</p> <p>Encontros com o Distrito de Saúde Sul, em parceria com o DAS Sul, sendo o primeiro deles com o apoiador da saúde mental e o segundo, com todos os apoios de saúde da região, para apresentação do SUAS e do Protocolo CREAS;</p> <p>Participação em ação voltada à comunidade do Parque Oziel e de seu entorno que, por meio da divulgação dos serviços ofertados, objetivou aproximar a prefeitura da população;</p> <p>Reunião com NAED – Sul, com participação de supervisores, coordenadores pedagógicos e diretores da rede municipal de ensino, para a apresentação do Protocolo CREAS;</p> <p>Reunião com psicólogo especializado no tema da exploração sexual contra crianças e adolescentes, do Centro de Apoio Técnico (Cat), vinculado ao Instituto João Clemente.</p> <p>Formações: “Sensibilização para o Enfrentamento da Violência Doméstica Contra a Criança e o adolescente”;</p>

	<p>“Capacitação/Supervisão Técnica para o Enfrentamento do Abuso e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”;</p> <p>Workshop Online Internacional “Prevenção ao Uso de Drogas nas Escolas”;</p> <p>“Prevenção e Atendimento aos Casos de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes”;</p>
DESAFIOS/METAS	DESAFIOS/METAS
<p>Manter a participação da equipe em encontros formativos e temáticos visando maior qualificação no trabalho social com famílias;</p> <p>Manter as reuniões com a rede de serviços de forma sistemática com vistas à ampliação das discussões dos profissionais envolvidos nos atendimentos dos casos referenciados ao CREAS e o fortalecimento da rede protetiva e ressignificação do contexto familiar e comunitário para superação das violações de direitos;</p> <p>Continuar a organização do espaço físico do CREAS visando um atendimento mais qualificado e acolhedor à população;</p> <p>Ainda falta a consolidação de agendas para discussões de casos com agravamentos, especialmente quando é necessária a presença de representantes das diferentes políticas públicas;</p> <p>Atender todas as demandas das famílias referentes à insegurança alimentar, famílias com idosos, pessoas com deficiência e mães solo e a insuficiência de uma rede de apoio para a oferta de cuidados.</p>	<p>Ampliar a capacidade de atendimento dos serviços vinculados ao CREAS Sul, especialmente do PAEFI e SESF;</p> <p>Apoiar o DOAS no processo de implantação de uma segunda unidade do CREAS, na região Sul, por meio do compartilhamento e do estudo dos dados relativos à demanda atualmente referenciada;</p> <p>Preservar a atual composição da equipe do CREAS Sul, por meio de chamamento de servidor efetivo para assunção da vaga de agente administrativo e de psicólogo;</p> <p>Retomar, no CREAS Sul, o atendimento às famílias na modalidade de grupo;</p> <p>Reproduzir, com as unidades básicas de saúde, rede estadual de ensino e com os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do território, o formato de reuniões dedicado à apresentação do SUAS e do Protocolo CREAS para Inclusão de Famílias nos Serviços vinculados à Proteção Social Especial de Média Complexidade.</p>

Espaços de participação das chefias dos CREAS:

- Reuniões semanais com as chefias dos CREAS e a coordenadoria de proteção social especial de média complexidade;
- Reuniões mensais entre as chefias dos CREAS, CSPEMC e todas as coordenações das Oscs (Organizações da Sociedade Civil) executoras do Serviço Especializado de Proteção Social a Família (SESF), Centro Dia, Serviço de Proteção Social no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes e do Serviço de Medidas Socioeducativas de Libertada Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, para o alinhamento do trabalho dentre os serviços que compõem a Proteção Social Especial de Média Complexidade;
- Participação das chefias dos CREAS nas reuniões de gestores da Proteção Social Especial;

- Reunião mensal do Núcleo Articulador Gestor (NAG) - espaço constituído regionalmente pelo conjunto de representantes do Sistema único de Assistência Social (SUAS), em seus três níveis de proteção, vislumbrando o fortalecimento da política, por meio da gestão territorial compartilhada;
- Participação mensal no GT SESF;
- Encontros periódicos com Regina Miotto: PSB e PSE – DOAS / SMASDH;
- Reunião mensal de gestão entre as chefias dos CREAS e coordenações dos serviços de Média Complexidade de cada território;
- Realização por parte das chefias dos CREAS de discussões de casos com a rede – casos complexos para indicação de alta complexidade ou desligamentos;
- Gestão das vagas/metapas para atendimento das famílias nos serviços: SESF, Serviço Domiciliar, Centro Dia (inclusões e desligamentos);
- Discussão de casos com a equipe do PAEFI;
- Participação na formação para gestores: Instituto Transforma - DOAS / SMASDH;
- Reunião com conselheiros tutelares, demais gestores do SUAS e do Departamento de Operações de Assistência Social (DOAS);
- Reunião com Fundação Casa no GT Protocolo de MSE com objetivo de alinhar o fluxo entre os Serviços;
- Reunião com a Promotoria de Justiça e chefias/coordenação CREAS/DOAS;
- Encontro com DSAN sobre Segurança Alimentar;
- Reunião com coordenações de CREAS de outros municípios (Ribeirão Preto e São Paulo);
- Grupo de Trabalho “Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” – GT SCFV: O CREAS Sul passou a compor, em maio de 2022, o GT SCFV que busca fortalecer a atuação integrada de tais serviços, com as Proteções Básica e Especial, de modo a identificar e potencializar a inclusão do público prioritário;
- Participação nas reuniões com gestores da PSB sobre público prioritário do SCFV e gestores da PSB e PSE sobre cadastro único;
- Estruturação dos processos, fluxos e procedimento internos ao serviço.

DADOS GERAIS DOS CREAS (Fonte: arquivos CREAS)

Profissionais	CREAS Norte	CREAS Leste	CREAS Noroeste	CREAS Sudoeste	CREAS Sul
Chefia	1	1	1	1	1
Psicólogo	1	3	1	2	3
Assistente Social	2	4	3	2	3
Agente de Ação Social	2	1	2	1	0
Agente Administrativo	0	1	1	1	0
Assessor Técnico	1	0	0	0	0

Profissionais de apoio (Ensino Fundamental)	0	1	1	1	1
Motorista	1	1	1	1	1
Terceirizados (Portaria e Limpeza)	2	2	2	2	2

Tabela 1: RH dos CREAS

Em 2022, no CREAS Norte, houve a saída de 2 (dois) assistentes sociais, chegada de 1 (um) assistente social por remanejamento interno, e de 3 (três) agentes de ação social (1(um) substituição). No final do ano houve ainda a saída da chefia do serviço. No CREAS Noroeste houve a chegada de 1 (um) psicólogo por chamamento público, que solicitou exoneração após a nomeação, e a chegada de 1(um) agente administrativo por remanejamento interno. No CREAS Sudoeste, houve a mudança de chefia (um (um) assistente social da equipe assumiu a função), também ocorreu a saída de um (um) assistente social por remanejamento interno e chegada de 2 (dois psicólogos por chamamento público. Houve a troca de um agente de ação social, a chegada de 1 (um) agente administrativo do chamamento público e 1 (um) agente de ação social que exerce sua função dois dias da semana no equipamento, revezando com o Posto CREAS localizado na VIJ. No CREAS Leste houve a chegada de 1(um) agente administrativo, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, ambos por remanejamento interno, e mudança da chefia do serviço.

PRINCIPAIS ÓRGÃOS E SERVIÇOS REFERENCIADORES AO CREAS (PAEFI/SESF/Centro-Dia e PSE Domicílio)						
	CREAS NORTE	CREAS LESTE	CREAS NOROESTE	CREAS SUDOESTE	CREAS SUL	TOTAL
Vara da Infância e Juventude	4%	0%	0%	1%	4%	2%
Conselho Tutelar	25%	2%	20%	35%	13%	21%
Defensoria Pública	1%	25%	4%	2%	1%	4%
Ministério Público	2%	0%	1%	1%	4%	2%
Delegacia	0%	2%	0%	0%	0%	0%
Centro de Saúde	13%	1%	10%	19%	9%	12%
Unidades de Pronto Atendimento	2%	8%	0%	0%	4%	2%
Saúde Mental	3%	0%	1%	2%	2%	2%
Hospital	2%	1%	12%	6%	4%	5%

Rede PCD	4%	4%	1%	2%	3%	3%
CREAS de outros municípios	16%	2%	13%	6%	9%	9%
CRAS/DAS	14%	2%	8%	9%	10%	9%
SCFV	3%	39%	13%	5%	6%	10%
Educação	5%	4%	1%	0%	2%	2%
Medida Socioeducativa	1%	6%	3%	1%	3%	2%
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	1%	0%	2%	0%	1%	1%
Outros serviços/Disque 100/Alerta SISNOV	3%	3%	12%	10%	27%	13%

Tabela 2: Referenciadores aos CREAS

Nas tabelas acima é possível identificar que os serviços/órgãos que mais encaminharam casos aos CREAS em 2022, foram Conselho Tutelar, responsável por 21% dos encaminhamentos e serviços de saúde, que somados em suas diversas modalidades (Centro de Saúde, Hospital, UPA e Saúde Mental) são responsáveis também por 21% dos encaminhamentos.

	CREAS Norte	CREAS Leste	CREAS Noroeste	CREAS Sudoeste	CREAS Sul	Total
Total de famílias novas encaminhadas aos CREAS em 2022	161	96	175	235	252	744
Número de famílias em acompanhamento pelo PAEFI, por mês	45	105	60	60	90	360

Tabela 3: Famílias referenciadas aos CREAS e capacidade mensal de atendimento.

Em 2022, a maioria dos CREAS registrou aumento na demanda referenciada. O CREAS Sul registrou aumento de 15,6 % na demanda referenciada, que saltou de 218 casos (em 2021) para 252 (em 2022), à proporção que 162 (64,2%) famílias foram desvinculadas de seus serviços. Tal número torna-se

menos expressivo se, para os desligamentos, forem computadas somente aquelas situações em que a violação de direitos foi avaliada como superada (17,6% dos casos). O crescimento acima observado, desafiou a capacidade de resposta da unidade que conseguiu absorver 76,9% da demanda referenciada. O CREAS Sudoeste apresentou crescimento dos casos referenciados ao CREAS, entre 2021 e 2022, o aumento foi de 18% (de 199, em 2021 para 235, em 2022).

PERFIL DOS CASOS INCLUÍDOS NO PAEFI EM 2022						
	CREAS NORTE	CREAS LESTE	CREAS NOROESTE	CREAS SUDOESTE	CREAS SUL	TOTAL
Criança/ Adolescente	50%	41%	56%	56%	50,5%	51%
Pessoa Idosa	25%	35%	26%	23%	23,5%	27%
Gênero	11%	13%	13%	7%	11%	11%
LGBT	0	0	1%	0	0	0,4%
Pessoa com Deficiência	14%	9%	4%	14%	15%	9%
Raça/Etnia	0	0	0,6%	0	0	0,2%

Tabela 4: Perfil CREAS

A tabela acima é uma amostra do perfil dos casos incluídos em 2022. A maior parte dos casos foram encaminhados ao CREAS por violações de direitos contra crianças e adolescentes. Este dado se repete ao longo dos anos, sendo este o principal motivo de solicitações de acompanhamento aos CREAS, seguido de violência contra a pessoa idosa.

PRINCIPAIS MOTIVOS DE INCLUSÃO NO PAEFI EM 2022						
Tipo de violação	CREAS NORTE	CREAS LESTE	CREAS NOROESTE	CREAS SUDOESTE	CREAS SUL	TOTAL
Violência Física	9	27	89	10	14	149
Violência Psicológica	11	31	85	01	09	137
Exploração Sexual	0	0	11	1	0	12
Violência Sexual	7	15	27	32	10	91
Negligência	15	36	18	08	26	103
Abandono	4	18	21	05	8	56
Trabalho Infantil	0	1	1	02	4	8
Trajetória de Rua	1	2	1	00	1	5
Tráfico de pessoas	0	0	0	00	0	0
Discriminação por Raça e Etnia	0	0	1	00	0	1

Discriminação por Orientação Sexual	0	0	2	00	1	3
Violência Patrimonial/Exploração Financeira	4	11	7	02	02	26

Tabela 5: Motivo de Inclusão PAEFI

A tabela acima apresenta os dados referentes aos motivos de inclusão no PAEFI em 2022. Diferente do ano anterior que a negligência se destacava, neste ano a violência física e psicológica foram os principais motivos de inclusão no PAEFI.

MOTIVOS DE DESLIGAMENTO DO PAEFI EM 2022						
	CREAS NORTE	CREAS LESTE	CREAS NOROESTE	CREAS SUDOESTE	CREAS SUL	TOTAL
Não confirmação da violação de direitos	1	3	5	15	13	37
Ressignificação do contexto familiar frente as situações de violência	22	24	28	26	9	109
Atingiu o limite de atuação da assistência social	3	17	4	0	3	27
Falecimento	1	5	3	0	2	11
Família recusou o atendimento mesmo tendo sido feito o investimento na vinculação	2	0	2	0	4	8
Mudança de município	8	3	7	3	7	28
Transferência de região	1	1	1	6	4	13
Família não localizada	0	0	1	3	0	4
Encaminhamento para outro serviço da PSEMC	2	0	3	27	3	35
Encaminhamento para a alta complexidade	0	1	8	1	7	17

Tabela 6: Motivo de Desligamento

A tabela acima apresenta os motivos de desligamentos de casos pelo PAEFI em 2022. A ressignificação do contexto familiar frente as situações de violência é o maior motivo de desligamento neste ano.

SERVIÇOS VINCULADOS AOS CREAS

b) Serviço Especializado de Proteção Social Especial a Família - SESF

O Serviço Especializado de Proteção a Família (SESF), é um serviço complementar, referenciado aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. Oferece um conjunto de procedimentos técnicos por meio de atendimento psicossocial de caráter continuado, na perspectiva da interdisciplinaridade, articulação intersetorial e em rede, com centralidade na família.

A rede SESF é responsável pelo atendimento de 1.620 famílias e conta com 158 trabalhadores.

Atividades realizadas pelos SESF em 2022	Desafios	Metas para 2023
<p>Trabalho Social com famílias (atendimentos individuais e grupais, visitas domiciliares, articulação com a rede de serviço, discussão de caso, entre outros);</p> <p>Participação em reuniões intersetoriais e interproteções territorializadas;</p> <p>Participação em mobilizações sociais para a cidadania (CMDCA, CMAS, Fóruns, Conferência Municipal - Criança e Adolescente)</p> <p>Participação em espaços de capacitações;</p> <p>Participação em espaços de gestão;</p> <p>Participação em ações de enfrentamento às violências em conjunto com a rede (18 de Maio, Junho Violeta, etc)</p> <p>Realização de atividades e oficinas socioeducativas diversas, considerando às demandas das famílias em acompanhamento;</p> <p>Participação dos coordenadores e equipes no GT SESF - discussão sobre a identidade e metodologia de trabalho do Serviço;</p>	<p>O aumento da complexidade dos casos recebidos, que perpassam por diversos tipos de violações de direitos e violências, concomitantemente a agravamentos que exigem a atuação de outros serviços da rede socioassistencial ou outras políticas públicas (ex. saúde mental, criminalidade, habitação, insegurança alimentar, entre outros);</p> <p>A atuação com famílias cujas demandas acerca do fenômeno da violência doméstica não contam com a presença da intervenção de outras políticas e/ou equipamentos com atuações multi e interdisciplinar;</p> <p>A identidade do SESF enquanto serviço complementar, e o reconhecimento de seu papel pela rede de serviços;</p> <p>A dificuldade de acompanhamento sistemático das 30 famílias considerando as diversas complexidades apresentadas em cada núcleo atendido.</p>	<p>Finalização do GT SESF e análise de possibilidade para alteração dos próximos Editais.</p>

CREAS	OSC EXECUTORA	Grupos	Metas	TOTAL
Sudoeste	Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência - SETA	12	360	480
	Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia	4	120	
Noroeste	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância CRAMI	7	210	360
	Projeto Gente Nova PROGEN	5	150	
Sul	Associação Franciscana de Assistência Social Coração de Maria - AFASCOM	4	120	360
	Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência - SETA	5	150	
	Aldeias Infantis S.O.S.	3	90	
Norte	Ação Forte	1	30	210
	Centro Promocional Tia Ileine CPTI	2	60	
	Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência - SETA	4	120	
Leste	Centro Educacional Integrado "Padre Santi Capriotti"	2	120	210
	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância CRAMI	3	90	
TOTAL	13	54	1620	

Tabela 7: OSC SESF

DADOS DE 2022 (Fonte: SIGM e arquivo dos CREAS)

DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO DO SESF EM 2022						
SESF	SESF NORTE	SESF LESTE	SESF NOROESTE	SESF SUDOESTE	SESF SUL	TOTAL
Meta mensal de atendimento às famílias no SESF	210	210	360	480	360	1620
Famílias NOVAS incluídas em acompanhament	66	52	69	131	86	404

o no SESF em 2022						
-------------------	--	--	--	--	--	--

Tabela 8: Atendidos SESF

A tabela acima mostra que a maior parte das famílias em acompanhamento pelo SESF foram incluídas há mais de um ano no Serviço. Este dado indica que o tempo de acompanhamento das famílias no SESF geralmente é maior que 1 ou 2 anos, tal dado se justifica devido à complexidade das demandas apresentadas pelas famílias. O CREAS Sudoeste teve o maior número de inclusões de famílias novas no SESF em 2022. Isto se dá devido ao grande número de metas existentes na região, possibilitando um maior fluxo de entrada e saída de casos.

PERFIL DOS CASOS INCLUÍDOS NO SESF EM 2022						
	SESF NORTE	SESF LESTE	SESF NOROESTE	SESF SUDOESTE	SESF SUL	TOTAL
Criança/ Adolescente	57%	72%	83%	75,5%	65%	71%
Pessoa Idosa	1,6%	7%	7%	10%	9%	21%
Gênero	1,6%	13%	5,5%	6%	16%	11%
LGBT	0	1,6%	0	0	0	0,2%
Pessoa com Deficiência	10%	5%	4%	8%	9%	8%
Raça/Etnia	0	1,6%	0	0	0	0,2%

Tabela 9: Perfil atendidos SESF

A tabela acima se refere ao perfil dos casos incluídos em 2021. A maior parte dos casos foram encaminhados ao SESF por violações de direitos contra crianças e adolescentes. Este dado se repete ao longo dos anos, sendo este o principal motivo de solicitações de acompanhamento aos CREAS, consequentemente ao SESF.

PRINCIPAIS MOTIVOS DE INCLUSÃO NO SESF EM 2022						
Tipo de violação	SESF NORTE	SESF LESTE	SESF NOROESTE	SESF SUDOESTE	SESF SUL	TOTAL
Violência Física	31	20	37	39	31	158
Violência Psicológica	35	23	38	12	30	138
Exploração Sexual	0	0	1	01	2	4
Violência Sexual	21	16	17	22	28	104
Negligência	39	26	34	32	38	169
Abandono	6	2	2	01	1	12
Trabalho Infantil	0	0	5	05	0	10
Trajetória de Rua	2	2	0	0	0	4

Tráfico de pessoas	0	0	0	0	0	0
Discriminação por Raça e Etnia	0	0	1	0	0	1
Discriminação por Orientação Sexual	0	0	2	0	0	2
Violência Patrimonial/Exploração Financeira	7	2	7	0	6	22

Tabela 10: Motivos de Inclusão no SESF

A tabela acima apresenta os dados referentes aos motivos de inclusão no SESF em 2022. Novamente, como ocorreu em anos anteriores, a negligência tem sido o principal motivo para inclusão no SESF, seguida de violência física.

MOTIVOS DE DESLIGAMENTO DO SESF EM 2022						
Motivos	SESF NORTE	SESF LESTE	SESF NOROESTE	SESF SUDOESTE	SESF SUL	TOTAL
Não confirmação da violação de direitos	0	3	8	6	5	22
Ressignificação do contexto familiar frente às situações de violência	28	24	41	79	30	202
Atingiu o limite de atuação da assistência social	11	17	5	8	6	47
Falecimento	10	5	6	6	7	34
Família recusou o atendimento mesmo tendo sido feito o investimento na vinculação	4	0	4	5	6	19
Mudança de município	11	3	10	13	20	57
Transferência de região	5	1	3	12	8	29
Família não localizada	3	0	3	03	0	9
Encaminhamento para outro serviço da PSEMC	1	0	5	01	1	7

Encaminhamento para a alta complexidade	0	1	10	00	8	26
---	---	---	----	----	---	----

Tabela 11: Motivo de Desligamento do SESF

A tabela acima apresenta os motivos de desligamentos de casos pelo SESF em 2022. A ressignificação do contexto familiar frente as situações de violência é o maior motivo de desligamento neste ano.

c) Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

OSC executora: Centro Educacional Integrado "Padre Santi Capriotti"

Metas: 125

O Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias executa o atendimento domiciliar a idosos e pessoas adultas com deficiência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia. Tem por objetivo promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e idosas com dependência, seus cuidadores e suas famílias.

Adota a metodologia de trabalho conforme diretriz da gestão com as famílias por meio de entrevistas, visitas domiciliares, reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias.

De modo especial, em 2022 tiveram ações e atividades bastante significativas e singulares que cabem ser apresentadas e destacadas:

Atividades voltadas aos usuários:

- Círculos de Fortalecimento de Vínculos, fundamentados pela Justiça Restaurativa, para auxiliar a minimizar as situações de vínculos familiares fragilizados e de conflitos intrafamiliares. Essa atividade grupal ocorreu ao longo do ano e, algumas vezes, em parceria com a rede intersetorial de serviços dos territórios;
- Oficina Socioeducativa de Instrumentalização Musical para oferta de acolhida grupal, promoção do fortalecimento da inclusão e convívio dos usuários com deficiência, e ampliação das experiências de vida. Essa atividade grupal ocorreu no mês de abril e foi realizada na sede do CEI;
- Ações e Atividades em prol do Junho Violeta e o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa, em parceria com a Coordenadoria da Pessoa Idosa, com o Conselho do Idoso, e com o Programa Universidade da Unicamp. No território do Centro, o PSE no domicílio ofertou ações de divulgação e conscientização sobre o Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa. Na Região Norte participou da Roda de Conversa sobre Idadismo, que ocorreu no CEU Estação Cidadania - Cultura Thaís Fernanda Ribeiro, promovida pela Proteção Social Básica em conjunto com a Coordenadoria da Pessoa Idosa. E na Unicamp, o PSE no Domicílio participou do Seminário Violência contra a Pessoa Idosa: qual é o Papel das Políticas Públicas? - Promovido pelo Programa Universidade, pelo Conselho do Idoso, e pela Coordenadoria da Pessoa Idosa, por meio de uma apresentação sobre o serviço, seu público-alvo, suas potencialidades e suas experiências enquanto política pública para Pessoas Idosas;
- Participação em julho da Ação da SMASDH em prol do Aniversário de Campinas, na região Sudoeste. O PSE no Domicílio esteve presente nas reuniões de organização do evento que o território Sudoeste realizou para comemorar o aniversário da cidade junto com os usuários. Neste evento, que aconteceu no Centro de Referência da Juventude CRJ, o PSE no Domicílio ofertou uma atividade grupal de Ciranda Intergeneracional, com o intuito de promover o convívio comunitário e o fortalecimento de vínculos por meio de atividades corporais, musicais e culturais, e, assim, possibilitar aos usuários, suas

famílias, e profissionais, a vivência de experiências outras, diferentes daquelas atreladas à violência e/ou violação de direitos;

- Ações e atividades em prol Setembro Verde e do 1º Seminário Sudoeste Inclusiva em comemoração ao Mês da Inclusão e Luta pelos Direitos da Pessoa com Deficiência, com participação nas reuniões para organização do evento junto com a rede intersetorial. E com articulações para que os usuários participassem do seminário que ocorreu na Casa da Criança Parálítica, onde o PSE no Domicílio fez uma apresentação sobre o serviço, seu público-alvo, suas potencialidades e experiências enquanto política pública para Pessoas com Deficiência;
- Ações e atividades no mês de outubro em prol da comemoração do Dia Internacional da Pessoa Idosa, em parceria com o CRAS Campo Belo (Região Sul), com a Coordenadoria da Pessoa Idosa, e com o Conselho do Idoso. O PSE no Domicílio ofertou no território do CRAS Campo Belo uma roda de conversa sobre Idadismo, Diversidade na Velhice e Direitos das Pessoas Idosas, além de uma atividade de Ciranda para Terceira Idade. Nessa atividade grupal estiveram presentes usuários do CRAS Campo Belo e do PSE no Domicílio. Somado a essa ação, neste mesmo mês, o PSE no Domicílio ofertou na sede do CEI uma Oficina Recreativa para os usuários idosos e seus familiares. Tanto a atividade no CRAS Campo Belo como na sede do CEI, promoveu não apenas o convívio comunitário e o fortalecimento de vínculos por meio de atividades corporais, musicais e culturais, como ampliou o universo informacional dos usuários e suas famílias, e possibilitou a eles a vivência de experiências outras, diferentes daquelas atreladas à violência e/ou violação de direitos.

Atividades formativas da equipe e do serviço:

- Treinamento sistemático do SIGM para cuidadores sociais e técnicos;
- Treinamento SISNOV para os técnicos que ainda não tinham sido contemplados;
- Participação sistemática no Conselho do Idoso e no Conselho Municipal da Cultura de Paz;
- Participação sistemática no RASEV - Rede de Apoio e Acompanhamento às Situações de Exposição a Violência (Região Norte);
- Ações de divulgação do PSE no Domicílio na rede intersetorial;
- Reuniões sistemáticas com a rede intersetorial para discutir o perfil dos casos para inclusão no PSE no Domicílio;
- Formação continuada para os cuidadores sociais, equipes técnica e gestão. Destacando-se as seguintes formações: Formação para Cuidadores Sociais (CEI); Oficina de Relatório Técnicos; Oficina de Justiça Restaurativa para Tratamento de Conflitos; Curso de Sistema de Justiça na execução dos Serviços Socioassistenciais; Curso de Educador Social; Encontro formativo sobre “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.

Desafios durante a execução das atividades:

- Atender e acompanhar as famílias de forma sistematizada em um ano pós-pandemia, trouxeram desafios de diversas ordens, os quais destacam a seguir:
- No que diz respeito à escala e carga horária de trabalho dos cuidadores sociais que se apresentou bastante intensa, sobretudo, para as articulações decorrentes das demandas dos usuários, cada vez mais complexa e diversa.
- Devido ao retorno da convivência familiar e sócio comunitária, o número de conflitos familiares e comunitários teve um aumento significativo dentre os indicadores de violência e/ou violação de direitos no processo de inclusão dos casos, no campo dos conflitos familiares.
- Em 2022 muitos dos familiares de nossos usuários permaneceram desempregados, sem renda alguma ou com renda insuficiente, por conta de não conseguirem realocação no mercado de trabalho após a pandemia. Muitos usuários em 2022 demandaram algum

tipo de articulação para alcance de benefícios de transferência de renda e até mesmo alimentícios.

- Quanto às interfaces com a saúde identificamos desafios importantes: 1) A dificuldade do atendimento e vinculação na saúde das mais diversas áreas de atuação. 2) O aumento de familiares de usuários com stress advindo da sobrecarga de cuidado e sofrimento mental com necessidade de apoio psicoterápico e psiquiátrico.
- Recusa das famílias em aceitar as ações do serviço, em função das expectativas e compreensões sobre a oferta do serviço.
- Também tiveram desafios na ordem do trabalho intersetorial ao longo de 2022 e do retorno dos atendimentos presenciais:
- Em algumas reuniões de discussão de casos, alguns Centros de Saúde e CAPS tiveram dificuldade de participar, tornando as ações em rede enfraquecidas;
- No desligamento dos casos acompanhados, o desafio foi identificar outros serviços da rede que possam atender as demandas das famílias, como, por exemplo, serviços para pessoas com deficiência na faixa etária dos 30 aos 59 anos e CCIIIs;
- A falta de referência familiar e rede comunitária de cuidados para pessoas idosas que precisam apoio nas atividades cotidianas e/ou demandavam cuidados intensos de saúde, gerou dificuldade no trabalho da PSE no Domicílio uma vez que não tinha uma pessoa responsável para ser acionada e trabalhada;
- A inclusão de casos complexos, com rompimento de vínculos, com perfil para ILPI, na perspectiva de reduzir danos e garantir uma cobertura de proteção, gerou dificuldades na execução do serviço.
- Vale destacar que embora tenham sido múltiplos os desafios, eles não comprometeram a integridade do serviço e a qualidade do atendimento, pelo contrário, impulsionou a criar saídas alternativas para as problemáticas acima apresentadas, e possibilitou o aprofundamento dos processos reflexivos, bem como a ressignificação e o aprimoramento da prática cotidiana, fazendo construir dados que contribuam para a primazia da política pública e do serviço;
- Cabe ressaltar que o Serviço assinou uma pactuação com a gestão pública com o compromisso de manter a agilidade nos processos de inclusão e desligamentos dos casos (1 mês), garantir a equipe mínima necessária para a execução do Serviço bem como, organizar a carga horária da coordenação, ou contratação de mais 1 (um) profissional, de forma que possibilite uma maior aproximação da mesma com as equipes e gestão pública.

Resultados alcançados/Avanços com as atividades realizadas:

- Todas as atividades foram planejadas e executadas visando a promoção da inclusão, da convivência familiar e comunitária, da diversidade cultural e social, bem como, na perspectiva do fortalecimento de vínculo entre serviço e famílias atendidas, relação essa pautada na ética e no respeito. Pautados nisso, os resultados alcançados foram:
- Contribuição para a minimização e superação de situações violadoras de direitos dos indivíduos e famílias, bem como avanço na mobilização de família extensa ou ampliada;
- Fortalecimento de vínculos familiares e das referências de cuidados sociofamiliares, por meio da mobilização intensa de família nuclear e/ou extensa/ampliada;
- Garantia de proteção integral nos casos mais complexos, com rompimento de vínculos familiares, encaminhados para a alta complexidade – ILPI ou Residência Inclusiva;
- Avanço na discussão, implantação e sistematização da metodologia de trabalho com famílias e alcance de uma maior participação dos usuários e suas famílias no planejamento e execução do plano de atendimento. Todos os usuários antigos e novos tiveram seus PIFAS, genogramas familiares e mapas da rede construídos e reavaliados ao longo do ano em reuniões técnicas semanais e atendimentos técnicos realizados conforme as demandas de cada família;
- Maior desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social e fortalecimento das redes sociais de apoio;

- Ampliação do universo informacional dos usuários e suas famílias, e de experiências outras diferentes daquelas atreladas à violência e/ou violação de direitos;
- Ampliação da informação, comunicação e defesa dos direitos para os usuários e suas famílias.
- Ampliação da informação, comunicação e defesa dos direitos para os usuários com recorte LGBTQIA+;
- Avanço na qualificação dos relatos de atendimento dos cuidadores sociais, no lançamento sistemático das ações na plataforma SIGM e no fomento de discussões de caso em equipe com informações mais detalhadas e assertivas;
- Ampliação da garantia de proteção social ao usuário e combate à violência;
- Maior qualificação e alinhamento dos atendimentos domiciliares e das ações realizadas tanto pelos cuidadores sociais quanto pela equipe técnica, e avanço nas discussões de caso em equipe com reflexões teórico praticas;
- Fortalecimento da rede intersetorial e socioassistencial;
- Maior qualidade na referência e contrarreferência dos casos.

DADOS DE 2022 (Fonte: SIGM e arquivos OSC CEI)

A tabela abaixo mostra o perfil dos atendidos no serviço, a maior parte são pessoas do sexo feminino e idosas. As deficiências predominantes são a física e a intelectual, e os motivos de inclusão mais comuns continuam sendo negligência e sobrecarga do cuidador, assim como em 2021. Estes números demonstram que o público atendido apresenta muita demanda de cuidado e proteção devido à idade avançada e tipo de deficiência com maior grau de dependência.

Total de atendidos no Serviço de PSE no Domicílio em 2022		
		Quantidade
Nº de famílias	Número de famílias atendidas neste ano	250
	Número de inclusões	67
Perfil	Pessoa Idosa	124
	PCD	107
	Pessoa Idosa e PCD	30
Sexo PCD	Feminino	42
	Masculino	26
Sexo Pessoa Idosa	Feminino	105
	Masculino	46
Tipos de Deficiência	Intelectual	29
	Física	32
	Múltipla	2
	Visual	12
	Auditiva	4
	Saúde Mental	26

Faixa Etária	18 a 24 anos	6
	25 a 39 anos	24
	40 a 59 anos	40
	60 a 79 anos	110
	Acima de 79 anos	77
Motivos de Inclusão	Violência Física	9
	Violência Psicológica	8
	Negligência	36
	Violência Patrimonial	0
	Sobrecarga do Cuidador/Estresse do Cuidador	37
	Isolamento Social	22
	Outras violações	7
Motivos de Desligamento	Falecimento	22
	Mudança de município	0
	Recusa do serviço após todas as ações de vinculação	2
	Perfil do usuário não compatível com o serviço	4
	Ressignificação do contexto familiar	31
	Entrada em Residência Inclusiva ou ILPI	7

Tabela 12: Atendidos no Serviço de PSE no Domicílio em 2022

d) Centro-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência

OSC executora: SORRI

Quantidade de metas de atendimento: 30

O Centro-Dia é uma unidade do SUAS referenciada aos CREAS que oferta serviço de convivência e de cuidados pessoais às pessoas com deficiência de 18 a 59 anos, em situação de dependência, que tiveram a sua condição agravada por violação de direitos. Oferecem apoio para a realização de cuidados básicos da vida diária como o se arrumar, se vestir, comer, fazer higiene pessoal, se locomover e outras e, também de apoios para o desenvolvimento pessoal e social, como levar a vida da forma mais independente favorecendo a integração e a participação do indivíduo na família, no seu entorno, em grupos sociais, incentivo ao associativismo, dentre outros apoios.

Neste serviço são prestadas ainda orientação e apoio, inclusive no domicílio, aos cuidadores familiares, incentivando a autonomia da pessoa com deficiência e de seu cuidador familiar e a inclusão social.

Descrição das atividades/oficinas realizadas em 2022:

- Oferta de alimentação – café da manhã, almoço e lanche da tarde, proporcionando dieta específica e adequada as necessidades dos usuários (obesos, anêmicos, hipertensos ou diabéticos) bem como independência no ato de se alimentar;
- Oferta de cuidados aos usuários e suas famílias com foco no desenvolvimento de autonomia e independência:
- Atividades expressivas a fim de proporcionar vivências que ampliem o universo de experiências e facilitem o desenvolvimento de habilidades sociais;
- Atividades de Música;
- Atividades de Teatro e Expressão Corporal, Contação de Histórias;
- Atividade Física;
- Oficinas de artesanato mobilizando usuários a criação e produção de materiais a serem utilizados na festa para os aniversariantes do mês. Os materiais foram produzidos a partir de temas de interesse dos usuários. Em 2022 os temas desenvolvidos foram: Festa dos Anos 70, Carnaval, Páscoa, Homenagem a Mulher, Festa Junina, Animais, Halloween, Natal. Essas atividades desenvolveram coordenação motora, senso crítico, sentimento de participação e pertencimento, autoestima e fortalecimento de vínculos;
- Oficinas de cuidados de higiene pessoal - desenvolvida de acordo com as necessidades de cada usuário. São atividades de cuidados como banho, barba, corte de unhas das mãos e pés, corte de cabelo, higiene bucal, etc.

Desafios durante a execução das atividades	Resultados alcançados/Avanços com as atividades realizadas	Metas para 2023
<p>Necessidade contínua de articulação com a saúde mental para o atendimento dos usuários com deficiência intelectual e outros transtornos mentais</p> <p>Trabalho com famílias devido ao aumento de vulnerabilidade, ainda em decorrência das consequências da COVID</p> <p>Ausência de outros serviços da rede PCD que possam compor o atendimento dos usuários do Centro Dia</p>	<p>Usuários demonstram satisfação em relação ao atendimento do Centro Dia</p> <p>Melhoria na qualidade de vida e proteção dos usuários e suas famílias</p> <p>Vínculos fortalecidos entre usuários e profissionais</p> <p>Vínculos fortalecidos entre a equipe</p>	<p>Aproximar os usuários e suas famílias das ofertas existentes nos territórios.</p> <p>Fortalecer a relação do Centro Dia com os demais serviços da rede (SUAS, SUS, Educação, etc)</p> <p>Buscar aproximação com a saúde mental, em especial do CAPS.</p> <p>Ampliar o trabalho social com as famílias.</p> <p>Adotar novas metodologias, principalmente em relação ao trabalho em grupo.</p> <p>Registrar a história do Centro Dia.</p>

DADOS DE 2022 (Fonte: SIGM e arquivos OSC SORRI). Os dados da tabela abaixo indicam uma predominância de usuários do sexo masculino, acima de 25 anos, com deficiência intelectual. O isolamento social é o principal motivo de inclusão no Centro Dia.

Quantitativo atendidos Centro-Dia em 2022		
		Quantidade
Número de Famílias	Número de famílias atendidas neste ano	30
	Número de inclusões	7
Tipos de Deficiência dos atendidos	Intelectual	14
	Física	0
	Múltipla	5
	Visual	0
	Auditiva	1
	Comorbidade Saúde Mental	9
Sexo dos atendidos	Feminino	12
	Masculino	17
Faixa Etária dos atendidos	18 a 24 anos	1
	25 a 39 anos	16
	40 a 59 anos	12
Motivos de Inclusão (incluídos em 2022)	Violência Física	0
	Violência Psicológica	1
	Negligência	3
	Violência Sexual	0
	Violência Patrimonial	2
	Isolamento Social	5
	Outras violações	2
Motivos de Desligamento	Falecimento	0
	Mudança de município	3
	Recusa do serviço	3
	Reorganização do contexto familiar	0
	Perfil do usuário não compatível com o serviço	0
	Entrada em Residência Inclusiva	0

Região de moradia dos atendidos neste ano	Região Sul	8
	Região Norte	4
	Região Sudoeste	4
	Região Noroeste	6
	Região Leste	7

Tabela 13: Atendidos e Incluídos no Centro-Dia em 2022

e) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

Os Serviços de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) são unidades do SUAS, vinculados ao CREAS. Possuem a finalidade de prover atenção socioassistencial e acompanhamento aos adolescentes e jovens, de ambos os sexos, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, determinada judicialmente. Devem contribuir para o acesso a direitos e a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens, por meio de atividades educativas e trabalho com apoio das famílias e comunidade. Faz-se necessária a observância da responsabilização da adolescente face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados, de acordo com as legislações e normativas específicas, para a orientação no cumprimento de medidas socioeducativas.

SERVIÇOS MSE			
Região	OSC	Medida	Metas de Atendimento
Sudoeste Noroeste Sul	Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência – SETA LA	Liberdade Assistida	140
Leste Norte Sul	COMEC - Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas	Liberdade Assistida	160
Municipal	COMEC - Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas	Prestação de Serviço À Comunidade	80

Tabela 14: OSCs que executam serviços de MSE.

DESTAQUES PARA 2022

- Retorno do atendimento presencial socioeducativo em meio aberto aos adolescentes/jovens e seus familiares/responsáveis após um longo período de suspensão e/ou readequação necessária devido à pandemia da COVID 19.

- Neste ano foi possível retomar e expandir as atividades coletivas presenciais e ações nos territórios/domicílios.
- Revalidação do Protocolo Intersectorial de Atendimento Socioeducativo, garantindo o retorno escolar presencial; e a promoção do acesso aos cuidados de saúde dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e/ou protetiva.
- O retorno do profissional do CREAS para o Posto na VIJ Atos infracionais realizar os atendimentos dos adolescentes após audiência e encaminhar para as executoras de MSE conforme fluxo do município. Além disto, o profissional do CREAS fica à disposição para consulta de processos, envio de senhas do E-SAJ bem como dos ofícios com as determinações judiciais às executoras, CREAS e Saúde.
- Construção de fluxos e procedimentos entre VIJ Atos Infracionais, Posto CREAS e executoras a partir de reuniões com a Coordenadoria da Média Complexidade e VIJ. Neste ano as executoras passaram a acessar o Portal E-SAJ, conforme recomendação do Tribunal de Justiça de São Paulo. Assim, a partir de uma senha pessoal acessam o sistema para realizar o peticionamento eletrônico dos PIAS, bem como consultam informações sobre os adolescentes que constam nos processos. Tal procedimento foi considerado um avanço tendo em vista a agilidade na comunicação propiciada pelo uso desta ferramenta tecnológica. O SEI – Sistema Eletrônico de Informações da Prefeitura de Campinas, também passou a ser utilizado para o envio de documentos do Posto do CREAS para as executoras e Saúde. Este fluxo teve grande impacto na agilidade da comunicação e atendimento de saúde dos adolescentes que tiveram algum tipo de tratamentos determinado pelo juiz.
- Foi retomado o GT PROTOCOLO MSE com objetivo de identificar as questões que precisam ser alinhadas sobre o fluxo da MSE e rede de serviços (Saúde, Assistência Social e Educação). Assim sendo, o protocolo existente foi novamente discutido e várias alterações estão sendo feitas conforme apontamentos.
- Considerando a diminuição gradual de encaminhamentos de adolescentes da VIJ Atos infracionais para o cumprimento de MSE ao longo dos últimos 3 anos, foram realizadas reuniões entre DOAS, CSAC, Vigilância Socioassistencial e executoras para tratativas quanto à necessidade de redução das metas de atendimento de LA e PSC objetivando a adequação das metas à demanda atual. Assim sendo, será feita a redução de 1 lote (20 adolescentes) para ambos os serviços a partir de março de 2023.

Liberdade Assistida

Principais atividades realizadas em 2022	
EXECUTORA SETA	EXECUTORA COMEC
Os adolescentes foram acolhidos em grupo e foram realizados atendimentos ao grupo familiar para escuta sobre a realidade familiar e demanda dos adolescentes, para que, em conjunto, fosse possível refletir e encontrar soluções mais adequadas as realidades de cada família. Também ocorreram reuniões para a troca de experiências entre as famílias dos adolescentes, fortalecendo os vínculos e contribuindo para uma participação ativa das famílias no processo socioeducativo dos adolescentes; Foram realizadas atividades socioeducativas com duração de 02 horas com adolescentes/jovens em	Grupos voltados a qualificação profissional; mídias e mobilização social; atividades lúdicas, artísticas e esportivas; de culinária; de reflexão sobre direitos e violações; masculinidade, gênero, diversidade, e questões étnico raciais; cuidados de saúde, direitos sexuais reprodutivos e maternidade/paternidade; Realização do projeto Sintonizando, com parceria da FEAC e CMDCA, na Transformação e Qualificação para o Trabalho; Foi possível notar avanços quanto à qualificação profissional continuada, devido às formações, discussões e capacitações realizadas em rede que abarcaram temáticas como: adolescências e

<p>espaço de reflexão e construção que fomentou o desenvolvimento da autonomia, protagonismo juvenil, potencialidades e habilidades dos adolescentes, contribuindo para o seu pertencimento social e consciência crítica nas temáticas trabalhadas, bem como o papel inclusivo na dinâmica social. Em cada oficina, foi abordado um tema a partir do trabalho desenvolvido de acordo com o planejamento do grupo. Com a metodologia de roda de conversa, filmes, a fim de facilitar a reflexão, identificação e sociabilidade, fortalecendo o senso ético, de escuta, com proposta de eventuais atividades externas para ampliação do repertório cultural;</p> <p>Foi ofertada Oficina profissionalizante de barbearia tradicional e moderna relacionada à geração de renda e integração ao mundo do trabalho a partir da vivência de uma barbearia. A realização desta oficina propiciou o aprendizado de novas técnicas tradicionais e modernas no ramo da barbearia, além da formação profissional, garantindo a inserção imediata de jovens e adolescentes no mundo do trabalho;</p> <p>A Oficina de Preparação para Mundo do Trabalho propiciou o desenvolvimento pessoal e aprendizado, através de ações coletivas, experimentações de práticas de conhecimentos, técnicas, fortalecimento de habilidades e competências, além de reflexões sobre os novos conhecimentos e novas experiências. Promoveu ainda, a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho;</p> <p>Grupos de Capoeira: Propôs a iniciação à capoeira a partir da roda coletiva e reflexão acerca de temas pertinentes ao contexto social da juventude negra, ética, social, cultural, além da oferta de potencialização, autonomia e protagonismo social.</p> <p>Grupo Trocas e Vivências: Grupo de atividades socioeducativas com foco no diálogo e reflexões das situações vivências.</p>	<p>juventudes periféricas, enfrentamento ao trabalho infantil, mercado de trabalho e aprendizagem profissional, combate ao racismo, desmistificação da diversidade sexual, saúde sexual e reprodutiva, enfrentamento ao abuso e exploração sexual;</p> <p>Incentivo a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho através da formação dos adolescentes/jovens nas áreas de cinema de animação e mecânica;</p> <p>Realização de mostras culturais no Museu da Imagem e do Som - MIS, com exibição fotográfica e de curta metragem em desenho animado produzido pelos adolescentes, "Dia a dia dos quebradas", e vídeo clipe "Favela City", o qual foi premiado no 11º Fest Clip - Festival de videoclipe 2022 na categoria Júri popular. Promoção dos adolescentes/jovens como mobilizadores sociais e produtores de conteúdo para mídias. Apresenta-se como resultados deste trabalho, dois documentários, oficinas de fotografia, de escrita criativa, atividades de intervenção urbana (grafite, sticker e lambe lambe), produções áudio visuais como podcast, entrevistas, e músicas, bem como a participação em documentário nacional sobre as medidas socioeducativas chamado Meio Aberto e de uma entrevista à FEAC.</p>
<p>DESAFIOS IDENTIFICADOS</p>	
<p>SETA LA</p>	<p>COMEC LA</p>
<p>Considerando o agravamento da pobreza devido ao desemprego gerado no período da pandemia, as famílias apresentaram muitas demandas de</p>	<p>Construir a coesão grupal visto a nova configuração da equipe, advinda da saída e entrada de novos profissionais do campo técnico. Favorecer o</p>

<p>subsistência. Muitos adolescentes não conseguiram manter a frequência escolar e nem na medida socioeducativa devido à necessidade de “fazer bicos” para o sustento da casa. Tal situação gerou um aumento de descumprimento da MSE, evasão escolar e, até mesmo retorno ao ato infracional e internações;</p> <p>A inclusão em programas de profissionalização foi outro desafio encontrado durante o processo de cumprimento da MSE, pois os adolescentes em cumprimento de MSE não atendem aos critérios para inserção nestes programas;</p> <p>O entendimento/compreensão da população residente aos arredores da SETA é muito importante para que não haja violências cometidas contra os adolescentes que circulam pelo bairro, bem como pedidos para a retirada do serviço.</p>	<p>cuidado a adolescentes com vínculos familiares rompidos, por meio de encaminhamentos a rede de proteção social especial de alta complexidade, juntamente ao Conselho Tutelar.</p>
<p>METAS PARA 2023</p>	
<p>SETA LA</p>	<p>COMEC LA</p>
<p>Aproximação com a Segurança Pública, para melhor entendimento da MSE e construir parceria e evitar/diminuir a violência policial nos arredores da SETA;</p> <p>Construir parcerias com as secretarias de esporte e lazer para garantir novas ofertas de atividades nos territórios para os adolescentes em cumprimento da MSE.</p>	<p>Identificar a demanda dos adolescentes após o cumprimento da medida socioeducativa visando o planejamento de ações/atividades para o acompanhamento PÓS-MSE – construção de projeto piloto;</p> <p>Potencializar os espaços coletivos, com destaque para grupos de geração de renda, e encaminhamentos para aprendizagem profissional; bem como ampliar espaços coletivos dedicados ao debate das temáticas de gênero, sexualidade, maternidade/paternidade, violências, relacionamentos familiares e afetivos.</p>

Prestação de Serviços à Comunidade

OSC: Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas- COMEC – Unidade Prestação de Serviços à Comunidade

Descrição das atividades realizadas em 2022:

- No ano de 2022, foram retomadas as atividades grupais e a metodologia PSC COLETIVA.
- Houve investimento em capacitações com a equipe técnica e seguimos com o atendimento socioeducativo dos adolescentes, jovens e suas famílias, conforme Plano de trabalho, com ofertas de atendimentos individuais, grupais, domiciliares e ações intersetoriais.
- Foram realizadas 17 ações de PSC, por meio de atividades como produção de eco brinquedos; artes visuais (técnicas de grafite, pintura, mosaico, customização); produção de mini-documentário com lideranças comunitárias; atividades recreativas com crianças; psicodrama com crianças; atividades culturais na pré conferência e na conferência municipal dos direitos da criança e do adolescente; confecção de

brinquedos ópticos e exposição; elaboração de curta metragem e videoclipe; confecção de mural interativo. Os segmentos de serviços que receberam a PSC foram: escolas, CRAS, praças esportivas, OSCs e pontos de Cultura.

Desafios durante a execução das atividades	Resultados alcançados/Avanços com as atividades realizadas	Metas para 2023
<p>Vulnerabilidades das famílias agravadas, com foco na segurança alimentar.</p> <p>Diminuição do fluxo de entrada no programa, com impacto nas metas de atendimento.</p> <p>Grupos com poucos adolescentes, devido baixas de entradas.</p> <p>Relatos de violência policial nos atendimentos, com atuação nas abordagens e invasão de domicílios.</p>	<p>O retorno das atividades presenciais possibilitou a diversidade de prestações de serviços à comunidade nas diferentes regiões de Campinas;</p> <p>Participação em documentários com os usuários;</p> <p>O Projeto Qualificação para o Trabalho, em parceria com o CMDCA propiciou a formação de 5 turmas nos cursos de emergência para motocicletas e curso básico automotivo na Escola do Mecânico e em sua outra vertente, a formação de 2 turmas em curso de cinema de animação, em parceria com o Núcleo de Cinema de Animação de Campinas, produzindo 2 curtas-metragens, ambos exibidos em Mostras no MIS – Museu da Imagem e do Som, um prêmio no FESTCLIP, festival de vídeos e uma participação no MUMIA – Mostra Udigrudi de Animação em Belo Horizonte;</p> <p>O Projeto Sintonizando na Transformação Fase II/apoio FEAC teve destaque na produção pelos mobilizadores sociais de: podcast sobre o tema combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; elaboração e exibição dos documentários “Capadócia” e “Contrariando expectativas” no CRAS Recanto Anhumas;</p> <p>Aprovação da 3ª fase do projeto Sintonizando na Transformação, com financiamento da FEAC.</p>	<p>Executar o Plano de Trabalho do programa de PSC de forma eficiente;</p> <p>Superar os desafios consequentes a redução de metas do programa;</p> <p>Executar com qualidade a 3ª fase do projeto Sintonizando na Transformação.</p>

Número de adolescentes atendidos por mês em 2022			
Mês	Liberdade Assistida COMEC 160 metas/mês	Liberdade Assistida SETA 140 metas/mês	Prestação de Serviços à Comunidade COMEC 80 metas/mês
Jan/22	102	83	70
Fev/22	98	75	70
Mar/22	95	93	67
Abr/22	87	78	67
Mai/22	90	86	57
Jun/22	87	93	47
Jul/22	87	74	41
Ago/22	83	80	40
Set/22	96	84	40
Out/22	99	94	36
Nov/22	103	90	41
Dez/22	104	93	40

Tabela 15: Quantitativo MSE

Motivos de inclusão em LIBERDADE ASSISTIDA em 2022	
Ato infracional	Quantidade
Roubo	72
Furto	9
Receptação	15
Tráfico de drogas	125
Roubualificado	41
Furto qualificado	4
Ameaça	2

Motivos de inclusão em PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE em 2022	
Ato infracional	Quantidade
Roubo	13
Furto	10
Receptação	14
Tráfico de drogas	53
Roubo qualificado	6
Furto qualificado	6
Ameaça	5

Estupro	6
Lesão Corporal	8
Sequestro ou Cárcere Privado	1
Dano	2
Homicídio Culposo	2
Porte ilegal de veículos	0
Porte ilegal de armas	1
Homicídio Doloso	4
Adulteração de veículo	4
Estelionato	0
Latrocínio	3
Posse ou uso de drogas	1
Tentativa de Homicídio	0
Injúria	4
Descumprimento de MSE	1
Violência contra a mulher	1

Estupro	0
Lesão Corporal	4
Sequestro ou Cárcere Privado	0
Homicídio Culposo	0
Porte ilegal de veículos	0
Porte ilegal de armas	0
Homicídio Doloso	0
Adulteração de veículo	2
Estelionato	0
Apropriação indébita	0
Latrocínio	0
Desacato	1
Posse ou uso de drogas	1
Tentativa de Homicídio	0
Calúnia, Difamação e Injúria	5
Dirigir sem Habilitação	6

Tabela 16: Perfil MSE: Motivo de entrada

Região de moradia dos incluídos em atendimento em LA e PSC em 2022		
Região	LA	PSC
Sudoeste	36	36
Leste	29	14
Sul	134	39
Noroeste	58	26
Norte	50	13

Tabela 17: Região de Moradia

Faixa etária dos adolescentes em cumprimento de MSE	LA	PSC
12 à 13 anos	4	4
14 à 15 anos	52	20
16 à 17 anos	155	63
18 à 19 anos	87	36
Acima de 19 anos	9	5

Tabela 18: Faixa etária dos atendidos

As tabelas acima revelam que a maioria dos adolescentes encaminhados para o cumprimento de MSE tem idade entre 16 e 17 anos, provenientes da região sul, assim como nos últimos anos. Os principais atos infracionais cometidos são roubo, furto e tráfico de drogas. Vale ressaltar que houve uma diminuição do encaminhamento de adolescentes para o cumprimento de MSE, situação que vem sendo observada e discutida com as OSCs executoras e VIJ nos últimos anos.

f) Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes

OSC Executora: Movimento Vida Melhor

O Serviço de Abordagem Social de Crianças e Adolescentes é referenciado ao CREAS, e realiza busca ativa, abordagem, monitoramento e referenciamento de crianças e adolescentes encontradas nas ruas, além da identificação dos territórios com maior incidência de trabalho infantil, exploração sexual, situação de rua, dentre outras. O serviço circula por praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, entre outros, abrangendo as cinco regiões do município. O funcionamento é de segunda-feira a sábado, e responde também a solicitações de munícipes e outros serviços da rede. As abordagens visam o estabelecimento de vínculos, atendimento de demandas emergenciais, articulação da rede de proteção e referenciamento para os CREAS, nas situações que se fizerem necessárias

Descrição das atividades realizadas em 2022:

- Roteiros de busca ativa nos territórios do município (seis dias da semana);
- Relatórios diários de trajetos de busca ativa e mapeamento dos territórios;
- Visitas domiciliares;
- Articulações com a rede socioassistencial e outras políticas públicas (saúde, saúde mental, educação e Segurança pública-GM);
- Reuniões para discussão de casos com a rede socioassistencial e outras políticas públicas como Sistema de Garantia de Direitos, educação, saúde, habitação etc.,
- Participação nas comissões do CMDCA (VDCCA), CMAS (Política e legislação);
- Elaboração e atualização de relatórios técnicos/ informativos de abordados;
- Preenchimento de instrumentais, SIGM e SISNOV, CIPS;
- Participação no Comitê PETI;
- Participação em reuniões de coordenadores;
- Participação nas reuniões intersetoriais e Interproteções dos territórios.
- Reunião com gestores SMASDH
- Entrega de cestas básicas doadas para o serviço às famílias em atendimento.
- Ação do 18 de Maio nas escolas da região Leste 06 encontros (apresentação do teatro de fantoches).

- Apresentação do teatro de fantoches - tema (Erradicação do Trabalho Infantil regiões, sul, leste, norte, sudoeste) Aniversário de Campinas (07/2022).
- Participação nas reuniões das pré-conferências (XII Conferência Municipal da Criança e dos adolescentes região Sul mês 10 e 11/2022)
- Participação na XII Conferência da Criança e do adolescente (03 dias mês 11/2022)
- Atividade no CIC Vida Nova- realização do Sabadania. (apresentação de teatro fantoches Erradicação do Trabalho Infantil).

Atividades de Capacitação da equipe:

- T- sendo Redes - Justiça Restaurativa (05 encontros mês 01,02 e 03/2022);
- Prevenção da Gravidez na Adolescência (02/2022);
- Seminário Rede Peteca - Trabalho Infantil na Escola (02/2022);
- Participação e Protagonismo - Adolescente contra o Trabalho Infantil (03/2022);
- Proteção e Prevenção da Violência Sexual contra crianças e Adolescentes (01 encontro no mês 05/2022, 02 encontros/06/2022);
- Formação- Supervisão técnica externa -Enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (02 encontros (06/2022) (online);
- - Formação - JEIA- Juizado Especial da Infância e Adolescência - (MPT) tema "Erradicação do Trabalho Infantil" (06/2022);
- Fórum Permanente- Erradicação do Trabalho Infantil (08/2022);
- Processo Formativo para 12ª Conferência municipal da Criança e Adolescente. (03 encontros 09/2022);
- Formação- CMDCA- O Papel do Conselho Tutelar e a Rede de Proteção. (10/2022);
- Formação - EGDS - Desmistificando a Diversidade Sexual (08 encontros 10,11 e 12/2022);
- "Formação sobre o atendimento à população em situação de rua (crianças, adolescentes e adultos) e/ou trabalho infantil pelos Serviços Especializados em Abordagem Social" (04 encontros em 10, 11 e 12/2022);
- Encontro formativo do Comitê PETI: As ações em rede no enfrentamento ao Trabalho Infantil" Associação Escola Aprendiz - Criança Livre de Trabalho Infantil.
- A atual lei de migração no Brasil- Avanços, desafios e limites na consolidação da cidadania;
- Encontro formativo: II encontro Estadual de ações estratégicas de Programas de Erradicação do Trabalho Infantil (02 dias em 12/2022) (São Paulo).

Desafios durante a execução das atividades	Resultados alcançados/Avanços com as atividades realizadas	Metas para 2023
Garantir um vínculo de confiança com as crianças, adolescentes e famílias abordadas	Maior atendimento das demandas das famílias através da entrega do cartão nutrir.	Realizar atividades lúdicas com crianças e adolescentes nos territórios visando a conscientização sobre o Trabalho Infantil;
Inclusão de adolescentes abordados em trabalho infantil no curso do PROCAF, SCFV e outros programas de aprendizagem profissional;	Parceria com a educação para apresentação do teatro de fantoches tema Abuso e Exploração sexual.	Ampliar as campanhas de enfrentamento aos fenômenos encontrados em nosso município, tais como Mendicância, Trabalho infantil, exploração sexual comercial;
Conscientização da população no cemitério Parque das Flores quanto ao Trabalho Infantil	Agendamento urgente no Cadastro Único para famílias abordadas;	

realizado no dia de finados (11/2022).	<p>Agilidade na comunicação entre as famílias e o MVM através do uso do WhatsApp;</p> <p>Realização de atividades contínuas com o tema Trabalho Infantil nos territórios, SCFV e escolas;</p> <p>Maior aproximação com equipamentos e serviços socioassistenciais nos territórios, CRAS, CREAS, DAS, bem como outras políticas públicas como Educação e Saúde.</p>	Continuidade da capacitação permanente da equipe de trabalhadores.
--	--	--

DADOS DE 2022 (Fonte: SIGM e documentos do MVM)

ABORDAGENS POR REGIÃO EM 2022							
	CENTRO	LESTE (EXCETO CENTRO)	NOROESTE	NORTE	SUL	SUDOESTE	TOTAL
Quantidade de Crianças/Adolescentes abordados	45	94	29	33	88	31	320
Quantidade de abordagens realizadas (contabilizando reincidências)	64	180	34	51	126	48	503

Tabela 19: Abordagens sociais realizadas por região em 2022

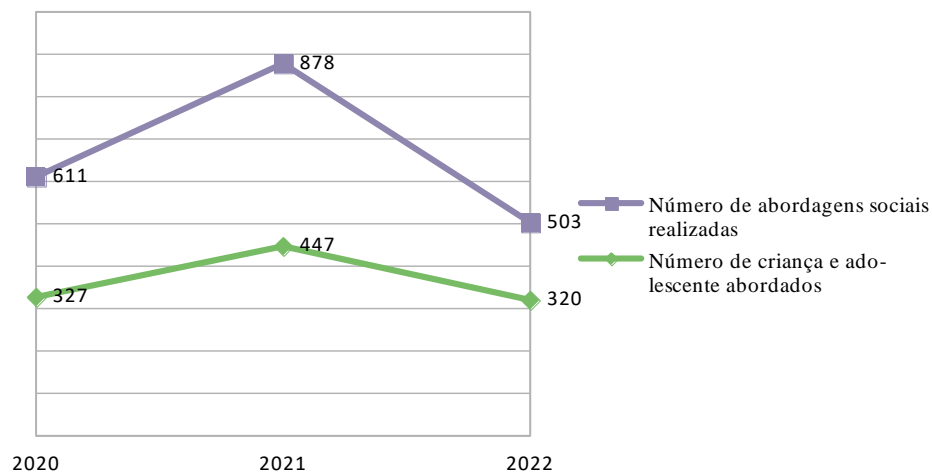


Gráfico 1:

Comparativo anual de abordagens sociais de 2020 a 2022

A tabela e gráfico acima demonstram um comparativo nos anos de 2020 e 2022 em que houve um número similar de crianças e adolescentes abordados (327 e 320), e em 2021 essa quantidade foi superior, com 447. Em relação à quantidade de abordagens sociais, 2021 foi o ano de maior número nos últimos 3 anos, com 878 abordagens de crianças e adolescentes. Em 2022 observa-se uma diminuição, com 503, número inferior ao total de 2020 (611).

QUANTIDADES DE ABORDADOS POR FAIXA ETÁRIA E SEXO EM 2022			
IDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
0 a 11 anos	130	84	214
12 a 14 anos	63	17	80
15 a 17 anos	25	1	26
TOTAL	218	102	320

Tabela 20: Quantidade de abordados por faixa etária e sexo em 2022

TIPOS DE TRABALHO INFANTIL OU MENDICÂNCIA IDENTIFICADOS NAS ABORDAGENS EM 2022	
Distribuição de panfletos	06
Guardador de carros	0
Limpeza (Lápides /Serv. Gerais/ limp. Parabrisas-lava rápido)	14
Mendicância	15
Reciclável	12
Trabalho em feiras livres	0
Venda de produtos não alimentícios	28

Venda de produtos alimentícios	39
Criança acompanhando adulto em mendicância	0
Criança acompanhando adulto em vendas diversas	74
Criança acompanhando adulto na coleta de reciclável	113
Criança em vulnerabilidade/ situação de Rua	19
TOTAL	320

Tabela 21: Situações abordadas em 2022

As tabelas acima mostram que a maior parte dos abordados tem idade até 11 anos, ou seja, são crianças. A venda de produtos alimentícios por crianças e adolescentes e a situação de crianças acompanhando adulto na coleta de reciclável se destacaram no ano de 2022 como as principais atividades identificadas. Tais ocorrências se intensificam devido ao índice de desemprego e agravamento da pobreza.

Levantamento sobre atendimentos aos indígenas venezuelanos – WARAÓS

Número de Abordagens	97
Número de famílias abordadas	17
Número total de crianças/ adolescentes abordados	30
Crianças de 0 – 6 anos	15
Crianças 7 – 11 anos	08
Adolescentes 12 – 15 anos	00
Adolescentes 16-17 anos	01
Criança/adolescente em situação de mendicância	01
Criança/adolescente acompanhando familiar em mendicância	29
Criança/Adolescente residentes região Norte	6
Criança/Adolescente residentes região Leste	22
Criança/Adolescente residentes região Noroeste	1
Criança/Adolescente residentes região Sul	1

Criança/Adolescente residentes região Sudoeste	0
--	---

Conforme dados acima, foram realizadas 97 abordagens às 17 famílias de Waraos com crianças e/ou adolescentes identificadas pelo Serviço em 2022. Foram abordadas 30 crianças/adolescentes, sendo 29 crianças de 0 a 11 anos, e 01 adolescente de 16-17 anos, e 29 deles estavam acompanhando os adultos na realização de mendicância. A maioria delas reside na região central em pensões, mas há 6 que residem na região norte, 1 na região noroeste e 1 na região sul, ou seja, as famílias não estavam em situação de rua.

O serviço realizou o encaminhamento das famílias para atualização de CadÚnico, visando o recebimento dos benefícios do Auxílio Brasil e Cartão Nutrir e ao Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida, para renovação e orientação de documentos; bem como, ações conjuntas com o Consultório na Rua, para vacinação das famílias (COVID-19, entre outras) e encaminhamento das crianças para a rede da Educação. Foram entregues ainda cartões nutritr emergenciais, vestuários, cestas básicas, colchões e cobertores.

g) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – COMITÊ PETI

O Comitê PETI foi instituído oficialmente a partir da publicação do Decreto Municipal nº 22.071 de 30 de março de 2022, passando a contar com a participação de representantes de diversas secretarias. As reuniões ocorreram bimestralmente com objetivo de monitorar a realização das ações contidas no Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

No mês de junho foram realizadas várias ações no município com objetivo de dar visibilidade ao tema Trabalho Infantil, informar e conscientizar a população acerca dos danos e riscos às crianças e adolescentes que vivenciam tal situação. Foi contratado com recurso do PETI a companhia teatral “Associação Cultural SOARTE” com o espetáculo “Tempo de Criança” que traz de forma lúdica a reflexão sobre este tema. Foram exibidas 6 sessões da peça teatral em diferentes locais em Campinas, possibilitando a presença de crianças e adolescentes de algumas escolas e SCFV. Também foi possível organizar 5 encontros formativos para toda rede de Serviços e Conselho Tutelar, 1 em cada região do município com o tema: “As ações em rede no enfrentamento ao Trabalho Infantil” a partir da contratação da Associação Escola Aprendiz – Criança Livre de Trabalho Infantil. O conteúdo dos encontros trouxe a reflexão sobre a sensibilização, identificação, prevenção e enfrentamento ao Trabalho Infantil. No mês de junho foi realizado um seminário “Campinas no enfrentamento ao Trabalho Infantil” compondo o calendário da campanha municipal, além da distribuição da cartilha de Enfrentamento ao Trabalho Infantil em Campinas aos Serviços e entrega de cartazes à EMDEC para fixação nos ônibus e pontos de paradas. O MVM- Movimento Vida Melhor realizou ações de sensibilização da população nos semáforos onde possuem maior incidência de Trabalho Infantil.

Com vistas à qualificação profissional foi contratada por meio do recurso do PETI a “Formação sobre o atendimento à população em situação de rua (crianças, adolescentes e adultos) e/ou trabalho infantil pelos Serviços Especializados em Abordagem Social” para todos os trabalhadores do Serviço de Abordagem Social de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, trabalho infantil e mendicância.

O Comitê PETI esteve presente, através de 2 representantes no II Encontro Estadual de Programas de Erradicação do Trabalho Infantil no município de São Paulo.

- **Serviço Complementar para Atendimento a Pessoas com Deficiência**

O Serviço Complementar para Atendimento a Pessoas com Deficiência, de abrangência municipal destina ao atendimento de usuários pessoas com deficiências dos seguintes tipos: múltiplas, intelectual, visual, auditiva, física, além de seus familiares. Compreendem o conjunto de orientações, normativas decorrentes da Constituição, e voltadas à regulação da garantia de direitos das Pessoas com Deficiência, e que objetivam assegurar-lhes o pleno exercício dos direitos individuais e sociais, propiciando seu bem-estar pessoal, social e econômico.

A oferta destes serviços complementares não está contemplada na Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais e estes adotam estratégias e metodologias específicas para atender a demanda da população usuária da política de Assistência Social, sendo que compete à Assistência Social na atenção às Pessoas com Deficiência, a perspectiva da habilitação e reabilitação de base comunitária, assegurar a transversalidade e a intersectorialidade, no enfrentamento e na superação das barreiras atitudinais, sociais, culturais, arquitetônicas e tecnológicas, contribuindo para autonomia e protagonismo das Pessoas com Deficiência.

A rede parceira é composta por 15 (quinze) OSCs situadas nas regiões Sul, Norte e Leste, com metas conforme o número de grupos que atendem, e as demandas são oriundas de todo o município de Campinas – SP, conforme segue:

Nº de OSC	Organização da Sociedade Civil-OSC	Localização da OSC	Nº de grupos	Meta
	ADACAMP - Associação para o Desenvolvimento dos Autistas em Campinas	Sul	4	120
	Associação de Pais e Amigos de Surdos de Campinas – APASCAMP	Norte	2	60
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campinas	Sul	3	90
	Associação Pestalozzi de Campinas	Sul	3	90
	Casa da Criança Parálitica de Campinas – CCP	Sul	3	90
	Centro Cultural Louis Braille	Sul	1	30
	Centro de Apoio e Integração do Surdo Cego e Múltiplo Deficiente – CAIS	Sul	1	30
	Centro Educacional Integrado Padre Santi Capriotti – CEI	Leste	3	90
	Centro Síndrome de Down – CESD	Leste	2	60
0	Fundação Síndrome de Down	Norte	3	90
1	Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores	Sul	2	60
2	Instituto Educacional Professora Maria do Carmo Arruda Toledo – CADAF	Sul	2	60
3	Pró-Visão Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual	Sul	2	60
4	Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para Reabilitação Crânio Facial – SOBRAPAR	Norte	1	30
5	SORRI Campinas	Norte	3	90

			35	1050
--	--	--	----	------

Fonte: CSAC- TABELA 22

Durante o ano de 2022, o Departamento de Operações da Assistência Social – DOAS realizou junto a esta rede encontros periódicos na perspectiva de melhor definição para a gestão pública do serviço. Na realização destes encontros, e a partir das atividades executadas por esta rede junto a Proteção Social Especial tem sido posto o desafio de pensar estratégias para o reconhecimento e identificação desta rede junto ao SUAS.

Inicialmente vinha sendo pensado na construção de fluxos com o CREAS (Média Complexidade), mas que conforme foi avançando as discussões e foi sendo apresentado pela rede as informações da atuação dos serviços, ficou evidenciado que há questionamentos quanto a esta rede compor a rede da Proteção Social Especial de Média Complexidade, uma vez que a natureza do trabalho na média complexidade, se dá fundamentado pela violação de direitos / violência doméstica, para o acompanhamento junto ao PAEFI e/ou SESF, e que, para além destes serviços mencionados, as demais ofertas para pessoas com deficiência se fazem a partir dos Serviços no Domicílio e em unidade do Centro Dia.

Acrescentado a isso, a rede PCD foi ponderado que as OSCs que compõem a rede do Serviço Complementar de Atendimento à Pessoa com Deficiência não atendem somente metas da assistência social, apresenta parcerias com a saúde e educação, que encaminham situações para atendimento desta rede, ficando neste aspecto outro desafio de como pensar a operacionalização do trabalho a partir destas diferentes portas de entrada para os serviços e como pensar uma demanda específica da assistência social.

Nesta lógica, vem sendo apresentado por essa rede que é importante observar os possíveis caminhos apresentados junto ao Sistema Único da Assistência Social – SUAS, e as perspectivas para o reordenamento deste serviço.

Os resultados alcançados até o momento tem sido através da possibilidade de discussões internas no Departamento de Operações da Assistência Social (DOAS) sobre quais as possibilidades de gestão desta rede, que não atende somente situações de violência doméstica, atendendo usuários com outras situações de violação de direitos como: situações de pessoa com deficiência em isolamento, violação de direitos pelo Estado, não acesso a políticas públicas; entre outras; e que estas violações não competem especificamente para o atendimento dos referenciamentos pelo CREAS na média complexidade.

Os estudos e reflexões realizadas junto ao serviço complementar vêm apontando para as políticas públicas e legislações voltadas à Pessoa com Deficiência, e ponderações referentes a importância de serem pensadas na perspectiva do direito, e que para compor pela Tipificação dos Serviços socioassistenciais caberia na caracterização dos serviços na Proteção Social Especial de Média Complexidade pelo Serviço Centro Dia e pelo Serviço Domiciliar, e na Proteção Social Básica pelo serviço no domicílio.

Outras reflexões foram apresentadas no processo com conhecimento das Resoluções do CNAS nº 27/2011 (Assessoramento / Defesa de Direitos); 33/2011 (Promoção / Inclusão Mundo do Trabalho) e 34/2011 (Habilitação / Reabilitação).

As metas para 2023, são de continuidade deste processo, observando os caminhos possíveis apresentados, considerando as necessidades do município para atendimento deste público, com uma melhor definição de fluxos e procedimentos junto a esta rede de Serviços Complementares para Atendimento a Pessoas com Deficiência, bem como para apontamentos de necessidades financeiras para o seu reordenamento e gestão pública.

II - Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade População em Situação de Rua – CSPSEMAC Pop Rua

A Coordenadoria de Média e Alta Complexidade População Adulta em Situação de Rua inclui todos os serviços especializados que atendem população em situação.

Os serviços vinculados a esta Coordenadoria são:

POP RUA	TIPO DE SERVIÇO	METAS
Centro POP Sares I	Centro de Referência	120
Centro POP Sares II	Centro de Referência	80
Bagageiro Municipal	Guarda de Pertences	415
SOS Rua	Serviço de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua	600
Casa da Cidadania	Espaço de Referência para Grupos que distribuem alimentação	100
NOT	Núcleo de Oficinas	30
SAMIM	Albergue Municipal	120
Casa Antônio Fernando dos Santos	Acolhimento Institucional	20
Casa Juninho	Acolhimento Institucional	20
Casa Amigos de São Francisco de Assis	Acolhimento Institucional	20
Casa de Apoio Santa Clara	Acolhimento Institucional	25
Nossa Casa	Casa de Passagem	25
Casa Efraim	Casa de Passagem	25
Casa Santa Dulce dos Pobres	Acolhimento Institucional para população de rua Emergencial	40
Abrigo Emergencial Casa da Cidadania	Acolhimento emergencial para população em situação de rua de baixa exigência	60
TOTAL		1.700

Tabela: Serviços População de Rua

A população em situação de rua é um fenômeno social global presente em diversas cidades do Brasil e do mundo, cujo número tem aumentado a cada ano. O último levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Estatísticas Aplicadas (IPEA) estimou cerca de 280 mil pessoas em situação de rua no ano de 2022 no Brasil, o que representa um aumento de 38% em relação ao ano 2019. A última Contagem oficial realizada em Campinas no final do ano de 2021, contabilizou 932 pessoas em situação de rua na cidade. A singularidade dessa população e a complexidade dos fatores estruturais e conjunturais que ocasionam o processo de ida para as ruas demandam políticas públicas e trabalhadores instrumentalizados com práticas e saberes de igual complexidade, além de uma rede territorial e intersetorial.

O trabalho realizado no território é atravessado por diversos determinantes sociais, a saber: a rede de serviços públicos, a comunidade, a família, a desigualdade social, o desemprego, a pobreza extrema, a falta de acesso ao trabalho, a violação de direitos, dentre outros. Muitos desses fatores impactam diretamente nas redes de proteção social das pessoas e são somados à história singular dos sujeitos que tentam construir saídas para seus impasses subjetivos e cotidianos, bem como acessar direitos sociais.

A Pandemia foi um impasse a mais a ser enfrentado pelos trabalhadores e pelas pessoas em situação de rua, pois necessitou o aumento do cuidado com todos, tanto dentro dos serviços quanto na rua, sempre havia a necessidade de reforçar a utilização correta da máscara, o uso do álcool em gel e o distanciamento. Isso gerou um desgaste a mais para os trabalhadores, os quais precisaram aumentar o manejo nas complexas situações que os casos de confinamento demandaram, bem como, a formação permanente sobre a Pandemia, trabalho, medidas sanitárias de higiene e afastamento social. Importante destacar que a vacinação de todos os trabalhadores e das pessoas em situação de rua possibilitou maior segurança na realização das atividades e dos atendimentos. Após o segundo semestre deste ano de 2022 o número de casos de pessoas em situação de rua com COVID-19 reduziu de forma significativa.

Caracterização geral das pessoas em situação de rua

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada em 2008, e com o Decreto Presidencial nº 7.053, de dezembro de 2009, esse contingente de pessoas é definido como:

“Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas etc.) e, ocasionalmente, se utilizar de abrigos e de albergues para pernoitar. São pessoas que vivenciam um processo de perda do referencial de organização social (regras de convívio e do mundo do trabalho, hábitos de vida diária e social) e da própria identidade, acabando por se estabelecer provisória ou definitivamente nas ruas, criando novas formas de sobrevivência, novas relações afetivas e solidárias, novos valores, assim como novas referências para se organizar socialmente.”

Segundo Bezerra, Vieira e Rosa existem três modos de permanência das pessoas na rua: as que ficam na rua, as que estão na rua e as que são da rua.

As que ficam na rua são pessoas que, por conta de uma situação circunstancial econômica, saem de sua casa em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes em outra cidade e acabam dormindo nas ruas, albergues ou rodoviárias.

As que estão na rua são pessoas que não consideram a rua um local tão ameaçador e, por conta disso, passam a residir e a estabelecer relações com outras pessoas que vivem na ou da rua, construindo parcerias que as auxiliam a sobreviver social e financeiramente, a exemplo dos catadores de material reciclável, guardadores de carros e trabalhadores da construção civil.

As pessoas que são da rua são as que residem já há certo tempo na rua e, em razão deste tempo de permanência, acabam sofrendo um processo de descaracterização pelas condições que a vida na rua impõe, tais como uso de drogas lícitas e ilícitas, alimentação deficitária, falta de rotina com horários preestabelecidos, exposição a vulnerabilidades, doenças e violência.

A nomenclatura utilizada pelos serviços que atendem a população em situação de rua no município de Campinas, parte da mesma utilizada pelas autoras. Entretanto, ao se considerar a singularidade, a história e o momento atual de cada sujeito, a rede socioassistencial definiu identificá-los a partir da seguinte classificação:

- Múncipe (domiciliado),
- Ex-Pessoa em situação de rua,
- Migrante/itinerante,
- Pessoa em situação de rua,
- Morador de Campinas em situação de rua e circunstancial emergencial.

A população em situação de rua, em geral, habita logradouros, mocós, praças, embaixo de pontes, casas cedidas ou ocupadas, pensões, acolhimento institucional e de terceiros, da família e locais cedidos. Cada pessoa tem características peculiares e, portanto, exige e necessita de abordagens e serviços que as englobem e considerem sua especificidade.

A construção da Política Nacional para a População em Situação de Rua foi fruto de amplo processo de construção com a colaboração dos usuários, trabalhadores e organizações da sociedade civil,

uma luta por afirmação de direitos a qual inclui Fóruns e Conferências de Assistência Social. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009 prevê o Serviço de Abordagem Social e o Serviço Especializado de Atendimento as Pessoas em Situação de Rua. Foi implantado no ano de 2011 em todo o Brasil o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O município de Campinas tem dois Centros POPs, um serviço de Abordagem Social, um Albergue Municipal (SAMIM) e a Casa da Cidadania como porta de entrada das pessoas em situação de rua na assistência social, ou melhor, no Sistema Único da Assistência Social.

O atendimento das pessoas em situação de rua inicia-se a partir do acesso à rede de serviços socioassistenciais, começa com um processo de identificação dos sujeitos e das suas demandas individuais e/ou coletivas, considerando as especificidades de cada caso, assim como o contexto social e político que aponta a necessidade de constante implementação da rede socioassistencial. Importante também a participação e o compromisso da sociedade civil, no sentido de reconhecer e tratar esse grupo populacional enquanto cidadãos com direitos violados em diferentes aspectos e momentos da vida e, assim compreender a necessidade de suporte institucional. Vale destacar que os Centros POP e o Serviço de Abordagem são as principais referências de entrada da população em situação de rua à rede de serviços públicos, assim como o CRAS e CREAS.

Compõe a rede de Alta Complexidade POP Rua: SAMIM, 2 (duas) Casas de Passagem, 3 (três) Abrigos Masculinos, 1 (um) Abrigo Feminino, 1 (um) Abrigo para com baixa exigência de inserção. Os serviços de acolhimento institucional também podem ser considerados a porta de entrada para outras políticas sociais, cujo acesso necessita de mediação, por exemplo, Saúde, Educação, Trabalho, Renda, Habitação, Lazer e outras.

As reuniões de gestão da rede ocorreram sistematicamente às segundas-feiras com todos os serviços socioassistenciais de média e alta complexidade, os quais compõem a Rede POP Rua do município de Campinas. São discutidos neste espaço os fluxos, os impasses do trabalho em rede e os casos para o referenciamento às unidades de acolhimento institucional, quando esgotadas todas as possibilidades de manutenção dos vínculos familiares e comunitários.

A metodologia participativa utilizada nas reuniões de gestão proporciona processos de aprendizado, discussão e troca de experiências e saberes, maior compreensão do fenômeno, estimulando as equipes a revisitar constantemente as estratégias de trabalho adotadas, bem como os resultados obtidos e a necessidade de readequação nos processos de trabalho de maneira a melhor atender a demanda que se apresenta.

Serviços da Proteção Social de Média Complexidade:

a) Centro POP

Os Centros POP Sares I e II constituem-se em duas Unidades Públicas Estatais, com equipes técnicas compostas por servidores públicos concursados, conforme se demonstra a seguir:

Centro POP Sares I	Centro POP Sares II
1 Chefe de Setor (Educador de Arte e Movimento)	1 Chefia (Assistente Social)
3 Assistentes Sociais	3 Assistentes Sociais
1 Psicólogo	2 Psicólogos
1 Agente de Ação Social	5 Agentes de Ação Social
0 Agente Administrativo	1 Agente Administrativo
	3 Apoios Operacionais
TOTAL- 06	TOTAL- 14

Equipes Centro POP I e II

As Unidades Públicas Estatais, Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro POP - Sares I e II, localizam-se na região central do Município, onde há maior concentração das pessoas em situação de rua. Constituem-se em espaços de referência para as pessoas que se encontram em situação de rua. O Centro POP I necessita de novo espaço físico que possibilite o reordenamento não é possível na Unidade I ofertar atividades grupais, oficinas ou ações coletivas por não dispor de local adequado para realização dessas atividades. Restringindo-se, portanto, a ação técnica no atendimento individual.

Os Centros POP têm como objetivo geral: constituir espaço de referência, encontro, socialização, acompanhamento social, visando à construção de novos projetos e trajetórias de vida, bem como a construção de saída das ruas. As atividades coletivas, no período da Pandemia foram suspensas, em razão da possibilidade de contágio, os serviços foram organizados para atender as pessoas individualmente ou em pequenos grupos.

O Serviço Especializado ofertado pelas Unidades I e II é realizado por meio das seguintes estratégias metodológicas:

- Acolhimento e escuta qualificada
- Busca ativa
- Atendimento individual: pontuais, processuais e acompanhamentos
- Visita Domiciliar
- Encaminhamentos para rede socioassistencial e demais políticas setoriais

Oferta atendimento técnico para as pessoas em situação de rua, assim identificadas: as que chegaram recentemente ao Município, as que estão há vários dias, meses ou até mesmo anos, constituindo processos de atendimento/acompanhamento mais individualizados. No processo de condução dos acompanhamentos, a equipe técnica mantém articulação com a rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, com objetivo de otimizar possibilidades de reorganização pessoal e social. Quando a Unidade estiver em local com infraestrutura compatível com a totalidade das atividades previstas, será necessária complementação da equipe com 02 (dois/duas) psicólogas/os, 06 (quatro) Agentes de Ação Social, 02 (dois) Profissionais da Limpeza, 02 administrativo (a), 01 porteiro e 01 (um) Profissional de Vigilância.

Observa-se que embora o espaço físico não atenda de forma completa as necessidades de um Centro POP, a equipe tem lançado mão de outras estratégias no processo de atendimento e acompanhamento dos usuários referenciados, tais como: busca ativa, visitas domiciliares, acompanhamento e discussão de caso com outros serviços e políticas de maneira mais estreita e de forma continuada.

Outras Atividades

A Unidade II atende a população em situação de rua que chegou recentemente no Município, a que está há vários dias, meses ou até mesmo anos. A unidade também oferta atendimento técnico individual e grupal, articulações necessárias com a Rede de Proteção, localização e reaproximação familiar, bem como espaço para a convivência, higienização pessoal, café da manhã e da tarde, vale almoço, além de contar com um Posto do Cadastro Único e um Telecentro.

Tais atendimentos e atividades possibilitam o fortalecimento da autoestima e da identidade, o desenvolvimento de sociabilidade e o fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares, a (re)construção de novos projetos de vida, na perspectiva de viabilizar o processo de saída das ruas, buscando a interface com as demais políticas públicas.

O Centro POP Sares II também atende os usuários do Centro POP Sares I e SOS Rua com espaço de convivência, lavanderia, higiene pessoal, atividades socioeducativas, confraternização, mantendo a construção do PDU nos serviços de origem.

Organização interna do serviço

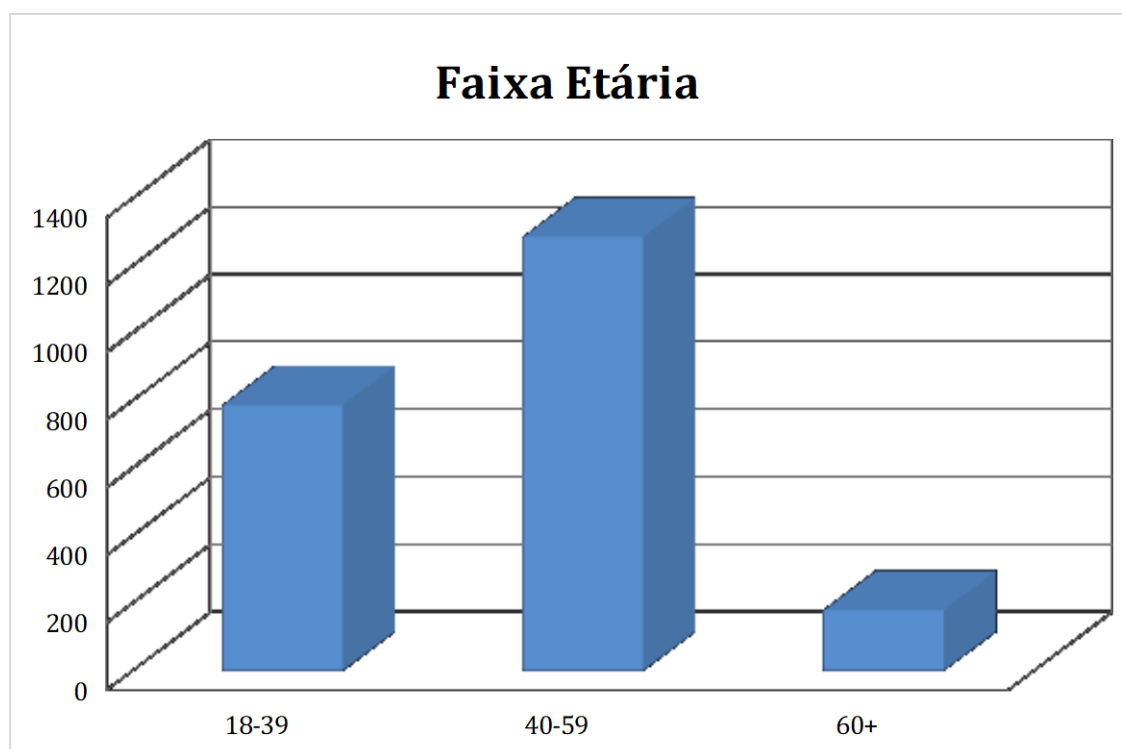
Participação e envolvimento dos usuários nas atividades, cuidado com o espaço, utilização do bagageiro, relações mais respeitadas com os funcionários e entre eles;

Aprimoramento na organização das atividades do Centro POP Sares II, com planejamento das ações e definição de funcionários responsáveis, viabilizando escalas organizacionais: técnicos, agentes de ação social e limpeza.

Informações sobre as pessoas atendidas no Centro POP I

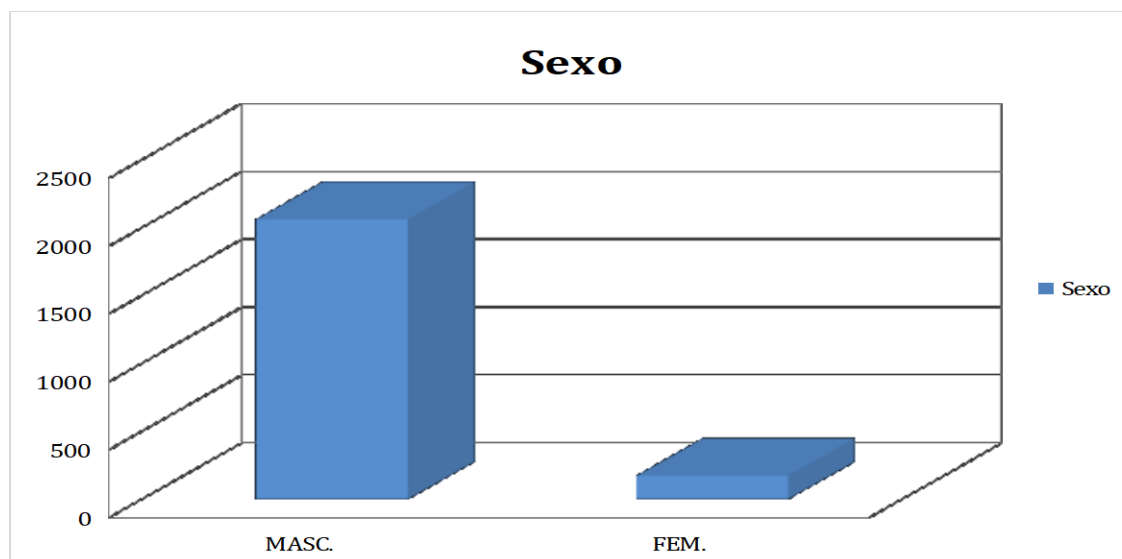
- Faixa etária
- Sexo
- Escolaridade
- Categorização
- Caracterização
- Planilha de entrada

Gráfico 1 - Faixa etária



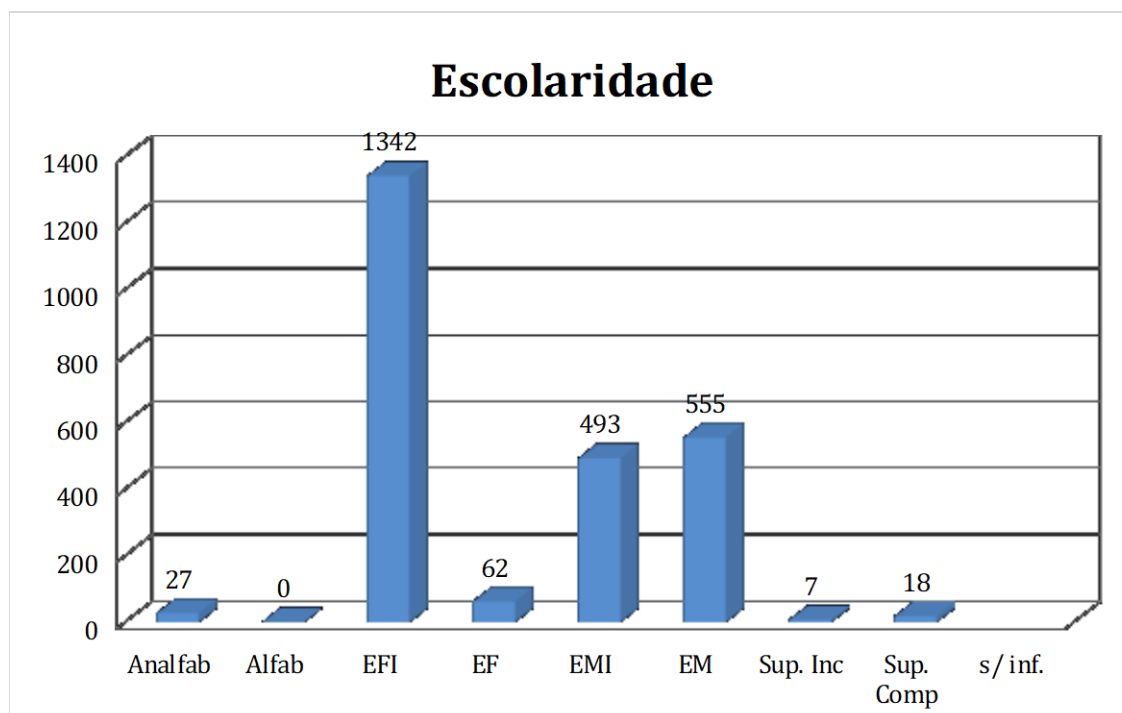
Verifica-se que das pessoas atendidas em 2022, como em anos anteriores, a predominância da faixa etária dos 18 aos 59 anos, perfazendo o total de 2071 pessoas. Sendo que dentre estes o maior número, de 1285 pessoas, encontra-se dos 40 aos 59 anos. Dados que nos levam a refletir sobre a importância da intersectorialidade no atendimento às pessoas que se encontram em situação de rua. As pessoas atendidas estão numa faixa etária produtiva, mas fora do mercado de trabalho formal, buscando a subsistência a partir de atividades informais e temporárias, o que dificulta a construção de processos de autonomia. Dessa forma é imprescindível avançar em estratégias e articulações no sentido de viabilizar políticas públicas de trabalho e renda que atendam as especificidades desse público. Importante também considerar que o país enfrenta uma crise econômica e social que afeta diretamente a oferta de trabalho, assim como, as exigências para inserção ou retorno ao mercado de trabalho em condições efetivas de competitividade, fato que afeta de maneira substancial as pessoas em situação de rua que em sua maioria encontram-se fora desse mercado por um longo período, com baixa escolaridade, pouca ou nenhuma experiência anterior de trabalhos a situação de rua. Com a Pandemia esse cenário sofreu profundo impacto.

Gráfico - Sexo do público atendido



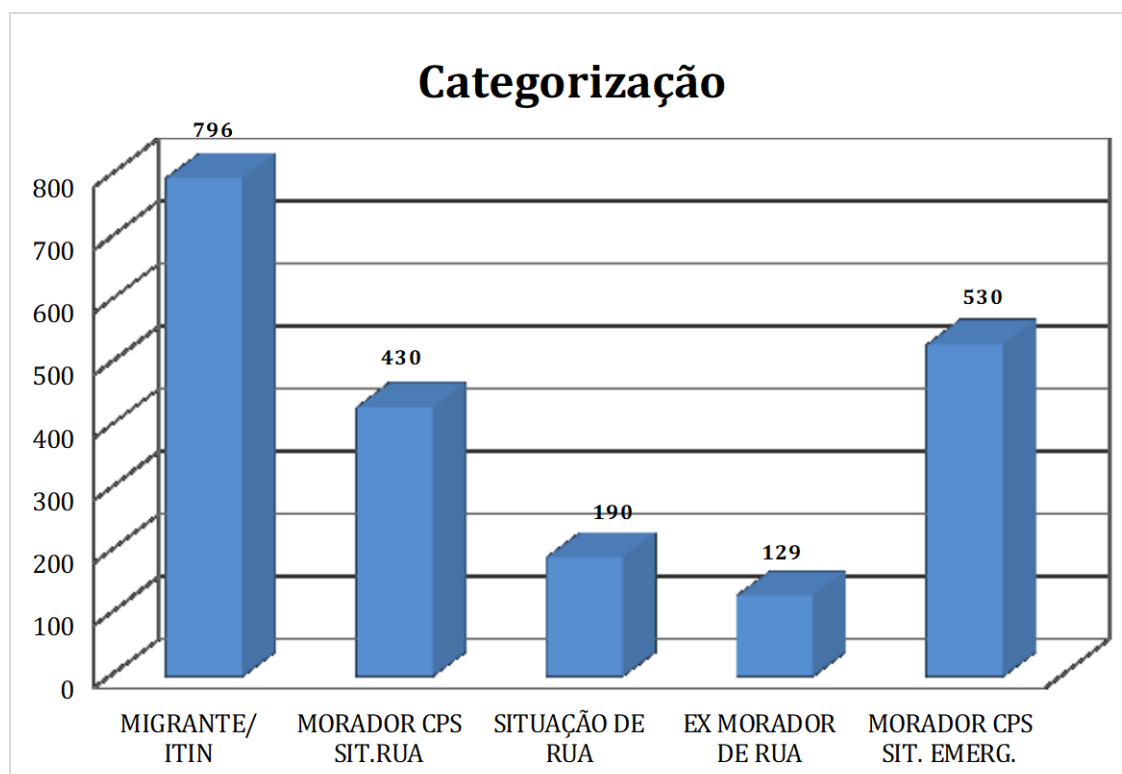
A predominância do público atendido em 2022, como em anos anteriores, continua sendo masculina, do total de 2071 pessoas atendidas (92,4%), e em uma proporção menor, 169 pessoas do gênero feminino (7,6%). É importante destacar em relação ao público feminino, apontar um cenário de maior vulnerabilidade em que se encontram frente aspectos sociais, de saúde e de diferentes formas de violência que a condição de rua tende a agravar.

Gráfico3 - Escolaridade do público atendido



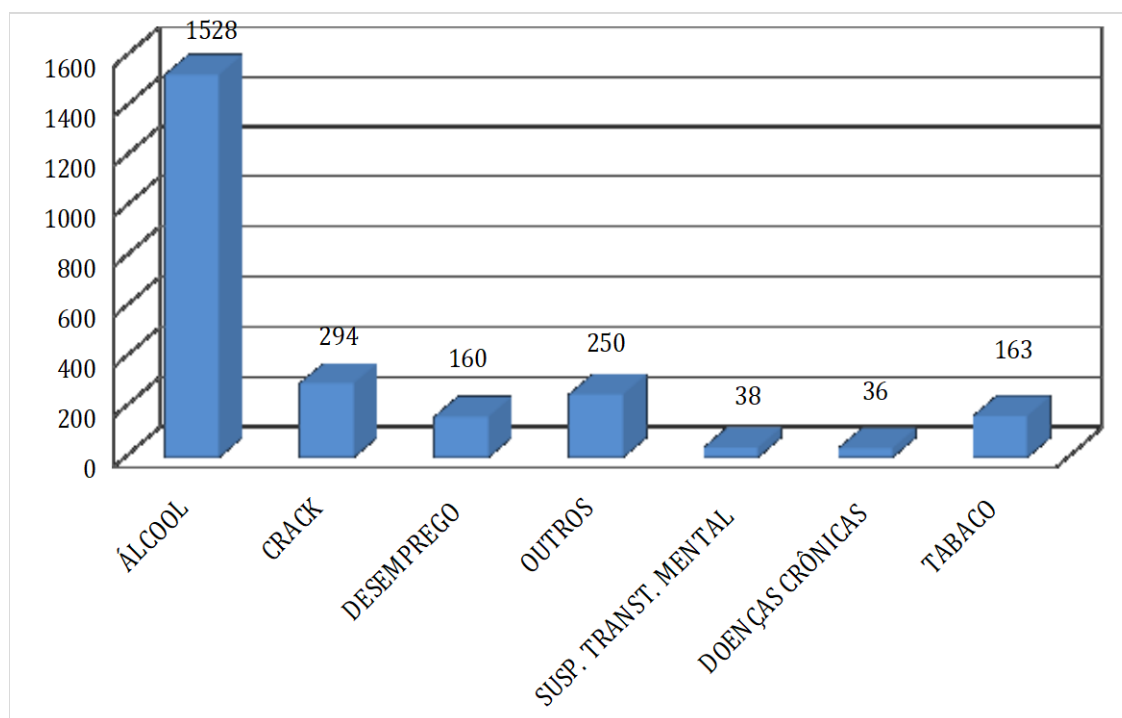
Em relação à escolaridade das pessoas em situação de rua foi possível perceber uma certa diversidade, identifica-se desde pessoas não alfabetizadas a pessoas com o Ensino Superior Completo. Esse é um dado importante para se pensar políticas públicas intersetoriais, pois a formação é importante para a construção de possibilidades de inserção no trabalho. Temos do total atendido, maior concentração no Ensino Fundamental Incompleto com 69,8%, seguido por Ensino Médio completo com 28,87% e a seguir Ensino médio incompleto com 25,6%.

Gráfico 4 - Categorização



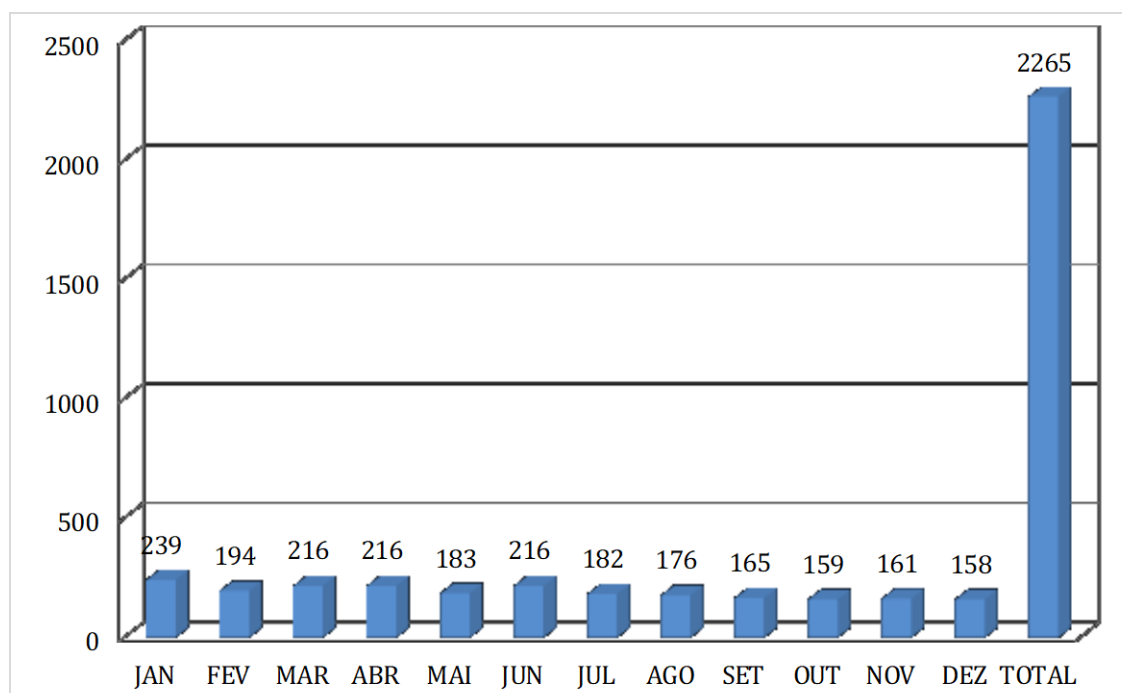
Os dados sinalizam 796 Migrantes/Itinerantes, seguido por 530 Moradores de Campinas em Situação emergencial e 430 Moradores de Campinas em situação de Rua. Algumas reflexões são possíveis a partir dos dados; podemos considerar que boa parcela do público atendido é do município de Campinas, pois temos 129 Ex Moradores de Rua e 190 pessoas em situação de rua. Denota-se a importância ao município de pensar políticas públicas de proteção para que aquelas/es que estão em situação de vulnerabilidade não tenham sua condição agravada e com isso corram o risco de ficar em situação rua. Também é importante observar que 38,4% das pessoas em situação de Rua são de Migrantes/Itinerantes.

Gráfico 5 - Caracterização



Observa-se, conforme os dados, que o álcool é substância psicoativa mais usada entre esse público, num total de 1528 pessoas. Temos ainda a considerar que dentre esses pode aparecer concomitante o uso de alguma substância psicoativa, tais como: crack, maconha e/ou cocaína. Dado relevante é a presença de 38 pessoas com suspeita de transtorno mental, é importante considerar esses dados para avaliar os limites para a Política de Assistência Social na execução do serviço no sentido de que se busca com o atendimento construir perspectivas de autonomia, reorganização pessoal e social e com isso a saída da rua. Mas, considerando os entraves que podem ser encontrados no atendimento junto à saúde, mais especificamente a saúde mental, o atendimento às pessoas que apontem para a necessidade de cuidados junto a serviços da saúde pode ser comprometido.

Gráfico7 - Usuários atendidos por mês



Os dados apontam um total de 2265 no ano de 2022 perfazendo a média simples de 189 pessoas por mês, considerando a equipe técnica que compõem o serviço a proporcionalidade de casos referenciados estabelecido nas referências técnicas de Centro Pop, a média de pessoas atendidas mês e o total de atendimentos realizados mês, observamos que o serviço executa suas atividades acima da capacidade e a busca por atendimento aponta para a constituição do serviço enquanto espaço de referência para as pessoas em situação de rua.

A análise dos dados quantitativos levantados, referentes às atividades desenvolvidas durante o ano de 2022 no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – SARES - Unidade I, é prioritário observar a demanda posta no cotidiano de trabalho e as limitações impostas pela estrutura física do espaço que não atende as necessidades de um Centro POP, exigindo dos profissionais lançar mão de estratégias que permitam avançar no atendimento e processo de vinculação. As exigências postas no cotidiano da atuação não são pequenas, exigindo conhecimento técnico e potencialidades pessoais e profissionais da equipe, afinal lida com um público que no processo de atendimento/acompanhamento trazem grandes demandas decorrentes do processo de exclusão social e pessoal.

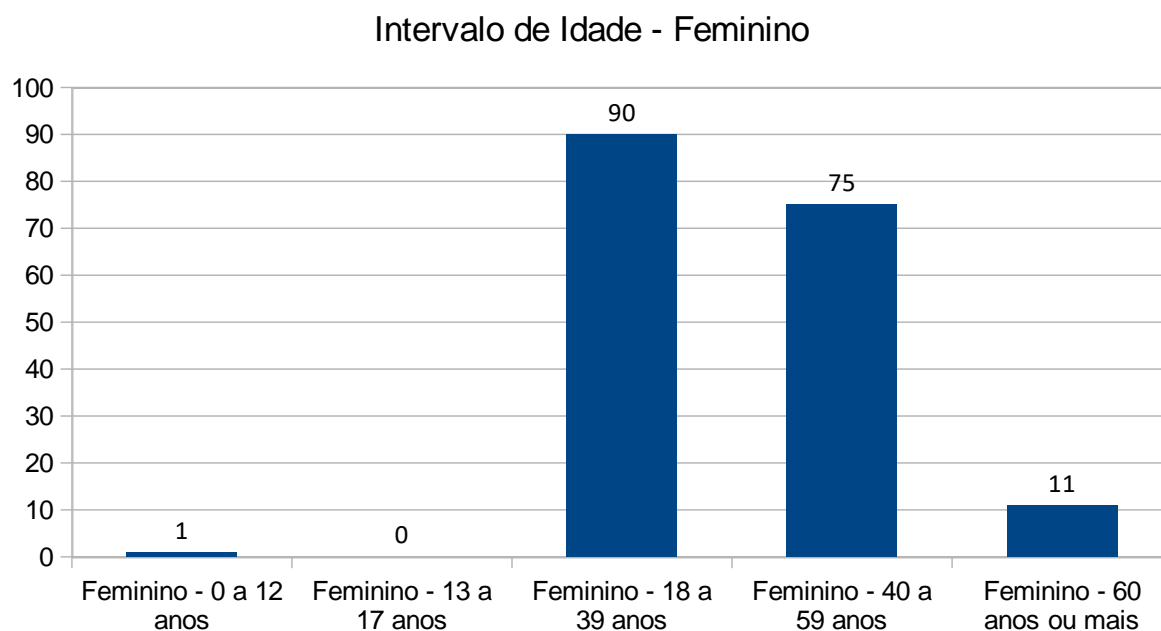
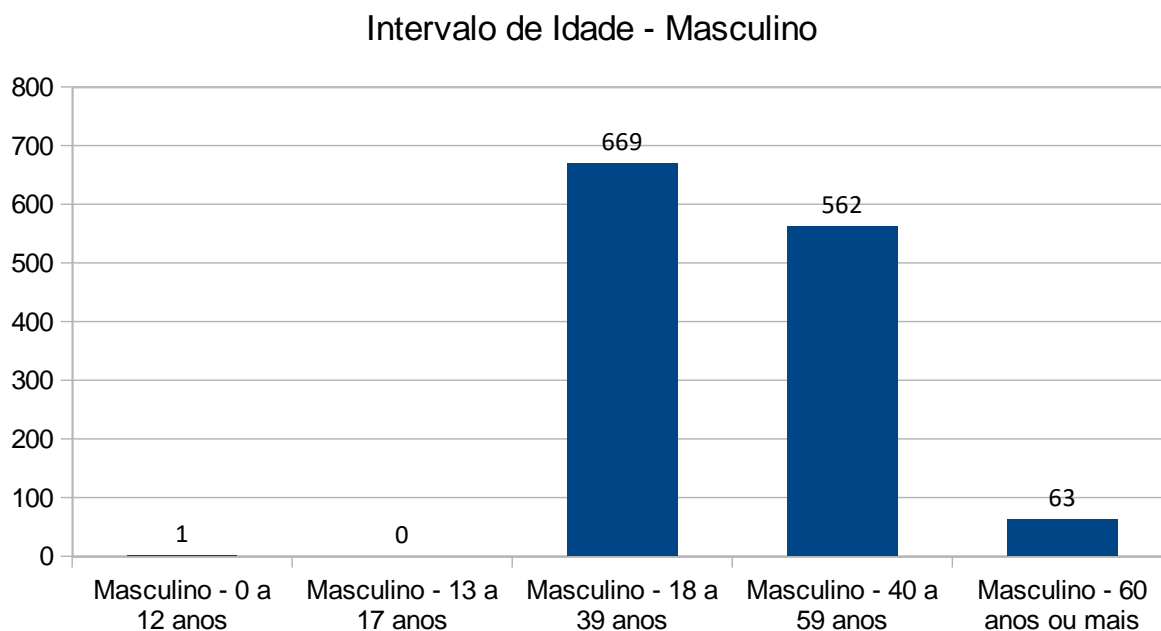
Percebe-se, ao longo dos últimos dois anos, que as condições sociais, de trabalho e renda, econômicas do país se agravaram, trazendo mais situações de violações de direitos, o que afeta profundamente o público atendido, tendo como características gerais, baixa escolaridade, gênero masculino, uso e/ou abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas, questões de saúde mental, dentre outras.

Desde setembro de 2019, a equipe do Centro POP Sares I conta com Supervisão Externa para discussão dos casos e reflexões sobre os processos de trabalho e a demanda posta no cotidiano. Esse espaço tem contribuído muito para qualidade do serviço desenvolvido, tem se mostrado lugar eficaz de cuidado dos trabalhadores auxiliando os/as trabalhadoras/es a lidarem com a aspereza do local de atuação, onde a maior ferramenta de trabalho é a oferta de escuta comprometida com o cuidado e promoção de processos de reflexão e reorganização pessoal e social.

Informações sobre as pessoas atendidas no Centro POP II

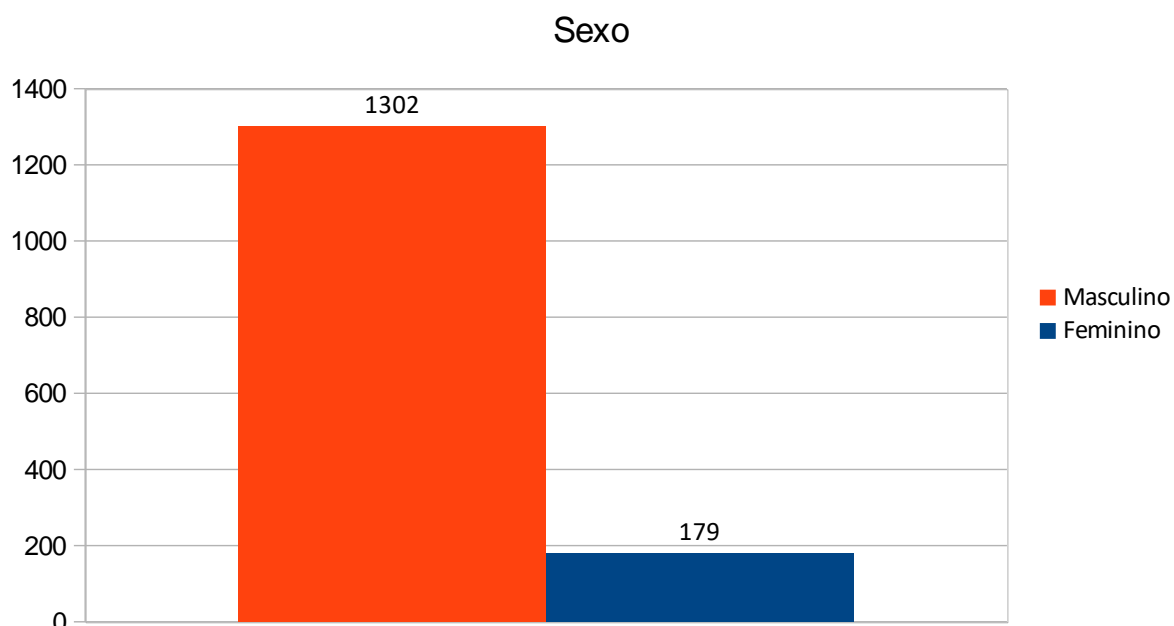
- Faixa etária
- Sexo
- Escolaridade
- Categorização
- Caracterização
- Quantidade de atendimento por usuário
- Referenciamento
- Planilha de entrada

Gráfico 8 - Faixa etária das pessoas que passaram pelo atendimento técnico



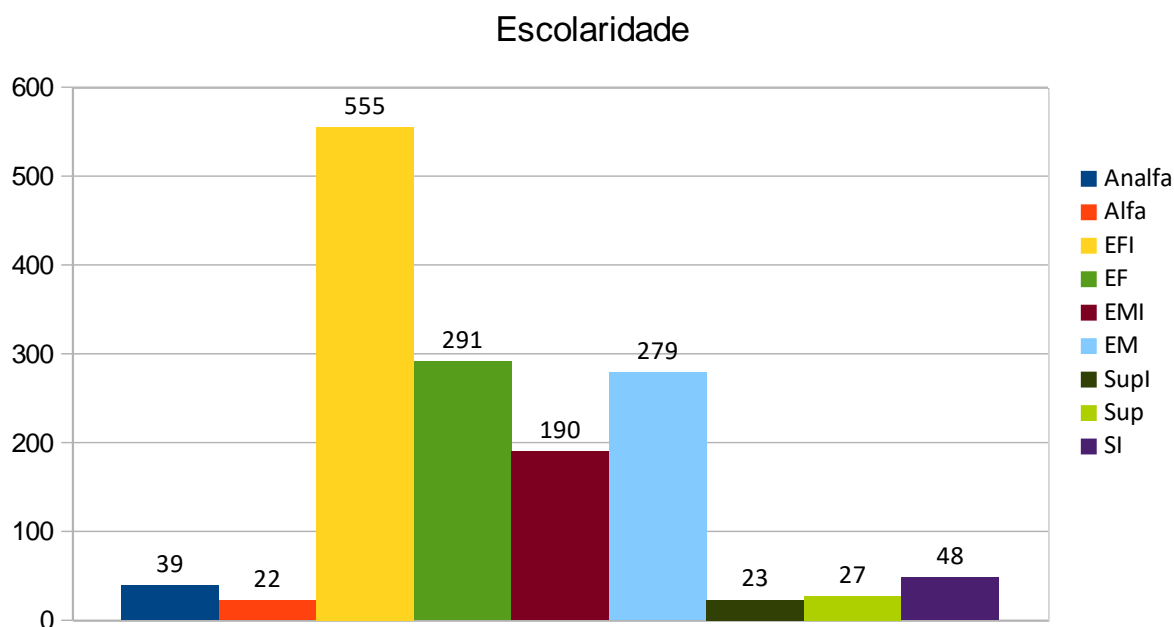
A análise dos gráficos da faixa etária das pessoas atendidas verifica-se como em anos anteriores, do total atendido de 1481, houve predominância do público masculino com 88%. Também é importante destacar que a maior concentração no público feminino e masculino está na faixa etária de jovens e produtivos que deveriam estar inseridos no mercado de trabalho.

Gráfico 9: Sexo do público atendido



Constata-se, na análise desta variável que, das 1.481 pessoas atendidas, pela equipe técnica, a predominância é do sexo masculino com 1302 pessoas atendidas, equivalente a 87,9%, sem alteração com relação aos dados do ano anterior.

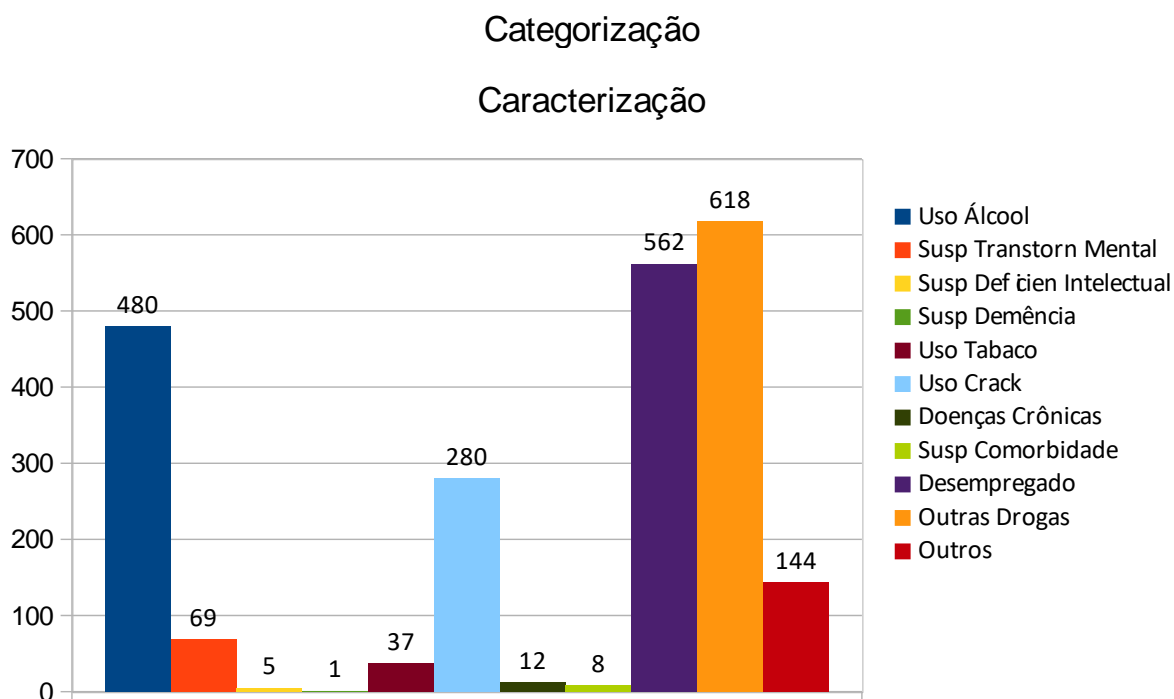
Gráfico 10 - Escolaridade



Quanto à variável escolaridade das 1.481 pessoas atendidas à predominância de 555 com ensino fundamental incompleto e 291 com ensino fundamental, seguidos de 279 pessoas com ensino médio e 190 pessoas com ensino médio incompleto, enquanto 23 pessoas possuem ensino superior incompleto, 27 pessoas possuem superior completo, 22 alfabetizadas e 39 são analfabetas. Destaca-se que 48 pessoas estão sem a informação com relação à escolaridade.

É possível inferir ao analisar os dados que a condição de escolaridade é precária tendo em vista a maior concentração de pessoas entre analfabetas, alfabetizadas e ensino fundamental incompleto, podendo repercutir na questão de empregabilidade, pois se não contam com ensino formal dificilmente conseguem atingir formações específicas que ampliem possibilidades de trabalho formalmente.

Gráfico 11 - Categorização

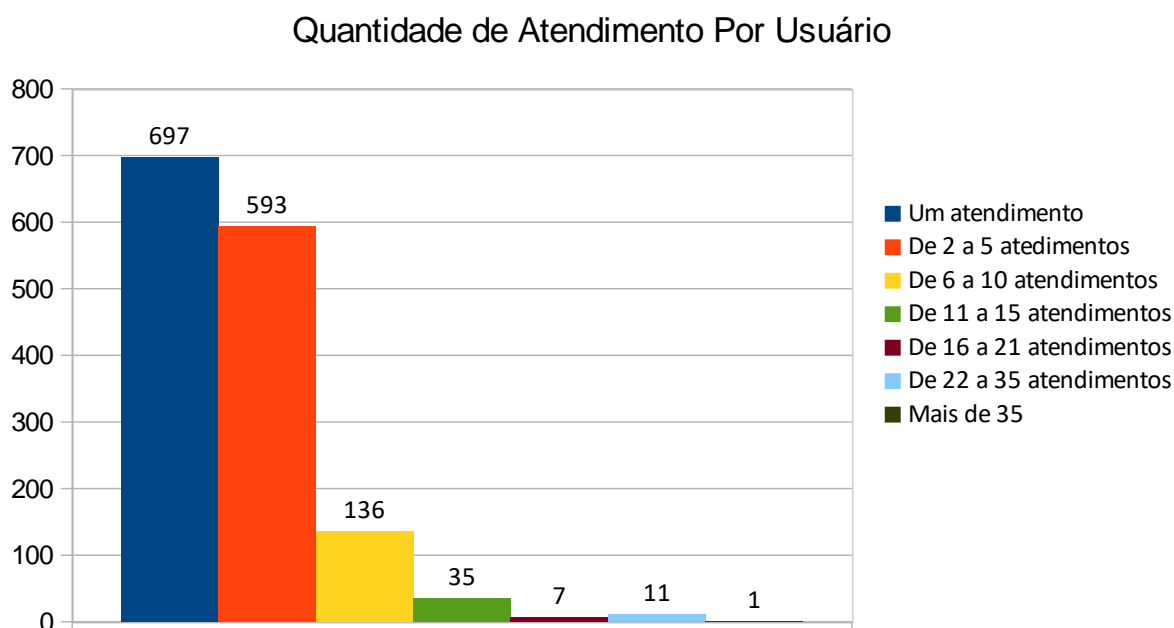


Importante ressaltar que todas as pessoas se encontram em situação de rua, porém para facilitar a compreensão no atendimento, definiu-se uma categorização. No gráfico verifica-se que a maioria é de migrantes/itinerantes com 710 pessoas, seguido de moradores de Campinas em situação de rua (pessoas que estão há mais de dois anos em situação de rua em Campinas) com 346 pessoas, a seguir munícipes (nascidos em Campinas) 143, do total temos 146 pessoas que são moradores de rua (situação de rua), observa-se ainda 10 pessoas que são moradoras de Campinas e encontram-se em situação circunstancial e emergencial. Gráfico 12 - Caracterização

Quanto à caracterização das pessoas atendidas, verifica-se que a maior concentração no uso de álcool (480), uso de crack (280) e tabaco (37), destaca-se aqui a presença do álcool que nem sempre é considerada como importante em comparação ao uso do crack quando na caracterização das pessoas em situação de rua.

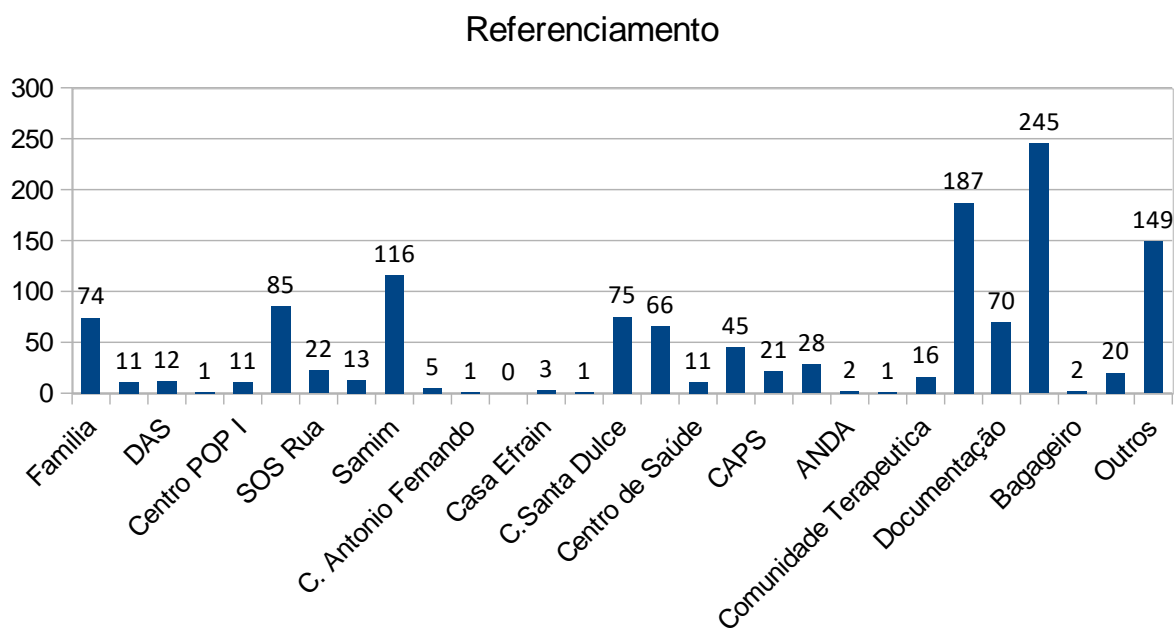
Também observamos no gráfico o elevado número de pessoas que apontam uso de outras drogas (618). Ao analisar essas informações é importante considerar que temos a presença de Suspeita de Transtorno Mental (69) e que dentre o total de pessoas atendidas algumas apresentam concomitantemente mais de uma característica, ou seja, podem fazer uso de álcool, tabaco e crack, além de apresentar alguma questão de saúde mental, fato que aponta a complexidade das pessoas atendidas e consequentemente do trabalho desenvolvido.

Gráfico 13 – Atendimentos por usuário



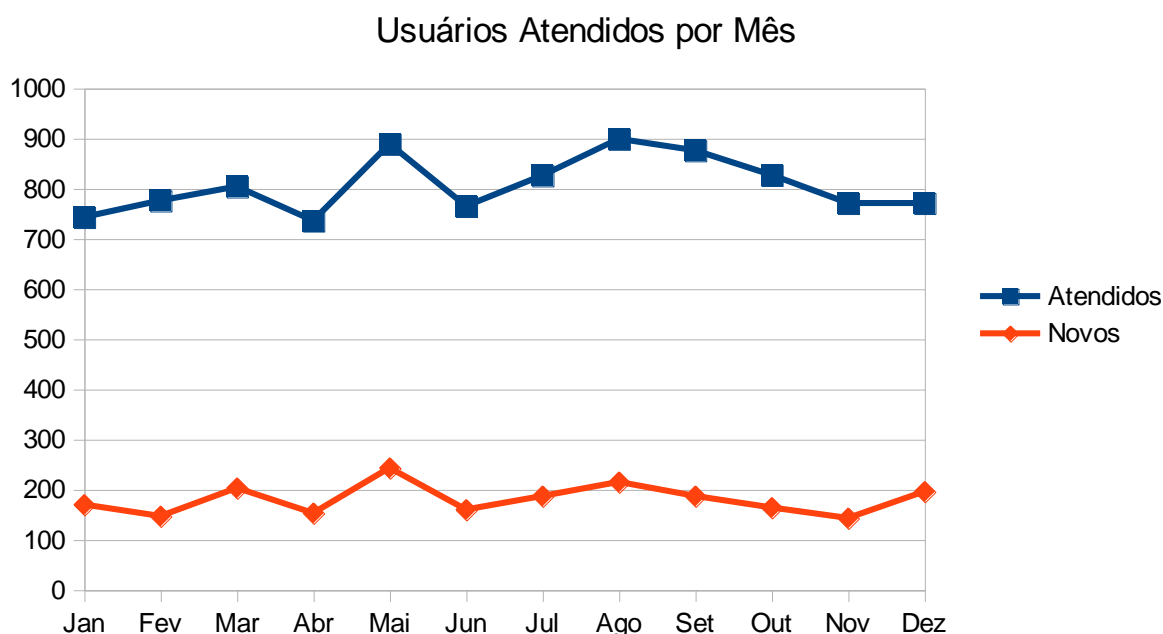
Observa-se com relação ao número de vezes que se buscou atendimento no serviço, temos um total de 1.481 pessoas. Das pessoas atendidas, 697 acessaram apenas uma vez o serviço, 593 buscaram atendimento de 02 a 05 vezes e 136 pessoas passaram de 06 a 10 atendimentos, no restante temos um total de 35 pessoas que buscaram de 11 a 35 vezes por atendimento. Podemos, com esses dados, inferir que um pequeno número de pessoas dá continuidade nos processos de acompanhamento, construção do PDU. Entendendo que o serviço tem como objetivo, a partir do atendimento contínuo, possibilitar um processo de acompanhamento e, com isso, a construção de uma nova organização de vida, faz-se necessário melhor compreender esses dados para identificar possíveis causas para o não prosseguimento dos atendimentos. Tendo em vista o propósito central do serviço que é viabilizar a saída da rua.

Gráfico 14 - Referenciamento



O gráfico se refere aos serviços para os quais as pessoas atendidas foram referenciadas. A análise dos números demonstra a complexidade do trabalho desenvolvido, a procura concentra-se em local para permanência de acolhimento emergencial, como o Santa Dulce (75) e o SAMIM (116). Também dentre os atendimentos temos Documentação, e Comunidade Terapêutica. Importante ainda, observar o número expressivo de viabilização de retorno à família.

Gráfico 15 - Usuários atendidos por mês



O gráfico acima aponta para o número de pessoas atendidas no Centro POP Sares II mensalmente, inclui também o número de pessoas novas inseridas. Na análise verifica-se que o número de pessoas atendidas mensalmente somadas gera um total de 9.683 pessoas no ano.

Desafios avaliados durante a execução das atividades, pelos Centros POPs I e II, em 2022:

- Atendimento de usuários com sofrimento psíquico e a continuidade do atendimento;

- Acolhida nas unidades de saúde, assim como a continuidade do atendimento;
- Locação de imóvel para o Centro POP Sares I;
- Condições estruturais do prédio onde se encontra o Centro POP Sares I que exige constantes reparos sem efetivamente sanar os problemas;
- Compreensão estigmatizante e preconceituosa da sociedade sobre o fenômeno da população de rua;
- Reposição dos servidores aposentados e exonerados, Unidade I e II: Unidade I: 01 Administrativo, 01 Agente de Ação Social, 01 Psicóloga/o Unidade II: 01 Psicóloga/o, 02 Administrativos, 01 agente de ação social;
- Contratação de 03 Agentes de Ação Social para Unidade II
- Reposição dos servidores aposentados e exonerados, Unidade I e II;
- Necessidade de Formação Continuada;
- Fragilidade nas ações intersetoriais;
- Insuficiência de transporte e equipamentos;
- Articular entre as pastas Assistência Social e Trabalho e Renda as possibilidades de inserção das pessoas em situação de rua no mercado de trabalho formal, informal ou cooperativas de trabalho.
- Ausência de equipamentos essenciais para o desenvolvimento de atividades no Centro POP Sares I e II, tais como: computadores novos que comporte o acesso ao SIGM e aparelhos de telefone.
- Falta de empresa para execução de obras de reforma e/ou reparos mais complexos;
- Morosidade no atendimento da infraestrutura devido à disponibilidade de materiais necessários à manutenção.
- A intersetorialidade continua sendo um desafio no trabalho com as outras secretarias, inviabilizando construções conjuntas para as questões de população em situação de rua;
- Avaliar novas estratégias para maior vinculação ao atendimento.

METAS PARA 2023

- Reordenamento do Centro POP Sares Unidade I com locação de imóvel, que permita desenvolver a atenção a pessoas em situação de rua, como preconizado na Cartilha de Orientações do Centro POP.
- Aquisição de materiais e equipamentos de informática par a Unidade I e II.
- Aquisição de impressoras e ventiladores para Unidade II.
- Aparelhos de telefone para Unidade I e II.
- Reposição dos servidores que aposentaram ou pediram exoneração para Unidade I e II.
- Continuidade na contratação de Supervisão Técnica para a Unidade I.
- Formação Continuada para as/os trabalhadoras/es da Unidade I e II.
- Supervisão Técnica para a Unidade I.
- Fortalecimento entre as políticas setoriais de assistência social, saúde, trabalho e renda, cultura, habitação, educação, esportes e lazer, para atendimento integral da população em situação de rua.
- Contratação de oficinas para o desenvolvimento de atividades socioeducativas, Centro POP Sares I e II.

b) BAGAGEIRO MUNICIPAL

O Bagageiro Municipal iniciou suas atividades no dia 15/04/2021. O serviço foi pensado e implementado com vistas a ofertar espaço protegido para que a população em situação de rua possa guardar seus pertences pessoais. O Bagageiro também é mais uma forma de criar vínculos com o morador de rua e encaminhá-lo para outros serviços sociais.

O usuário faz um cadastro no serviço e pode usar o espaço -1 box-, tendo acesso ao mesmo, 2 vezes por dia, o que possibilita o trânsito pelos espaços públicos sem carregar consigo bagagens, evitando inclusive perda ou dano de seus pertences/documentos. Atualmente há 415 boxes disponíveis para uso. No ano de 2022 foram 21.273 atendimentos realizados com uma média diária de 86,82 atendimentos.

A equipe responsável pelo acolhimento e organização dos pertences dos usuários está descrita no quadro abaixo:

Porteiro (terceirizado)	1
Agente de Limpeza (terceirizado)	1
Vigilante Patrimonial (terceirizado)	4
Agente de Ação Social	2
Coordenador do Serviço	1
Total	9

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES EM 2022

O Bagageiro Municipal iniciou suas atividades com apenas 85 boxes disponíveis para uso. Atualmente, dispomos de 415 boxes, compatível com a demanda do serviço e com a estrutura do quadro de RH.

No ano de 2022 foram 21.273 atendimentos realizados com uma média diária de 86,82 atendimentos.

ATENDIMENTOS MENSAIS

MÊS	DIAS TRABALHADOS	ATENDIMENTOS	MÉDIA DE ATENDIMENTOS DIÁRIOS
Janeiro	21	1.009	48,04
Fevereiro	19	1.499	78,89
Março	22	2.047	93,04
Abril	18	1.042	57,88
Maio	22	3.053	138,77
Junho	20	2.479	123,95
Julho	21	2.129	101,38
Agosto	23	2.507	109

Setembro	21	1.679	79,95
Outubro	19	1.620	85,26
Novembro	19	1.067	56,15
Dezembro	20	1.142	57,01
Total	245	21.273	86,82

Foram inseridos para atendimento no serviço 503 usuários, provenientes de encaminhamentos feitos por outros serviços que atendem a população em situação de rua (Centro POP 1, Centro POP 2 e SOS Rua), mas a grande maioria chegou por busca espontânea.

Encaminhamentos de usuários para o bagageiro em 2021

Centro POP 1	1
Centro POP 2	02
SOS Rua	02
Sem Encaminhamento	498
Total de Usuários	503

Os trabalhadores do Equipamento têm como função essencial a guarda e retirada dos pertences dos usuários, assim como e apresentar os serviços da rede e suas ofertas.

DESAFIO DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- Após um ano, acentua-se a necessidade de manutenção e reforma predial.
- O serviço também aponta a necessidade de equipamentos para facilitar o cadastro e a identificação dos usuários.
- Dificuldades com relação à prestação de serviços terceirizados também vem sendo pauta com a gestão.

METAS PARA 2023

- Para 2022, ampliar os atendimentos em 50%, chegando ao número de 90 atendimentos diários. O ano encerrou-se com 86,82 atendimentos diários. Tendo em vista o acréscimo do número de boxes disponíveis em 5, 78% (de 391 para 415), e tendo em vista também que a meta de atendimentos era subir de 60 para 90 (50%) e acabou subindo de 60 para 86, propõe se então a meta de 100 atendimentos diários, aumento de 15% sobre os atendimentos de 2022, ressaltando que esses números são condizentes com o RH disponível para o equipamento e o espaço físico disponível para a guarda das bagagens.
- Quanto ao RH, ampliar 01 Agente de Ação Social no quadro de trabalhadores efetivos.
- Também há a necessidade de maior articulação e integração desse serviço com os outros serviços POP-Rua, com a expectativada equipe de trabalho reconhecer melhor quem são os usuários e suas redes. Se já são atendidos por outros serviços ou se o Bagageiro Municipal é a porta de entrada desses Usuários no sistema, para então, definir ações e monitoramentos do serviço.

c) Serviço de Abordagem Social de Adultos

Serviço de Abordagem Social de Adultos - SOS Rua O Serviço de Abordagem – SOS Rua é executado em parceria com a Organização da Sociedade Civil Associação Cornélia M.E.VH Vlieg, também

responsável pelo Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT). O Serviço de Abordagem Social - SOS Rua atende as cinco regiões administrativas do município, a saber: norte, sul leste, sudoeste e noroeste. Cada uma dessas regiões conta com uma equipe de referência, a qual é responsável por abordar e atender as pessoas em situação de rua. A equipe trabalha principalmente pautada na construção do vínculo, na articulação e no encaminhamento para a rede territorial. Atua principalmente, nos locais com maior concentração de pessoas, instrumentaliza grupos operativos com a população de rua no local onde habitam, podendo ser em praças, entroncamentos, pontes e outros. Auxilia também na confecção da segunda via da documentação civil. No ano de 2022 foram atendidas 9.835 pessoas em situação de rua e na operação inverno foram atendidas 10.694, totalizando 20.529 pessoas atendidas. Também foram realizadas 21.664 abordagens sociais. Encaminhamentos realizados para a Proteção Social de Média complexidade 138 e para a Proteção Social de Alta complexidade 2.664.

Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT)

O Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT) compõe a rede de proteção especial de média complexidade para a população de rua, como oferta complementar. Oferta quatorze oficinas: Ladrilho Hidráulico, Culinária e Nutrição, Projeto Parceria, Velas, Vitral Artesanal, Papel, Mosaico, Marcenaria, Serralheria, Costura, Eventos, agrícola, todas para pessoas que estão em processo de inserção social. Nessas oficinas são retomados hábitos da vida cotidiana e do trabalho, como horários, regras e gestão financeira. O Acesso ao NOT é feito pelos serviços da pop rua de média ou alta complexidade, o tempo de permanência é de aproximadamente 1 ano.

d) Casa da Cidadania

A Casa da Cidadania é um serviço executado em parceria com a Organização da Sociedade Civil, Associação Beneficente Semear até 31/03/2022. Compõe a rede de proteção especial de média complexidade para a população de rua, como serviço complementar, atende em média 100 pessoas por dia com oferta de alimentação (jantar), espaço para higienização e convivência.

A alimentação é concedida por 20 grupos de voluntários das mais diversas religiões. Muitos destes grupos ofertavam alimentação nas ruas. Com a ampliação do novo espaço e a convite do gestor municipal, esses grupos passaram a ofertar alimento dentro do citado espaço, em condições dignas e humanas. Este equipamento funciona em horário complementar ao Centro POP - das 14h30min às 20h30min.

A Casa da Cidadania, no período de pandemia, teve a distribuição de alimentação alterada. Alguns grupos de voluntários interromperam suas atividades e a oferta da alimentação foi complementada pela SMASDH, por meio do fornecimento de marmitas.

A partir do dia 1 de abril de 2022, o trabalho na Casa da Cidadania passou a ser executado diretamente pelo poder público, o horário de funcionamento foi alterado, ou melhor, ampliado das 12:00 horas até às 08:00 horas da manhã, as ofertas também foram ampliadas, incluindo o pernoite emergencial e café da manhã. Importante informar que quando não há grupos de voluntários ou, porventura, algum grupo venha a faltar a oferta de da alimentação foi complementada ou substituída pela SMASDH, por meio do fornecimento de marmitas. Nesse período de gestão o número de grupos permaneceu o mesmo, 20 grupos de voluntários, os quais se concentram as suas ofertas aos finais de semana, sendo que terça e quarta feira, quase sempre a oferta é realizada com marmitas da SMASDH

Serviços da Proteção Social de Alta Complexidade População em Situação de Rua:

a) Abrigo Emergencial Santa Dulce dos Pobres

Serviço de acolhimento destinado a pessoas adultas e idosas em situação de rua, com autonomia para atividades da vida diária, visando proteção e isolamento social. A porta de entrada ocorre por meio

de referenciamento realizado pelo Consultório na Rua, Centros POP I e II, SOS Rua, o qual estabelece contato com esta Coordenadoria, que, após análise, procede ao acolhimento.

Total de vagas – 40

b) SAMIM - Serviço De Atendimento Ao Migrante, Itinerante E Mendicante -

O Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM), no ano de 2022, buscou acolher em regime de proteção integral, indivíduos e famílias em situação de rua com o compromisso de oferecer melhorias nas ofertas socioassistenciais e na qualidade de vida.

Esta unidade é responsável por proporcionar acolhida às demandas típicas das pessoas que se encontram em situação de rua, sendo uma referência também para as pessoas em trânsito.

A direção do trabalho que se desenvolve no SAMIM remete aos Planos de Trabalhos e estratégias para redução de riscos e violação de direitos composta pela equipe de funcionários descrita abaixo:

QUADRO RH	
CHEFIA TÉCNICA (ASSISTENTE SOCIAL)	1
ASSISTENTE SOCIAL	4
AGENTE DE AÇÃO SOCIAL	13
AGENTE ADMINISTRATIVO	1
AGENTE OPERACIONAL *	6
CHEFIA ADMINISTRATIVA	1
VIGILANTES (TERCEIRIZADO)	10
PORTEIRO (TERCEIRIZADO)	2
AUXILIARES DE LIMPEZA (TERCEIRIZADOS)	8
MOTORISTA (TERCEIRIZADO)	1
TOTAL	47

Tabela 30: RH do SAMIM

* Realizam atendimentos aos usuários.

Foram contabilizados em 2022, 31.316 pernoites aos usuários do SAMIM, com uma média mensal de 2.610 pernoites.

Com o objetivo de fortalecer vínculos com os usuários e os fluxos de atendimento, a equipe técnica, em conjunto com outros serviços da rede de atenção à população de rua participou de reuniões para discussões de casos, as quais se caracterizam por articulações entre os diferentes serviços e unidades que oferecem proteção a essa população.

Nossos registros apontam que durante o ano de 2022 o Serviço Social atendeu individualmente 3.890 pessoas em situação de rua, resultando em média 324 atendimentos individualizados por mês. Esses atendimentos se destinam aos indivíduos que apresentam demandas ainda mais complexas e que exigem um tempo mais ampliado para garantir a escuta qualificada.

Ademais, foram realizadas 607 articulações entre a equipe técnica e os familiares de nossos usuários e outros serviços das políticas públicas.

As estratégias metodológicas adotadas buscaram abordar as demandas típicas da população atendida pela unidade. Assim, em 2022 foram realizadas 336 reuniões coletivas de acolhida aos usuários, realizadas diariamente para orientações e esclarecimentos sobre as normas internas e os serviços disponíveis e 305 referenciamentos às outras políticas setoriais e serviços da Rede de Atenção à População em Situação de Rua.

O SAMIM é um dos cooperadores do Projeto Rede-Recâmbio, que compõe a rede socioassistencial de atendimento à população em situação de rua, atuando no referenciamento e recâmbio às cidades de origem das pessoas migrantes, seguindo critérios de prioridade, considerando-se o quadro de vulnerabilidade, risco pessoal e social na cidade de Campinas. No ano de 2022 foram realizados 166 recâmbios, a distribuição geográfica dos destinos dos recâmbios teve a seguinte disposição: 45,18% para a região Sudeste; 22,89% para a região Nordeste; 11,45% para a região Norte; 9,64% para a região Sul e 10,84% para a região Centro-Oeste.

- Resultados obtidos no ano de 2022
- Retorno dos indivíduos às cidades de origem;
- Inclusão em outros serviços socioassistenciais

ACESSO A BENEFÍCIOS SOCIAIS - RESGATE DA CIDADANIA - INSERÇÃO NA REDE SOCIOASSISTENCIAL / FAMÍLIA / COMUNIDADE	
244	DOCUMENTAÇÃO CIVIL
91	BOLSA FAMÍLIA
5	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)
6	PREVIDÊNCIA SOCIAL
5	inserção EM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS
61	INSERÇÃO EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO / ABRIGOS / CASA DE PASSAGEM DA REDE DE POPULAÇÃO DE RUA
233	RETORNO AO CONVÍVIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO
166	RETORNO À CIDADE DE ORIGEM – VIA REDE RECÂMBIO

Ações SAMIM

DESAFIOS EM 2022

- Desenvolvimento de ações intersetoriais;
- Interlocução com a Saúde Mental para inclusão de pessoas com sofrimento psíquico que necessitam de atendimento e de residência terapêutica;
- Atendimento de casos de saúde não condizentes com o perfil do serviço. Apesar da demanda ter diminuído nos últimos anos, ainda atendemos alguns casos;
- Recursos Humanos Insuficientes (Agente de Ação Social e Agente Administrativo);
- Falta de manutenção predial;
- A empresa de limpeza terceirizada deixou a desejar no que diz respeito à reposição de funcionários, supervisão, qualidade dos serviços e qualidade dos materiais fornecidos;
- Problemas estruturais no prédio do SAMIM, sendo necessária a mudança para outro endereço provisório, trazendo dificuldades ao funcionamento do abrigo.

METAS PARA 2023

- Formação continuada e supervisão;
- Ampliação de Recursos Humanos (Agente de Ação Social e Agente Administrativo);

- Aquisição de computadores;
- Utilização do SIGM;
- Serviços de manutenção predial de qualidade que atenda a necessidade do equipamento, com funcionamento 24 horas;
- Serviços de limpeza de qualidade, que atenda a necessidade do serviço;
- Construir novos espaços físicos em substituição aos que foram demolidos para a construção das obras da Secretaria de Transporte no local, tais como:
- Refeitório dos usuários, ampliando de modo a atender a capacidade do Equipamento.
- Dormitório de mulheres e mães com crianças, em ambientes de convívio separados dos masculinos.
- Lavanderia dos usuários, ampliando para 10 tanques para lavagem das roupas.
- Refeitório de Funcionários.
- Sanar os problemas estruturais do prédio do SAMIM, para que possamos retornar para o endereço de origem.

Serviço de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua (Adulto)

c) Modalidade: Casa de Passagem

Serviço que atua junto ao processo de saída da rua, funcionando como um serviço de transição entre a rua e a reintegração sociofamiliar e/ou comunitária, ou ainda para o encaminhamento para serviços de acolhimento mais estáveis. Tem por objetivo propiciar proteção integral e transitória as pessoas em situação de rua, atendendo suas necessidades específicas e emergentes, favorecendo o acesso às políticas públicas setoriais e possibilitando o estudo diagnóstico para o resgate dos vínculos familiares e/ou comunitários e o retorno à cidade de origem reatando os laços afetivos e inserindo-o na rede de atendimento local.

- Tempo de permanência no serviço: Três a seis meses
- Pessoas em situação de rua, de 18 a 59 anos de idade.
- Dois serviços com grupo de 25 usuários cada.

Encaminhados da rede socioassistencial de média e alta complexidade para a população de rua. Este Serviço está vinculado à Coordenação de Proteção Social Especial para a População em situação de Rua, que deve ser responsável pelo acompanhamento da prestação do Serviço.

d) Modalidade: Serviço de Acolhimento (abrigo masculino)

Serviço que atua junto ao processo de saída da rua, funcionando como um serviço de transição entre a rua e a reintegração sociofamiliar e/ou comunitária. Tem por objetivo propiciar proteção integral e transitória as pessoas em situação de rua, atendendo suas necessidades específicas e emergentes, favorecendo o acesso às políticas públicas setoriais e possibilitando o estudo diagnóstico para o resgate dos vínculos familiares e/ou comunitários e o retorno à cidade de origem reatando os laços afetivos e inserindo-o na rede de atendimento local, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades, resgatando a independência individual e social na perspectiva da convivência sociofamiliar e/ou comunitária.

- Tempo de permanência no serviço: Seis meses a um ano.
- Pessoas em situação de rua, de 18 a 59 anos de idade.
- serviços com grupo de 20 usuários cada.

Encaminhados da rede socioassistencial de média e alta complexidades para a população de rua. Este Serviço está vinculado à Coordenação de Proteção Social Especial para a População em situação de Rua, que deve ser responsável pelo acompanhamento da prestação do Serviço.

e) Modalidade: Abrigo feminino

Serviço que atende mulheres com ou sem filhos que se encontram em situação de vulnerabilidade social que já perderam os vínculos familiares e se colocam em risco vivendo nas ruas de Campinas. Atua junto ao processo de saída da rua, funcionando como um serviço de transição entre a rua e a reintegração sociofamiliar e/ou comunitária. Tem por objetivo propiciar proteção integral e transitória as mulheres e seus filhos, atendendo suas necessidades específicas e emergentes, favorecendo o acesso às políticas públicas setoriais e possibilitando o estudo diagnóstico para o resgate dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento de suas potencialidades no exercício da maternagem, reatando os laços afetivos e inserindo-o na rede de atendimento local, com vistas a sua independência individual e social na perspectiva da convivência sociofamiliar e/ou comunitária.

- Tempo de permanência no serviço: Seis meses a um ano.
- Mulheres em situação de vulnerabilidade Social e seus filhos.
- Um serviço com grupo de 25 usuárias.

Encaminhados da rede socioassistencial de média e alta complexidades para a população de rua. Este Serviço está vinculado à Coordenação de Proteção Social Especial para a População em situação de Rua, que deve ser responsável pelo acompanhamento da prestação do Serviço.

Atividades realizadas com a Coordenação:

- Fortalecimento do processo de cogestão dos serviços que compõem a Rede de Média e Alta Complexidade POP Rua, por meio de reuniões contínuas e análise das metodologias e estratégias utilizadas na atenção a POP Rua.
- Reuniões com serviços que compõem a Rede POP Rua para discussão de casos e construção do fluxo da rede para acolhimento institucional.
- Reuniões com a rede pop rua de execução direta.
- Reuniões com serviços de Saúde para inserção em acolhimento institucional.
- Reuniões com a rede de serviços de criança e adolescente para inserção em acolhimento institucional.
- Reuniões do Programa parceiros da Cidade: Mão Amiga.
- Reuniões Intersetoriais.
- Reuniões Interproteções.
- Câmara Técnica da Saúde e Assistência.
- Participação da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Conferência de Assistência Social do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).
- Participação das reuniões do CMAS.
- Supervisão Técnica dos coordenadores com profissional externo.
- Participação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política Municipal da População de Rua.
- Reuniões para a discussão de casos com outras políticas sociais.
- Participação na construção do plano intersetorial para a população em situação de rua.
- Participação no Grupo de Trabalho Maternidade.
- Capacitação em parceria com a Secretaria de Saúde sobre o Covid-19.
- Participação do NAG

DESAFIOS DA COORDENADORIA

- Fortalecimento da Gestão Pública.
- Reposição do RH (Psi, A.S., Adm., Agente de ação social) conforme levantamento apresentado; construir a possibilidade de incluir Terapeuta Ocupacional para todos os serviços.
- Alinhamento conceitual da rede de serviços.
- Computadores; Celulares (institucional); Câmera webcam, fone/microfone, wi-fi.
- Desenvolver ações voltadas para a supervisão e capacitação dos serviços.
- Atendimento de usuários com sofrimento psíquico e a acolhida nas unidades de saúde, assim como a continuidade do atendimento.

- Acolhida nas unidades de saúde, assim como a continuidade do atendimento após pandemia o acesso se tornou mais restrito.
- Aumentar a participação de usuários nos espaços de controle social.
- Pouca compreensão da sociedade e dos comerciantes sobre o fenômeno população de rua e sobre o trabalho dos serviços especializados.
- Aposentadorias e exonerações sem reposições imediatas.
- Insuficiência de Formação Continuada.
- Fragilidade nas ações intersetoriais.
- Reparos e estoque de equipamentos com vida útil curta, os quais não são comprados previamente e acarreta redução das ofertas.
- Reparos/ Reposições de forma contínua e permanente.
- Locação de imóvel para o Centro POP Sares Unidade I.
- Compreensão limitada e preconceituosa da sociedade sobre o fenômeno da população de rua não contribui com a sua inserção no mercado do trabalho e em outros espaços.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Estabelecimento de fluxo de encaminhamento dos casos para acolhimento institucional.
- Fortalecimento da rede de atendimento.
- Suporte técnico no atendimento.
- Fortalecimento das equipes e dos serviços.
- Aprofundamento da discussão entre os agentes executores da rede sobre a definição de temas prioritários a serem abordados no processo de capacitação.

METAS PARA 2023

- Dar continuidade na efetivação do fluxo de encaminhamento dos casos com base nos critérios para acolhimento.
- Implementar e aprimorar o desenvolvimento de capacitação e supervisão aos trabalhadores da rede pública.
- Elaborar projeto de capacitação para toda a rede.
- Implantação definitiva de abrigo com baixa exigência.
- Implantação de Serviço de Acolhimento para Famílias.
- Implantação de Serviço de acolhimento para jovens.
- Implantação do Programa Morar Primeiro.
- Implantação do Aluguel Social.
- Reordenamento do SAMIM.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

III - Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial Alta Complexidade – PSAC Adulto e Idoso

A Coordenadoria de Proteção Especial de Alta Complexidade Adulto e Idoso é responsável pela gestão dos Serviços de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas - SAI, na modalidade Abrigo Institucional para Idosos e Residência Inclusiva para Pessoa com Deficiência.

a) ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos

Ao final de 2022 os serviços tinham uma capacidade para atendimento de 180 metas, sendo 150 no SAI Idoso e 30 SAI Pessoa com Deficiência.

O SAI Idoso é de execução exclusiva por termo de cooperação mútua com as Organizações da Sociedade Civil. As vagas em 2022 foram da seguinte forma: Lar dos Velhinhos de Campinas (45 vagas); Lar Vicentino Frederico Ozanan (15 vagas); Lar da Amizade Ilce da Cunha Henry (20 vagas); Abrigo Masculino AFASCOM (20 vagas); Lar Sã Doutrina (15 vagas) e Lar Evangélico Alice de Oliveira (35 vagas).

De acordo com levantamento pela base de dados do SIGM, em 2022 foram atendidas 152 pessoas idosas neste serviço, sendo 78 do sexo masculino e 74 do sexo feminino.

Os principais motivos para inclusão foram: dificuldades da família na prestação de cuidados; pessoa idosa sem referência familiar; vínculos familiares fragilizados /rompidos por violações de direitos; situações de violência e/ou negligência; e situação de rua.

O SAI Pessoa com Deficiência conta com um serviço público de execução direta, a Residência Inclusiva Renascer e 2(duas) unidades executadas por termo cooperação mútua com a Pestalozzi Sumaré. Em 2022 foram atendidas 33 pessoas nestas 3 unidades, sendo 15 do sexo feminino e 18 do sexo masculino.

Os motivos de inserção no serviço, por ordem de ocorrência foram: Transferência do serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: vínculos familiares fragilizados/rompidos por violações de direitos; situações de violência e/ou negligência; e vulnerabilidade social/pobreza extrema.

A Coordenadoria de Proteção Especial de Alta Complexidade Adulto e Idoso tem como competência:

- Receber e validar os encaminhamentos dos serviços da rede socioassistencial, demais políticas públicas e do sistema judiciário;
- Ser referência para a rede para as discussões das situações de violações de direitos de pessoas idosas e pessoas com deficiência, quando há possibilidade ou dúvidas sobre o acolhimento institucional;
- Selecionar e encaminhar os casos para inclusão, na ocorrência de vaga;
- Fazer a gestão técnica da parceria;
- Apresentar as demandas dos serviços para a Coordenadoria Geral de PSE, Departamento de Operações da Assistência Social e Procuradoria de Assessoria Descentralizada/Núcleo de Assistência Social, quando ultrapassam as competências do apoio técnico e a capacidade de articulação com os demais serviços da rede socioassistencial ou políticas públicas.

Considerando o descrito acima, em 2022, foram realizadas as seguintes ações:

- Reuniões de gestão com coordenação técnica - 16
- Reuniões de gestão com coordenação e equipe técnica - 122
- Reunião com serviços da rede para discussão de casos para encaminhamento e atualização das informações da demanda em espera - 77
- Reunião para discussão de casos já inseridos no serviço - 26
- Grupo de trabalho, com representantes dos serviços e vigilância socioassistencial para alterações no SIGM elaboração do manual - 11
- Participação em intersetoriais ou GT interproteções - 08
- Visitas domiciliares ou institucionais - 09
- Diligências para cumprimento de liminar de acolhimento institucional - 04
- Visitas às ILPIs privadas para atender requisição do Sistema de Justiça - 03
- Visitas às ILPIs privadas por solicitação do Departamento de Vigilância Sanitária - 06
- Visitas a serviços - 09
- Reuniões do DOAS - 20
- Reuniões com Coordenadoria Geral de Proteção Social Especial - 08
- Participação na reunião da Proteção Social Especial -21
- Participação nas reuniões ordinárias do Conselho Municipal do Idoso, GTs e Comissões - 16

- Participação nas reuniões ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – 10

DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Apesar de ter sido iniciada aproximação com gestores da Saúde e Saúde Mental, a rede executora ainda aponta dificuldade no atendimento das pessoas idosas e pessoas com deficiência inseridas nos serviços de acolhimento pela política de saúde.

- Dificuldade em atender a demanda referenciada para os serviços. Ao término de 2021 havia 114 (quarenta e sete) demandas em espera para inclusão no SAI Idoso e 35 (dezesseis) para o SAI PCD;
- Dificuldades dos serviços da rede socioassistencial, saúde e demais serviços do Sistema de Garantia de direitos em compreender os critérios de referenciamento para a proteção social especial de alta complexidade;
- Grande demanda de discussão dos casos em acompanhamento e/ou com indicação para acolhimento;
- Morosidade dos processos de ampliação dos serviços da Coordenadoria, levando a judicialização das demandas e agravamento das condições de saúde e permanência em contextos violadores de direitos dos que aguardavam na lista de espera;
- Apesar do avanço da vacinação contra Covid 19 e diminuição da letalidade do vírus, foram mantidas as orientações sanitárias para distanciamento nas ILPIs, agravando o sofrimento emocional dos idosos atendidos, que já vivem com muita restrição desde o início da pandemia, em 2020.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Processo de ampliação do SAI Idoso, tendo no final de 2022, já disponível 20 vagas e previsão de 50 vagas para início de 2023. Após finalização do processo o serviço contará com 200 metas.
- Processo de implantação de 3 residências inclusivas, com vagas disponíveis para início de 2023. Ampliando a capacidade do serviço para 60 metas.
- Reuniões sistemáticas da gestão técnica, levou a maior proximidade com as OSCs executoras dos serviços, facilitando os processos da gestão;
- Alterações no SIGM e elaboração do manual, para aproximar os relatórios do sistema a realidade dos serviços;
- Maior proximidade do apoio técnico com a rede socioassistencial e saúde, facilitando os encaminhamentos para os serviços vinculados à Coordenadoria;
- Estabelecimento de encontros sistemáticos com a saúde mental, proposto pela coordenadoria geral de proteção social especial;
- Grupo de Trabalho com o Departamento de Saúde, para pensar estratégias e serviços para pessoas idosas com demandas de cuidado de saúde.
- Socialização e revalidação da proposta do Protocolo e Fluxo de Referenciamento para Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas;
- Capacitação com os profissionais do SAI Idoso, sobre Parâmetros de Trabalho com Família.

METAS PARA 2023

- Instituir, através da publicação de ordem de serviço o Protocolo e Fluxo de Referenciamento para Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas
- Análise da demanda referenciada e/ou identificada, que justificam a ampliação de metas para os serviços de acolhimento institucionais para pessoas idosas e pessoas com deficiência – com possibilidade de propor novas modalidades de serviço, como Casa Lar e República.

- Construir com a rede executora dos serviços propostas de supervisão e formação profissional para as equipes.

b) Residência Inclusiva Renascer

A Residência Inclusiva é uma unidade que oferta Serviço de Acolhimento Institucional, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, para jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar, em sintonia com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Possuem como finalidade propiciar a construção progressiva da autonomia e do protagonismo no desenvolvimento das atividades de vida, a participação social e comunitária e o fortalecimento dos vínculos familiares com vistas à reintegração e/ou convivência.

Para se assegurar maior grau de autonomia das pessoas com deficiência em situação de dependência, devem ser desenvolvidas estratégias de cuidados que potencializam o exercício das atividades básicas do cotidiano e da vida diária nas formas de suportes e apoios, considerando:

- capacidade de realizar atividades básicas do cotidiano como alimentação, higiene pessoal, locomover-se até o banheiro, tomar banho, vestir-se, etc.
- capacidade de realizar atividades instrumentais de vida como fazer compras, pagar contas, utilizar meios de transporte, cozinhar, cuidar da própria saúde, manter sua própria segurança, etc.

DESAFIOS DURANTE AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Mudança de chefia de Setor do abrigo, ocorrida recentemente, em junho de 2022.
- Alteração e recomposição da equipe técnica, com saída e entrada de psicóloga e assistente social;
- Organização dos processos de trabalho, documentação, informações/ relatórios e pastas para o devido acompanhamento dos usuários;
- Organização interna/ambientes da residência na perspectiva de acomodar e organizar o trabalho e cotidiano dos moradores.
- Organizar a farmácia e estoque dos medicamentos de acordo com as orientações e diretrizes da Vigilância em Saúde.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Reestruturação do zero de toda a parte organizacional e técnica da Residência.

METAS PARA 2023

- Implantar nova organização interna de trabalho integrado da equipe técnica com os agentes de ação social que fazem os cuidados e manejos diretos com os moradores da Residência Inclusiva Renascer.
- Organizar as prestações de contas de todos os moradores de forma correta e padronizada.
- Capacitar agentes de ação social no cuidado e foco no desenvolvimento de autonomia e independência, respeitando os limites de cada morador.
- Ampliar as ofertas de atividades externas para todos os moradores, ampliando a convivência social e comunitária;
- Efetivar a mudança para sede nova da Residência Inclusiva;
- Garantir a organização e monitoramento dos benefícios;
- Efetivar acompanhamento clínico de todos os moradores no Centro de Saúde de referência do território.

IV – COORDENADORIA SETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – CRIANÇA, ADOLESCENTE E MULHER

- a) SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO**
- b) ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL CASAS LARES**
- c) SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR - FAMÍLIA ACOLHEDORA**
- d) SERVIÇO COMPLEMENTAR DE APADRINHAMENTO AFETIVO**
- e) REPÚBLICA PARA JOVENS**
- f) ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PÚBLICO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO – SARA M**

Durante a pandemia COVID- 19, o período necessário de isolamento, trouxe consequências sérias e ainda sem exata mensuração, como distanciamento social, agravos das situações de vulnerabilidades, perdas de rendimentos, entre outros.

Para os serviços de acolhimento institucional e familiar, que compõem a rede da proteção social especial de alta complexidade, criança, adolescente, jovem e mulher vítima de violência de gênero, 2022 foi um ano de posicionamento frente ao “novo normal”.

Após 2 anos vivemos em 2022 a volta a “normalidade”, pois com reabertura das escolas e de outros serviços reconhecidamente necessários, foi possível observar o grande impacto que a crise sanitária teve e está tendo, principalmente para a população usuária dos nossos serviços. Impactos esses traduzidos em perdas de ordem emocional, cognitiva, relacionais, de padrão alimentar, na redução de atividades físicas, culturais e recreativas, tornando elevado o fator de risco físico e psicossocial, além de fatores geradores de estresse e agravadores de conflitos.

Durante todo o período pandêmico da COVID-19, os serviços de acolhimento mantiveram o atendimento, enquanto a maioria dos serviços funcionou de modo remoto na fase mais aguda e alternando entre remoto e presencial, à medida em que a população foi sendo vacinada e foi possível flexibilizar.

No período pós pandêmico da COVID-19, o desafio foi o retorno ao atendimento presencial nas unidades escolares e em outros serviços, embora todos ansiassem por isso, a insegurança e o medo estavam presentes.

Com o aumento das demandas que continuaram a se apresentar e as respostas demandando mais agilidade, a proposta de formação técnica, a manutenção das reuniões de gestão, as reuniões técnicas, entre o gestor público e a rede de serviços, foram espaços ricos de diálogos e discussões. Tais estratégias possibilitaram novos conhecimentos, reflexões, troca de experiências e ousadia na proposição de ações para fortalecimento da rede, bem como apoio aos profissionais diante do “novo” cotidiano de trabalho.

A seguir, apresentamos um demonstrativo das ações da gestão pública e da rede de serviços da alta complexidade:

No ano de 2022 a rede de serviços de acolhimento institucional e familiar para crianças, adolescentes e jovens, ficou assim constituída:

Tabela 1

Tipo de Serviço	Quantidade	Metas
Abrigos	07	170
Casa de Passagem	01	30
Acolhimento Familiar	02	40
Casa Lar	16	160
Casa Lar para adolescentes grávidas e/ou com filhos	01	10
República Masculina	01	06

República Feminina	01	06
TOTAL	29	422

Tabela 2

Número de acolhimentos em 2022
475

Tabela 3

Número de desacolhimentos em 2022
146

Tabela 4 - Faixa etária dos acolhidos

0 a 6anos	136
7 a 11 anos	92
12 a 18 anos	234
18 a 21 anos	13
Total	475

A maioria dos acolhidos foi de adolescentes, 234, mas foi significativo o número de crianças na primeira infância que foram acolhidas, 136. Esclarecemos que maioria desses fazem parte de grupos de irmãos compostos por diferentes faixas etárias.

Tabela 5 - Raça/etnia dos acolhidos

Branco	204
Pretos	112
Pardos	153
Amarelos	3
Indígenas	3

Somados pretos e pardos são a maioria, mas é importante ressaltar que há um importante número de crianças e adolescentes declarados ou que se auto- declararam brancos.

Tabela 6 - Gênero dos acolhidos

Masculino	234
Feminino	241

Como os números demonstram, diferente do ano anterior, a maioria dos acolhidos em 2022 foram do gênero feminino.

Tabela 7 - Região de procedência da família de origem

Região

Norte	47
Noroeste	134
Sul	133
Sudoeste	68
Leste	58
Outros municípios	13
S/Informação	22
Total	475

As regiões de procedência preponderantes, foram, Noroeste seguida da Sul praticamente empatadas. Sucessivamente, Sudoeste, Leste e Norte. Cabe esclarecer que as crianças ou adolescentes procedentes de outros municípios foram acolhidas por decisão judicial, por terem familiares residentes em Campinas, ou para que fosse providenciado o recâmbio, como nos casos de adolescentes egressos da Fundação Casa.

Tabela 8 - Motivo Preponderante do Acolhimento

VDCCA Física	45
VDCCA Psicológica	7
VDCCA Negligência	257
Violência Doméstica Sexual	33
Abandono	47
Exploração Sexual contra criança e adolescente	7
Entrega Voluntária	12
Em razão de sua conduta	15
Situação de rua/mendicância	23
Pais ou responsáveis com uso abusivo de SPA	26
Pais/responsáveis com problema de saúde que impeça os cuidados	1
Pais ou responsáveis reclusos ou com medida socioeducativa de internação	1
Sem Informação	1
Total	475

Com relação ao motivo preponderante do acolhimento, em primeiro lugar está a VDCCA modalidade Negligência; importante destacar que ao se considerar “Negligência”, o diagnóstico precisa levar em conta que na situação familiar a negligência não seja do Estado e a família acabe por ser responsabilizada. As outras modalidades de Violência Doméstica Contra Criança e Adolescente - VDCCA,

veem a seguir com números expressivos; abandono, violência física, violência sexual. Consideramos que a classificação leva em conta o motivo preponderante do acolhimento, sendo que as violências ocorrem em mais de uma modalidade simultaneamente.

Situação de mendicância e a em razão de sua conduta, abarcam o motivo do acolhimento de parte dos adolescentes entre 12 e 18 anos, que como demonstrado na tabela 4, foram 234 em 2022.

Cabe ainda destacar o número de acolhimentos realizados em razão dos pais ou responsáveis serem usuários de substâncias psicoativas, 26 no total. É importante esclarecer que o uso de spa por si só não determina a necessidade de acolhimento, mas as violações contra a criança/adolescente, decorrentes desse uso.

Tabela 9 - Motivo preponderante do desacolhimento

Reintegração família de origem	50
Reintegração na família extensa	43
Adoção	22
Residência Inclusiva	0
Rede Adulto	5
República	3
Recâmbio	10
Vida Autônoma	9
Decisão Judicial por tempo de evasão	4
Total	146

O objetivo primeiro das equipes técnicas dos serviços de acolhimento, é trabalhar as famílias para assegurar convivência familiar e comunitária. Pode-se então afirmar que o trabalho foi êxito, uma vez que a maioria dos acolhidos foi reintegrado na família de origem ou extensa e no caso dos que foram colocados por decisão judicial em família substituta por adoção, o objetivo também foi alcançado.

Atividades Realizadas pela Gestão da Alta Complexidade em 2022, envolvendo a rede de serviços de acolhimento:

- Ações de enfrentamento à pandemia do COVID-19, tais como: articulação com a rede de saúde pública para que todos os trabalhadores e crianças e adolescentes dos serviços de acolhimento fossem vacinados contra COVID 19;
- Participação das Apoiadoras técnicas em reuniões da rede de proteção para discussão de casos, sempre com vistas a desenvolver estratégias que evitassem o acolhimento institucional e fortalecessem a família;
- Reuniões intersetoriais virtuais para discussão de casos, com vistas a desenvolver estratégias de cuidado para fortalecer as famílias e evitar os acolhimentos de crianças e adolescentes já acompanhados pela rede de serviços socioassistenciais e/ou de saúde;
- Reuniões intersetoriais virtuais, para a discussão de casos de puérperas e recém-nascidos em situação de vulnerabilidade e risco, para elaboração de plano de cuidados, com vistas a manter junto o binômio, fortalecer a família e evitar o acolhimento institucional de ambos ou separadamente;

- Reuniões virtuais mensais de gestão com os coordenadores técnicos dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens;
- Reuniões virtuais mensais da comissão CMDCA - da Alta Complexidade, com os coordenadores técnicos dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens;
- Participação em reuniões virtuais e presenciais, para organizar nos cinco territórios do município, os Núcleos Articuladores Gestores;
- Articulação com a rede e/ou com a gestão municipal de saúde clínica e mental, para discussões virtuais, de fluxos e procedimentos, para encaminhamento/atendimento de crianças e adolescentes acolhidos;
- Atuação conjunta com a CSAC- Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle, nas visitas técnicas virtuais e/ou presenciais de monitoramento dos serviços de acolhimento institucional e familiar;
- Gestão técnica operacional virtual do Serviço de Apadrinhamento Afetivo;
- Participação em ações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Comissão da Alta Complexidade e também compondo a diretoria executiva;
- Gestão técnica operacional de todos os serviços de acolhimento para crianças, adolescentes, jovens e mulheres vítimas de violência de gênero;
- Articulações com rede de proteção especial de média complexidade, para continuidade dos trabalhos do GT Média e Alta Complexidade;
- Gestão operacional do abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica de gênero, participando de discussões de casos e articulações com a rede de política para as mulheres;
- Participação no grupo de trabalho intitulado GT Casa de Passagem, para estudo e análise quanto a necessidade de implantação de casa de passagem específica para o atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade e risco, com ou sem filhos;
- Participação no grupo de trabalho composto para discutir os Benefícios Eventuais;
- Retomada do grupo de trabalho intitulado GT Adolescentes;
- Participação no Grupo de trabalho intitulado GT SIGM (Grupo de Trabalho Sistema de Governança Municipal), para padronização das informações que deveriam conter no formulário digital desse sistema;
- Parceria com um grupo de psicólogos, que compõem o Projeto Respirar, formado para oferecer atendimento psicoterapêutico a crianças e adolescentes acolhidos.
- Realização em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/Comissão da Alta Complexidade, de um encontro dos serviços de acolhimento, para compartilhamento de boas práticas, intitulado CA entre nós (CA é um trocadilho que significa Crianças e Adolescentes).

a) Serviços de Acolhimento - Modalidade Abrigo

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2022:

- Estudo/psicossocial para acompanhamento, atendimento familiar e intervenções para restauração e manutenção dos vínculos afetivos;
- Atualização e alimentação do SIGM - Sistema de Governança Municipal;
- Providências e acesso à documentação civil;
- Construção do Plano Individual de Atendimento e elaboração de relatórios técnicos;
- Preparação e aproximação dos acolhidos, para colocação em família substituta/adoção;
- Organização de eventos culturais, festividades, ações de integração comunitária;
- atendimentos e intervenções pedagógicas e psicossociais;
- Participações em reuniões intersetoriais nos cinco territórios;
- Realização de formações para os trabalhadores dos serviços de acolhimento, organizadas pela gestão pública e/ou por organizações da sociedade civil;
- Reuniões de articulação com a rede de proteção para discussão e encaminhamento de casos;
- Acompanhamento das atividades escolares dos acolhidos;

- Participação em ações de mobilização social para a cidadania, tais como as Pré-conferências e a Conferência Municipal da Criança e do Adolescente;
- atendimentos grupais e individuais, realizados pelas equipes técnicas às crianças e adolescentes, bem como às famílias - Espaços para diálogo;
- Projeto "Fazendo Minha História- construção de álbuns de fotos com cada criança e adolescente acolhidos;
- Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social, em conformidade com os protocolos sanitários;
- Elaboração de relatórios e estudos sociais e psicossociais para a Vara da Infância e da Juventude;
- Inserção de crianças, adolescentes e jovens na rede de ensino formal e informal;
- Acompanhamento do desenvolvimento/aprendizagem e avaliação do processo educativo;
- Inserção e oferta das atividades de Iniciação à profissionalização para adolescentes maiores de 14 anos;
- Realização de atividades recreativas, esportivas, lúdicas e culturais;
- Participação em reuniões mensais com a gestão da alta complexidade e com a comissão da alta complexidade/CMDCA;
- Planejamento e construção do processo gradativo para o desacolhimento;
- Acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias por 6 meses, após o desacolhimento;
- Participação em audiências judiciais por vídeo chamada para crianças, adolescentes e profissionais do Serviço.

DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- O acolhimento de adolescentes com perfil de circularidade de rua, uso de substâncias psicoativas e agravos em saúde mental;
- O retorno gradativo às atividades externas, mantendo os protocolos de prevenção;
- Propiciar supervisão institucional para as equipes técnicas dos serviços de acolhimento;
- Possibilitar encontros de formação para todos os trabalhadores dos serviços acolhimento;
- Desenvolver ações de prevenção e cuidado para os educadores, considerando a natureza do trabalho;
- Manter o diálogo com os órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;
- Acolher diferentes faixas etárias no mesmo espaço físico, com destaque para dinâmica dos adolescentes que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas;
- Realizar de forma célere reparos e manutenção, necessários nos serviços de acolhimento;
- Ausência do serviço de família guardiã subsidiada, que possibilitaria maior número de crianças e adolescentes reintegrados na família extensa, quando esgotadas as possibilidades na família nuclear;
- Gerenciar a demanda de jovens com deficiências que completaram a maioria nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e que demandam acolhimento nas residências inclusivas;
- Implantação de abrigo para acolhimento de jovens que completam a maioria nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes;
- Instabilidade no quadro de funcionários, dificuldade de completar o quadro necessário;
- Trabalhadores afastando-se do serviço em razão de doenças tais como: depressão, crises de ansiedade, crises de pânico;
- Redução na equipe de trabalho devido aos afastamentos de saúde e aposentarias e dificuldades na reposição imediata.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Foco em proporcionar acolhimento integral, de crianças e adolescentes sob medida protetiva, encaminhados por determinação do Poder Judiciário, de acordo com as peculiaridades do segredo de justiça e da garantia do direito à convivência familiar e comunitária;
- Participação de trabalhadores (equipes técnicas e educadores/cuidadores no curso sobre o público LGBTQI+;

- Desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, incentivo a autonomia, liberdade de expressão e senso crítico;
- Engajamento e pertencimento à comunidade local, agregando valores e o exercício da cidadania;
- Protagonismo juvenil com a participação efetiva na Pré- Conferência Municipal CMDCA e Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e;
- Crianças e adolescentes menos estigmatizados e mais fortalecidos em seus direitos e deveres, reflexo do maior envolvimento e parceria estabelecida entre o serviço de acolhimento e escola;
- Desenvolvimento de potencialidades através do esporte
- e atividades físicas que favoreceu condições para maior autocontrole, concentração; disciplina e coordenação motora;
- Crianças com autoestima elevada, valorizando sua origem e características físicas, empenhadas e dedicadas no autocuidado;
- Todos acolhidos em idade escolar matriculados em escolas da rede pública com acompanhamento sistemático da vida escolar;
- Crianças e adolescentes esclarecidos sobre sua situação de acolhimento e participativos nas conclusões técnicas sobre sua vida;
- Parceria com a Bolsa de Valores Humanos – BVH, para atendimento psicológico favorecendo no processo de acolhimento e reintegração/integração familiar;
- Parceria com os serviços públicos de saúde mental – CAPS/IJ (Centros de Atenção Psicossocial Infante Juvenil);
- Participação de todos nas decisões e melhorias para a casa, tornando um ambiente mais agradável e trazendo o pertencimento aos envolvidos;
- Estreitamento das relações e articulação com a rede de serviços e Sistema de Garantia de Direitos, de maneira a possibilitar o acesso das crianças, adolescentes e famílias, aos serviços disponíveis nos territórios, atendendo às demandas;
- Ampliação dos espaços para atividades pedagógicas, com espaço de horta para trabalhar a terra e o contato com a natureza, o espaço de leitura e estudos, casinha de boneca para trabalhos e recreações pedagógicas, espaços para diferentes atividades simultaneamente proporcionando a divisão dos grupos de acordo com a faixa etária e referencia permitindo mais tranquilidade no trabalho;

Podemos concluir que tivemos significativos avanços que nos trouxeram resultados positivos e seguimos para que possamos seguir no caminho do crescimento profissional, valorizando toda a equipe que se dedica diariamente a cuidar e proteger.

“Educar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade é ajudá-los a perceber a própria situação sem sucumbir a ela, descobrindo novas estratégias de sobrevivência e de inserção social. Quando os educadores constroem relações de respeito e compromisso com as crianças e os adolescentes, começam a consolidar o abrigo como espaço de proteção, acolhimento e resgate de vínculos e, portanto, como uma comunidade de socioeducação e de cuidado”.

(Baptista, 2006)

b)Serviço de Acolhimento – Modalidade Casas Lares

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2022

- atendimentos e visitas domiciliares para as famílias de origem/extensa;
- Acompanhamento pós desacolhimento institucional. Conforme previsto nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento;
- Inserção e acompanhamento escolar de todos os acolhidos;
- Inserção e acompanhamento na rede de saúde;
- Articulações com o Sistema de Garantia de Direitos;
- Participação nas reuniões mensais de gestão da Alta Complexidade;
- Participação nas reuniões mensais da Comissão da Alta Complexidade;
- Realização de assembleias e rodas de conversas;

- Participação nas Pré -Conferências e na XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Realização na Casa Lar Crer e Ser, de atividade de culinária com os acolhidos, desenvolvida voluntariamente por um chef de cozinha;
- Rodas de conversas com crianças/adolescentes, cuidadores e demais pais sociais da Casa lar;
- Orientação, e promoção de atividades de lazer, culturais e esportivas;
- Orientação e encaminhamento para a rede de serviços locais com resolutividades;
- Sensibilização e mobilização da família extensa visando o fortalecimento dos vínculos afetivos e reaproximação;
- Planejamento e Construção do processo gradativo de desligamento por reintegração familiar;
- Acompanhamento Técnico no restabelecimento e fortalecimento de vínculos afetivos com familiares e/ou Rede significativa
- Realização de oficinas, eventos educacionais e culturais
- Orientação sobre administração financeira para os adolescentes.
- Acompanhamento do jovem após o desligamento do serviço de Acolhimento.
- Estímulo e fortalecimento das crianças e adolescentes para serem protagonistas de um futuro melhor, iniciando as atividades que geram autonomia, proporcionam o estímulo de ideais e possibilidades que leva o adolescente a refletir sobre seu futuro e os caminhos pelo qual ele pode trilhar até atingir seu objetivo.
- Participação das crianças, adolescentes e educadores em audiências virtuais por chamadas de vídeo ou outros recursos on line, dando continuidade ao desenvolvimento do processo junto a judiciário.

- Encaminhamento de todos os acolhidos para a campanha de vacinação contra Covid-19;

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Acesso ao atendimento e escuta especializada de crianças e adolescentes, bem como de seus familiares, realizados pela dupla psicossocial;
- Criança e adolescente com acesso à educação;
- Criança e adolescente com acesso à saúde;
- Criança e adolescente com acesso ao tratamento de saúde mental;
- Fortalecimento do vínculo entre a família e os serviços da rede socioassistencial do território.
- Prevenção a reincidência de acolhimento institucional através do acompanhamento pós desacolhimento;
- Planejamento de ações com a equipe de trabalho e capacitações mensais promovidas pela psicóloga do serviço de acolhimento;
- Resolução de conflitos e abordagem de temas específicos para cada faixa etária realizados nas rodas de conversas semanais;
- Desenvolvimento do Plano Individual de Atendimento - PIA, onde metas são estabelecidas com a família e com os acolhidos, visando a superação das situações de violência cultural.
- O acolhimento de crianças e adolescentes referenciados diretamente para as casas lares;
- O acolhimento de crianças de tenra idade evitando separá-las de seu grupo de irmãos;
- Atualização do custo do serviço casa lar e aumento no valor do repasse financeiro.

DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- Insuficiência de recursos financeiros para a execução dos serviços;
- Estreitar e alinhar as ações desenvolvidas em parceria com os serviços de saúde mental;
- Estreitar e alinhar as ações a serem desenvolvidas em parceria com a Guarda Municipal;
- Qualificação do trabalho oferecido. Aumento na remuneração das mães sociais e repensar o regime intermitente de trabalho.
- Fornecimento e qualidade nos materiais escolares para os acolhidos.
- Agregar atividades e trabalho voluntário, bem como a promoção de empresas parceiras.
- A permanência no acolhimento de jovens que completaram a maioridade e que aguardavam vaga em Residência Inclusiva;
- Mesmo com a vacinação em massa, muitos colaboradores estiveram afastados com suspeita de Covid-19 (que não maioria das vezes não se confirmou) por cerca de 7, 10, 14 dias (avaliação

médica subjetiva), impactando diretamente na organização do serviço e gerando sobrecarga para os demais;

- Alguns colaboradores da equipe técnica também apresentaram adoecimento durante o ano, necessitando de afastamento.
- Foi observada grande defasagem escolar dos acolhidos em função das aulas remotas ofertadas em 2021 e isso foi um entrave na aquisição de novos conhecimentos;
- As aulas em período integral foram um dificultador para que os acolhidos pudessem ser inseridos em atividades de contraturno e cursos livres;
- Falta de medicamentos de baixo e alto custo, na rede de saúde;
- Dificuldade dos novos acolhidos com idade próxima a maioria (17 anos) aderirem às ações propostas do serviço, permanecendo no acolhimento sem nenhum comprometimento com regras, proposta pedagógica;
- Falta de verba para passeios e atividades externas pagas. Com a pandemia as doações e voluntariados se reduziram consideravelmente.
- Crescente número de novos acolhidos em função de conflitos familiares;
- Acesso à rede de serviços para todos os acolhidos, através da articulação com a rede socioassistencial e políticas públicas;
- Ampliação dos espaços de escuta qualificado e de qualidade, garantindo a expressão de sentimentos e necessidades e subsidiando a escrita de relatórios informativos e de Plano Individual de Atendimento
- Melhoria na relação de cuidado dos usuários com o ambiente físico em função do desenvolvimento de um trabalho de pertencimento com os adolescentes;
- Oferta de atividades socioeducativas diversificadas o que possibilitou convivência comunitária, lazer, cultura, apropriação dos espaços, exercício da cidadania; promoção da saúde física e mental.

METAS PARA 2023

- Continuidade dos encaminhamentos dos adolescentes acima de 15 anos para atividades de geração de trabalho e renda, e outras atividades de integração ao mundo do trabalho;
- Ampliação do número de adolescentes inseridos em programas de capacitação profissional, oportunizando assim o contato com o dinheiro, educação financeira e construção da autonomia;
- Formação continuada dos cuidadores e equipe técnica, de maneira a mitigar o processo de adoecimento que tem atingido os profissionais dos serviços de acolhimento.
- Ampliação do trabalho que vem sendo realizado com os adolescentes (grupos de discussão, escutas, orientações individuais, encaminhamento para os serviços especializados, inserção em espaços de lazer, cultura, esporte, iniciação ao trabalho) a fim de evitar o envolvimento dos adolescentes com SPA's e álcool e o uso exacerbado do celular.
- Construção, juntamente com o Gestor Público, de propostas que viabilizem o acesso das equipes e cuidadores à supervisão profissional;
- Ampliação do trabalho de construção da autonomia das crianças e adolescentes, principalmente no que tange a apropriação dos espaços da cidade, o ir e vir, o exercício da cidadania, o acesso a bens culturais, etc.
- Elevação do nível educacional dos acolhidos;
- Manutenção dos atendimentos pedagógicos individuais e coletivos;
- Encaminhamento de crianças e adolescentes (conforme perfil) para inserção no Serviço Complementar de Apadrinhamento Afetivo - Acordar;
- Encaminhamento de adolescentes a partir de 15 anos para inserção no Projeto Trilhar, quando houver disponibilidade de vaga;
- Intensificação do trabalho com famílias, para aproximação, empoderamento, fortalecimento dos vínculos, visando, quando possível, a reintegração familiar.
- Continuidade no processo de formação para pais e mães sociais, apoio e técnicos;
- Levantar recursos humanos visando conquistar novas parcerias como: psicólogos, psicopedagogo entre outras especialidades com objetivo contemplar maior número de crianças e adolescentes;
- Fortalecer e trabalhar os familiares e rede significativa para efetivação da reintegração das crianças e dos adolescentes;

- Continuidade e manter os atendimentos psicossociais e pedagógicos de forma sistemática, manter as visitas técnicas e capacitações promovidas pelos profissionais das áreas de seu conhecimento;
- Ações conjuntas com a Rede para os adolescentes que estão fazendo uso de SPA. Proporcionar aos educadores apoio, capacitação, orientação aos profissionais na atuação com perfil de uso de SPA, tanto preventivo como em uso contínuo;
- Ampliar a vivência das crianças e dos adolescentes no contexto da autonomia, promovendo ações que estimulem esse desenvolvimento;
- Continuar a preparação dos adolescentes de 17 anos de idade a inserção no mercado do trabalho, através de Grupos de orientação, treinamentos práticos, palestras e vivências internas e externas, oportunizando ao adolescente uma melhor preparação para fase da vida adulta.
- Encaminhamentos para o mercado de trabalho, acompanhamentos em todo o processo seletivo /contratação para os adolescentes no trabalho (entrevistas, contratação e abertura de conta bancária). Auxilia-los na construção de seu projeto de vida, podendo retornar ao convívio familiar ou ter vida independente.

C)Serviço de Acolhimento – Modalidade Família Acolhedora

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2022

- Acolhida inicial às crianças e adolescentes;
- Atendimentos psicossociais;
- Acompanhamentos individuais e ao grupo familiar, de famílias de origem/extensas e acolhedoras, através de contatos telefônicos ampliados, videochamadas, troca de áudios, vídeos e fotos;
- Atendimentos presenciais, na sede ou no domicílio, de famílias de origem/extensas e acolhedoras, com os devidos cuidados e medidas sanitárias;
- Construção e elaboração do Plano Individual de Atendimento;
- Articulações e referenciamentos aos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;
- Atendimentos lúdicos e pedagógicos para os acolhidos;
- Realização de reuniões quinzenais ou mensais, com as famílias acolhedoras, para acolher demanda, orientar situações surgidas durante o acolhimento;
- Formação para os profissionais sobre o SISNOV e atendimento ao público LGBTQI+;
- Participação ativa no evento intitulado CA entreNós, realizado pelo CMDCA/Comissão da Alta Complexidade;
- Comemoração conjunta entre SAPECA e Conviver, para definir ações de comemoração do mês de aniversário do acolhimento familiar;
- Participação em encontros promovidos bimestralmente com a participação de profissionais dos serviços de acolhimento familiar da Região Metropolitana;
- Trabalho em rede, através de contatos telefônicos ampliados e reuniões sistemáticas online, articulando políticas e serviços para atendimento das famílias;
- Preservação e manutenção de vínculos entre crianças acolhidas e suas famílias de origem/extensa através de videochamadas, troca de fotos, áudios e vídeos, visitas presenciais monitoradas;
- Acompanhamento presencial (encontros na sede e na VIJ) das etapas de aproximação para adoção;
- Realização de reuniões de gestão e de acolhimento, com as famílias acolhedoras;
- Realização de reuniões informativas virtuais (WhatsApp ou Google meet) para famílias interessadas na proposta do acolhimento familiar;
- Realização de formações de novas famílias de forma presencial;
- Articulação com grupo de voluntários para captação de padrinhos/madrinhas com o objetivo de presentear crianças/adolescentes do serviço e famílias atendidas;
- Realização de encontros para confraternização entre as famílias acolhedoras dos serviços no mês de dezembro;
- O Serviço de Acolhimento ConViver, no período de julho de 2021 a novembro de 2022, executou o Projeto “Novas Páginas”, em parceria com a FEAC. A metodologia do projeto visa proporcionar visitas nas residências das famílias ao invés de na sede do serviço, com objetivo de reintegrar as

crianças acolhidas as famílias biológicas. As ações consistiram em visitas monitoradas na companhia de uma profissional deste serviço, para que a criança pudesse vivenciar momentos de descontração e cuidado em um ambiente acolhedor. Para além disso, contribuiu com o olhar técnico em relação a dinâmica do território, as dinâmicas familiares, os vínculos afetivos com os familiares e comunidade do acolhido e da família.

- Participação em encontros bimestrais entre os serviços de acolhimento familiar, da região metropolitana de Campinas, o que permitiu trocas de experiência e enriquecimento do trabalho desenvolvido.

DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- Trocas na chefia imediata do serviço SAPECA, impactando na organização do serviço;
- Garantir capacitação continuada grupal de famílias acolhedoras para melhor apropriação de competências, papéis e das especificidades do trabalho, devido as faltas recorrentes das famílias;
- Ausência de serviços, programas e benefícios, nas diversas políticas públicas, para atender as reais demandas e necessidades da população acompanhada;
- Inclusão das crianças acolhidas, principalmente nos serviços de saúde e educação. A ausência de fluxos com essas pastas culmina em demora de atendimento das demandas dos acolhidos, sobrecarregando as famílias acolhedoras, inclusive financeiramente. Além de desestimular as famílias a acolherem crianças mais velhas, grupos de irmãos, por exemplo;
- Dificuldades com manutenção predial permanente;
- Número baixo de famílias acolhedoras disponíveis para acolher;
- Captação de famílias acolhedoras: Esse tema sempre esteve presente como desafio para o serviço, porém avaliamos que no ano de 2022 foi mais desafiador, por dois motivos: desejo de adoção e pandemia.
- Adoção: Dentre as famílias que buscaram o serviço Conviver, grande maioria tinha o desejo de adotar uma criança e ao participar da reunião informativa e ouvir os critérios estabelecidos, desistiram da habilitação deste serviço. Alguns casais verbalizaram que seria uma espécie de “estágio” para que decidissem se gostariam de adotar ou não, outros acreditavam que poderiam adotar a criança acolhida após o encerramento, entre outros.
- Pandemia: Observou-se também que com a pandemia as pessoas foram obrigadas a ficar isoladas e muitas ainda permanecem desta forma, com receio de serem contaminadas. Com isso, a mobilização e inserção de novas famílias foi afetada.
- Famílias acolhedoras sem perfil restrito para acolhimento: foi desafiador acolher crianças com idade superior a 2 anos, pois a maioria das famílias acolhedoras que optam por acolher bebês. Apesar de nas reuniões mensais serem feitas reflexões sobre o tema, ainda persistem as restrições.
- Assistência Social: necessidade de aprimorar os fluxos com os serviços da rede de proteção social básica;
- Busca e apreensão de crianças: Sabemos que esse procedimento é necessário e que não é uma atividade fácil de se realizar, por diversos motivos, porém acreditamos que é possível qualificar esses momentos. Há diversos relatos de crianças que ao saírem de suas residências ou companhia de familiares para serem acolhidas, ouviram que estariam indo para lugares com piscina, lugares onde iriam brincar e depois retornar a casa ou até mesmo que já retornariam com suas famílias. Essas inverdades trazem sentimentos e ações ruins as crianças, quando entendem que não retornarão para casa naquele momento ou que as promessas de estruturas de lazer não são compatíveis com os relatos. Sugerimos que seja dito apenas a verdade as crianças nestes momentos, pois assim conseguiremos manter a ética e respeito aos acolhidos e suas famílias.
- Não ter famílias acolhedoras disponíveis em número suficiente para acolhimento de crianças na primeira infância, ocasionando seu acolhimento institucional;
- Recomposição das equipes técnicas dos dois serviços de acolhimento familiar, existentes no município, em razão de saídas e demissões deliberadas;
- Atualizar a Lei Municipal do Acolhimento Familiar, a partir do trabalho de construção coletiva;
- Elaborar minuta do decreto que regulamentará a Lei Municipal do Acolhimento Familiar.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Garantia de convivência familiar e comunitária dos acolhidos;
- Atendimento individualizado das demandas de cada criança/adolescente;
- Realização de formações para famílias candidatas ao acolhimento;
- Entrega dos Álbuns do Projeto Fazendo minha História ao final dos processos de acolhimento;
- Acompanhamento das famílias de origem/extensas, esgotando-se todas as possibilidades de reintegração familiar;
- Manutenção das reuniões de famílias acolhedoras com a participação da equipe, e profissionais convidados;
- Aprovação da nova Lei Municipal do Acolhimento Familiar;
- Discussão sobre Decreto a partir da realização da revisão da Lei Municipal 14253/2012;
- Manutenção das discussões periódicas entre as equipes do SAPECA e ConViver.

METAS PARA 2023

- Atender a meta de 20 acolhimentos/mês;
- Aumentar o número de famílias acolhedoras aptas e disponíveis para o acolhimento;
- Formação continuada para os profissionais dos dois serviços de acolhimento familiar;
- Viabilizar a participação da equipe em formações específicas sobre acolhimento familiar e temas relacionados ao trabalho;
- Viabilizar contratações temporárias de oficinaira/o;
- Manter os Encontros Anuais – Festa Julina e de Natal;
- Manter os Projetos “SAPECA Recebe”, “Fazendo minha História”, “Meu livrinho SAPECA” e “Sapecando”.

d) Serviço Complementar de Apadrinhamento Afetivo

Remanescentes 2021: 19 crianças e adolescentes remanescentes

Novos apadrinhamentos no ano: 6 (seis). Apadrinhamentos no ano: 25 (vinte e cinco) apadrinhamentos afetivos realizados.

Desligamento ao longo do ano: 8 (oito).

Padrinhos Habilitados aguardando apadrinhamento em 2022: 7 (sete)

Padrinhos em pausa temporária: 02 (dois)

Candidatos em processo atual de qualificação: 05 (cinco) iniciarão em fevereiro 2023.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Reuniões informativas
- Durante o ano de 2022, foram realizadas 12 reuniões informativas, contabilizando 73 (setenta e três) pessoas que fizeram contato e dessas tivemos a participação de 48 (quarenta e oito) pessoas. Dos 48 participantes:
 - 35 (dezesesseis) não preencheram cadastros para continuidade;
 - 13 (treze) foram avaliadas, porém apenas 11 continuaram com o processo. Destes 07 (sete) novos padrinhos foram habilitados.
- Capacitação com candidatos ao apadrinhamento afetivo
- No ano de 2022 foram realizados 5 grupos de qualificação, num total de 6 horas por grupo, representando aproximadamente 30 horas de formação.
- A Qualificação foi desenvolvida em 03 (três) oficinas temáticas, com metodologia participativa, para que os candidatos pudessem estabelecer contato com o concreto do apadrinhamento, foram apresentadas, pelos padrinhos convidados, experiências do apadrinhar.
- Os temas abordados nos encontros foram:

- A trajetória da institucionalização; metodologia do apadrinhamento afetivo; Desenvolvimento infanto-juvenil com o viés da violação de direitos e suas consequências;
- Vínculo afetivo e apego e o papel do padrinho/madrinha.
- Avaliação documental e psicossocial
- 26 (vinte e seis) entrevistas psicossociais individuais com candidatos.
- 15 (quinze) entrevistas domiciliares ao longo de 2022,
- 14 (quatorze) escutas qualificadas individuais e/ou do grupo familiar, e/ou de todo o núcleo familiar, verificando a disponibilidade e concordância de todos em participarem do apadrinhamento afetivo, mesmo que de maneira indireta.
- Foi ainda solicitada toda documentação civil pessoal a todos os membros maiores de idade do núcleo familiar e encaminhamento destes documentos à Vara da Infância e Juventude de Campinas para solicitação de Certidão de Antecedentes Criminais Federal.
- Entrevista de devolutiva final
- Na semana seguinte ao término da capacitação, iniciamos as entrevistas de avaliação final com os candidatos ao apadrinhamento afetivo.
- Para iniciarmos essas avaliações com segurança e coesão, implementamos como procedimento, uma reunião de equipe, na qual revisamos a avaliação inicial de cada candidato, trabalhando a motivação, fragilidades e potencialidades, considerando os mesmos aptos ou não a dar continuidade ao processo.
- No decorrer do ano foram realizadas 10 (dez) entrevistas devolutivas com padrinhos.
- Relatórios Psicossociais
- Durante todo o processo de avaliação dos candidatos ao apadrinhamento afetivo foram elaborados relatórios onde foi descrita toda história de vida e dinâmica familiar.
- Tais relatórios tiveram por finalidade o registro formal das informações sobre os candidatos assim como a avaliação da equipe sobre cada um deles.
- Foram produzidos 12 (doze) relatórios psicossociais.
- Preparação dos padrinhos para o Apadrinhamento Afetivo
- Após terem sido habilitados judicialmente, os padrinhos/madrinhas foram convidados a novos atendimentos individuais, durante os quais entregaram à equipe técnica suas fichas de cadastro de perfil inicial.
- Também lhes foram apresentados o perfil de crianças/adolescentes previamente selecionados pela equipe do Serviço, fazendo breve apresentação sobre cada um.
- O padrinho e/ou madrinha, nesse momento, teve a oportunidade de decidir pela criança/adolescente com quem mais se identificou.
- Na sequência, foram agendados, horários entre “ACORDAR” – Apadrinhamento Afetivo, padrinhos/madrinhas e técnicos de referência dos Serviços de Acolhimento específicos a cada criança/adolescente, para apresentação aos padrinhos/madrinhas do histórico, do perfil detalhado, das demandas e rotina da criança/adolescente incluído no apadrinhamento.
- Neste processo foram realizadas 08 (oito) ações pela equipe, em conjunto com os serviços e os padrinhos habilitados e crianças que seriam apadrinhadas.
- Neste ínterim, 6 (seis) novos padrinhos foram preparados para o apadrinhamento e 3 (dois) padrinhos estão aguardando crianças com idade até 10 anos do sexo feminino
- Atendimento de preparação para inserção no apadrinhamento afetivo
- A preparação das crianças e adolescentes aconteceu através de atendimentos presenciais sendo que, foram realizados em grupo ou individual. Foi possível conversar sobre os temas referentes ao apadrinhamento adequando os temas em cada faixa etária, com o objetivo de elucidar os participantes sobre o papel dos padrinhos e dos afilhados, bem como sobre a forma como o apadrinhamento afetivo pode acontecer.
- Nesta oportunidade, as fichas de cadastro dos apadrinhados foram atualizadas e algumas foram preenchidas.
- Durante o ano de 2022, foram atendidas um total de 4 (quatro) novas crianças.
- Encontro de Integração

- Os 07 (sete) encontros de integração foram realizados ao longo do ano de forma presencial, individualizada na sede da Guardinha e posteriormente no serviço de acolhimento.
- Acompanhamentos dos Padrinhos/Madrinhas
- Até a presente data o acompanhamento do apadrinhamento afetivo, junto aos padrinhos e madrinhas ocorreu da seguinte forma:
- Através de contatos telefônicos com padrinhos; videoconferência, atendimentos em parceria com o serviço de acolhimento via videoconferência, reuniões bimestrais, via videoconferência e quando necessário foram realizados atendimentos presenciais, totalizando 372 (trezentos e setenta e dois) contatos.
- Além destes tiveram 26 (vinte e seis) atendimentos individuais feitos pela com os padrinhos
- Acompanhamento das crianças/adolescentes
- O acompanhamento das crianças/adolescentes inseridas no serviço de apadrinhamento afetivo ocorreu através das seguintes ações: atendimentos individuais presenciais e através da realização de grupo temático.
- Acompanhamento sistemático do apadrinhamento afetivo junto às instituições
- Foram realizadas conversas com serviços de acolhimento que tem crianças inseridas no apadrinhamento afetivo, para alinhamento das ações, atendimento e entendimento do papel de cada serviço essas conversas foram realizadas presencialmente e no formato remoto com cada coordenador do serviço e acolhimento, coordenador do apadrinhamento afetivo e o apoio técnico da gestão municipal referência do Apadrinhamento.
- Foram contabilizados 154 (cento e cinquenta e quatro) contatos remotos com os serviços de acolhimento.
- Para otimizar a troca de informações e alinhamentos conjunto foram realizados 26 (vinte e seis) reuniões conjuntas entre padrinhos, serviço de acolhimento e Serviço “Acordar”.
- Trabalho com a rede de proteção e sistema de garantia de direitos

O apadrinhamento afetivo contou com o apoio dos seguintes serviços do município, para compor suas ações:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- Fundo Municipal para a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA);
- Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle – CSAC
- Gestão Municipal dos Serviços de Alta Complexidade
- Poder Judiciário
- Serviços de Acolhimento Institucional do Município
- Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (demais municípios)
- Foram contabilizados no ano 174 (cento e setenta e quatro) contatos com a rede.

Divulgação do Apadrinhamento Afetivo

- A divulgação do Serviço foi desenvolvida, por mídias sociais e site da instituição, divulgação para empresas através de reuniões online, divulgação no Paço Municipal.

Qualificação para as equipes técnicas dos serviços de acolhimento institucional

- Foram realizados durante o ano 02 momentos de qualificação juntos os representantes dos serviços, envolvendo tantos profissionais técnicos como cuidadores e mães\ pais sociais, com intuito de dirimir dúvidas sobre o apadrinhamento e também ofertar espaço de escuta sobre a operacionalização deste serviço do ponto de vista dos serviços de acolhimento.

Atualização de Prontuários

- A equipe diariamente faz a atualização dos atendimentos, devolutivas e demandas apresentadas tanto pelos padrinhos como pelos serviços e crianças apadrinhadas. Foram registrados 489 (quatrocentos e oitenta e nove) atualizações de prontuários durante o ano.

Viabilização de meios de capacitação e valorização dos profissionais

- Houve participação da coordenação e equipe em eventos online e lives durante o ano de 2022, como participação na XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no intuito de agregar conhecimento para implementação de novas práticas para o Serviço.

DESAFIOS AVALIADOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- Tendo em vista que o objetivo principal do Apadrinhamento Afetivo “Acordar” é proporcionar o maior número possível de apadrinhamento junto aos serviços de acolhimento, especialmente no que se refere a inserção de novos voluntários, pode-se dizer que o maior desafio no ano de 2022 foi atingir a meta de apadrinhamentos. Além dessa perspectiva ao longo de 2022 o serviço deparou com outras situações desafiadoras como:
- As pessoas que buscaram conhecer o apadrinhamento, estavam dispostas a ações pontuais e não desejavam assumir um compromisso que demandasse maior tempo e compromisso. Observou-se exatamente esse aspecto quando constatado o número significativo de pessoas querendo conhecer o Apadrinhamento Afetivo, o número razoável de pessoas participando das reuniões informativas e número insatisfatório de pessoas que de fato deram continuidade ao processo até finalização com a habilitação;
- A divulgação tem sido um ponto desafiador no sentido de atingir mais pessoas pelo município, algumas frentes foram levantadas, tais como busca por empresas para divulgação, observou-se resistência para abertura da divulgação, as redes sociais que de certa forma deram visibilidade, porém com pouco retorno de pessoas interessadas e mesmo com a divulgação nos espaços de mobilidade houve uma procura ínfima;
- Abertura dos padrinhos/madrinhas para apadrinhar adolescentes. Dentre todos os padrinhos/madrinhas, 6 (seis) se dispuseram a apadrinhar crianças de até 10 anos, preferencialmente do sexo feminino, entretanto, tais preferências não corresponderam ao perfil das crianças disponíveis para apadrinhamento;
- Adolescentes usuários ou não de substâncias psicoativas e que devido à idade, não são opções para os padrinhos. Embora tenha havido mudança na estratégia para tentar contemplar esses adolescentes, compreendemos a dificuldade de aceitação por parte dos candidatos em razão de demandas específicas nesses casos e nem todos os padrinhos teriam habilidade para o manejo adequado.
- Outro desafio enfrentado foi o surgimento de conflitos relacionais entre os padrinhos e os apadrinhados adolescentes, em decorrência da fase do desenvolvimento que esses se encontram;
- A articulação entre os serviços de acolhimento foi intensificada todo esse período para favorecer melhor engajamento e um contato efetivo com padrinhos a fim de garantir que as crianças e adolescentes continuassem sendo bem acompanhados.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Durante o ano de 2022, houve procura por pessoas interessadas no apadrinhamento, porém houve também desligamentos.
- O serviço avalia, entretanto, que é necessário considerar os desligamentos e observar que esse fenômeno aconteceu devido a maioria civil dos adolescentes e outros por terem sido colocados em família substituta. Nesse caso, quando os padrinhos se desligam do serviço, mas há o compromisso de continuidade no vínculo estabelecido com seus afilhados, nos serve de parâmetro e incentivo para manter o trabalho de pareamento e acompanhamento dos apadrinhamentos afetivos aprimorando a cada ano sua metodologia de forma a corresponder aos anseios e singularidades que cada caso requer.
- Foram mantidas as reuniões informativas mensalmente e realizadas as qualificações para formação de novos padrinhos em menor tempo; conseqüentemente os afilhados foram contemplados com maior celeridade, gerando fluidez, ações constantes, movimentação maior da equipe técnica com os candidatos.
- Ocorreu a continuidade no estreitamento das relações com os serviços de acolhimento, bem como a parceria e apoio da gestão municipal dos serviços de alta complexidade.
- A inserção de novas crianças que demonstraram disponibilidade para serem apadrinhadas.

METAS PARA 2023

- O Serviço Acordar, tem como perspectiva de alavancar as ações e para tanto prevê para 2023:
- Intensificar ações juntos as crianças e adolescentes, pensando em atividades de forma presencial.
- Desenvolver campanha de divulgação continuada em diferentes segmentos, especialmente em mídias sociais, empresas e lideranças de bairros.
- Continuar com as reuniões informativas mensalmente.
- Continuar com dois grupos de qualificação por semestre, totalizando quatro grupos de qualificação no ano.
- Atuação técnica engajada com os serviços de acolhimento e com a rede.

e)Serviço de Acolhimento – Modalidade República para Jovens

Total de atendidos : 17

Masculino	9
Feminino	8
Total	17

Motivos de desligamento

Vida autônoma	3
Reintegração familiar	5
Transferência para abrigos da rede de adulto	2
Total	10

ATIVIDADES REALIZADAS

- Acompanhamento nos diversos compromissos dos jovens.
- Construção e fortalecimento de redes para facilitar acesso à: empregos e cursos;
- Busca e fortalecimento de parcerias para colaborar na vida dos acolhidos.
- Ações e acompanhamento que estimulam os jovens a conclusão e formação escolar e técnica ou o ingresso no ensino superior.
- Oferta e acesso em cursos profissionalizantes.
- Promoção de festividades em datas como: Aniversário, Natal e outras junto a familiares e sua rede de apoio.
- Construção e acompanhamento do plano de desenvolvimento do Jovem.
- Acolhimento/Ambientação.
- Escuta em grupo e individual.
- Inclusão e orientação para prática de esportes.
- Inclusão, oferta e orientação para prática e visitas de espaços culturais e de lazer;
- Inserção no mercado de trabalho.
- Orientação sócio - familiar.
- Mobilização e identificação da família extensa ou significativa.
- Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social.
- Assembleias quinzenais, junto aos jovens, para deliberações das ações e do cotidiano e regras e convívio na Casa.

- Desenvolvimento das atividades artísticas com oficinas junto ao educador e ofertas dos espaços de acesso para os jovens.
- Participação dos Jovens na compra de Alimentos e Materiais de Limpeza e Higiene.
- Atendimento psicossocial.
- Articulação com a rede de serviços intersetoriais ofertadas no município.
- Reuniões e discussão Caso e conversas entre os Serviços de Acolhimento.
- Articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos
- Atendimentos das necessidades materiais das famílias por meio da distribuição de cestas básicas.
- Plantões diários em revezamento on-line e presencial da equipe técnica para pronto-atendimento das demandas.
- Atendimento de plantão psicológico para processos de luto, processos ansiosos e outras demandas.
- Estratégias de higienização do ambiente como forma de prevenção.
- Atividades desenvolvidas em tempos da pandemia continuam – As ações foram desenvolvidas por meio de instrumentos como rodas de conversa, assembleias, vídeo–conferência, fluxograma informativo afixado dentro das dependências da república. Como resultado das ações não tivemos contaminação nem da equipe técnica, nem dos jovens, com a maiores ampliações referentes aos conhecimentos sobre prevenção e contágio.
- Orientações referentes ao processo de visitação da casa com restrição de horários e protocolos de segurança.
- Organização de espaço de isolamento em caso de necessidades sintomas da síndrome respiratória.
- Participação em debates pertinentes a estes jovens, contato com jovens com outras experiências e contestações de visões de mundo.
- Discussão das temáticas pertinentes aos serviços de acolhimento, construção de perspectivas alinhadas ao público dos jovens, bem como os atendimentos e ferramentas necessárias para seu desenvolvimento, maior entrosamento entre os executores de política pública e o serviço;
- Participação em encontros, Simpósios, Palestras, Colóquios, seminários e afins, trouxe uma melhora significava para discussões, apontamentos, inovações, atualização e ações a serem planejadas e executada nas metodologias deste serviço;

DESAFIOS AVALIADOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- O alcance da independência financeira dos jovens, devido as questões de defasagem escolar, sem condição nenhuma de retorno familiar para apoio financeiro ou de moradia, junto com questões emocionais, quando não superadas, falta de oportunidade de empregos qualificados e de remuneração compatível;
- O estreitamento dos laços de confiança junto aos seus familiares ou com a rede afetiva;
- O desinteresse dos jovens pelo autocuidado e o cuidado da casa onde residem;
- Articulações de visitas ou passeios entre jovens acolhidos nas Repúblicas e seus irmãos acolhidos nas demais modalidades de acolhimento, devido a restrições impostas pelos serviços de acolhimento;
- As desistências que os jovens apresentam perante suas conquistas: Cursos e níveis de escolaridade avançado;
- Aumentar o desejo dos jovens, por uma vida de amplitude e retórica social;
- Inserção no mercado de trabalho e posteriormente, a permanência no emprego;
- Possibilidade de empregos qualificados para os jovens, com maiores salários para autossustentação;
- Impossibilidade de inscrição em programas habitacionais, pelos critérios estabelecidos pela política habitacional;
- Permanência em cursos e formação escolar, tanto por déficit intelectual como emocional;
- Ressignificar laços afetivos e de convívio entre os jovens e sua rede de amizade;
- Maior articulação em rede, real e permanente que vise a construção de planos individuais de atendimento construída de forma compartilhada e corresponsabilizada;

- Ampliar a discussão com os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, dando ênfase à discussão de autonomia e independência do jovem;
- Ressignificar junto aos jovens o sentido do abandono materno e paterno e de familiares extensos;
- Aprimorar junto a Rede a discussão do perfil dos jovens encaminhados para a República.
- Consolidar as relações dos jovens e seus familiares com menos conflitos afetivos;
- Fortalecer os jovens para a obtenção de habilidades de autogestão, autossustentação e independência;
- Propiciar dentro da casa espaços para execução de trabalhos ou estudo regulares híbridos para todos os atendidos;
- Computadores para todos os atendidos suprirem compromissos de estudo e ou trabalho híbrido;
- Obter material permanente, já que o país está atravessando um momento de fragilidade socioeconômica e as doações para a instituição sofreram uma queda considerável.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Jovens ambientados e mais confiantes;
- Laços familiares restabelecidos e fortalecidos;
- Protagonismo no acesso a informações sobre serviços de direitos e de como acessá-los;
- Alcance do auto-cuidado e higienização da casa, respeito do espaço individual e coletivo, apropriação de um ambiente saudável;
- Aumento de habilidades técnicas voltado ao mundo do trabalho;
- Efetividade para uma vida independente voltado para uma educação financeira e social;
- Jovem com consciência de seus direitos e deveres sociais.
- Aprimoramento do diálogo com os parceiros da rede intersetorial e de diferentes políticas públicas, como saúde, educação e assistência social;
- Empoderamento da consciência de suas escolhas como sujeito, tornando-se protagonista de sua própria vida. Fortalecimento que possibilita a sustentação econômica do jovem, ampliação da discussão de autonomia e independência do jovem e em seu repertório cultural e crítico;
- Aumento das responsabilidades e respeito para preservação do espaço físico dentro de um coletivo de moradores;
- Maior consciência de sustentabilidade e independência ao fazer suas próprias compras, frente aos valores mensais de: Alimentação, vestuário, higiene pessoal e controle de um custo real da vida;
- Ampliação de um olhar do belo e de organização dos espaços através de objetos criados pelos próprios jovens; apropriação e decoração dos ambientes da casa; expressão da criatividade;
- Ampliação do repertório cultural e social do jovem, incorporando esses espaços ao seu cotidiano, trazendo outras leituras de manifestações artísticas e culturais implicando discussões junto a equipe sobre recortes e acessos sociais;
- Aumento do campo de desejo na efetivação do jovem se tornar um 'sujeito do mundo' que não possuem mais receios de estar e conviver em outros espaços, cidades e lugares com outras pessoas;
- Aumento dos laços sociais, compreensão de práticas esportivas e de uma vida saudável;
- Aperfeiçoamento constante da equipe, aprofundamento dos aspectos pertinentes ao acolhimento, abandono e traumas;
- Maior resolução das questões pertinentes ao jovem, maior entrosamento da equipe, amplitude da capacidade propositiva da equipe e troca de saberes.
- Maior efetividade dos encaminhamentos, alinhamento do público esperado e do perfil encaminhado a república, colaboração nas possibilidades de encaminhamentos e resoluções dos casos dentro da rede;
- Maior cobertura de atendimentos de direito do jovem, estabelecimento de vínculo de atendimento corresponsabilizado com outros serviços.
- Compreensão e avaliação dos vínculos familiares, ampliação da capacidade protetiva da família e a superação de suas dificuldades, diálogos e ações voltadas para a construção ou ressignificação dos laços afetivos.

- Consolidação do projeto de vida do jovem, garantia e valorização de um percurso de desenvolvimento para uma vida independente, elevação da estima do jovem.
- Avaliação do serviço, coleta de dados, elaboração de novas estratégias e ferramentas de atendimento para execução de políticas públicas.
- Aumento e maior flexibilidade nas relações entre este serviço e a rede de proteção de acolhimento deste município, obtendo soluções protetivas que garantam os vínculos dos familiares e assegure relações profissionais entre os serviços, sempre pautado na garantia dos direitos. Da mesma forma, melhoramos os encaminhamentos e apoios nos processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na garantia do direito violado;
- Melhor compreensão das políticas públicas e das parcerias entre Organizações da Sociedade Civil e o poder público na efetividade da participação e nas discussões em comissões como Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e outras;
- Melhoria em processos de avaliação quantitativas e qualitativas deste serviço junto aos seus parceiros, a partir do monitoramento, trocas e discussão com: CSAC e o corpo gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos;
- Outro resultado que impactou positivamente nas relações dos laços afetivos e diminuiu o distanciamento entre os familiares, se deu na entrega das cestas básicas no período de pandêmico e pós pandêmico;
- Diminuição da sensação de medo e solidão dos jovens, nos plantões diários e em revezamento híbrido da equipe técnica para pronto-atendimento das demandas, quando necessário;
- Diminuição nos quadros de angústia, ansiedade, processos de luto e outras demandas, nos atendimentos fora do horário de modo híbrido dependendo da situação como plantão psicológico e revezamento desta equipe por tempo integral nos atendimentos;
- Acesso a benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, bem como, aos demais direitos sociais, civis e políticos.

AVANÇOS

- Avanço na autossustentação e autonomia dos jovens atendidos para uma vida independente;
- Envolvimento e responsabilização dos jovens nos gastos, manutenção e compras da casa;
- Participação e avanço, sócio- econômico, a fim de que o jovem construa uma base para com seus ganhos e gastos financeiros.
- Avanço nos atendimentos individuais dos jovens;
- Inserção e continuidade em cursos, projetos e programas de capacitação e preparação para o trabalho, bem como a ampliação de seus níveis escolares;
- Maior pertencimento e discussão sobre temas, como: sexualidade, trabalho, vida independente, sustentabilidade, projeto de vida, família e relações interpessoais;
- Fortalecimento e desenvolvimento em relação aos desejos, sentimentos, significação/ressignificação e necessidades dos jovens;
- Melhoria no convívio e de organização da vida cotidiana, tais como: Estar presente nas suas rotinas e compromissos com a casa e seus integrantes; eventuais acompanhamentos no que diz respeito às necessidades dos jovens;
- Fortalecimento ao convívio grupal e social;
- Reintegrações familiares exitosas;
- Identificação e enfrentamento conjunto das questões sociais, concomitantemente a elaboração/execução de projetos que venham a atender as demandas dos Jovens;
- Contribuição para a diminuição de ocorrências de riscos sociais, tais como: O isolamento, violência doméstica e violação de direitos;
- Realização de trabalho preventivo junto aos usuários para a resolução dos problemas;
- Acesso a atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, cognitivas e de lazer e cultura;
- Acesso básico e especializados de saúde;
- Participação em reuniões sistemáticas com a rede de atendimento da alta complexidade e outras redes que apoiam o desenvolvimento e direito dos atendidos;
- Discussão de situações familiares no espaço do Serviço junto aos atendidos;

- Melhoria na construção de indicadores para avaliação dos resultados e impacto das ações;

DESAFIOS/PROPOSTAS PARA 2023

- Ampliar a rede relacional e social dos jovens;
- Ampliar o repertório cultural e crítico dos jovens;
- Aprimorar o convívio saudável entre os jovens em Serviço de República;
- Disponibilizar ferramentas para que esses jovens possam permanecer em seus trabalhos, cursos e formação escolar;
- Possibilitar formações e cursos de qualidade e que possam dar sustentação econômica e satisfatória para o jovem;
- Consolidar redes de apoio para contribuir com o presente e futuro dos jovens;
- Recolocá-los em melhores setores de trabalho;
- Desenvolver o empreendedorismo em suas vidas;
- Minimizar e romper com os preconceitos que nossos atendidos sofrem em suas redes sociais e relacionais;
- Ter mais espaços de debate e discussão para política de jovem neste município;
- Assegurar o direito pleno dos jovens em situação de vulnerabilidade ou risco;
- Mobilizar políticas de habitação para jovens com renda mínima;
- Construir espaços de acesso a atendimentos voltados à saúde mental dos jovens que sofreram violências não superadas;
- Despertar maior desejo nos jovens para formações e cursos de qualidade que possibilitam a sustentação econômica e satisfatória;
- Ampliar a discussão da rede de acolhimento sobre políticas de juventude;
- Garantir a continuidade e ampliação de um repertório cultural;
- Emancipar o jovem de uma vida institucionalizada de acolhimento;
- Garantir o pleno desenvolvimento na vida escolar e de direitos e finalização de seus ciclos;
- Execução, participação e manutenção de políticas públicas assistenciais do município, estreitar os laços junto as Redes de Saúde, Educação e Assistência enquanto executor de política pública;
- Fomentar políticas públicas na garantia do direito junto a essa parceria, ações como: Aluguel social/e outras políticas voltadas ao público jovem deste município que permaneceu nos Serviços de Acolhimento por longos períodos e que não necessitam mais de apoio técnico. Contudo por não ter possibilidade do apoio familiar, ainda necessita de uma colaboração social, já que são jovens que trabalham e não tem mais o direito do benefício Auxílio Brasil e continuam com dificuldade de se manter financeiramente, devido a valores de aluguel, alimentação, água, energia, IPTU X Salário recebido. Jovens que ainda recebem apoio deste serviço, como: Cesta básica, vestuário, acesso a curso gratuito, etc, dificultando a emancipação institucional.

f) Serviço de Acolhimento – Modalidade Para Mulheres Vítimas de Violência de Gênero – Sara M

O Abrigo SARA-M é um equipamento da Prefeitura Municipal de Campinas, de caráter sigiloso, que acolhe por um tempo determinado, mulheres vítimas de violência doméstica de gênero e seus filhos.

O Serviço oferece atendimento integral às usuárias, encaminhando-as aos órgãos especializados de defesa dos direitos da mulher e da criança. Pela especificidade do trabalho realizado, faz se necessário a manutenção do sigilo no que se refere à localização do referido abrigo, como forma de proteção.

Em 2022 no Estado de São Paulo ocorreram 187 casos de mortes de mulheres por feminicídio.

Com a flexibilização das regras de prevenção do Covid19 e rotina cotidiana retomando a normalidade, percebeu-se um aumento da busca das mulheres por seus direitos de proteção, muitas denúncias de casos de violência foram relatadas com o aumento do registro de Boletins de Ocorrências, mas, ainda assim, esse número não refletiu nos casos de acolhimentos, mesmo tendo um aumento significativo da violência e de feminicídios na região. Tal fato pode estar correlacionado com a escolha que algumas mulheres fazem,

após passarem por uma situação de violência grave, optando em recorrer a rede de apoio de amigos ou familiares. Porém pela fragilidade da proteção dessa rede, muitas vezes permanecem em risco podendo até mesmo resultar em feminicídios.

Para estes casos, o abrigo sigiloso é essencial para oferecer proteção efetiva, de maneira estruturada e respaldada pelos mecanismos da Lei Maria da Penha.

Contrapondo a essa situação, observamos nos atendimentos que apesar da presença da violência, muitas usuárias não estavam correndo um risco eminente de morte, o que possibilitou soluções mais rápidas e um tempo menor de acolhimento.

Durante o acolhimento institucional, muitas mulheres se sentem injustiçadas, pois entendem que estão presas, privadas da rotina cotidiana, enquanto o autor da violência permanece em liberdade, sendo necessário um trabalho de sensibilização sobre a importância do abrigo como instrumento de proteção e não punição, onde receberá o apoio necessário para superação da situação de violência.

O abrigo acolheu além das municipais, mulheres de outros municípios, mostrando o compromisso de Campinas com o fenômeno da violência. Porém cada vez mais faz-se necessário a organização de outros municípios para oferta de políticas públicas de proteção à mulher.

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2022

- Elaboração do PAM – Plano de Atendimento à Mulher, com cada acolhida, de modo a planejar conjuntamente, as possibilidades de rompimento com o ciclo da violência e construir porta de saída do acolhimento institucional;
- Articulação com a rede de serviços socioassistenciais;
- Articulação com a rede de serviços da rede de saúde;
- Articulações com os Conselhos Tutelares, Defensoria Pública e Promotoria de Justiça;
- Participações em reuniões de discussão dos casos com a rede de proteção;
- Participação em reuniões do Conselho Municipal da Mulher;
- Participação nas ações organizadas pela rede de políticas para as mulheres, tais como: Dezesesseis Dias de Ativismo;
- Participação nas ações nos territórios organizadas pelo “Programa Assiste Campinas”;
- Ações conjuntas com o CEAMO, fortalecimento e empoderamento das mulheres;
- Inserção das mulheres em espaços de cultura, lazer e convivência comunitária;
- Inserção das crianças e adolescentes no ensino formal durante o período de acolhimento;
- Participação em reuniões de gestão pública e Núcleo Articulador Gestor;
- Participação no grupo de trabalho formado para estudar e elaborar projeto Casa de Passagem para mulheres;
- Participação no grupo de trabalho formado para discutir e definir critérios para Benefícios Eventuais, dentre esses, o Auxílio Moradia para vítimas de violência de gênero.

DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- Lidar com os conflitos entre as acolhidas, causados pelas dificuldades de convivência;
- O período pós pandêmico, flexibilização das regras e a vacinação das usuárias e também dos trabalhadores do abrigo;
- Ausência de Supervisão Institucional para a equipe técnica e demais trabalhadores;
- Descontinuidade de insumos trazendo dificuldades ao abrigo;
- Quadro de recursos humanos insuficientes para cobertura das demandas de um abrigo 24 horas;
- Morosidade nos atendimentos para manutenção do espaço físico.
- Não ter um celular institucional;
- Aumento de acolhimento de mulheres que embora fossem vítimas de violência doméstica de gênero, não estavam em risco de morte. É importante ressaltar, que usuárias com esse perfil, permanecem pouco tempo no abrigo, não raramente solicitam o desligamento e retornam para o companheiro (a) autor (a) de violência, por não entenderem que precisam de proteção.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Atendimento das demandas apresentadas pelas mulheres e seus filhos, conforme plano de ação elaborado;
- Mulheres mais fortalecidas e empoderadas ao serem desacolhidas;
- Integração com as ações desenvolvidas nos territórios;
- Divulgação e conscientização sobre o que é o abrigo, metodologia e fluxo de acesso;
- Aumento do valor do Auxílio Moradia para vítimas de violência de gênero.
- A chegada de mais 1 (uma) Assistente Social para compor o quadro da equipe técnica;
- Todos os trabalhadores do abrigo vacinados contra COVID-19;
- A chegada de 2 (dois) Agentes de Ação Social para cobrir o período diurno e noturno;
- A aprovação do pagamento de horas extras para a equipe técnica, quando necessário.

METAS 2023:

- Supervisão Institucional para atender as demandas de trabalho da Equipe de funcionários;
- Reposição da vaga da profissional de psicologia;
- Manutenção contínua do espaço físico;
- Aquisição de um celular institucional;
- Estagiárias para compor o quadro e assim possibilitar a troca e aprendizagem com a comunidade universitária;
- Participar de ações de prevenção à violência doméstica de gênero;
- Dar continuidade às ações de divulgação e conscientização sobre o que é o abrigo, metodologia de trabalho e fluxo para encaminhamento;
- Aquisição de telefone celular para atender a demanda do serviço e manter o caráter sigiloso nos casos atendidos.

Dados estatísticos referentes ao atendimento:

No ano 2022 a Casa Abrigo acolheu 57 mulheres e 71 crianças/adolescentes.

Remanescentes 2021		Ingressos 2022	
Mulheres	2	Mulheres	55
Crianças	2	Crianças	57
Adolescentes	0	Adolescentes	12

A estimativa de acolhimento se manteve como a do ano anterior. O número de crianças supera o de adolescentes.

Região de procedência

Norte	7
Sul	18
Leste	7
Noroeste	9
Sudoeste	11
Outros municípios	5
Sem residência	0

Neste quadro observa-se que a região Sul concentrou o maior número de mulheres atendidas seguido da região Sudoeste, na busca pelo acolhimento como forma de proteção.

Encaminhamentos para casa abrigo SARA-M

	ENCAMINHADO POR	QTDE
OUTROS MUNICÍPIOS	CREAS SANTO ANTÔNIO DE POSSE	1
	VALINHOS	1
	HORTOLÂNDIA	2
	SERRA NEGRA	1
	PASSOS-MG	1
	TOTAL	6
1ª DDM	1ª DDM	12
	BO ELETRÔNICO 1ª DDM	2
	TOTAL	14
2ª DDM	2ª DDM	42
	TOTAL	42
TOTAL GERAL		57

O Município continua recebendo mulheres da região metropolitana como forma de proteção.

A 2ªDDM mantém maior número de encaminhamentos, em relação à região da 1ª DDM (Delegacia de Defesa da Mulher).

Motivo do desacolhimento- ano de 2022

Retornou com o autor da violência		7
Retornou ao antigo endereço com medida protetiva		12
Alugou casa em outra região por medida de segurança		1
Recâmbio para outro município		0
Recâmbio para outro Estado		
Reintegração à família extensa	Campinas	11
	Outros Municípios	11
	Outros Estados	2
Auto desligamento		1
Transferência para outros serviços	Abrigo Santa Clara	3
	SAMIM	1
Endereço desconhecido		1
Foi acolhida pela rede sócio afetiva		5

TOTAL GERAL	55
-------------	----

Neste quadro observa-se que o retorno para o autor de violência se manteve baixo, comparado com anos anteriores. Por outro lado, houve um pequeno aumento do número de mulheres que retornaram para sua antiga residência com ou sem medida protetiva e/ou acessaram a família extensa e rede socioafetiva como opções de desligamento.

V- APOIO A GESTÃO - SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E ABRIGO ZILDA ARNS

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências é um serviço ofertado dentro da Proteção Social Especial de Alta Complexidade que promove apoio e proteção à população atingida por situações de desastres, tais como alagamentos, deslizamentos, incêndios, etc., com a oferta de alojamentos provisórios, atendimento social e provisões materiais (colchões, cobertores e cartão Nutrir), sendo entregues conforme as necessidades detectadas. Assegura-se acolhimento imediato em condições dignas e de segurança, sempre que identificado perdas e danos habitacionais, principalmente em decorrência das fortes chuvas e incêndios, realizando-se o cadastro da população atingida.

Havendo ocorrências a Defesa Civil aciona a equipe de plantonistas, que se desloca até o local, realiza atendimento emergencial e referenciamento aos serviços da Proteção Social Básica para dar continuidade no atendimento. Outra ação se refere à articulação de políticas públicas (como a habitação e a saúde) e redes sociais de apoio para provimento de parte das necessidades detectadas, e mesmo a inclusão na rede socioassistencial (SAMIM) para o acolhimento destas famílias.

ATENDIMENTOS REALIZADOS POR REGIÃO - 2022

	NORTE	SUL	LESTE	SUDOESTE	NOROESTE	TOTAL
PESSOAS	42	193	83	57	80	455
FAMÍLIAS	14	63	50	18	26	171

NÚMERO DE FAMÍLIAS/DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR MÊS

Região	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Norte	0	0	0	0	0	0
Sul	14	6	1	1	0	0
Leste	5	0	0	0	0	0
Sudoeste	13	1	1	0	0	0
Noroeste	0	3	4	1	0	2
TOTAL	32	10	6	2	0	2
Região	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Norte	0	0	0	0	0	14
Sul	9	2	0	0	0	30
Leste	1	0	0	0	0	44

Sudoeste	0	1	0	0	0	2
Noroeste	1	0	0	0	0	15
TOTAL	11	3	0	0	0	105

REGIÕES/BAIRROS

NORTE	SUL	LESTE	SUDOESTE	NOROESTE
São Marcos	Jd. do Lago I e II	Vila Gêneses	Jd. Ouro Verde	Jd. Florence II
Jd. Eulina	Pq. Oziel	Pq. Imperador	Jd. Paraíso de Viracopos	Princesa D'Oeste
Recanto dos Dourados	Gleba B	Sousas (Beco do Mokarzel)	Jd. Shangai	Satélite Íris I e II
	Jd. das Bandeiras I		Recanto do Sol II	Jd. Bassoli
	Jd. Nova Europa		Pq. Universitário de Viracopos	Jd. Lisa
	Jd. Campo Belo		Jd. Santo Antônio	
	Cidade Singer I e II			
	Jd. Itaguaçu			
	Jd. Santa Rita de Cássia			
	Jd. Marisa			

PROVISÕES MATERIAIS

	NORTE	SUL	LESTE	SUDOESTE	NOROESTE	TOTAL
CARTÃO NUTRIR	13	57	36	9	24	139
COLCHÕES	32	69	70	15	51	237
COBERTORES	17	56	64	4	42	183
TRAVESSEIROS	0	0	0	6	4	10

Em 2022 tivemos um grande aumento de atendimentos em relação ao ano anterior (que foi de 72 famílias), sobretudo por causa da intensidade de chuvas recorde que atingiu o município de Campinas em dezembro, já desde o início da Operação Verão, o que comprometeu grande parte do nosso estoque de provisões materiais ofertadas às famílias atingidas, os quais tiveram que ser repostos com urgência.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Atendimento emergencial à 171 famílias devido à situação de chuvas intensas, enchentes, quedas de árvores, incêndios, risco de desabamento e vulnerabilidade social, grande parte residentes das regiões sul e leste;
- Fornecimento de cartão-alimentação, colchões, cobertores às famílias;
- Disponibilização de mais um plantonista para atendimento durante o horário da madrugada, ou em ocorrências que envolvam um grande número de famílias;
- Disponibilização dos EPI aos plantonistas (capas de chuva, botas e lanternas);
- Reuniões com a Defesa Civil e demais secretarias para melhoria de trabalhos em conjunto.

DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- Capacitação para a equipe de plantonistas, cursos e palestras para o desempenho de suas atividades profissionais;
- Disponibilização de mais motoristas para atendimento das ocorrências durante a Operação Verão;
- Disponibilização de veículo maior para levar os colchões, cobertores e plantonistas;
- Disponibilização das provisões materiais em quantidade suficiente, principalmente durante a Operação Verão;
- Identificação dos locais de ocorrência, de chamadas desnecessárias (quando a família já se organizou), ou que dá para aguardar o atendimento no CRAS/DAS do território.

METAS PARA 2023

- Capacitações para a equipe de plantonistas;
- Maior participação das demais políticas no atendimento às demandas dos usuários, principalmente na hora do acionamento;
- Fortalecer a articulação com os serviços dos territórios (CRAS/DAS), visando o trabalho conjunto;
- Consolidar o Comitê de Proteção Integral às crianças, adolescentes, idosos e pessoa com deficiência em situação de riscos de desastres;
- Participação de formação, treinamento e simulados de situações emergenciais junto à Defesa Civil;
- Registrar os atendimentos no SIGM.

a) ABRIGO EMERGENCIAL ZILDA ARNS

Em março de 2022 o abrigo emergencial encerrou o acolhimento de pessoas em situação de rua com sintomas de Covid, que necessitavam de isolamento para cumprir a quarentena, voltando a ser destinado exclusivamente ao acolhimento das famílias vítimas de desastres, ou que tiveram suas casas interditadas por ordem da Defesa Civil ou SEHAB por situação de risco, com a oferta de alojamento provisório, atenções e provisões materiais (alimentação, vestuário e produtos de higiene). No entanto, neste ano só tivemos acolhimentos durante o período pandêmico:

ACOLHIMENTOS 2022 - ABRIGO EMERGENCIAL ZILDA ARNS						
janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	total
47	3	0	0	0	0	
julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	50
0	0	0	0	0	0	

FAIXA ETÁRIA	HOMEM	MULHER
18 a 29 anos (Jovens)	7	1
30 a 59 anos (Adultos)	25	9
60 anos ou mais (Idosos)	8	0
Total	40	10

ENCAMINHAMENTOS	
CAPS Antônio Orlando/Independência	5
SAMIM	30
Casa Santa Dulce	5

RESULTADO DO TESTE DE COVID-19	
Positivo	13
Negativo	14
Sem Informação	23

Até fevereiro foram acolhidas 50 pessoas no Zilda Arns, em sua maioria homens adultos, com maior fluxo de entrada no mês de janeiro. A maior parte dos usuários já se encontravam acolhidos anteriormente em outros serviços, sobretudo no SAMIM, retornando para os mesmos após o período de isolamento. Apenas 13 deles testaram positivo para a doença e somente 8 declararam não ter tomado a vacina contra a COVID 19.

Não ocorreu neste ano acolhimento de famílias desabrigada por conta de desastres ou interdição de suas moradias. Embora o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências tenha atendido esses casos e ofertado o acolhimento provisório, as famílias optaram por ficar na casa de familiares, amigos e vizinhos, ou mesmo permanecer em suas residências, ainda que em risco.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM AS ATIVIDADES REALIZADAS

- Proteção da população em situação de rua com a permanência do abrigo para sintomáticos durante a pandemia;
- Encaminhamento de usuários para outros serviços da rede socioassistencial e saúde;
- Encerramento do acolhimento de sintomáticos em março e retomada do acolhimento das famílias vítimas de desastres;
- Remanejamento da equipe de funcionários (Agentes de Ação Social) para outros serviços da rede socioassistencial que demandavam o trabalho destes profissionais com urgência.

DESAFIOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

- Manter os usuários no abrigo durante o período de isolamento;
- Gerenciamento do serviço de acolhimento emergencial para sintomáticos apenas a cargo da Assistência Social;
- Trabalho em conjunto com a saúde através do Consultório na Rua;
- Permanência dos funcionários terceirizados no serviço (limpeza e segurança);
- Fornecimento das refeições com qualidade, na quantidade e horário estabelecido;
- Transporte dos usuários que necessitam de atendimento em unidades da saúde (retorno ao abrigo).
- Sensibilizar as famílias que estão em risco, e que não tenham outro local para se abrigar, a aceitar o acolhimento provisório, como medida de proteção.

METAS PARA 2023

- Reforma do espaço e/ou mudança para outro imóvel;
- Qualificar o referenciamento e contrareferenciamento entre os serviços socioassistenciais e demais políticas.

AVANÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Reafirmamos os avanços, reiterando aspectos importantes para a Política de Assistência Social com a sua regulamentação enquanto um direito social definidos pela Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS / 1993), Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005), e que fortalece a política de assistência social enquanto um direito social, política pública, buscando romper com práticas assistencialistas, pois quando não pautada em direitos, correm o risco de descontinuidade, limitando oferta e acesso a serviços da assistência social.

Outro apontamento relevante quanto aos avanços mais amplos da política de assistência social, se faz quando relacionamos a proteção social especial a aspectos importantes para o fortalecimento da cidadania e reconhecimento dos segmentos sociais (criança e adolescente, população em situação de rua, mulheres, pessoa com deficiência, pessoa idosa) que historicamente tem seus direitos violados.

Neste cenário, compreendemos a Proteção Social Especial na prevenção e no enfrentamento da vulnerabilidade e de riscos sociais, sendo os usuários sujeitos de direito, e os/as trabalhadoras/as que compõem as Equipes de Referência conforme NOB-RH/SUAS, o principal operador do Sistema Único da Assistência Social-SUAS, e em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

“Compreende-se que o trabalhador é quem está junto aos usuários e é o responsável pela construção de processos interventivos que promovam o protagonismo e autonomia dos usuários e o fortalecimento de práticas democráticas, participativas, inclusivas e da cultura de direitos. Portanto, os trabalhadores, responsáveis pela execução da política, devem ser valorizados, possuir formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e condições institucionais para realização do seu trabalho”. (Caderno para Curso de Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços da Proteção Social Especial, 2016, p.23)

Desta forma, apresentar-se-á a seguir sucintamente aspectos considerados como pontos fortes do trabalho durante o ano de 2022. Os avanços que serão descritos foram apontados pelas Coordenadorias, incluindo ainda informações de ações de avaliação junto aos serviços da Proteção Social Especial com a gestão da Coordenadoria Geral.

Nos aspectos relacionados aos Recursos Humanos junto aos serviços públicos apontamos como avanços a chegada de profissionais e recomposição das equipes, assim como a realocação de profissionais por remanejamento.

Ocorreu a reposição de Recursos Humanos com profissionais das funções: agentes de ação social, agente administrativo, conforme a necessidade de profissional dos serviços ligados aos CREAS Norte, Sudoeste, Sul e Noroeste, bem como a chegada de recursos humanos de profissional da função de psicólogo para recomposição PAEFI.

No serviço Sara M ocorreu a recomposição da equipe com profissionais das funções de assistente social e agente de ação social. No CMPCA foram repostos agentes de ação social e psicólogo e SAMIM com agente de ação social.

Houve possibilidades de mudanças nas equipes dos CREAS (Sudoeste e Norte), Centros Pop, SAMIM, SAPECA e Residência Inclusiva Renascer conforme necessidade com remanejamentos de profissionais atendendo desejos de profissionais e/ou necessidades da gestão.

No abrigo Zilda Arns com o encerramento do acolhimento da população de rua por Covid 19, foi possível a realocação dos agentes sociais para outros serviços, e houve o pagamento de horas Sobreaviso para 2º plantonista no período da madrugada nas ações de calamidade, e liberação para o pagamento de sobreaviso e horas extras para a alta complexidade.

Estes pontos foram mencionados como um dos fatores mais importantes, sendo considerado como fator de impacto positivo no trabalho, seja para as equipes, como para os próprios usuários atendidos pelos serviços.

Nos aspectos relacionados ao Espaço Físico, evidenciamos a definição de espaço para o CREAS Leste, reforma do CREAS Norte, reforma do CMPCA, Recurso de mitigação para construção da sede da Residência Inclusiva Renascer, e a retomada do projeto de construção do CMPCA. Ademais, salientamos o envio de computadores novos e seminovos aos serviços.

Sobre os aspectos ligados a Gestão foram apontados como relevante a priorização para as questões de recursos humanos e os encontros mensais com as chefias, apoios, coordenadores e coordenadora geral, que aproximou a gestão da PSE, propiciando o alinhamento e aproximação dos serviços, e fortalecendo o sentimento de pertencimento da equipe e aumento diálogo com a gestão.

No enfoque relacionado a Metodologia salientamos o início do GT SESF, com participação da rede para discussão sobre a identidade do serviço e metodologia, com estudo das demandas e da oferta do SESF como serviço complementar, como os encontros com a rede do SC PCD com o Departamento de Operações da Assistência Social – DOAS para discussão e alinhamento de possibilidades do no SUAS; GT Média e Alta Complexidade, e reuniões entre os profissionais dos CREAS, como espaços coletivos de discussão em reuniões periódicas com participação dos profissionais para discussão da organização do trabalho nos CREAS, além de todas as reuniões de gestão pública já sistematizadas com os serviços parceiros da Proteção Social Especial.

Outra questão a considerar foram a ampliação das possibilidades de formação e supervisão, que ocorreram com a oferta de supervisão às equipes dos serviços da média complexidade como CREAS, Centro Pop, sendo na alta complexidade direcionado ao CMPCA. Relacionado a espaços de formação ocorreram para as equipes de gestores (coordenadores, chefias e apoios técnicos) com profissionais externos; Realização de planejamento estratégico CMPCA com profissional externo, e outras formações no CMPCA; Formação para a equipe técnica do SAPECA com profissionais externos; Formação sobre a Diversidade Sexual LGBTQI+ em parceria com EGDS e Centro de Referência LGBT; Formação sobre Trabalho Infantil, Formação sobre Abordagem Social nos serviços Especializados em Abordagem Social; Treinamento SISNOV, nestes últimos as ofertadas foram para os profissionais que atuam nos serviços (seja pela rede pública e/ou parceira); e Formação para as equipes técnicas do Serviço de Acolhimento Institucional Idosos, com objetivo de discutir o trabalho com famílias.

Relacionado as metas, cabe destacar a ampliação de 30 metas no CREAS Leste, 15 metas no CREAS Noroeste; e junto a rede parceira por chamamento público: 70 metas para Serviço de Acolhimento Institucional Idosos e 10 metas de 1(Uma) Residência Inclusiva já em implantação, e além dessas metas mais 20 metas remanescentes para mais 2 (duas) Residência Inclusiva em processo para implantação.

Compreendemos ainda outros avanços tal como: Formação de Grupo de Trabalho (GT) para Construção de Proposta para Implantação de Serviço Casa de Passagem para acolhimento provisório de curta duração, não sigilosos, para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, que não correm risco iminente de morte, que (em andamento); Indicação de Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens – Abrigo, em estudo de custo do Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens – Abrigo, com capacidade para acolhimento de 12 jovens a partir de 18 anos, com previsão de despesa na LOA 2023; Efetivação do GT SIGM na média complexidade e alta complexidade para adequações do sistema junto a rede de serviços; Validação do fluxo da Alta Complexidade para Pessoa Idosa junto as Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde (em processo); e em processo criação de Lei Municipal Família Guardiã Subsidiada.

Na perspectiva de fortalecer o fluxo junto aos serviços das políticas sociais e com o Sistema de Garantia de Direitos, enfatizamos a Formação do Grupo de Trabalho no nível central entre Saúde e Assistência Social, com propostas de outras articulações entre os serviços; Participação de profissionais da Proteção Social Especial junto aos Núcleo Articulador Gestor / NAGs Regionais (Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste); Encontros com Conselhos Tutelares por região, e em processo de construção proposta de encontros entre a assistência social e saúde mental para troca de informações e conhecimento dos serviços.

Outro aspecto relevante foi a participação de representantes das equipes / serviços da Proteção Social Especial na organização e efetivação da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, realizadas com as Prés Conferências nas cinco regiões (Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste) e na conferência municipal.

Nesta direção, pressupomos que este processo contribuiu para a continuidade e fortalecimento da participação dos atores envolvidos na política pública, favorecendo a maior aproximação, reconhecimento do trabalho e das ofertas das diferentes Coordenadorias / Serviços da Proteção Social Especial – PSE, propiciando uma maior qualificação dos fluxos de trabalho, inclusão nos serviços, indicadores e protocolos de atendimento; conhecimento da demanda de violação de direitos atendida na PSE, processos e metodologias de trabalho.

Esperamos que estes apontamentos da Proteção Social Especial, além da perspectiva de considerar as especificidades, traga como direção as diretrizes da matricialidade sociofamiliar, da territorialização e da intersetorialidade, pautando a universalização dos direitos e a integralidade da proteção nas ações, possibilitando assim, um olhar mais ampliado para as necessidades dos serviços e planejamento conjunto com a gestão.

DESAFIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Entendendo que a realidade posta está fundamentada no modo de produção capitalista, de onde decorrem as expressões da questão social, em que perpassa as desigualdades sociais, compreendemos que para a Política de Assistência Social, um dos desafios se refere à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária, de maneira a favorecer a proteção social à família e ao indivíduo e as seguranças por meio da oferta de benefícios e serviços socioassistenciais, promovendo aquisições aos usuários.

Outro aspecto a considerar é o fato de que na proteção social especial o conjunto de serviços abrange as situações pessoais e familiares com ocorrência de violações, vitimizações e agressões, cujo nível de agravamento e complexidade determina o nível de atenção a seus usuários, levando a necessidade de compor uma política de defesa dos direitos sociais com ênfase na intersetorialidade e políticas sociais no conjunto de deveres do Estado, além de defender a dignidade e os direitos humanos.

Considerando ainda, as violações de direitos como uma das manifestações da violência que atravessa a história e sobrevive, atingindo idosos, mulheres, adolescentes e crianças, em todos os espaços sociais, sobretudo no doméstico, produzindo vulnerabilidades e promovendo uma sensação de constante insegurança, esforços devem ser direcionados para o aumento das equipes nas linhas diretas de prevenção e resposta à violência e para a capacitação dos trabalhadores das diversas políticas públicas para identificar e intervir em situações de risco.

Tendo em vista estas ponderações e os agravos das violações de direitos, em decorrência da pandemia COVID19, apresentaremos alguns desafios de forma mais geral e que permanecem sendo apontados ao longo dos anos, para consolidar a rede de proteção social e os direitos socioassistenciais:

* Fortalecer a identidade da Proteção Social Especial, bem como seus limites e possibilidades de intervenção;

* Aprimorar modelos de gestão pública e fluxos de atendimento;

Implantar novos equipamentos/serviços que atendam as demandas que se apresentam no cotidiano de trabalho, visando aumentar as ofertas da Proteção Social Especial, preferencialmente de forma territorializada, sob a responsabilidade do poder público.

Fortalecer as articulações institucionais, intersetorial e interproteções nos territórios de moradia das famílias e indivíduos, de maneira a construir com a participação dos indivíduos e famílias, o plano de atendimento e contribuir para a diminuição do tempo de espera entre o apontamento da demanda e a inclusão no acompanhamento nos serviços das políticas sociais.

Ampliar as equipes para oferta dos serviços pelo poder público, de forma garantir o atendimento de 100% da demanda identificada.

Permanecer com o fortalecimento da parceria com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, melhorar os fluxos e entendimentos sobre as atribuições da política de assistência social e dos serviços oferecidos.

Efetivar a qualificação permanente dos profissionais que atuam na Proteção Social Especial com oferta de formação continuada para toda a rede de serviços da proteção social especial, garantindo espaços coletivos para a qualificação profissional, reflexão e estudo sobre as situações relacionadas aos processos de trabalho, teoria, práticas e práxis profissional, e além disso contribuir para identificação de metodologias diversificadas que propiciem respostas às demandas trazidas pelas famílias/usuários.

Permanecer como foco da gestão as ações contínuas de articulação com as diversas políticas setoriais, em especial com a política de Saúde / Saúde Mental.

Ao mencionar ampliar a oferta de serviços, para consolidar a rede de proteção social, daremos destaque as necessidades de maiores ofertas dos serviços pelo Centro Pop, e CREAS nas regiões Sul e Sudoeste, ressaltando que nestes últimos atualmente apresentam uma grande demanda e tempo de espera para os atendimentos, e necessidade de implantar Casa de Passagem para Mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos; e ampliar e diversificar as modalidades de oferta de serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas, e aprimorar metodologias para o acolhimento de adolescente.

Outra demanda se faz com a primordialidade de investir no Cuidado de Quem Cuida, ação com os profissionais que se desafiam a todo tempo em garantir as melhores maneiras de atendimento e ofertas com o público da Proteção Social Especial, público este com demandas que vem se apresentando com maior gravidade e complexidade.

No campo das intersecretarias, se faz viabilizar a implantação de serviço voltado aos cuidados de pessoas idosas e adultas, com alto grau de dependência e que não são perfil para os serviços tipificados da política de assistência social.

Outro ponto relevante são para que os esforços de melhorias nos espaços públicos sejam intensificados para que a oferta pública pelos seus serviços contemple instalações físicas e materiais adequados, de forma a garantir que a ação profissional tenha condições de recepção, acolhida, escuta, e desenvolvimento de outras atividades, principalmente atividades coletivas, seja em locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

Cabe ainda destacar os desafios postos ao setor público para a contratação de profissionais das diferentes áreas do saber, e que necessitam de abertura de concurso público, ocasionando morosidade para reposição de funcionários, seja devido ao longo do tempo estar sem reposição, e/ou por novas necessidades dos serviços frente as demandas apresentadas para atendimento.

Finalizando, apontamos a relevância de relacionar as dimensões macroestruturais e da violência social com as situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais que vivenciam as famílias e indivíduos, pois as situações apresentadas pelas famílias não decorrem apenas de das especificidades de sua dinâmica, e sim decorrem de um conjunto de fatores históricos e conjunturais, colocando assim a importância de maior aproximação com o Departamento de Vigilância Social, para integrar uma política de defesa dos direitos sociais, monitorando e avaliando o SUAS em relação ao seu impacto na vida de seus usuários, e agregando informações sobre as necessidades sociais e políticas públicas necessárias.

Referências bibliográficas e fontes consultadas:

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno para curso de atualização sobre a organização e oferta dos serviços da Proteção Social Especial. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

Relatório de Gestão 2021

Minuta PMAS 2022 /2025

Planejamento e Relatório de Avaliação da Proteção Social Especial 2022

<https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/conceitos-da-protECAo-social-especial/>[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Catalogo/Suas - Os desafios da assistencia social.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Catalogo/Suas_-_Os_desafios_da_assistencia_social.pdf)<https://www.geledes.org.br/os-desafios-para-os-direitos-humanos-em-tempos-de-pandemia>

<https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/conceitos-da-protECAo-social-especial/>

